

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**  
**Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**

**Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da**  
**"Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**

**Cláudio Márcio Letro de Castro**

**Belo Horizonte**

**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Cláudio Márcio Letro de Castro**

**Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da  
"Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

Belo Horizonte

2006

**Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da  
"Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**

**Cláudio Márcio Letro de Castro**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2006.

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves  
Orientadora - PUC Minas

Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn  
UNICAMP

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme  
PUC Minas

Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade  
PUC Minas



Aos errantes  
Aos “sem” da vida...  
Terra, trabalho, teto, afeto  
Aos retirantes  
Aos da encruzilhada  
Aos estrangeiros  
Aos deserdados  
Aos esquecidos

## AGRADECIMENTOS

Não sei onde vão parar estes agradecimentos, pois tenho plena consciência de que os resultados da pesquisa que ora apresento só foram possíveis em razão da solidariedade e da generosidade de inúmeras pessoas.

Primeiramente, agradeço aos moradores do Planalto 2 pelo acolhimento que transformou este estranho em figura familiar. Agradeço especialmente aos moradores que me concederam seus depoimentos, dentre os quais há aqueles que residem na Rua Nossa Senhora das Graças, no centro da cidade, e nos bairros Vale do Sol e Bethânia.

Agradeço à minha companheira, Rejane, e a meus filhos, Clara e Pedro, que reforçaram a cada instante o sentido do meu trabalho. Estendo esse agradecimento a meus pais e irmãos, sempre dispostos a me transmitir força.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pilares fundamentais deste projeto. Agradeço especialmente às professoras Juliana Jayme, Luciana Andrade, Lucília Neves, Lea Souki e Regina Nabuco (*in memoriam*) pela receptividade às minhas indagações e pelas orientações oferecidas.

À Magda Neves – mestra e orientadora – não sei como agradecer. A admiração por ela nutrida no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, onde tive a honra de encontrá-la como professora, me provocou o desejo do reencontro. Fui à sua procura e recebi mais do que o já esperado acolhimento de um enorme e aquecido coração. Recebi sua maestria, seu conhecimento e sua sabedoria. Recebi sua confiança e sua ousadia para apostar em caminhos por vezes mais arriscados.

Agradeço a todos os companheiros do mestrado pela agradável convivência e pela solidariedade. Em especial, agradeço às companheiras Annamaria, Lúcia, Lena, Paulina e Luciana e aos companheiros Aurélio e Miguel.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida através da PUC Minas, instituições que também se constituíram pilares fundamentais desta pesquisa.

Esse trabalho não seria possível se não fosse a solidariedade dos amigos com os quais tive a honra de trabalhar na Prefeitura de Ipatinga e que muito me apoiaram no acesso a informações dos arquivos das secretarias onde atuavam ou ainda atuam. Lembro-me especialmente de Lúcia e Núbia (Departamento de Habitação); Mirtes, Cláudio e Hilton (Secretaria de Planejamento); Lúcio (Geoprocessamento); Ronaldo Marques e Eri Pimenta (Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente); Waltinho (Seção de Projetos/Secretaria de Obras) e Geraldo Lemos (Assessoria de Comunicação Social).

Agradeço imensamente ao amigo Martionei Gomes, competente geógrafo, que me ofereceu sua generosidade e seus conhecimentos em geoprocessamento no trabalho de construção dos mapas que apresento nesta dissertação. Pela mesma generosidade agradeço ao fotógrafo Jarley de Barros, que me cedeu várias fotos de seu riquíssimo acervo.

Agradeço aos amigos que, com sua capacidade e liberdade crítica, me ajudaram a refletir sobre vários aspectos desta dissertação: Érlia Benevides, Edson Santos e Sávio Tarso.

Por fim, agradeço a toda a equipe envolvida na produção do vídeo documentário “Juá”, à qual tive a honra de integrar-me para ajudar no trabalho de reconstrução da memória da zona boêmia que nascera e declinara no universo da Rua do Buraco.

## RESUMO

### **Trajétórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**

Este trabalho constitui um estudo de caso do processo de formação e desenvolvimento da cidade de Ipatinga, construída em 1958 a reboque da implantação de uma usina siderúrgica ao leste do Estado de Minas Gerais, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). Porém, a ênfase da reflexão recai sobre as trajetórias sociais de um contingente de trabalhadores que migrou para a cidade buscando se inserir naquele nascente universo urbano-industrial, mas que não foi incorporado formalmente ao projeto sociourbanístico implantado pela empresa. Esses trabalhadores protagonizaram, então, a formação desordenada e irregular do primeiro núcleo de pobreza urbana de Ipatinga, a denominada “Rua do Buraco”. Uma rua-lugar com identidade distintiva onde permaneceram até meados da década de 1990, quando foram retirados em função do projeto de “revitalização” do centro da cidade. São, pois, as trajetórias sociais dos moradores da referida rua no processo de produção e transformação do espaço urbano de Ipatinga que se constituem o objeto deste trabalho. Examinam-se os processos socioculturais e econômicos e os cenários urbanos nos quais os moradores da Rua teceram as suas trajetórias para compreender o seu destino social na cidade, passados mais 40 anos do início da sua formação. O recurso a fontes documentais diversas, observação em campo e, sobretudo, depoimentos orais de oito moradores da Rua acerca de seus itinerários sociourbanos constituiu o pilar metodológico que possibilitou compreender os mecanismos politicoeconômicos de produção e renovação das desigualdades sociais num cenário urbano que se fez e ainda se faz fragmentado.

**Palavras-chave:** trajetória social; identidade; espaço urbano; segregação socioterritorial; memória

## **ABSTRACT**

### **Moving trajectory: experience and depositions from “Rua do Buraco” dwellers in the urban space of Ipatinga**

This work constitutes a case study of the formation and development process of the city of Ipatinga, constructed in 1958 after the implantation of a siderurgical plant on the east of the State of Minas Gerais, which is the Siderurgical Plants of Minas Gerais (Usiminas). However, the reflection is focused on the social trajectories of a contingent of workers who migrated to the city trying to insert themselves in that recently born urban-industrial universe, but were not formally incorporated in that social-urban project implanted by the company. These workers had carried out the disordered and irregular formation of the first nucleus of urban poverty of Ipatinga called "Rua do Buraco". A street-place with distinctive identity where its dwellers had remained until the middle of the 90's, when they were removed as a result of the downtown "revitalization" project. The object of this work therefore constitutes the social trajectories of the inhabitants of the related street in the production and transformation process of the urban space of Ipatinga. The social-cultural and economic processes are examined here as well as the urban scenes in which the inhabitants of the Street had built their trajectories to understand their social destination in the city, after more than 40 years from the beginning of its formation. The resource to the diverse documentary sources, the field observation and especially the verbal depositions of eight inhabitants of the Street concerning its social-urban itineraries, constituted the methodological pillar which made it possible to understand the political-economic mechanisms of production and renewal of the social inequalities in an urban scene that made itself fragmented then and now .

**Key-words:** social trajectory; identity; urban space; social-territorial segregation; memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 .....	034
FIGURA 2 .....	035
FIGURA 3 .....	036
FIGURA 4 .....	040
FIGURA 5 .....	045
FIGURA 6 .....	065
FIGURA 7 .....	066
FIGURA 8 .....	080
FIGURA 9 .....	080
FIGURA 10 .....	082
FIGURA 11 .....	082
FIGURA 12 .....	084
FIGURA 13 .....	085
FIGURA 14 .....	085
FIGURA 15 .....	086
FIGURA 16 .....	098
FIGURA 17 .....	106
FIGURA 18 .....	108
MAPA 1.....	079
MAPA 2.....	094
MAPA 3.....	101
MAPA 4.....	262

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEIS – Área de Especial Interesse Social

AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional

BDMG – Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAF – Companhia Agroflorestral (Grupo Belgo Mineira)

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais

CDM – Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana

CDRU – Concessão do Direito Real de Uso

COMPOR – Conselho Municipal de Prioridades Orçamentárias

CONVIDA – Condições de Vida da População

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PT – Partido dos Trabalhadores

PMI – Prefeitura Municipal de Ipatinga

SEMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SOMMA – Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios

URV – Unidade Real de Valor

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>013</b>
----------------------------	------------

### **CAPÍTULO 1**

<b>2 - A INVENÇÃO DA CIDADE: PROJETO, REPRESENTAÇÕES E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IPATINGA .....</b>	<b>031</b>
---	------------

<b>2.1 - O PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E A CONSTRUÇÃO DE IPATINGA .....</b>	<b>031</b>
---	------------

<b>2.2 - FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL: A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....</b>	<b>035</b>
---	------------

<b>2.3 - A BUSCA DA CURA: A CIDADE COMO ORGANISMO, A RUA COMO PATOLOGIA.....</b>	<b>043</b>
--	------------

<b>2.4 – O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE .....</b>	<b>053</b>
---	------------

<b>2.5 - A “REVITALIZAÇÃO” DO CENTRO E O DESTINO DOS MORADORES DA “RUA DO BURACO” .....</b>	<b>080</b>
---	------------

### **CAPÍTULO 2**

<b>3 - A “RUA DO BURACO” E SEUS MORADORES: SEGREGAÇÃO, ESTIGMA E IDENTIDADE .....</b>	<b>088</b>
---	------------

<b>3.1 - A FORMAÇÃO URBANA DA RUA .....</b>	<b>091</b>
---	------------

<b>3.2 - TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADES .....</b>	<b>098</b>
---	------------

<b>3.3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MORADORES.....</b>	<b>115</b>
---	------------

<b>3.4 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: ATRIBUIÇÃO LEGITIMADORA VERSUS AUTOCONSTRUÇÃO .....</b>	<b>122</b>
--	------------

<b>3.4.1 - Identidade e resistência.....</b>	<b>128</b>
--	------------

<b>3.4.2 - Uma identidade de fronteira .....</b>	<b>134</b>
--	------------



## **CAPÍTULO 3**

<b>4 - TRAJETÓRIAS DE DESLOCAMENTO: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS</b> .....	143
<b>4.1 – NARRATIVAS DA RETIRADA</b> .....	145
<b>4.2 – NARRATIVAS DA CHEGADA</b> .....	148
<b>4.3 – NARRATIVAS DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL</b> .....	152
<b>4.4 – NARRATIVAS DA VIDA NA “RUA DO BURACO”</b> .....	155
<b>4.5 – NARRATIVAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO</b> .....	173
<b>4.6 – NARRATIVAS DO LUGAR-DESTINO</b> .....	187
<b>4.7 – NARRATIVAS DO DESLOCAMENTO TEMPORAL</b> .....	211
<b>4.8 – NARRATIVAS DE VITÓRIAS</b> .....	220
<b>5 - CONCLUSÃO</b> .....	223
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	238
<b>ANEXO A - QUADRO BIOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS</b> .....	247
<b>ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</b> .....	256
<b>ANEXO C – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE</b> .....	260

## 1 - INTRODUÇÃO

No conto “Os Dragões”, Murilo Rubião (1998) propõe como cenário uma cidade na qual o aparecimento desses seres misteriosos provoca muitas controvérsias entre os moradores: Seriam eles “enviados do demônio”, apesar da “aparência dócil e meiga”? Ou seriam “monstros antediluvianos”? O estranhamento gerado pela presença dos dragões na cidade acabou por sujeitá-los às mais discrepantes idéias e práticas dos cidadãos. Primeiramente, ao encerramento “numa casa velha, previamente exorcismada, onde ninguém poderia penetrar”; depois à sugestão de seu aproveitamento na tração de veículos e, mais tarde ainda, à tese de que deveriam receber nomes na pia batismal e serem alfabetizados. Em meio a tantas e diferentes interpretações, os dragões seguiam o curso da vida, por vezes, abandonados, noutras embalando o convívio entre as pessoas com seu dom de vomitar fogo. Em suas trajetórias urbanas a maioria dos dragões morreu afetada por moléstias enquanto os poucos sobreviventes foram corrompidos na vida do lugar, numa “resistência surda” aos ensinamentos morais que lhes foram dispensados por um educador sensível à sua condição.

Embora ficcionais, o cenário e as trajetórias dos personagens centrais do conto de Rubião são atraentes “chaves” interpretativas do cenário e das trajetórias sociais que se constituem objeto desta pesquisa. O cenário, a cidade de Ipatinga, importante pólo urbano-industrial situado na Região Metropolitana do Vale do Aço, ao leste do estado de Minas Gerais, e construído no final da década de 1950 no bojo do processo nacional-desenvolvimentista de expansão e dinamização da indústria de base no país. As trajetórias, por sua vez, são as protagonizadas por trabalhadores que migraram para a cidade em busca de inserção neste emergente universo urbano-industrial, onde criaram um lugar diferente na

moderna cidade traçada pelo arquiteto e urbanista Rafael Hardy Filho<sup>1</sup>: a Rua do Buraco.

A implantação e funcionamento do empreendimento siderúrgico que nascia da cooperação tecnofinanceira nipo-brasileira, a Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – dependia fundamentalmente do recrutamento de força de trabalho operária para uma região que, do ponto de vista da ocupação humana, até então se constituía um “vazio verde”. A recém-criada Usiminas passou então a anunciar em todo o Brasil por meio de publicações em jornais, e de uma comissão especial de recrutamento que percorreria diversas de suas regiões, a contratação de “jovens para trabalhar na Usiminas em uma boa profissão” (GUATIMOSIN, 1987, p. 11). Segundo Gil Guatimosin Júnior (REVISTA USIMINAS, 25 ANOS: A IMPLANTAÇÃO, 1987), então chefe de Relações Industriais da empresa, o critério adotado era tão somente a escolaridade, em face da falta de recursos humanos com experiência de trabalho fabril. Em pouco tempo a então Vila Ipatinga nascida no início da década de 1920 em torno da estação da Estrada de Ferro Vitória–Minas e da atividade de produção de carvão vegetal, iniciada na década seguinte para abastecer os fornos da Companhia Belgo Mineira, recebeu uma grande leva de pessoas à procura de trabalho assalariado no sistema fabril.

A despeito da implantação de um plano urbanístico modernista simultaneamente à construção da usina siderúrgica, formaram-se na cidade vários núcleos de pobreza. Às margens do ribeirão Ipanema, na vizinhança da antiga vila – hoje o centro urbano de Ipatinga –, constituiu-se o primeiro deles, que se adensou acelerada e espontaneamente a partir da implantação da Usiminas formando becos e ruelas cujo conjunto tornou-se conhecido por “Rua do Buraco”. Um universo paralelo à “Cidade Usiminas” concebida no plano urbanístico de Hardy Filho como um braço da produção industrial. Um universo destinado a abrigar os

---

<sup>1</sup> O projeto elaborado por Hardy foi encomendado pela recém-criada empresa Usiminas. A concepção e as implicações de sua implantação serão objetos de análise no capítulo 1 desta dissertação.

diversos tipos sociais que aportavam na cidade-eldorado para explorar de alguma maneira as oportunidades que ali surgissem, mas que acabaram por ficar à margem dos mecanismos de inserção social da época – emprego e habitação – assim como das políticas de assistência social em saúde, auxílio alimentação e crédito, dispensadas pela empresa a seus trabalhadores formais por meio do Plano de Benefício aos Empregados. Um universo que se compôs de diversos territórios em que respectivamente se desenvolviam e preponderavam diferentes tipos de sociabilidades: a das famílias, a da criminalidade e a do meretrício ali implantado, primeiramente, para explorar o tempo livre dos carvoeiros e, a partir da década de 1960, do enorme contingente de trabalhadores amontoados em alojamentos construídos pela empresa e suas empreiteiras.

É, pois, o universo da Rua do Buraco que constitui o objeto desta pesquisa. Uma rua na qual transcorreram “episódios pequenos, mas característicos dos processos a longo prazo e em larga escala a que costumamos referir-nos com termos como ‘industrialização’, ‘urbanização’ ou ‘desenvolvimento comunitário’” (ELIAS, 2000, p. 68). A rua pensada diacronicamente, em seu movimento de formação socioespacial e identitária no curso do processo dialético de construção e crescimento da cidade de Ipatinga. Uma rua fadada a desaparecer da paisagem urbana e ao esquecimento na memória coletiva pela força do urbanismo voltado à construção de uma cidade moderna e disposto a dela extirpar os elementos destoantes.

Depois das sucessivas tentativas de “desfavelização” da área, realizadas nas décadas de 70 e 80, o intento de extirpação da mesma se efetivou em meados da década de 90, mais precisamente no período de 1995 a 1998, por meio do projeto “Novo Centro”, voltado à “revitalização” do centro da cidade, desenvolvido com recursos da Prefeitura Municipal e

financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>2</sup>.

Por ter como objeto das intervenções um espaço urbano historicamente ocupado e significado de modo a constituir uma identidade socioterritorial distintiva, o processo de “revitalização” do centro implicou a retirada de aproximadamente 1200 famílias ali residentes. No período que antecedeu a aprovação do projeto Novo Centro, 325 famílias foram “removidas” da área, em razão de terem sofrido os impactos de uma grande enchente do ribeirão Ipanema, em 1993. A maioria dessas, 187, fora indenizada pelas benfeitorias do imóvel de origem, ao passo que 51 famílias que eram inquilinas na área central receberam ajuda financeira de valor referente a um ano de aluguel, e outras 87 foram reassentadas em outros bairros da cidade, em moradias cujas dimensões variavam entre 20 e 29 metros quadrados (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 1995c).

Com a aprovação do projeto Novo Centro, o processo de “remoção e reassentamento” dos moradores da Rua do Buraco passaria a ser objeto de um sub-projeto habitacional específico, destinado a aproximadamente 875 famílias remanescentes na área após a enchente. Cerca de 600 famílias residentes em “áreas de risco (alagáveis e encostas), aí considerando o atendimento de famílias moradoras de aluguel e à margem da contingência” foram reassentadas em um novo bairro denominado Planalto 2, construído a aproximadamente dois quilômetros do centro da cidade. Metade dessas, por terem a posse de seus imóveis na área de origem, recebeu suas novas unidades habitacionais prontas. A outra metade, que residia na condição de inquilino na Rua, obteve novas casas mediante a participação na sua construção em regime de mutirão coordenado por técnicos do Departamento de Habitação da Prefeitura Municipal. As demais famílias, que não foram reassentadas no Planalto 2, assim como os proprietários de imóveis que nela não residiam, foram indenizadas.

---

<sup>2</sup> Nos informes publicitários da Prefeitura Municipal de Ipatinga consta que os investimentos totais no projeto alcançaram a soma de 34 milhões de reais.

Para compreender a Rua em seu movimento e as experiências de deslocamento de seus moradores adotei como perspectiva metodológica a investigação das trajetórias de vida de oito de seus moradores<sup>3</sup> através do “trabalho de memória”<sup>4</sup> que estes realizaram acerca das experiências vividas na cidade. Trajetórias que, embora singulares, têm como experiência comum a migração para Ipatinga, a habitação num território segregado socioespacialmente – o que lhes confere o estigma da impureza e do perigo – e, por fim, as conseqüências socioculturais da remoção do seu lugar de vida por ocasião do projeto de “revitalização” do centro da cidade.

Essas trajetórias possuem, portanto, diversos traços que as assemelham às dos dragões descritos no conto de Rubião. O primeiro deles refere-se à experiência de ser estranho na cidade: os dragões, por se tratarem de seres de outra espécie; os moradores da Rua, pelas diferenças sociais e pelo estigma da “impureza” que portavam como “moradores do buraco” social e moral da urbe, o que os transformava na negação do projeto de cidade moderna idealizado pela Usiminas. E o que seria o encerramento dos dragões em uma “casa velha” senão a representação da segregação dos moradores da Rua do Buraco naquele território da cidade? Ademais, as tentativas de salvação dos dragões por meio do esforço educacional assemelham-se em boa medida ao discurso moralizante e asséptico de justificação do projeto de revitalização urbana da área central da cidade, de modo a tornar aquele espaço parte dos elementos constitutivos das forças produtivas. Por fim, a semelhança na tragédia: no conto, a maioria dos dragões morre atingida por moléstias e os sobreviventes são moralmente corrompidos. Na vida dos moradores da Rua, representada aqui pelas trajetórias dos que se dispuseram a narrar suas experiências, as enchentes, as rupturas familiares, os conflitos e rixas sociais, as doenças curtidas no abandono das políticas sociais, o envolvimento ainda que

---

<sup>3</sup> Em “Anexos A” apresento um breve quadro biográfico de cada um dos oito entrevistados.

<sup>4</sup> Para Ecléa Bosí (1994) lembrar não é reviver, mas refazer o passado. As pessoas que se colocam a recordar no presente estão, pois, a realizar um trabalho; um trabalho que é parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, um grupo ou indivíduo produzem de si.

indireto com o álcool, a criminalidade e a boemia resultam em alguns dos tantos acontecimentos trágicos experimentados.

Passados mais de quarenta anos do início da formação da cidade de Ipatinga, nos quais várias intervenções públicas de cunho urbanístico e social foram efetivadas, qual teria sido, pois, o destino dos moradores da Rua do Buraco? Teriam sido ou não inseridos no tecido social e urbano da “cidade moderna”? Quais seriam os fatores determinantes de tal efeito? Como teriam sido tecidas as diferenças sociais, o estigma e o esquecimento da Rua, em Ipatinga? Quais teriam sido para eles as conseqüências socioculturais do projeto de “revitalização” do centro da cidade? E, enfim, como lembram e representam suas trajetórias? O objetivo desta pesquisa é responder estas perguntas procurando demonstrar que a trajetória dos moradores da “Rua do Buraco” é integralmente marcada pela sua inclusão subordinada à dinâmica socioeconômica da cidade. O que significa dizer que em vez de socialmente excluídos, esses moradores foram integrados à referida dinâmica em posições e condições sociais que, além de não lhes possibilitar disputar efetivamente as vantagens sociais, contribuíram para retroalimentar a lógica produtora de desigualdades na cidade. Imbricados nessa lógica que, por meio dos mecanismos da segregação socioterritorial e da estigmatização, mantinha a sua posição inferior e subordinada, os moradores da Rua experimentaram a renovação contínua da sua condição de pobreza. Condição essa que não teria se alterado após a sua remoção da área central da cidade e reassentamento em outras áreas, a despeito do discurso de justificação pautado na melhoria de suas condições de vida. Ao contrário, o referido processo desencadeado pelo projeto Novo Centro teria tido como principais conseqüências socioculturais para os moradores da Rua: a fragmentação e o desarranjo das suas redes de sociabilidades; a dissolução da sua identidade coletiva; além da reedição, em outras áreas pobres da cidade, do estigma e da segregação socioespacial a que estavam submetidos. Isso porque, antes de integrá-los à dinâmica socioeconômica da cidade,

o projeto de “revitalização” se efetivou no sentido de expurgar os corpos dissonantes e indesejáveis da sua paisagem.

A perspectiva por meio da qual se propôs desenvolver esta pesquisa – a observação e análise de trajetórias de vida – gerou pelo menos duas implicações importantes. A primeira implicação: porque voltada à compreensão de trajetórias que se estendem do tempo presente às experiências passadas numa Rua que não existe mais, o recurso à memória como “fonte de conhecimento do passado” se constituiu o seu principal alicerce metodológico. Alicerce para acessar um passado que, segundo Lowenthal nunca está morto, pois “cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos” (LOWENTHAL, 1998, p.66).

É, pois, a dimensão da memória inscrita neste trabalho que possibilita compreender o processo histórico de construção da cidade e produção social das diferenças e desigualdades socioeconômicas e culturais e das identidades dos moradores da “Rua do Buraco”. Refiro-me a uma memória que se consubstancia como um campo de lutas no qual se expressam relações de poder entre grupos e classes sociais em disputa pela apropriação dos recursos materiais e imateriais da cidade (POLLACK, 1989). Nesse sentido, o apagamento da Rua como referência espacial na paisagem urbana não se constituiria um sinal imperativo à memória coletiva? – Esqueçam aquilo!

Lembrar ou esquecer? Essa definição passa pelos “sabores” que a experiência atual tem para seus sujeitos, bem como pelo valor que tal experiência (pessoal e coletiva) possui no sistema simbólico cultural do “aqui e agora”, quando confrontada com o projeto de cidade. Por isso, trazer à tona as “memórias subterrâneas” por meio do trabalho de memória de um segmento da população até então esquecido e/ou silenciado na construção da memória coletiva significa fazer aflorar “conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social” (D’ALÉSSIO, 1998, p.277).



Nesse sentido, a memória e a identidade dos moradores da Rua do Buraco não poderiam ser entendidas senão como resultados da confrontação entre a sua vida num território significado – a Rua – e o projeto da cidade. Como disse Da Matta, numa sociedade relacional como a brasileira “mais importante do que os elementos em posição é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos” (DA MATTA, 1997, p. 25). Com esta proposição o referido autor faz uma forte crítica às interpretações dualistas do Brasil, que optam entre as categorias família e economia, costumes e classes sociais, em lugar de analisá-las de forma relacional, portanto, em sua complexidade. A opção que aqui se faz é a de estudar um fenômeno localizado espacial e temporalmente como algo em movimento, relacional e inscrito na dinâmica das relações entre estabelecidos e *outsiders* na cidade de Ipatinga. Pois a fronteira na qual se constrói a identidade dos moradores da Rua do Buraco é “aquele & que liga a casagrande com a senzala, aquele suposto espaço vazio, terrível e medonho que relaciona dominantes e dominados” (DA MATTA, 1997, p. 25).

Quais são então os conectivos das oposições em tela nesta pesquisa? Embora disponham e façam uso de diferentes armas no *front* de batalha, são os discursos dos grupos em disputa – os representantes do projeto de cidade moderna, de um lado, e os moradores da Rua, de outro – que se constituem os conectivos em questão. É por meio do discurso que as classes dominantes, por um lado, tecem seu projeto de cidade e justificam as cirurgias urbanísticas higienizadoras, e que, por outro, os moradores da Rua podem afirmar sua existência e dar coerência às suas trajetórias individuais e coletivas no cenário da cidade. A análise desses discursos permeará toda a dissertação, sempre na perspectiva da articulação do acontecimento discursivo com o acontecimento não-discursivo. Com efeito, não se pretendeu restringir a análise ao nível do discurso mesmo sendo este sua matéria-prima primordial, e sim relacioná-lo com acontecimentos de outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política.

Passemos então à segunda implicação da perspectiva adotada na pesquisa: porque, tecidas num contexto social e econômico que interferiu seriamente sobre seus rumos, a compreensão das trajetórias sociais de seus moradores não pôde, pois, prescindir da análise do processo histórico de formação e desenvolvimento da cidade, e tão pouco do universo social singular constituído pela Rua do Buraco. Dois cenários-espacos diferentes, mas que não se pode pensar desarticulados, pois o processo de construção de sua identidade distintiva como lugar decorre justamente da distribuição espacial de relações de poder hierárquicas, o que nos sugere “repensar a diferença por meio da conexão” (FERGUSON; GUPTA, 2000, p.33). Esses lugares diferentes também não podem ser pensados como se fossem instâncias cercadas por rígidas fronteiras nas quais as trajetórias de vida se circunscrevessem exclusivamente. Por isso, “em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em rede de relações e entendimentos sociais” (MASSEY, 2000, p.184). Redes essas que, na maior parte das relações e entendimentos sociais, alcançam uma escala muito maior do que se costuma definir como o lugar em si.

Em síntese, a análise das trajetórias de vida de moradores da Rua assentou-se na investigação: i. dos cenários urbanos da cidade em que foram e são tecidas – a “cidade”, as “ruas” e os “bairros”, entendidos aqui como estruturas condicionantes; ii. das representações de seus protagonistas acerca do percurso social realizado, expressas nas lembranças selecionadas e articuladas em suas narrativas. Nesta última dimensão investigativa privilegia-se o sujeito da ação com suas margens de escolha nas condições e situações concretas que se lhe apresentam na vida social. Embora não se possa perder de vista o caráter seletivo da memória e das representações construídas no aqui e agora, as lembranças narradas expressam também em boa medida as idéias que preteritamente orientaram a prática social dos sujeitos da ação em suas trajetórias de vida. A sua reelaboração atual não é, pois, informada

exclusivamente pelas circunstâncias do presente; ao contrário, o esforço da reflexão *a posteriori* guia-se pela busca da explicação coerente acerca dos atos passados.

A compreensão do objeto desta pesquisa em suas múltiplas dimensões exigiu a adoção de um percurso metodológico no qual se utilizou de diferentes procedimentos. O primeiro constou da realização de ampla pesquisa documental em arquivos de diferentes setores da Prefeitura Municipal, da imprensa escrita local e de particulares, nos quais se obteve informações primárias e secundárias acerca da história da cidade, das principais intervenções urbanas nela realizadas, sobretudo no seu centro urbano e, mais especificamente, na Rua do Buraco: discursos e matérias jornalísticas publicados em revistas e periódicos regionais; produções literárias; documentos; instrumentos de planejamento e relatórios das intervenções urbanísticas; peças de marketing público; fotografias; mapas; entre outros. Recorreu-se, enfim, a uma série de fragmentos que também se constituem, nos termos de Lowenthal (1998), em fontes de conhecimento do passado. Entre esses documentos, gerados em diferentes momentos da trajetória de formação, expansão e remoção da “Rua do Buraco”, constam quatro diagnósticos socioeconômicos e urbanísticos da cidade, construídos com base em dados quantitativos e qualitativos (1974, 1977, 1994, 1995 e 1998)<sup>5</sup>, nos quais a Rua foi objeto de análise específica. Tais pesquisas foram realizadas sob encomenda da Prefeitura Municipal ou de organismos a ela articulados a fim de subsidiar a formulação de projetos de intervenção sociourbanística, a saber:

- Pesquisa socioeconômica realizada em 1974, sob encomenda da Fundação Municipal de Saúde e Bem-Estar Social Professor Lucas Machado, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um “Plano de Desfavelamento” das partes baixas do centro da cidade. Nessa pesquisa foram levantadas informações junto a 450 famílias da área.

---

<sup>5</sup> Embora existam dados mais recentes (2002) acerca dos indicadores socioeconômicos da população do Planalto 2, não foi possível utilizá-los nesta pesquisa [...] porque a atual administração municipal (2005-2008) negou-me o acesso a eles.

- Pesquisa socioeconômica domiciliar realizada em novembro de 1977 com o objetivo de subsidiar a elaboração do diagnóstico do “Programa Cura Ipatinga”, destinado a realizar intervenções urbanísticas em várias áreas da cidade, inclusive na Rua do Buraco. Cobrindo toda a cidade e com informações desagregadas para vinte diferentes setores em que foi subdividida, a pesquisa levantou, na Rua, informações de 603 domicílios.
- “Cadastro dos imóveis lotados na área central”, que seria objeto de reurbanização, realizado entre os meses de fevereiro de 1993 e dezembro de 1994, período em que foram cadastradas mais de mil famílias.
- Pesquisa socioeconômica domiciliar realizada em 1995 para formulação de diagnóstico acerca da população da Rua do Buraco, que seria retirada de seu território por ocasião do desenvolvimento do projeto Novo Centro. Na ocasião, foram entrevistados 303 responsáveis por domicílios.
- Pesquisa Convida realizada em 1998 com o objetivo de traçar um retrato da pobreza urbana no município de Ipatinga. Foram entrevistados moradores de 22 núcleos de pobreza da cidade, dentre os quais o Planalto 2.<sup>6</sup>

Mesmo tendo sido realizadas com objetivos e metodologias específicos, há aspectos comuns a tais pesquisas que possibilitam a análise comparativa em uma série histórica acerca de algumas variáveis socioeconômicas referentes aos moradores da Rua, tais como: profissão dos chefes de família, situação ocupacional; renda familiar; escolaridade; condições da habitação.

De posse das informações documentais que possibilitaram contextualizar as trajetórias sociais dos moradores da Rua, parti ao encontro dos personagens vivos e com as marcas do

---

<sup>6</sup> Note-se, pois, que neste caso os dados se referem a um universo de moradores que corresponde à metade das 1200 famílias que residiam na “Rua do Buraco”, uma vez que no Planalto 2 foram reassentadas aproximadamente 600 famílias.

vivido, no aqui e agora. Esses encontros geraram a base de informações mais significativa para a presente investigação e se deram basicamente em duas situações diferentes: no decorrer da observação em campo e no período em que realizava as entrevistas de trajetórias de vida por meio da coleta de relatos orais.

Durante a observação em campo, aqui entendida como recurso do método etnográfico, busquei compreender os significados das ações sociais dos atores da comunidade na “hierarquia estratificada de estruturas significantes” a partir da qual são produzidas, percebidas e interpretadas as relações sociais dos grupos (GEERTZ, 1989, p.17). Isso exigiu a imersão no cotidiano das comunidades, nos espaços de vida privados (das histórias pessoais e familiares) e públicos – assuntando nas festas, no campo de futebol, nas ruas, botecos, enfim, naqueles lugares e situações onde se desenvolvem as relações sociais. Nessas ocasiões, pude descrever de maneira qualitativa, os acontecimentos, hábitos, gostos, posicionamentos, conflitos, símbolos, bem como construir hipóteses interpretativas em um caderno de campo.

O trabalho de observação em campo não se configurou como uma imersão total no universo dos nativos, mesmo porque as referências espaciais não se restringiam ao maior núcleo de assentamento dos ex-moradores da Rua, o Planalto 2. Elas se constituíam também dos pequenos núcleos criados em outros bairros da cidade, onde foram assentadas poucas famílias e, ainda, dos diversos bairros para os quais se mudaram as tantas famílias indenizadas no processo de negociação de sua remoção da área central. Contudo, optei por concentrar os esforços de observação no bairro Planalto 2 e em uma rua remanescente do antigo centro, onde por muitos anos funcionou a zona boêmia denominada Juá, hoje a Rua Nossa Senhora das Graças. Essa alternância da presença nos lugares não impossibilitou, entretanto, que a observação fosse marcada, em vários momentos, por um cunho participativo; a exemplo das longas conversas com familiares de dona Maria Mercês, uma das pessoas entrevistadas, no fundo do quintal de sua casa, ou investido do papel de padrinho do casamento de dois jovens

moradores do Planalto 2, ou ainda nas tantas conversas na esquina da Rua Araxá, onde os moradores remanescentes do universo da zona boêmia costumam passar grande parte do tempo.

Também me vali das observações e registros dos momentos vividos junto à comunidade nos períodos em que coordenei o projeto de **Fortalecimento da comunidade do Planalto 2** (1999 a 2002), trabalhando por uma organização não-governamental, e em que atuei profissionalmente como gestor público municipal (2001 a 2003). As diversas situações de convivência com moradores e diferentes atores da comunidade nos referidos períodos, possibilitaram a apreensão de suas percepções e atitudes (ações e reações) acerca das próprias trajetórias individuais e coletivas, dos olhares da cidade a eles dirigidos, dos grupos e instituições atuantes no bairro, do processo de remoção do centro, das relações entre os moradores no novo bairro e das possibilidades de se desenvolver ali ações organizativas, dentre outras.

Embora o recurso à observação tenha sido utilizado ao longo de toda a pesquisa, ele se fez fundamental em sua primeira fase. Isso porque possibilitou rever pessoas e grupos em suas posições atuais nas relações comunitárias e sociais, bem como levantar as informações necessárias para a realização das entrevistas – diga-se identificar os entrevistados, conhecer suas biografias, elaborar o roteiro geral e individual das entrevistas. A propósito, a escolha dos entrevistados foi orientada por critérios por meio dos quais foram observados três fatores fundamentais: a trajetória do sujeito, o gênero e o tipo social. No que se refere à trajetória social, observou-se como requisitos a vivência das seguintes experiências: ter migrado para Ipatinga no bojo do processo de implantação da indústria siderúrgica na cidade e, além disso, ter sido “removido” da Rua do Buraco quando da implantação do projeto Novo Centro. Ainda em relação a este fator, a opção foi a de entrevistar quatro pessoas que tenham sido reassentadas no Planalto 2 e quatro que foram reassentadas em outras áreas da cidade, seja

por meio do mecanismo de troca de imóveis com a prefeitura ou de indenização. No que se refere ao fator gênero, distribuiu-se as entrevistas entre quatro homens e quatro mulheres. Por fim, no que tange aos tipos sociais, o intento foi o de entrevistar sujeitos que representassem o perfil ocupacional da população da Rua: trabalhadores informais, trabalhadores formais, pessoas que atuavam na zona boêmia e “donas de casa”.

A realização das entrevistas sobre as trajetórias de vida aconteceu em uma segunda fase do convívio com os moradores e grupos da comunidade: aquela em que a constância da minha presença no lugar já não gerava desconfianças que pudessem prejudicar a prestação dos depoimentos. Isso possibilitou instigar o “trabalho de memória” dos moradores e a gravação de suas narrativas. Estas se constituíram um misto das trajetórias de vida dos narradores com a memória coletiva acerca dos principais acontecimentos e cenários nos quais transcorreram suas vidas. Narrativas acerca de histórias de vida que resultam de uma “complexa negociação de constituição do si mesmo”. Isso porque o narrador é também “um personagem que projeta experiências, ações, acontecimentos e tece a sua identidade. Ao tecer um enredo constituiria um si-mesmo” (KOFES, 2001, p. 124).

Durante o convívio com os entrevistados lhes propus redesenhar o cenário da Rua do Buraco como forma de obter uma representação cartográfica do universo sociocultural onde vivenciaram a maior parte de suas experiências na cidade. Realizamos então um encontro no qual, valendo do recurso às suas memórias e da inscrição das lembranças em um mapa referente ao centro da cidade, elaboramos o que se pode denominar “mapa falado da Rua do Buraco”. Assim obtive descrições e informações fundamentais para a compreensão dos diferentes e, por vezes, divergentes territórios com suas respectivas redes de sociabilidade, fronteiras imaginárias e/ou materiais, entre outros aspectos que integravam o universo da Rua.

Uma vez realizado o referido encontro, o mapa resultante se constituiu instrumento de bordo em entradas nos lugares em observação e, em várias ocasiões, objeto de discussões com

peessoas que se dispunham a enriquecê-lo. Esse foi o caso de Délson, filho de dona Maria das Mercês, e de seus familiares, os quais se utilizaram inclusive de fotografias para remontar os becos e as divisões territoriais da Rua.

A junção do método etnográfico ao da história oral na investigação possibilitou melhor articular, no exercício interpretativo, a condição de vida presente às lembranças do passado. Isso porque conhecer a sua condição presente por meio da observação em campo possibilitou conhecer como os narradores estão percebendo e enfrentando, no **aqui e agora**, o desafio de se reorganizar no novo espaço de vida, enquanto desafio que se coloca individual e/ou coletivamente no estágio atual de sua trajetória. Por outro lado, no exercício de lembrar nos deparamos com imagens e eventos resgatados da memória para serem versados em uma cena enunciativa na qual o **agora** refaz o **passado** a partir da posição social do narrador e, por isso, com a força e a qualidade dos afetos que secundaram o momento da vivência deste passado (BOSI, 1974). Compreendo então que a investigação dos aspectos da vida atual da comunidade, com o recorte etnográfico, permitiu perceber um tanto melhor como o tempo presente de cada narrador e da comunidade exerce suas interferências nas lembranças acerca do passado.

Uma vez adotada a dialética como perspectiva compreensiva das trajetórias de vida dos moradores da Rua do Buraco, propus-me começar a sua análise pela observação dos cenários em que são tecidas: a cidade modernista em construção e o seu contraste, a Rua do Buraco. Cenários urbanos que se constituem oposições – a tese e a antítese – cujas conexões e relacionamentos são fundamentais para a compreensão das trajetórias sociais em estudo. Somente após compreender o processo conflituoso de constituição desses cenários na cidade de Ipatinga passei às análises das narrativas e representações dos personagens da Rua do Buraco. As análises foram realizadas em uma dupla perspectiva: primeiramente, num procedimento analítico que denomino “vertical”, me ative à observação de cada uma das



trajetórias individuais, o que possibilitava notar suas condicionantes macroestruturais, bem como seus aspectos singulares, traços psicossociais e o personagem construído por cada narrador em sua auto-representação. Em seguida, com o procedimento “horizontal”, passei à observação dos elementos estruturantes das trajetórias, assim como dos temas comuns às narrativas.

No primeiro capítulo, intitulado “A invenção da cidade: projeto, representações e fragmentação socioespacial em Ipatinga”, procuro contextualizar o processo histórico-social de formação e crescimento da cidade sob três aspectos principais: 1) A concepção que informa o seu projeto urbanístico e o lugar nele ocupado pelo centro, a partir das representações de seus principais agentes construtivos: a grande empresa e o poder público municipal; b) As conseqüências desse empreendimento urbanístico-industrial em termos de produção de diferenças e fragmentação socioespacial; c) O caráter das intervenções do poder público no centro da cidade e das representações nas quais se apoiavam, assim como dos arranjos de poder constituídos com vistas à sua efetivação. As análises do primeiro capítulo se apoiaram em um conceito-chave proposto por Roger Chartier, o conceito de “representação social” por meio do qual este autor procura designar “as percepções do social” que “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nessa perspectiva, as representações estão sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. Com o aporte conceitual de Chartier procuro demonstrar então no primeiro capítulo a dimensão inventiva da cidade e os componentes ideológicos nela impressos. Afinal, a cidade teria sido inventada por quem e para quem? Outro conceito-chave é o de heterotopia, oferecido por Henri Lefebvre, em sua obra “A Revolução Urbana” (1999). Por heterotopia este autor designa todos os

lugares outros em relação a um primeiro considerado. No caso em tela, as heterotopias são todos os lugares destoantes da paisagem moderna da “Cidade Usiminas”.

O segundo capítulo tem como título “A Rua e seus moradores: segregação, estigma e identidade”. Nele procuro centrar o olhar sobre o lugar de vida – o habitar – dos sujeitos que narraram suas trajetórias, demonstrando como se deu a formação da Rua e suas diversas territorialidades, a configuração socioeconômica e cultural de seus moradores e o processo de construção social da identidade destes. No enfrentamento das questões que me coloquei na construção deste capítulo fez-se muito importante o conceito de identidade, cujo aporte se deu por meio do diálogo com Boaventura Santos, Manuel Castells, Woodward e Tomás Silva. Além destes autores, foi necessário recorrer ao conceito de “região moral”, de Ezra Park, para configurar a condição da Rua do Buraco em face do cenário da cidade. Se a Rua se constituiu uma região moral, seus moradores, por sua vez, passaram a portar o estigma da impureza dos que moram no “buraco” social. Para tratar dessa problemática recorri às proposições de Erving Goffman (1988), as quais contribuíram substancialmente para a compreensão da identidade dos moradores da Rua.

No capítulo 3, intitulado “Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas”, procuro “dar voz” aos moradores da Rua do Buraco e analisar suas memórias e representações acerca de suas trajetórias de vida no contexto de formação e transformação da cidade. A proposição do título deste capítulo justifica-se porque nas análises nele inscritas procuro demonstrar os significados dos tantos deslocamentos – geográficos, sociais, temporais e identitários – experimentados em suas trajetórias, para as suas vidas. Aqui, os conceitos-chave são o de memória e, mais uma vez, o de representação social. A perspectiva de abordagem do tema “memória” foi balizada nas teses de Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Michael Pollack e Walter Benjamin. A memória é assim analisada como um campo de lutas entre grupos e classes sociais em disputa pela hegemonia política e apropriação do espaço na cidade. Nesse

sentido, ela se constitui o substrato cultural da identidade que se pretende construir para a cidade, afirmando quem deve pertencer ou não ao seu projeto, assim como da identidade dos grupos que se colocam em disputa pelo seu enquadramento.

Nas considerações finais procurei analisar as conseqüências socioculturais das transformações do centro urbano da cidade para seus moradores. Tentei apresentar os seus lugares-destinos sociais como resultantes de uma trajetória urbana em que confrontaram com o processo – por vezes, sutil, por vezes, explícito – de produção progressiva do esquecimento da Rua do Buraco como identidade distintiva no cenário da cidade. Procurei, pois, relacionar trajetórias repletas de deslocamentos, rupturas e traumas com o modo como os ex-moradores da Rua percebem e enfrentam a condição presente, marcada não apenas por carências materiais, mas por diversos aspectos socioculturais que contribuem em boa medida para tornar sua pobreza persistente, para mantê-los subordinadamente integrados ao sistema socioeconômico da cidade. Enfim, procuro compreender como esses sujeitos respondem às recorrentes ameaças de dissolução de sua identidade e memória coletivas. Por isso, nesta seção me amparei nos conceitos de exclusão e segregação social, procurando evidenciar as suas complexidades e múltiplas faces na trajetória dos moradores da Rua.

## CAPÍTULO 1

### **2 - A INVENÇÃO DA CIDADE: PROJETO, REPRESENTAÇÕES E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IPATINGA**

As cidades, como os sonhos, estão construídas de desejos e de medos, ainda que o fio de seu discurso seja secreto, suas regras absurdas, suas perspectivas enganosas e toda coisa esconda outra.

Ítalo Calvino

#### **2.1 - O PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E A CONSTRUÇÃO DE IPATINGA**

A cidade de Ipatinga nasceu inspirada pela mentalidade nacional-desenvolvimentista difundida na burocracia pública do país com a penetração de profissionais egressos da Escola de Minas de Ouro Preto em seus quadros. Capacitados a estudar empiricamente a natureza e preocupados com as aplicações práticas de seus estudos, esses profissionais envolveram-se na criação e administração de indústrias e influenciaram a definição da política e o desenvolvimento da exploração mineral e da indústria de base no país (CARVALHO, 2005).

O mesmo intento desenvolvimentista que em 1941 criara a cidade industrial no município de Betim, a Companhia Siderúrgica Nacional e, um ano depois, a Companhia Vale do Rio Doce – para atender à crescente demanda de minério de ferro pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial –, se estenderia à consolidação e dinamização da indústria siderúrgica brasileira, tendente a se concentrar em Minas Gerais em razão de suas abundantes jazidas de minério de ferro (CHACON, 2005).

A base siderúrgica que sustentaria o ritmo acelerado da industrialização brasileira seria então composta por meio da implantação de empresas mistas com apoio técnico e financeiro

internacionais. As “vozes políticas de Minas”, pronunciadas por um conjunto de atores políticos regionais – Federação das Indústrias, intelectuais e suas respectivas instituições universitárias, parlamentares e o governo do Estado –, defendiam a tese da integração econômico-espacial do interior do estado ao país. A ressonância dessa tese no Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico do governo do presidente Juscelino Kubitschek viabilizou a implantação, em 1958, das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas, um projeto de cooperação técnica e financeira nipo-brasileiro, que provocaria a intensificação da ocupação da região leste do Estado.

As nossas lutas aqui em Minas, normalmente aquelas que se faziam no cenário das entidades de classe da produção industrial, eram no sentido de tentar mostrar que o espaço interior precisava ser integrado ao resto do Brasil. [...] Nós lançamos essa tese, a tese mineira de integrar o espaço físico no processo de desenvolvimento econômico, político e social. [...] O nosso projeto não visava apenas à construção de uma usina siderúrgica de grande porte. Nós visávamos um empreendimento que tivesse efeito multiplicador e que fosse ocupar espaços naquela tese da integração... ele [o empreendimento Usiminas] é fundamental na integração de áreas e do espaço que representa o estado de Minas (GUATIMOSIN, 1987, p. 07 - depoimento).

A partir de então, a rusticidade da vila Ipatinga – situada na confluência das bacias dos rios Piracicaba e Doce – passaria por uma acelerada transformação de sua paisagem e dinâmica socioeconômica, dando lugar a uma cidade construída segundo o projeto modernista elaborado pelo arquiteto e urbanista Rafael Hardy Filho e avalizado por Lúcio Costa. A premissa inspiradora desse projeto, assim como no caso da cidade de Brasília, era a criação de uma nova sociedade através da arquitetura e do urbanismo moderno, assim como defendia Le Corbusier. A própria construção de Brasília, proposta pelo governo de Juscelino Kubitschek como símbolo do Brasil moderno e igualitário, se constituía, nesse sentido, uma referência concreta do intento modernista, um modelo exemplar para outros contextos urbanos (FRÚGOLI JR., 2000).

Seguindo esse modelo, Hardy Filho projetou Ipatinga para ser, como ele próprio declarou, “um paraíso urbano industrial” (HARDY, 1972, p.34), o qual, do ponto de vista econômico, deveria integrar-se ao processo de desenvolvimento do país, segundo as aspirações das elites industriais, políticas e intelectuais mineiras. Na concepção de seu criador, “desde o início, a cidade deveria ser projetada em termos de comunidade aberta, na qual, passada a fase de construção e implantação, a livre iniciativa passasse a atuar cada vez com maior intensidade” (HARDY, 1972, p.34). Pelo menos no plano do discurso Ipatinga deveria possuir uma das principais características da cidade moderna: a abertura para o estabelecimento de diversificadas e intensas relações com o mundo exterior, por oposição ao caráter fechado das antigas cidades (ANDRADE, 2004).

A comunidade aberta se constituiria, assim, em sua concepção original, o cenário para a operação de uma espécie de “liberalismo dirigido, coordenado pelo Estado”, proposto por influentes lideranças políticas de Minas Gerais, como a chave para o progresso, designado como a superação intencional de um atraso relativo do estado: João Pinheiro no início do século XX; mais tarde, em meados do mesmo século, Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek (CHACON, 2005).

Paradoxalmente, a “cidade aberta” se configurou como uma engrenagem da produção industrial contemplando do ponto de vista habitacional apenas o assentamento dos funcionários da empresa e seus familiares. A cidade nasceria, assim, a reboque da Usina Siderúrgica, cuja construção se constituiu objetivo primeiro daqueles que tinham em suas mãos a incumbência de executar o projeto de integração econômica de Minas ao processo de desenvolvimento em curso no país. Vejamos, pois, a declaração de Luis Verano, chefe da construção da cidade:

A construção da cidade foi um brinquedinho perto da construção da usina. Eu parti do ponto de vista de que a coisa mais importante na construção de uma usina é o

tempo. Não adianta. Juros durante a construção custam uma fábula! Nós tínhamos uma preocupação muito grande de acelerar as obras ao máximo. Tomando até atitudes drásticas. Mas a gente faz e pronto. Eu não quero saber o que foi, depois eu resolvo. Precisamos tocar a obra. [...] A cidade foi o seguinte: eu não chamei ninguém para um concurso. Eu telefonei para um arquiteto chamado Rafael Hardy e disse: “Nós amanhã vamos a Ipatinga de avião”. Ele não gostava de avião, mas foi assim mesmo. Eu disse: “Nós vamos construir uma cidade. O de que você dispõe é esse projeto aqui e esta área”. Então, larguei o moço lá. E assim foi feito (VERANO, 1987, p.14 - depoimento).

O pragmatismo que caracterizou o processo de construção da usina e, por extensão, do espaço urbano da “Cidade Usiminas” era apenas o reflexo da concepção que norteou a invenção de mais esse símbolo da modernidade. Em consequência, negligenciaram-se a realidade pré-existente apostando-se na construção de uma nova ordem urbana e, por conseguinte, social, bem como os efeitos do componente migratório associado à formação de grandes áreas industriais (FRÚGOLI, 2000). Não por acaso, uma vez que o urbanismo modernista assumia como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados, transpondo-se, assim, para o plano urbano, os princípios de organização da produção (VAINER, 2000).



FIGURA 1: Bairro Cariru, destinado à habitação de funcionários da Usiminas de nível técnico e superior.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.



FIGURA 2: Bairro de operários na “cidade de Usiminas”, no início da década de 1960.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

## **2.2 - FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL: A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

As construções da cidade e da usina e, posteriormente, a implantação dos planos de expansão desta desencadearam um intenso fluxo migratório de trabalhadores de todas as partes do país para a região, movidos pelo desejo de exercer o trabalho assalariado na indústria e fazer parte do então nascente universo urbano. De início, cerca de dez mil trabalhadores foram recrutados pela política de recursos humanos da Usiminas. Porém, apenas parte desses trabalhadores foi assentada no espaço urbano segundo o plano elaborado e executado pela empresa. Na “Cidade Usiminas”, o espaço foi, então, dividido em bairros concebidos como unidades de vizinhança autônomas destinadas a abrigar distinta e separadamente os funcionários da empresa de acordo com as suas posições na escala hierárquica. Essa concepção implicava a cada bairro possuir sua própria área de comércio, educação e lazer, apostando-se com isso na criação de várias centralidades como mecanismo de dispersão e de segregação socioespacial dos diferentes segmentos populacionais.



Entretanto, fratura maior logo se constituiria entre o espaço da cidade que emergia sob o signo da modernidade e as áreas não incorporadas ao plano urbanístico da Empresa, sobretudo o povoado pré-existente, sintomaticamente chamado “Ipatinga Velha”. Esses dois universos paralelos em termos de infra-estrutura urbana, habitados por diferentes categorias de pessoas (classes sociais), inscreviam assim as marcas das diferenças sociais no espaço urbano da cidade. De um lado a “cidade planejada” dos trabalhadores da Usiminas, dos “segmentos formalmente integrados” ao sistema socioeconômico vigente; do outro, a “cidade espontânea”, habitada majoritariamente por trabalhadores que mantinham uma relação de externalidade com o modo de produção capitalista e viviam em precárias condições socioambientais (RIBEIRO, 1994 b).



FIGURA 3: Centro da antiga Vila Ipatinga – 1963  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG

A estratégia de recrutamento adotada pela Empresa era a de arrematar mais trabalhadores do que efetivamente demandava, de modo que pudesse realizar a seleção de pessoal com margem significativa para substituição. Aqui é preciso lembrar que a maior parte da mão-de-obra atraída para a região não estava habituada ao exercício do trabalho

operário fabril. Como declarou Luis Verano, Chefe Geral da Construção da Usina e da Cidade,

[...] na formação do pessoal de operação foi feita uma coisa mais brasileira, pelo Dr. Lanari. Foi o seguinte: de quantos homens nós precisamos? Cinco mil. Vamos admitir dez mil e selecionar cinco mil [...] Houve erros muito sérios desta parte. Foi muito certo recrutar dez mil pessoas, mas depois o que fazer com dez mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico? (VERANO, 1987, p. 14-15 - Depoimento).

Em decorrência desse procedimento, formou-se uma reserva de mão-de-obra no sítio em que estava instalada a empresa, ou, nos termos marxistas, um “exército industrial de reserva” que, além de cumprir uma função política perversa para a classe operária, figurou como um primeiro contingente de pobres não inseridos socialmente através dos mecanismos vigentes à época: o emprego formal e a habitação (RIBEIRO, 1994 b). A implantação e urbanização de Ipatinga transcorreram, pois, como parte do amplo processo de transformação da antiga sociedade rural exportadora e a emergência de uma complexa sociedade urbano-industrial. Processo que, embora marcado por um razoável grau de mobilidade ocupacional e de integração à vida urbano-industrial, caracterizou-se pelo surgimento de um “vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres urbanos, inseridos em variadas formas precárias de produção e sobrevivência” (RIBEIRO, 1994 b, p. 263-264).

Esse excedente programado de trabalhadores não incorporados imediatamente às atividades produtivas formais protagonizou a constituição de diversas atividades econômicas informais, a ocupação desordenada e precária de espaços urbanos, dando origem aos primeiros núcleos de pobreza da cidade – verdadeiros universos de negação à pretensa “civildade urbana” que haveria de resultar do projeto de sua construção (DIAS; SANTOS, 1972).

As lembranças de um dos pioneiros da cidade ajudam a evidenciar a situação socioespacial que se configurava na época com a chegada das empreiteiras e de seu contingente de trabalhadores responsáveis pela construção da Usina:

[...] as empreiteiras trouxeram muita gente. Não havia serviço para todo mundo, mas o pessoal vinha. Então a região ficava cheia (principalmente o núcleo central do povoado). Tinha mais de 2.000 barracas que o pessoal fez, cobrindo com sacos de cimento que sobravam das empreiteiras. Virou uma verdadeira confusão. Isso tudo aqui era cheio de barracas. [...] O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga. Eles vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barraquinha coberta de qualquer coisa a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá, naquela miséria.[...] A notícia da Usiminas correu o Brasil todo e todo mundo que sabia vinha. Uns eram bem sucedidos porque chegavam e encontravam serviço. Outros não. [...] E a população foi crescendo de modo desorganizado porque um chegava, fincava uma barraca aqui, outro chegava, fincava outra barraca ali (ALVES, 1987, p. 09)<sup>7</sup>.

Embora contemplasse inicialmente a transformação do antigo núcleo da vila implantando ali um centro cívico-administrativo, composto pela prefeitura, câmara municipal, fórum, biblioteca, central de polícia e de bombeiros, bem como um centro comunitário destinado a atividades diversificadas – como comércio, hotéis e pensões que abrigariam os funcionários e operários solteiros e a população flutuante de compradores, vendedores e visitantes –, essa parte do plano urbanístico jamais saiu do papel. Por isso, em contraste com a emergente “Cidade Usiminas”, o antigo centro da vila cresceria de forma espontânea. Aos forasteiros que ali chegavam restava como opção se instalar precariamente às margens do Ribeirão Ipanema ou em encostas próximas, território da cidade que seria rapidamente ocupado e conhecido como “Rua do Buraco”.

Desde cedo, o “velho” núcleo da cidade se constituiu, no cenário da cidade moderna, o que Lefebvre denomina uma “heterotopia” – “o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo

---

<sup>7</sup> O entrevistado foi um dos pioneiros da cidade, ex-vereador e integrante da Comissão Pró-Emancipação da vila Ipatinga, elevada à categoria de distrito de Coronel Fabriciano em 1954 e à de município em 1964.

excluído e imbricado. Ordem distante”, em relação à isotopia – “os lugares do mesmo, mesmos lugares”, representada pela “Cidade Usiminas”. Entre eles, se interpuseram “espaços neutros: cruzamentos, lugares de passagem, lugares que não são nulos, mas indiferentes” (LEFEBVRE, 2001a, p. 118).

As ruas, sem calçamento, tornam-se intransitáveis no período de chuva e uma poeira constante cobre a Vila na época de muito sol. A higiene não faz parte do dia-a-dia e tudo parece ser um imenso mercado, cheio de mosquitos e de sujeiras. Os açougueiros sacrificam os animais a serem comercializados, no próprio centro da Vila, pendurando-os nos galhos dos eucaliptos que ainda teimam em ficar de pé. Os restos de animais mortos são disputados por mendigos, cachorros e urubus na sua luta diária pela subsistência, como se estivessem à parte do turbilhão de desenvolvimento que chegou (FONTES, 1992, p.195).

Por se configurar como um lugar de precárias condições urbanístico-ambientais, onde se cristalizou a primeira imagem da pobreza urbana em Ipatinga e, sobretudo, por ter sido um espaço aberto ao abrigo de todos os tipos sociais que chegavam à cidade, a Rua do Buraco adquiriu uma identidade distintiva e, com efeito, tornou-se socialmente segregada. Segundo Marcuse, a segregação é o “processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida” (MARCUSE, 2004, p. 24). Os moradores da Rua que ali se aglomeraram eram, em sua grande maioria, trabalhadores informais, com baixos níveis de escolaridade, qualificação profissional e renda, integrados de forma subordinada ao sistema socioeconômico vigente.



FIGURA 4: Vista panorâmica da Rua do Buraco - 1963.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga.

Segundo Lefebvre, a separação e a segregação “constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 124). Nesse sentido, sendo o urbano a unidade das contradições, lugar dos enfrentamentos e dos conflitos, inclusive os de classes, em Ipatinga, a fragmentação espacial e a segregação social de seus diferentes segmentos populacionais se constituíram uma negação da sua característica fundamental.

Porém, o acelerado processo de produção e apropriação do espaço urbano da cidade, cujo ritmo fora ditado pelas elevadas taxas de crescimento da população nas décadas de 1960 e 70<sup>8</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 2000), passaria a ser então o cerne dos embates entre diferentes atores político-econômicos locais. Nesse processo – em que o poder público desempenhou um papel subordinado e complementar, mesmo com a emancipação político-administrativa do “distrito Ipatinga” em 1964 –, outros três fatores articulados entre si se fizeram fundamentais:

---

<sup>8</sup> Conforme consta na proposta de Plano Diretor para Ipatinga (1991), excetuando a década de 90, a cidade teve taxas de crescimento populacional superiores à média nacional e estadual – mais de 18% ao ano na década de 60 e 12,1% nos anos 70. No período entre 1980 a 1996, no entanto, esse crescimento foi de 1,7% ao ano.

1) a Usina e a sua infra-estrutura viária, voltada à garantia da eficiência da produção siderúrgica, através de complexos sistemas viários – rodo e ferroviário – para facilitar a chegada de matéria-prima e escoar a produção, e da auto-suficiência em infra-estrutura (água, energia etc.), habitações e equipamentos sociais para reter e manter ativa a força de trabalho;

2) a estrutura fundiária: sendo o município originariamente dedicado à pecuária extensiva, grandes áreas pertenciam a um pequeno número de proprietários, os quais retiveram suas propriedades, inflacionando o mercado imobiliário e forçando a cidade a se expandir prematuramente para áreas mais distantes. Como já exposto, a população não vinculada diretamente ao projeto da Usiminas era compelida a morar no centro do antigo povoado, no qual as pessoas de menor poder aquisitivo tinham como alternativas: a ocupação das encostas do Ribeirão Ipanema, ou de suas áreas inundáveis; ou na periferia distante.

3) a dominação política, facilitada pelas restrições e controle impostos pela Usiminas à participação independente de seus funcionários na política local, exercida até o final da década de 80 por grupos conservadores da região – diga-se de grandes proprietários rurais – que assumiram diretamente o poder público local. Por sua vez, os demais – trabalhadores não especializados e a pequena classe média de comerciantes – se prestaram às manipulações políticas daquelas lideranças conservadoras (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 1991a, p. 71).

Sob a regência desses três fatores fundamentais e considerando uma seqüência cronológica simples que vai até a década de 90, o processo de produção e apropriação do espaço urbano na cidade pode ser assim configurado: no período que compreende a metade da década de 50 e toda a década de 60, a expansão do centro e o surgimento de núcleos espontâneos indicaram o processo de ocupação sem controle que se estenderia para as décadas seguintes, em decorrência da atração da força de trabalho exercida pela atividade siderúrgica. Como já apontado, esse fenômeno contrariou radicalmente a concepção original da cidade na qual se supunha a ocupação urbana estrita aos bairros implantados pela

Usiminas. Na década de 70, o processo dual de ocupação se tornaria mais evidente. Os bairros residenciais da Usiminas terminariam de ser implantados simultaneamente à aprovação e/ou implantação dos loteamentos na porção espontânea da cidade. Na primeira metade da década de 80, a cidade continuaria a expandir, porém de forma mais tímida do que na anterior, caracterizando-se principalmente pela expansão de bairros já existentes. O período de 1985-90 é marcado pela aprovação e/ou implantação de expansões em bairros existentes, ocupados por uma população de baixa renda, via de regra em locais de topografia acentuada, agravando a qualidade das ocupações e das áreas vizinhas. Esse processo teve prosseguimento nos anos seguintes em função da pequena extensão territorial do município (166,5 km<sup>2</sup>), tendo, entretanto, como diferencial as intervenções da prefeitura no sentido de reurbanização e regularizar as então denominadas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).<sup>9</sup>

As freqüentes mutações do espaço urbano da cidade, decorrentes da sua acelerada ocupação, tornavam prementes os investimentos do poder público para implantação de adequada infra-estrutura e serviços urbanos, equipamentos públicos e sociais, sistema viário, dentre outros. As respostas a tais exigências se consubstanciavam em intervenções sempre mais voltadas à manutenção do ideário de cidade moderna do que à inclusão das populações periféricas ao tecido urbano da cidade. Essa é a constatação inscrita no diagnóstico que subsidiou a elaboração da proposta de Plano Diretor para a cidade, em 1991:

Nos últimos anos da década de 70, foi iniciada a execução de projetos que marcaram de forma indelével o espaço urbano de Ipatinga. O sistema viário principal, elemento estruturador da ocupação urbana, contribuiu para fortalecer a imagem de cidade moderna, redistribuindo ao mesmo tempo, a valorização da terra urbana em função da acessibilidade real ou potencial (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 1991a, p. 68).

---

<sup>9</sup> No relatório conclusivo de pesquisa Convida, realizada em 1998 pela Prefeitura Municipal nos principais bolsões de pobreza da cidade (Retrato da Pobreza Urbana no Município de Ipatinga: Diretrizes para Redução), consideraram-se AEIS aquelas áreas ocupadas homogeneamente por “população de interesse social”, ou seja, com renda familiar *per capita* entre 0 e 3 salários-mínimos.

### 2.3 - A BUSCA DA CURA: A CIDADE COMO ORGANISMO, A RUA COMO PATOLOGIA

Concebendo a cidade como um organismo – utilizando metáforas retiradas do discurso médico, da biologia e da nascente sociologia funcionalista – e ao mesmo tempo como fator de progresso, o urbanismo se propusera não apenas a evitar o congestionamento como se fora este mera questão de ordenação espacial, mas a curar as patologias e, ainda, a fazer do espaço central um elemento constitutivo das forças produtivas. Objetivo este alinhado à concepção da *city efficient*, que emerge no início do século XX para defender “a função econômica da cidade enquanto concentração de mão-de-obra e como centro de negócios, oferecendo uma infra-estrutura contendo os efeitos úteis de aglomeração, necessários ao crescimento industrial” (RIBEIRO, 1994a, p. 111). Não por acaso denominou-se “Cura Ipatinga” o projeto por meio do qual a Prefeitura Municipal se propôs, na década de 70, sanear o vale do Ribeirão Ipanema com o objetivo expresso de promover a integração da população de Ipatinga, descaracterizando a área não planejada como ‘periferia’ da cidade da Usiminas. A aposta do projeto era a de que esse objetivo seria atingido por meio da melhoria da qualidade de vida a ser proporcionada pela implantação de infra-estrutura e equipamentos nas diversas áreas da cidade, e, ainda, da implantação de equipamentos sociais, culturais e de lazer capazes de promover a convivência entre os habitantes.

Com a “cura” propunha-se então incorporar espaços urbanos que, por terem se constituído desordenadamente, destoavam do cenário moderno que caracterizava a “Cidade Usiminas”. Contudo, e a despeito dos objetivos declarados, a extensão do cenário próprio à cidade da Usiminas a outras áreas pretendia fundamentalmente tão-somente uniformizar o espaço urbano em consonância com o projeto de cidade moderna e, assim, o subordinar aos interesses da acumulação capitalista. Com efeito, a valorização da terra decorrente dessas



intervenções urbanas se traduziu em um forte instrumento de expulsão das classes pobres que a ocupavam.

Antes, porém, da realização do programa “Cura Ipatinga”, já no final da década de 70, a Fundação Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, denominada Professor Lucas Machado, já apresentara, em 1974, um “Plano de Desfavelamento” das famílias residentes na Rua do Buraco, composta nesse entendimento ainda pelas ruas Araxá, São José e Boca Rica. O plano tinha por objetivo promover uma campanha pró-desfavelamento da área e ainda apontar algumas diretrizes para um plano social de construção de casas populares.

Na década de 80, fracassadas as tentativas anteriores de “desfavelamento”, a Prefeitura Municipal propôs mais um anteprojeto de tratamento da área central. Previa-se a canalização do Ipanema e a remoção da população que habita as suas margens; a construção de um centro comercial vertical, tendo-se a alternativa de uso misto com apartamentos; bem como um conjunto habitacional no Morro do Veneza (situado em frente à Rua do Buraco, do outro lado do Ribeirão Ipanema). Esse anteprojeto contemplava ainda a implantação de um novo sistema viário para ligação de outras áreas da cidade ao centro e a transposição de parte do ribeirão Ipanema, o que implicava a demolição de alguns trechos da área comercial. Complementarmente, propunha-se a construção de um *shopping center* nos quarteirões próximos à Prefeitura Municipal, bem como a adoção de uma política global de habitação popular no município.

Conforme análise técnica inscrita no diagnóstico realizado para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da cidade, em 1991, pretendia-se realizar uma “cirurgia urbana visando dar a cidade um centro ‘moderno’ em total consonância com a imagem obtida através do sistema viário” implantado no final na década de 1970. Contudo, “a proposta atenderia

primordialmente aos interesses imobiliários, não resolvendo a grave questão habitacional e fundiária da área central” cujo mérito restringia-se apenas ao fato de tornar pública “a premente discussão sobre a revitalização da área e sobre qual imagem o centro de Ipatinga deve refletir” (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 1991a, p. 70).

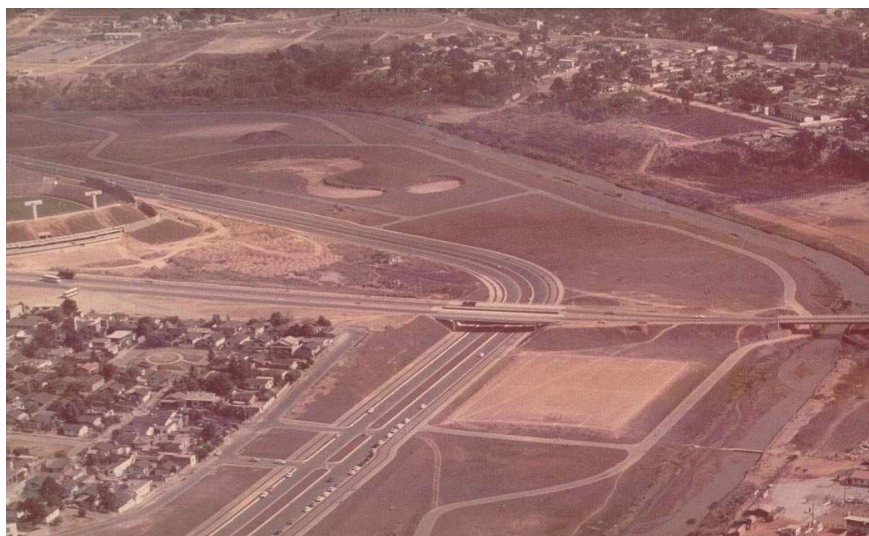


FIGURA 5: Implantação de sistema viário e obras iniciais do Parque Ipanema, no início da década de 80.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

Certamente, na retina dos arquitetos e engenheiros então convertidos em urbanistas a referida imagem deveria ser aquela que os incumbisse da tarefa de ordenar o espaço a partir de critérios racionalizadores. Tarefa essa cuja efetivação nem sempre se apoiou em referenciais puramente técnicos, pois o que se pretendia era realizar uma reforma urbanística e sanitária inspirada nas já realizadas em grandes centros como Paris e Rio de Janeiro. Nestas, as tais reformas pretendiam essencialmente “organizar e ‘limpar’ a cidade, ou pelo menos a sua parte central, não somente racionalizando-a para o tráfego e livrando-a dos agentes poluidores, mas também dos estratos mais pobres” (ANDRADE, 2004, p.32).

A ocupação da área central pelos denominados moradores do buraco se constituía o principal entrave à sua apropriação pelo capital imobiliário. A fim de superar tal entrave, além das representações estigmatizantes, as classes dominantes usaram inclusive do aparato da polícia estatal para pressionar os moradores da Rua a se retirar da área. Essa é a interpretação de Rita de Cássia, que em meados da década de 80 integrava um movimento articulado pela Igreja Católica – Movimento Mulher Marginalizada – em defesa das profissionais do sexo que à época trabalhavam na zona boêmia em funcionamento na Rua.

Na verdade existia uma vontade de... por ser uma área nobre, de retomar aquela área que a população ocupou, né. E aí não tinha uma política de assentamento, de mutirão, de nada, né. Então eles queriam na verdade amedrontar o povo pra ver se eles saiam e aí eles tomavam conta da área. E aí começaram a fazer batidas. A polícia chegava com os carros, prendia um tantão de mulheres, e era aquela confusão. Aí o pessoal começou a ficar assustado de fato, né. ... e aí começou uma manifestação. Primeiro nós fizemos uma manifestação lá no local e depois surgiu o movimento, e nós continuamos sendo referência para aquela população. Então sempre que tinha qualquer problema a gente reunia, tentava buscar solução, ia no poder público, ia na polícia, ia no Batalhão, onde precisasse. E aí o povo conseguiu fincar o pé ali e não sair tão facilmente igual eles queriam. Eles fizeram isso umas três noites seguidas e, depois que a gente começou a articular, isso foi notícia pro jornal, direitos humanos foi acionado também, aí eles pararam com esse tipo de... viram que desse jeito não dava certo. Aí depois foi feito o mutirão, o pessoal saiu, mas aí já é outra história, muitos anos depois, né (Depoimento verbal)<sup>10</sup>.

Portanto, a marca dos projetos urbanos implantados na cidade nas décadas de 70 e 80 é a inspiração no planejamento modernista/funcionalista de raízes iluministas. Com sua herança positivista, esse planejamento apostava no progresso linear e no enfoque holístico. Por outro lado, dada a sua influência keynesiana e fordista, tinha “o Estado como figura central para assegurar o equilíbrio macro-econômico e social, e um mercado de massas” (MARICATO, 2000, p.126). Assim, se a cidade vista como organismo reforça a idéia do planejamento enquanto ação global em um sistema regido por leis, a sua perturbação implica patologias sobre as quais devem ser aplicados os remédios necessários ao restabelecimento da harmonia

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Rita de Cássia, no dia 23/05/05.

funcional do corpo urbano. Além do discurso moralista próprio aos reformadores do século XIX, a estratégia seria realizar intervenções urbanísticas como instrumentos de resolução de um problema crucial então enfrentado pelo fordismo: a inadequação das práticas operárias às exigências na nova ordem econômica e política inerente a este regime de acumulação (RIBEIRO, 1994a).

Nota-se aqui um componente paradoxal do projeto econômico-urbanístico consubstanciado em Ipatinga. Embora partes do mesmo projeto nacional desenvolvimentista, as construções da usina siderúrgica e da cidade produziram dois efeitos contraditórios entre si.

De um lado um contingente de trabalhadores precários funcionais ao sistema formal, ainda que a ele integrado de maneira subordinada; de outro, um cenário, habitado por este contingente, que negava a ordenação e a racionalidade pretendidas para o espaço urbano da cidade moderna. Assim, o processo histórico de formação e desenvolvimento urbano de Ipatinga transcorreu segundo uma lógica que combinou, tensa e contraditoriamente, o enfrentamento entre a intenção de “apagar” a Rua do Buraco do cenário urbano e a necessidade de integração subordinada e funcional de seus moradores.

As representações acerca da cidade elaboradas por suas classes dominantes, que orientaram e se consubstanciaram em práticas voltadas à construção de uma paisagem moderna, constituíram, pois, uma gramática a partir da qual se podem também interpretar as relações de poder locais. Tais representações se inscrevem na luta simbólica travada entre as “diferentes classes e frações de classes para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 2004, p.11). Suas impressões podem ser encontradas nos conflitos simbólicos da vida cotidiana ou nos planos urbanísticos e sociais que até a década de 80 eram elaborados em “gabinetes”, nos quais a “grande empresa” e o Estado fundiam-se em uma só coisa. Com efeito, as

intervenções da “Empresa/Estado” ou do “Estado/Empresa”<sup>11</sup> buscavam dar vida à cidade seguindo os valores e a ideologia incutidos em seu projeto original, varrendo para a periferia, ou incorporando, de forma subordinada, à lógica modernizadora os elementos destoantes. No campo do planejamento urbano, hermético, e, sobretudo, na tensão entre suas proposições em termos de produção do espaço e a vida vivida pelos habitantes da cidade, a referida luta contava com a participação de especialistas da produção simbólica. Na disputa do “monopólio da violência simbólica legítima” esses especialistas, apoiados em seu conhecimento técnico, atuavam, como diria Bourdieu (2004) no sentido de “impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 2004, p. 12). Contudo, o crescimento desordenado, a antítese à racionalidade do planejamento modernista, começava a se despontar na sua paisagem urbana anunciando que Ipatinga não seria exatamente a cidade concebida no plano da Usiminas.

Há, pois, uma distância entre as premissas inspiradoras do projeto original e a sua experiência concreta. Se a cidade se pretendia “aberta” à exploração da iniciativa privada, essa abertura não pode ser entendida senão como a iniciativa no âmbito do mercado. Do contrário, a prática urbanística teria, desde seus primórdios, contradito o plano-discurso, na medida em que a construção da cidade é resultado de um planejamento de gabinete e protagonizado por um único ator – a Usiminas, voltado exclusivamente para o segmento dos trabalhadores formais vinculados à empresa e, além disso, marcado por um viés restritivo à diversificação das relações sociais, tendo produzido uma estrutura urbana segregada, e reforçada, nesse intuito, pelo rígido esquema de vigilância da vida social empreendido pela direção da empresa. Percebe-se assim a articulação coerente entre a estratégia urbana inscrita

---

<sup>11</sup> Consta que o primeiro prefeito eleito de Ipatinga, Fernando dos Santos Coura, pertencia aos quadros da Usiminas. A empresa se fazia representada também na Câmara Municipal. Em várias disputas internas, alguns dos vereadores eram classificados como “vereadores da Usiminas”.

no projeto original da cidade e a prática que se estende daquela estratégia no propósito de controlar as contradições e conflitos inerentes ao espaço urbano. Pois, como adverte Lefebvre, “o urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político” (LEFEBVRE, 1999, p.164).

Na primeira fase de existência da cidade, a elaboração desse espaço político-urbano teve como principal agente a Usiminas, conforme se propõe na análise inscrita no diagnóstico que subsidiou a formulação da proposta de Plano Diretor para Ipatinga, em 1991:

... o espaço urbano é o palco onde a usina expressa sua (oni) presença, seja no planejamento dos espaços, seja no controle físico da disponibilidade de terras. A nível simbólico, é a imagem da cidade industrial dos primórdios da industrialização, com seus operários uniformizados circulando pelas ruas, com suas chaminés e alto-fornos alternando fumaças de diferentes cores e texturas. É a expressão do poder econômico que perpassa o cotidiano da cidade e a vida dos cidadãos, criando uma cultura de cidade operária na qual ser ‘fichado’ na Usina é uma segurança, onde o acesso à cidade em seu sentido pleno (habitação, infra-estrutura, saúde, etc.) é um privilégio que se dá pelo acesso ao emprego. (IPATINGA: Prefeitura Municipal 1991a, p. 62).

Inegavelmente, a empresa exerceu importante papel na provisão da infra-estrutura urbana e de serviços na cidade, tendo inclusive sido fundamental no combate e erradicação da malária, doença então endêmica na região.

Quando a Usiminas aqui se instalou, no final dos anos 50, Ipatinga era uma vila pequena e pobre, castigada por doenças endêmicas, com pouco mais de 300 moradores e praticamente nenhuma perspectiva de crescimento. A Usiminas, então, iniciou uma ampla ação civilizadora, em parceria com o poder público. (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2004, p. 40).

Contudo, não se deve pensar que a “ação civilizadora” por ela desenvolvida se inspirava, pelo menos a princípio, em processos estritamente educacionais. Embora tenha

investido na implantação de escolas de ensino fundamental e médio, visando atender a demanda de seus funcionários e familiares, assim como em sua formação técnica, o controle social por meio da vigília cerrada e da força era uma prática corrente, como declarou o Chefe Geral da Construção da Usina e da Cidade, Luiz Verano:

Foi muito certo recrutar dez mil pessoas, mas depois o que fazer com dez mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico? Isso levou àquele famoso 7 de Outubro. [...] Gerou-se muito conflito. Inclusive, houve um erro – que eu diria ser meu – mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam 100 pessoas em cada um deles. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um regime militar? (VERANO, 1987, p. 15)

Sem considerar os fatores que motivaram a greve e a manifestação dos operários na porta da fábrica em 7 de outubro de 1963, a reação da Polícia Militar do Estado e da Vigilância Privada da Usiminas, que provocou a morte de dezenas de manifestantes e de transeuntes, reflete o tratamento dispensado a trabalhadores reduzidos à condição de força de trabalho.

Posteriormente, outros métodos disciplinadores da força de trabalho foram introduzidos de forma eficiente. Merece destaque a implantação dos clubes poliesportivos e, sobretudo, da prática do futebol, esporte que, segundo Da Matta, foi introduzido no Brasil no início do século como “uma atividade destinada a redimir e modernizar o corpo pelo exercício físico e pela competição, dando-lhe a higidez necessária à sua sobrevivência num admirável mundo-novo, esse universo governado pelo mercado, pelo individualismo e pela industrialização” (DA MATTA, 1994, p.11).

No mundo-novo que se figurava na nova cidade de Ipatinga, o futebol seria mais uma vez funcionalmente utilizado como instrumento fundamental no processo disciplinar dos operários para a vida social e a atividade fabril. Seja no interior dos clubes poliesportivos ou em campeonatos disputados entre times de diferentes bairros, em pouco tempo a prática do futebol tornou-se comum na cidade e, com isso, facilitou a introdução de valores

fundamentais à vida burguesa. Para além do efeito disciplinador, o futebol contribuiria ainda para a trivialização da vitória e da derrota, “da pobreza e da má sorte [...] o que só poderia ocorrer numa sociedade transformada pelo mercado, que tudo engloba e faz crer que todos são mesmo jogadores com iguais oportunidades” (DA MATTA, 1994, p.13). Socializando para o fracasso e para o êxito, o futebol se constituía assim uma espécie de antídoto para os conflitos decorrentes das diferenças socioespaciais que, a despeito das pretensões utópicas do urbanismo moderno, teimavam em se explicitar numa cidade repleta de “estrangeiros”. Como afirma Simmel (1983), o “estrangeiro” é uma figura móvel que, embora entre ocasionalmente em contato com todos os elementos do grupo, não está organicamente ligada a eles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação. Por isso, ele unifica o traço de proximidade e distância envolvido em toda relação humana. Na relação com o estrangeiro, “a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade está próximo” (SIMMEL, 1983, p. 183).

Em sua presença em Ipatinga, o estrangeiro aparece como fator de desestabilização, uma ameaça à ordem social, seja em função dos diferentes valores morais, costumes e visões de mundo que trazia ou da sua disposição para a aventura. Note-se, pois, a pergunta de Luís Verano, chefe da construção da cidade, a um dos membros da Comissão de Recrutamento ao saber que este incluía uma cidade do interior do estado de Goiás dentre as que seriam percorridas em sua missão de arregimentar força de trabalho para a cidade: “Uai, vocês vão trazer os índios?”. Mais do que uma anedota acerca da história de construção da empresa e da cidade, esta pergunta contém em si duas indicações: 1) a grande diversidade sociocultural reunida em Ipatinga com a presença de tantos e diferentes tipos sociais e 2) os perigos da vida no lugar uma vez que do “estrangeiro” não se sabe exatamente qual comportamento esperar.



Assim, embora vista como um “brinquedo” em face do desafio de se construir a Usina Siderúrgica, a complexidade da cidade moderna logo se manifestou para seus construtores, desafiados a manter a ordem, assim como para os tantos “estrangeiros” nela reunidos confrontados com a necessidade de aprender a viver no universo urbano-industrial.

Não se pode deixar de considerar que a emergência do poder público municipal se deu posteriormente à implantação da empresa e que ao protagonismo da Usiminas na construção da cidade se seguiu a hegemonia política dos proprietários rurais, conservadores, assim como a formação de uma elite comercial e industrial – a desejada “iniciativa privada” do projeto de “cidade aberta” – classes que deteriam o poder político-institucional até o final da década de 80. Com efeito, o insulamento inicial da Usiminas – preocupada exclusivamente com a cidade que construía para atender aos interesses da produção industrial – foi aos poucos sendo superado, dada à emergência e organização de diferentes atores políticos, portadores de interesses diversos, na cena local.

Ainda assim, a centralidade da produção siderúrgica na economia da cidade continuaria a conferir à Usiminas grande importância política, deixando por muito tempo o poder público como uma força que se movia a reboque de seus interesses. Embora não participasse de forma transparente dos debates e decisões políticas, a empresa atuava em seus bastidores, apoiando determinados grupos nas eleições municipais e controlando as eleições dos dirigentes sindicais de representação dos metalúrgicos e cerceando a participação de seus funcionários nesses e noutros eventos políticos.

Outra estratégia adotada pela Usiminas com vistas à consolidação da sua hegemonia era o desenvolvimento de ações sociais, inclusive de cunho assistencialista, para acesso de seus funcionários e familiares. Com isso, a maioria dos trabalhadores da cidade formal se via “amarrada” às determinações e à temporalidade criada pela empresa. Emprego, habitação, assistência social e à saúde, comércio, recreação, crédito e, mesmo os serviços urbanos, foram

por muito tempo prerrogativas da empresa, que passou a ser vista por muitos como uma “mãe”, no sentido daquela que acolhe e provê, sem os imperativos do Estado. Diante de tamanha força econômica e política, a maioria dos atores políticos locais buscava se integrar a todo custo e de forma subalterna à temporalidade da empresa.

No entanto, a emergência de novos atores políticos e sociais no início da década de 80, dispostos a participar da definição dos rumos de uma cidade ainda em formação e desprovida de um arranjo institucional que viabilizasse a participação dos diferentes segmentos e grupos sociais que compunham a população, promoveria a mudança da correlação de forças políticas no âmbito do poder local. Organizados em um movimento de esquerda de amplas bases (sindical, partidária, religiosa e comunitária) esses atores formularam um discurso fortemente marcado pelo enfretamento à Usiminas, inscrevendo assim em sua plataforma política a necessidade de promoção da autonomia do poder público municipal em relação à empresa.

Capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o referido movimento conquistou a prefeitura e vários assentos no Legislativo, nas eleições municipais de 1989, inaugurando um mandato executivo que se estenderia até o ano de 2004. O discurso que conduziu o PT à vitória era marcado por algumas idéias centrais: 1) a necessidade de superação da opressão imposta aos operários nas relações de trabalho e na política sindical; 2) a necessidade de se minimizar os impactos ambientais gerados pela produção siderúrgica; 3) a necessidade de inverter prioridades, provendo de infra-estrutura e serviços urbanos a parcela da cidade que crescera desordenadamente e 4) a necessidade de se instaurar no município um governo “democrático-popular” capaz de criar e implantar mecanismos de democratização do planejamento da cidade.

#### **2.4 – O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE**

Ao longo dos 16 (dezesesseis) anos de governo do Partido dos Trabalhadores, vários conselhos de políticas setoriais foram instituídos e desenvolvidos programas para a melhoria da infraestrutura e dos serviços urbanos, sobretudo em áreas de expansão espontânea. Exemplos das intervenções urbanas do período são: o Programa Água Limpa (de tratamento de fundos de vale e coleta e tratamento do esgoto, com o objetivo de universalização do serviço), a implantação de Parques Urbanos e o desenvolvimento de ações integradas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), diga-se de recuperação ambiental, urbanização, regularização fundiária e promoção socioeconômica de suas populações.

Esse conjunto de intervenções urbanas por meio das quais se produziu uma substantiva transformação identitária da cidade foi desenvolvido num contexto de hegemonia do modelo de globalização liberal resultante das transformações político-econômicas e culturais deflagradas, a partir da década de 70, com a gradativa substituição, dentro do capitalismo avançado, do regime de acumulação e regulação fordista-keynesiano pelo flexível (HARVEY, 1998). Sua realização foi certamente influenciada pela posição de vanguarda das grandes metrópoles nacionais e mundiais em face dos desafios impostos pelas transformações político-econômicas e culturais então em curso. Nesse contexto, as grandes cidades, como “novos atores políticos”, passaram a se lançar à competição no mercado global como uma mercadoria a ser vendida. Seus atributos e vantagens competitivas passaram a ser divulgados de modo a atrair investimentos e recursos humano-profissionais capazes de produzir efeitos econômicos multiplicadores, uma vez que a propalada crise político-econômica do Estado-nação e, por conseguinte, a sua subordinação ao mercado e aos interesses do capital transnacional o tornara frágil para fomentar, coordenar e regulamentar o desenvolvimento dos países. Dentre os principais fatores que teriam concorrido para a referida fragilidade, diga-se, do modelo centralizado de gestão nacional constam: a internacionalização da economia, a convergência de interesses das empresas transnacionais com a atuação de governos subnacionais por

investimentos, a crise fiscal dos governos centrais, a expansão do Welfare State e o seu crescente provimento pelo plano local, a urbanização e as demandas da sociedade por ela trazidas, o ressurgimento de movimentos pela autonomia de etnias ou regiões, a democratização pós-guerra no mundo desenvolvido e a redemocratização de Terceira Onda (ABRÚCIO; SOARES, 2001, p.22).

Com efeito, a atuação dos governos e da sociedade ganhou espaço no debate político, institucional e administrativo. Enfocava-se a necessidade da reforma do Estado como um processo destinado, em seu primeiro estágio, a racionalizar os recursos fiscais por meio da abertura e desregulamentação dos mercados e da privatização e, no segundo, a conferir eficiência aos serviços públicos, o que se alcançaria otimizando os recursos humanos e financeiros, via o estímulo à competição administrada pelo governo e do que as organizações sociais são exemplo: a democratização, com o envolvimento de outros atores políticos e sociais nas decisões relativas às ações públicas e, por fim, a descentralização para as esferas subnacionais das responsabilidades de provisão de infra-estrutura e dos serviços sociais. (SOUZA; CARVALHO, 1999).

No Brasil, as mudanças na estrutura política do Estado nacional contribuíram sobremaneira para a emergência de processos sem precedentes de desconcentração do poder, de modo mais marcante na década de 1980, trazendo em seu bojo o problema da organização político-territorial do poder. O fenômeno que está em curso é a maior relevância assumida tanto pelas forças transnacionais (empresas, organismos multilaterais e ONGs) quanto pelas instâncias e lideranças subnacionais. A maior facilidade no terreno das comunicações, a maior proximidade dos consumidores e a competição entre os diversos governos locais pelo investimento propiciam uma ligação direta entre os interesses internacionais e a dinâmica no plano subnacional, aspecto esse que, no caso brasileiro, tenciona ainda mais as complexas

relações entre as unidades político-administrativas do sistema federativo (ABRUCIO; SOARES, 2001).

Inserido num contexto em que operavam profundas transformações político-econômicas em escala mundial, o governo petista em Ipatinga optou, desde o seu segundo mandato, por seguir o receituário do planejamento estratégico em voga nas grandes metrópoles nacionais e mundiais. Assim, supostamente investido de um poder maior do que o poder local efetivamente possuía (e possui), o governo municipal se mobilizou no sentido de converter a cidade em um ator político que, no plano econômico, deveria se colocar em condições favoráveis para a disputa por investimentos com as outras cidades do país. Noutros termos, deveria criar atrativos infra-estruturais, fiscais e socioculturais para investidores e usuários solventes. Um dos primeiros passos a serem dados com vistas a alcançar esses objetivos era a alteração das paisagens urbanas, de modo a construir simbolicamente novos referentes identitários para a cidade de Ipatinga. Esses novos símbolos deveriam então ser convertidos em vantagens comparativas por meio da propaganda pública e, assim, em fatores fundamentais na promoção da retomada econômica da cidade em face da crise econômica e institucional global. Obviamente, essa operação foi cuidadosamente conduzida para que se obtivesse a adesão da população. A busca dessa legitimidade se pautou antes na disseminação do discurso que associava a adoção de tais medidas à chegada de uma nova “onda modernizante” à cidade de Ipatinga do que na discussão democrática.

Não por acaso o ribeirão Ipanema, que cortava a cidade com suas águas poluídas pelas contribuições de efluentes líquidos industriais e sanitários, seria apropriado pela administração municipal como símbolo das intervenções urbanísticas que se realizariam a

partir de então. Os territórios segregados, presentes no espaço geográfico da cidade desde seu nascedouro, seriam assim reunidos sob um mesmo signo – o rio, significado como um símbolo da cidade: o **Pouso de Água Limpa**, terminologia apropriada do vocabulário dos mais antigos habitantes da região, os índios Botocudos, para designar o novo ciclo de desenvolvimento de Ipatinga a partir da década de 1990. Buscou-se, pois, paradoxalmente, representar no nível do discurso e da construção simbólica a coesão socioespacial negada no projeto urbanístico, ou seja, a “unidade englobante” dos diferentes indivíduos e grupos sociais da cidade (VELHO, 1994, p.97).

Além de artifício simbólico-discursivo por meio do qual se buscava representar a unidade de uma cidade fragmentada socioespacialmente, o ribeirão Ipanema se constituiu referência concreta para projetos voltados à transformação da paisagem urbana. Em suas margens, na altura do centro da cidade, realizaram-se importantes intervenções a partir da década de 90: a consolidação do Parque Ipanema, um complexo de lazer projetado ainda na década de 80 por Roberto Burle Marx e a “revitalização” do centro urbano. Trata-se neste caso da atualização de um velho projeto acenado pelas classes sociais que por trinta anos se fizeram politicamente dominantes: a higienização da área central da cidade e a sua integração ao conjunto das forças produtivas, a partir da “remoção” da população que ocupava irregularmente a sua parte baixa – a “Rua do Buraco”.

É, pois, no conjunto das ações estratégicas desenvolvidas pela administração municipal de Ipatinga no sentido de construir novos referentes identitários para a cidade que se deve situar o projeto Novo Centro. Nos termos da administração municipal este projeto – financiado pelo BDMG, dentro do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (SOMMA), pelo BIRD e pela prefeitura – “mudou a face de Ipatinga,

proporcionando-lhe uma feição mais moderna, abrindo novas áreas de expansão urbana, integrando o novo espaço ao complexo esportivo e cultural do Parque Ipanema e contribuindo para o fortalecimento da estrutura comercial e do setor de serviços” (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2001d). Um projeto que, embora sem a escala e o potencial das intervenções realizadas nas grandes metrópoles nacionais e mundiais, seguiu a tendência da resignificação dos espaços urbanos que marcam tais intervenções, de modo a torná-los convidativos do ponto de vista turístico e comercial.

Às intervenções do projeto Novo Centro se seguiram outras etapas de “requalificação ambiental” do centro, como parte do Programa Novo Somma, aprovado em 2001, cuja ênfase era a dinamização das atividades comerciais, a diversificação da vida urbana e de lazer do espaço então descongestionado após a retirada da população ali residente.

Esse esforço de “revitalização” de centralidades urbanas, que se proliferou pelas grandes metrópoles mundiais e nacionais – a exemplo de Recife e Salvador – após a experiência de Barcelona ainda na década de 1980, evidencia o papel cada vez mais importante por eles desempenhado no modo de produção capitalista. Observe-se então que a disputa entre as classes vai muito além do chão da fábrica, pois ela se refere ao “controle e determinação do sentido e finalidade conferidos às condições de produção da História pelo homem, das quais não se exclui o espaço” (MARTINS, 1999, p. 29). Nesse sentido, o espaço não se constitui apenas um objeto de compra e venda, ou mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas, pois, sobretudo “a sua produção se torna objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital, tendendo assim a dominar a prática social” (MARTINS, 1999, p. 29). Impulso esse que se procura alcançar ao mesmo tempo modernizando os espaços já articulados à acumulação de capital, tornando produtivos aqueles ainda não (re)produzidos por relações sociais fortemente imbricadas em tal processo

de acumulação e, também, impedindo que relações de outra ordem dele se apossassem ou nele prevaleçam (MARTINS, 1999).

Além dos efeitos socioeconômicos produzidos pela intervenção de ressignificação do centro urbano de Ipatinga, importa aqui também interpretar as tessituras desse processo que ocasionou a “remoção” dos moradores da Rua do Buraco. Ou seja, como ele se deu em termos dos arranjos de poder e das representações utilizadas nas suas justificação e efetivação e, ainda, em termos da perspectiva pela qual se enfrentaram as necessidades da população removida: reassentamento habitacional, condição de pobreza, reconfiguração das redes sociais e organização comunitária.

O discurso norteador da gestão pública municipal petista, em sua fase inicial, foi o da democratização somada à inversão de prioridades, buscando conferir a ela um contorno “democrático-popular”. De fato, um conjunto de iniciativas de democratização da gestão através da implantação de conselhos setoriais – importantes instrumentos de planejamento e controle das ações governamentais –, e melhorias das condições socioambientais das áreas habitadas pelos segmentos mais pobres da população – desprovidas de infra-estrutura e serviços urbanos – foram realizadas. E, com efeito, obteve-se um grau de eficiência administrativa tal que refletiu positivamente nos indicadores sociais, econômicos e urbanísticos da cidade.

No entanto, a pujança dos movimentos sociais de esquerda, responsáveis pela ruptura política com as forças conservadoras no município, aos poucos fora diminuindo em face da incorporação de parte de seus membros nos quadros da administração municipal e ao progressivo insulamento da gestão petista. Por outro lado, a passagem da posição de sujeito político de oposição à de governante exigiu que, uma vez no poder, o Partido dos Trabalhadores ampliasse o conteúdo do debate que se travava nas raias das organizações de esquerda para o conjunto de temas atinentes à vida dos diversos segmentos da população,



assim como o número e o perfil ideológico dos interlocutores. A implantação e funcionamento das instâncias e mecanismos de participação direta da população, propícios às representações plurais e de matizes ideológicas diversas, provocaram a tensão entre o “gerir para a classe operária” e o “gerir para a cidade”. A expressa opção pela “gestão para a cidade”, orientada pelo discurso das “parcerias”, a disposição para o diálogo e a construção de relacionamentos e alianças pontuais com diferentes grupos de interesses, dentre os quais opositores históricos, criaram fissuras nas bases de apoio ao governo, então insatisfeitas com mudança do seu discurso<sup>12</sup>. Interessante notar as declarações do ex-prefeito Chico Ferramenta<sup>13</sup> acerca do tema:

O sucesso de uma administração municipal depende de parcerias: com a população, com a iniciativa privada, com os governos estadual e federal, enfim, com todos que possam contribuir para o desenvolvimento de Ipatinga. De outro lado, nossos parceiros sabem da nossa seriedade e compromisso com a cidade, que estão acima de qualquer diferença. Foi assim que conseguimos resolver problemas de saneamento, com inúmeras obras que permitiram a cidade tratar 100% de seu esgoto doméstico, com o Novo Centro, o Viver Melhor – Habitar Brasil-BID e agora, mais recentemente, com o Hospital Ipatinga, só para ficar em alguns exemplos. Não governamos para uma parcela, mas para toda a cidade, por isso, é fundamental que os governos estadual e federal e as empresas sejam nossos parceiros. Temos os mesmos objetivos (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2004, p. 16).

O discurso é explicitamente marcado pela busca da construção do consenso, apoiando-se na proposição de um “objetivo maior”, capaz de suplantar as diferenças políticas dos grupos divergentes locais: a cidade. Se, por um lado, a base de sustentação do governo sofrera fissuras já no seu início, por outro, os chamados à parceria com a iniciativa privada, diga-se: empresários e entidades de sua representação, se tornariam cada vez mais frequentes. Note-se que em 1993 foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE),

---

<sup>12</sup> Mesmo com tais tensões, o Partido dos Trabalhadores deteve o mandato do executivo municipal por dezesseis anos consecutivos – 1989 a 2004.

<sup>13</sup> Chico Ferramenta exerceu o mandato de Prefeito Municipal por três vezes: 1989-1992; 1997-2000; 2001-2004. João Magno foi o Prefeito Municipal no período de 1993-1996.

pasta que se constituiu desde então numa espécie de “cadeira cativa” do patronato comercial e industrial da cidade. A busca do consenso interno à cidade contrastaria com a construção e disseminação do imaginário de competição com as outras cidades do país e do mundo, sobre as quais a propaganda pública buscava evidenciar comparativamente as vantagens de Ipatinga.

O exame do farto material de campanha publicitária elaborado nos tempos de gestão petista possibilita constatar a deliberada estratégia de construção do consenso e da criação de uma “embalagem simbólica” capaz de “vender” a cidade para fora, o que significa dizer para investidores e usuários solventes. Em um documento intitulado “Marketing público, um instrumento para a democracia e a qualidade de vida” (2001), no qual constam as estratégias de *marketing* do governo local para o período de 2001 a 2004, assinala-se como missão do *marketing* em Ipatinga: “[...] criar uma embalagem simbólica para a cidade, de forma a facilitar sua ‘venda’ para a própria comunidade e aos públicos externos com os quais é interessante manter alguma associação” (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2001a, p.2)

“Aqui se vive melhor” foi o lema escolhido para essa embalagem. Um lema de caráter performativo porque, mais do que comparar aspectos objetivos, com ele se propunha fazer crer em algo: a superioridade de Ipatinga em termos de qualidade de vida, comparada a outras cidades (SILVA, 2004). A comparação evidencia o acirramento da competitividade entre as cidades a partir dos anos 90, quando os reflexos da globalização econômica em sua versão liberal se fizeram mais contundentes também nos países da América Latina.

O intento é o de se criar uma imagem positiva da cidade, ainda que, conforme proposto no referido documento, uma imagem que seja “um conjunto de idéias sobre um local, em geral com um fundo de realidade” (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2001a, p.2). Sugere-se, com efeito, que, mesmo existindo algo de real no conteúdo que se vende na embalagem simbólica, esta se aproxima mais do que se deseja que seja a cidade como imagem a ser vendida, do que

realmente é. Assim, na construção da embalagem simbólica para a cidade, o real foi relativizado ou serviu apenas para dar um pouco de substância (o fundo de realidade) à imagem fantasiosa a ser construída. Pois o que importava era estimular, para “os de dentro”, o sentimento de orgulho e pertencimento à cidade, o “patriotismo” de cidade e, para “os de fora”, a percepção de que a cidade era a localização ótima para investimentos lucrativos, para a residência e trabalho de profissionais qualificados e, ainda, para visitas de turistas e usuários solventes. Procurava-se assim despertar a visão de um valor de troca, convertendo a cidade em uma mercadoria e seu espaço urbano em um elemento constitutivo das forças produtivas, propício à acumulação de capital. Por isso, afirmava-se ainda no referido documento: “A imagem de um local é um determinante básico da forma como os cidadãos e os investidores reagem a um lugar. Conseqüentemente, um local tem que tentar administrar a sua imagem” (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2001a, p.2)

Vale destacar, do documento, a identificação do público externo para o qual vender a cidade: turistas; novos moradores e trabalhadores; negócios e indústrias; mercados de exportação. Nessa lógica da cidade como mercadoria, ao lado de belas paisagens naturais e urbanas que expressam as boas práticas do governo, os indicadores sociais, econômicos e urbanos, impressos em vasto material publicitário, se constituíram na embalagem que se fez chegar aos potenciais investidores através de diversas mídias: vídeos institucionais, *site* oficial na Internet, mensagens em rádio e televisão, feiras, exposições, seminários, catálogos etc.

Desde o início da década de 90, em um esforço conjunto o governo e os principais agentes econômicos locais, em consonância com processos similares em curso na Europa e países da América Latina, colocaram em prática um projeto de transformação da infraestrutura urbana da cidade visando facilitar a passagem do modelo industrial tradicional para o de centro terciário qualificado (CASTELLS; BORJA, 1996). Essa operação foi claramente expressa nas palavras do ex-prefeito Chico Ferramenta:

Com o avanço tecnológico e a modernização da produção, no mundo todo está claro que os grandes investimentos industriais não representam, necessariamente, mais empregos. Ao contrário, as melhores condições de absorção de mão-de-obra estão no setor terciário. Neste sentido, o grande potencial de Ipatinga está na prestação de serviço e no fortalecimento do comércio. Ipatinga é hoje uma referência em termos de qualidade de vida, chamando a atenção de empreendedores de outros centros do país que estão optando por novos mercados. O importante é continuar investindo em saneamento básico, saúde, educação, transporte, lazer e cultura, para que a cidade possa proporcionar melhores condições de vida, atrair turistas e novos investimentos (JORNAL DIÁRIO DO AÇO 1999, p. 53).

O projeto Novo centro é, pois, nesse contexto, em termos de intervenção urbana, a primeira de um conjunto de ações concertadas da parceria entre as iniciativas pública e privada na cidade, na maioria das vezes, com financiamento público. Portanto, não se pode interpretar a denominada “revitalização do centro urbano de Ipatinga” como um evento histórico isolado. Ao contrário, ele nos oferece importantes pistas acerca das configurações do poder local em face das condicionantes político-econômicas da globalização. Obviamente, esse conjunto de iniciativas só se tornaria integralmente perceptível mais tarde, como uma peça musical cuja melodia só se pode apreciar integralmente mediante a sucessão rítmica e harmônica de cada nota.

Além da privatização da Usiminas, em 1991 – medida que Souza e Carvalho (1999) localizariam no primeiro estágio do processo de reforma do Estado brasileiro – vários signos da modernidade foram, no referido período, sucessivamente implantados em Ipatinga: um *shopping center*, tendo como âncoras um moderno centro cultural e um hipermercado; um outro hipermercado instalado no centro da cidade; dois grandes e sofisticados hotéis; dois centros universitários que, somados ao centro e às faculdades já existentes, promoveram uma significativa ampliação dos cursos oferecidos nas áreas de ciências humanas, biológicas e exatas; um time de futebol que tem o nome da cidade e disputa a primeira divisão do campeonato do estado de Minas Gerais, bem como algumas competições nacionais, sendo por isso uma aposta de todo tipo de adepto em termos de publicidade esportiva da cidade; uma série de eventos culturais e exposições tecnológicas, principalmente voltadas ao turismo de

negócio, e um distrito industrial. Há que se destacar ainda os esforços despendidos pela Usiminas no sentido de ampliar o sistema de aviação regional, interligando, através de vôos diários, o Vale do Aço aos principais aeroportos de Minas e do país, o que só foi possível em razão da reforma do aeroporto (de propriedade da Usiminas) em 1997. Note-se que, entre 1991 e 1998, o movimento anual de passageiros no aeroporto aumentou de 22.261 para 78 mil (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999). Em termos de comunicação, a cidade se tornou provida de uma consistente infra-estrutura, que possibilita a troca de informações por infovia, satélites, ondas de rádio e papel.

O embevecimento com os ícones da modernidade estimulou ainda a elaboração de mais dois projetos grandiosos: o Museu do Aço, destinado a “resgatar a memória da mineração e da siderurgia no Brasil, além de ser um centro de excelência e tecnologia do aço” (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 121) e o Mercado Modelo Municipal. Ambos tinham a implantação prevista no espaço onde se localizava a zona boêmia do Juá, na Rua do Buraco. A análise desses projetos arquitetônicos merece atenção especial, pois além de se inscrever no conjunto de ações concertadas entre o poder público e a iniciativa privada, a sua localização e usos que buscavam conferir à área evidenciam o caráter enobrecedor que se pretendia imprimir ao empreendimento de “revitalização” do centro da cidade.

Ressalte-se que, a despeito do uso indiscriminado do termo “enobrecimento” na caracterização de projetos de revitalização de áreas centrais em grandes cidades, não há porque hesitar em considerar como “enobrecedores” os objetivos e, em menor medida, os efeitos do projeto Novo Centro no espaço urbano em que foi efetivado. Isso porque hoje já não se restringe o uso do termo apenas a situações em que se procede a reabilitação do estoque arquitetônico existente em uma área a fim de torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital e, com efeito, inserir a cidade em melhores condições na “concorrência intercidades”. Seu uso tem-se estendido à designação dos efeitos gerados por

construções totalmente novas. O conceito assim se alargou assumindo a configuração adotada por Leite (2004), em consonância com Harvey (1998) e Zukin (2000): designa “formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados” (LEITE, 2004, p. 61).



FIGURA 6: Maria Fumaça durante passeio no “Caminho das Águas”, no Parque Ipanema.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

No caso do Mercado Modelo, a intenção era a de manter e recuperar a faixa das casas que abrigavam estabelecimentos da antiga zona boêmia como portais de acesso ao prédio do referido Mercado, o qual teria do ponto de vista construtivo uma feição moderna, por contraste às casas. Também nesse caso não se cogitava a permanência da população habitante na área e muito menos a sua integração à dinâmica do negócio que ali seria implantado.



FIGURA 7: Proposta arquitetônica do Mercado Modelo que seria implantado na área da antiga zona boêmia do Juá  
 Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga

Quanto ao projeto do Museu, sabe-se que foi divulgado, celebrado como um projeto ousado, e até nomeado em homenagem a um dos “heróis”<sup>14</sup> da construção da Usiminas e da siderurgia mineira, antes mesmo de contar com recursos financeiros para a sua concretização. A Estação Cultural Museu do Aço, um complexo com 8 mil m<sup>2</sup> de área, seria instalada próximo à estação de Maria Fumaça, um outro equipamento instalado no centro “revitalizado”. O Museu comportaria ainda uma biblioteca, uma escola de música, teatro e espaços para feiras e convivência. Com efeito, a concepção presente no projeto urbanístico de Ipatinga começa a ganhar novo fôlego e feições mais modernas, ou pós-modernas: fazer da cidade uma rica fronteira a ser explorada pela iniciativa privada, enfim, uma “cidade aberta”. Então, uma cidade gerida com estilo empresarial, fruto da coalização de interesses entre o mundo dos negócios, a mídia e a burocracia pública, e empenhada em projetar sua auto-imagem moderna para potenciais investidores. Dois agentes político-econômicos locais se incumbiram de

<sup>14</sup> O Museu do Aço receberia o nome de “Dr. Amaro Lanari Junior”, engenheiro egresso da Escola de Minas de Ouro Preto e presidente da Usiminas por 18 anos, em meio às turbulências políticas que o país enfrentava nos anos 60 e 70.

coordenar esse processo, com o emblema da “parceria”: a Prefeitura Municipal e a empresa Usiminas, como declarou o ex-prefeito Chico Ferramenta:

[...] são vários os motivos do sucesso das parcerias que a Prefeitura de Ipatinga tem feito com a iniciativa privada, e nisso a Usiminas tem um papel dos mais importantes. Há uma comunhão de interesses, forças convergentes que unem a empresa e o município. Não dá para separar uma coisa da outra. Por isso, essa parceria é fundamental para o desenvolvimento de Ipatinga (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2004, p. 17.).

O discurso da inseparabilidade desses dois agentes em função da comunhão de seus interesses orientou a realização de várias ações em âmbito local, por meio de parceria entre os setores público e privado; parceria essa perfeitamente consoante às estratégias da Usiminas para reafirmar, no novo contexto global, a sua hegemonia política na cidade. Se antes a empresa tinha a seu favor um elevado grau de dependência do conjunto da população em termos econômicos e sociais – uma vez que detinha a grande maioria dos postos de trabalho formais na cidade e realizava um conjunto de ações básicas de assistência aos seus funcionários e familiares – a diversificação da economia e a expansão do setor terciário na cidade, a partir da década de 90, também contribuíram para mudar os termos dessa relação. Ou seja, a cidade alcançou uma relativa autonomia da empresa, mesmo com o setor industrial sendo, no ano de 2004, responsável por 72,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Por outro lado, o setor terciário, no ano de 2003, já ocupava 55,6% da População Economicamente Ativa (PEA) da cidade (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 2004, p. 09).

Portanto, no contexto de abertura dos mercados nacionais, e privatizada pelo governo Collor de Melo, a empresa promoveu uma grande reengenharia em sua administração, o que, por sua vez, se traduziu no enxugamento dos seus quadros funcionais, investimentos em novas tecnologias e na mudança de estratégia de relacionamento com a comunidade. Em lugar da política social, a política cultural passou a ser o centro e o eixo dos investimentos da empresa



em suas relações públicas. Nesse sentido, em 1993 a empresa decidiu, estrategicamente, apostar na criação do Instituto Cultural Usiminas – Usicultura, o seu braço administrativo incumbido de promover e incentivar eventos culturais. Cinco anos depois, em uma nova investida cultural, a empresa apostou na implantação do Shopping Center Vale do Aço, do hipermercado Consul, do espaço denominado Centro Cultural Usiminas, bem como em uma enorme gama de eventos e produções culturais, mediante os mecanismos de incentivo à cultura, previstos em leis Estadual e Federal<sup>15</sup>.

No contexto da globalização liberal, não era mais suficiente para a empresa ter políticas pouco extensivas, restritas a seus empregados e familiares. A manutenção da sua hegemonia política dependia, pois, da ampliação de suas políticas de relacionamento público para toda a cidade/população, reforçando a sua imagem de “empresa cidadã”. Com efeito, as parcerias com a prefeitura municipal e outros agentes locais se tornariam mais visíveis, ainda que no âmbito do discurso, os objetivos político-econômicos declarados pelo então presidente da Usiminas, Rinaldo Campos Soares, sejam mais estritos:

[...] a principal maneira de colaborar com o desenvolvimento regional é garantir a sobrevivência e a competitividade do seu negócio, investindo maciçamente em atualização tecnológica, enobrecimento de seus produtos e aumento da capacidade produtiva [...] (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 97).

Entretanto, os objetivos político-econômicos expressos na declaração acima, agora dependeriam fundamentalmente da sua capacidade discursiva em uma outra dimensão da sociedade, a dimensão cultural. A estratégia adotada demonstrou-se consoante com a posição

---

<sup>15</sup> Através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, nº12.733/97, de 30 de dezembro de 1997, o estado de Minas Gerais criou um mecanismo legal de “renúncia fiscal” que possibilita ao setor privado deduzir dos impostos a serem recolhidos os investimentos em projetos Culturais. No ano de 2005, a Usiminas foi a empresa que mais se aproveitou do referido mecanismo, redirecionando ao setor cultural 17 milhões e meio dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por ela devidos. A Lei Federal é a denominada *lei Rouanet*, número 8.313, de 23 de dezembro de 1991. A empresa deduz o valor destinado ao projeto cultural do imposto de renda por ela devido.

de centralidade recentemente alcançada pela cultura, tal como a economia. “A expressão centralidade da cultura indica a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (HALL, 2002, p. 05). Diversos autores, assim como Arantes, vêm chamando esse fenômeno de *Cultural Turn* procurando designar o papel preponderante da gestão cultural nesse novo receituário de planificação urbana ostensivamente empresarial. A expressão “surgiu nos meios de esquerda dos *campi* anglo-americanos, nos anos 1980, designando uma dessas mudanças ditas revolucionárias de paradigma, graças à qual tudo teria se tornado ‘cultural’” (ARANTES, 2000a, p. 39). Noutras palavras, a cultura teria se tornado de tal maneira co-extensiva à vida social em geral que o cultural e o econômico já significavam a mesma coisa. O que se afirma, com efeito, é que toda prática social depende e tem relação com o significado e, conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática. Enfim, que toda prática social tem uma dimensão cultural, e que “os significados não surgem das coisas em si, mas a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas” (HALL, 2002, p. 10). Desta forma, por dependerem do significado e terem conseqüências em nossas vidas, os processos econômicos e sociais também devem ser compreendidos como práticas culturais, discursivas.

A partir da década de 90, essas práticas discursivas se voltaram à construção da sempre renovada idéia de “modernização da cidade”, como uma embalagem de iniciativas que se traduziram concretamente na transformação da paisagem urbana, na indução de novos modos de vida relacionados a novas formas de viver, imaginar e representar a cidade e, por fim, na desregulamentação da economia local, isto é, na investida pela supressão dos entraves à acumulação capitalista. Como lembra Maricato “em nível local o ‘Plano Estratégico’ cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto” (MARICATO, 2001, p. 59).

Enfrentamento emblemático desde então tem sido protagonizado pelo patronato comercial e a classe de comerciários em torno da proposta de instituição legal de “horário livre” para o funcionamento do comércio na cidade. As investidas do patronato comercial, através das suas entidades de representação, junto ao Legislativo municipal para a aprovação da respectiva lei, contaram com o apoio – por vezes velado, por vezes explícito – dos governos petistas. Contudo, o projeto, que implicaria em perdas de direitos fundamentais conquistados pelos trabalhadores, só não foi aprovado na Câmara em função da pressão exercida pelos comerciários e sua entidade de representação sindical. Essa situação expressa, assim como diz Arantes, uma “convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas” se forem capazes de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (ARANTES, 2000a, p.13). Para tanto, nessa perspectiva, cada possibilidade de renovação urbana deve ser convertida em oportunidade para a criação de vantagens comparativas.

Seguindo o exemplo de grandes metrópoles, em Ipatinga a legitimação da população às propostas das forças políticas dominantes também foi mediada por um processo persuasivo assentado em dois pilares fundamentais: de um lado, a disseminação da consciência de crise (social e econômica), cujos efeitos locais mais evidentes foram a elevação do desemprego, da violência e da pobreza urbana e, de outro, a fabricação do consenso em torno da idéia de que o enfrentamento dos desafios da globalização passava necessariamente pela “modernização” da cidade, sendo a renovação urbana um atalho.

O projeto Novo Centro é, nesse sentido, proposto como uma resposta modernizante aos efeitos da crise na cidade, o que se pode perceber no discurso do então prefeito João Magno.

Como estava no início de governo, entendi que seria um imenso desafio construir o Novo Centro, mesmo porque o município vivia um período de queda de receita, dificuldades para quitar a folha de pagamento e com algumas dívidas. Nas administrações anteriores o projeto não conseguia sair do papel, pois necessitava de

verbas do exterior acima de US\$ 25 milhões. Ao decidir priorizar o Novo Centro, o governo precisou sacrificar algumas áreas – especialmente no último ano do mandato – mas felizmente conseguimos uma grande vitória para Ipatinga. Removemos mais de mil famílias das áreas de risco, construindo 600 casas populares e indenizamos centenas de proprietários. Com o Novo Centro acabou de vez o tempo das tragédias no centro da cidade, ao mesmo tempo em que a população ganhou um espaço urbanístico moderno, que proporciona lazer, trânsito mais seguro, imóveis valorizados e comércio incrementado. O Novo Centro é uma grande intervenção na história da cidade, que o ipatinguense pode se orgulhar de ter como um sonho realizado nesta virada de milênio<sup>16</sup>(JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 138).

A crise a que se refere o prefeito em seu discurso é própria do paradoxo relativo à reforma do Estado em curso no Brasil à época: ao mesmo tempo em que se propõe e promove a descentralização das políticas sociais para os estados e municípios, desconsiderando-se, inclusive, a capacidade altamente heterogênea dos mesmos para a sua execução, busca-se a redução dos recursos disponíveis para as esferas subnacionais (SOUZA; CARVALHO, 1999). Entretanto, segundo a doutrina do Plano Estratégico, à objetividade da crise em suas várias dimensões – político-institucional, socioeconômica e urbana –, deve-se contrapor, no âmbito do poder local, com a sua positivação. Se, num primeiro momento, a receita determina a construção generalizada da consciência de crise, de modo a iniciar a unificação das forças políticas e sociais locais em torno do revigoramento da cidade, o passo seguinte consiste da transformação do fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo de cidade. (VAINER, 2000). Nesse aspecto, Castells e Borja procuram demonstrar que os projetos de transformação urbana têm se efetivado a partir da somatória de três fatores: “a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica); c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural” (CASTELLS; BORJA, 1996, p.156).

---

<sup>16</sup>João Magno exerceu o mandato de Prefeito Municipal de Ipatinga, pelo Partido dos Trabalhadores, no período de 1993 a 1996.

Portanto, depois da tempestade viria a bonança. O otimismo se constituiria a partir de então a matéria-prima da construção do sentimento de pertença e orgulho da cidade. Por todos os meios e veículos de comunicação possíveis saltavam aos olhos mostras das diversas qualidades e atributos naturais, sociais, culturais e econômicos de Ipatinga, associados aos indicadores da retomada do seu crescimento. Em manchetes e matérias da imprensa local, pública e privada, se anunciavam então os primeiros reflexos das iniciativas “modernizadoras” da cidade.

A atividade comercial na região cresceu 95% nos últimos cinco anos, conforme levantamento do Sindicato do Comércio do Vale do Aço (Sincovaço). O número de funcionários pulou de 8 mil para 15 mil e o de estabelecimentos comerciais passou de aproximadamente 3,5 mil para 7 mil no mesmo período. [...] Após sofrer uma acentuada retração em 1996, a região começou a recuperar-se a partir do ano seguinte. [...] Ipatinga experimentou uma boa reação e continuou inaugurando lojas em diversos ramos, transformando-se em um pólo comercial emergente do estado. [...] Dois fatos acontecidos no final de 1998 foram marcantes nessa trajetória recente de Ipatinga como centro comercial. O primeiro foi a inauguração do Shopping do Vale, numa área total de 25.000 m<sup>2</sup> [...] Reunindo 77 lojas, praça de alimentação, hipermercado e Centro Cultural Usiminas, a construção do Shopping consumiu recursos da ordem de US\$ 25 milhões. Todo o complexo de lojas é equipado com modernos equipamentos de segurança, serviços de limpeza, atendimento médico e amplo estacionamento. [...] Quanto ao volume de negócios, apesar das informações serem sigilosas, os lojistas apontam para o aumento médio de 28% na emissão de tickets e uma demanda crescente nos setores de alimentação, serviço, presentes, vestuário e calçados. [...] A inauguração de dois hipermercados também impulsionaram os negócios. [...] Em 10 meses, os resultados promovidos por essa nova estratégia de conquista de mercado são mais empregos e impostos, aquecimento do comércio e, especialmente, mais opções para os consumidores. (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 114).

Ao mesmo tempo em que procurava afirmar a suntuosidade, o conforto e a segurança proporcionados pelos ícones da modernidade implantados na cidade, com esse discurso se anunciavam enormes cifras em termos de investimentos já realizados e de lucratividade, num claro estímulo ao investimento externo.

Para além da explícita determinação de promover a valorização imobiliária do centro com a sua “revitalização modernizadora”, há que se observar no discurso do prefeito acerca do projeto um aspecto que bem poderia escapar como um pormenor: a sua afirmação como

“uma grande intervenção na história da cidade”. Aqui há que se ater não apenas ao caráter performativo da proposição, no sentido de fazer crer que a realização do projeto era um sonho de todos os ipatinguenses, mas, sobretudo, às suas raízes históricas: o velho interesse das elites locais de intervir no centro da cidade, eliminando aquilo que consideravam uma patologia a perturbar o bom funcionamento de todo o corpo urbano. Assim, a discussão sobre “qual imagem o centro de Ipatinga deveria refletir”, suscitada nas décadas de 70 e 80 com as propostas de “desfavelização” da área, ressoaria mais tarde com o mesmo viés discriminador com o qual as elites olhavam as ditas “classes perigosas”. O diferencial, no entanto, reside na justificação da retirada da população da área: em vez de “desfavelizar”, “modernizar” a cidade passou a ser o cerne do discurso.

Pretendo, assim, afirmar a perpetuação de um interesse-projeto entre grupos políticos de diferentes e divergentes matizes ideológicos, que se fizeram presentes na cena política local em diferentes contextos históricos. Uma das implicações desta afirmação é a sugestão de que os governos de esquerda não foram capazes de alcançar a radicalidade crítica suficiente para romper com o viés elitista dos projetos urbanísticos na cidade, em vez de incorporar e praticar o discurso doutrinário do planejamento estratégico. Maricato aponta duas razões cruciais para designar a “confusão ideológica” que teria ocorrido em “cidades progressistas” dobradas aos encantos do referido plano. Primeiro o fato de a participação democrática ser extremamente valorizada em suas diretrizes. Contudo, uma participação que “implica em subordinar os interesses de muitos aos interesses hegemônicos: unidade para salvar a cidade e levá-la a uma vitória sobre as demais que competem pelos mesmos investimentos” (MARICATO, 2001, p. 60). Segundo, o fato desse planejamento ter ocupado o espaço deixado pelo plano modernista, fragilizado num contexto marcado pela desregulamentação e a crise fiscal. Nesse sentido, o Plano Estratégico teria aparecido como uma alternativa pragmática para governos municipais desnorteados em face do aumento do desemprego e das

demandas sociais simultaneamente à diminuição dos recursos públicos nacionais, decorrente da crise do capitalismo internacional. Portanto, “apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos planos estratégicos [...] combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ‘ajuste’ das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington” (MARICATO, 2001, p. 57).

Assim a herança histórica do desejo de estender a todo o corpo da cidade a feição moderna impressa inicialmente na “Cidade Usiminas” acabou por conferir ao projeto Novo Centro o caráter de “revanche das elites locais” contra trabalhadores precarizados, migrantes, enfim, contra as “classes perigosas” que se constituíam uma pedra no meio do caminho a ser superada pelo capital. De acordo com Neil Smith (*The New Urban Frontier*, Londres, Routledge, 1996), citado por Arantes, a “cidade revanchista” nasce da “retomada agressiva das gentrificações depois das grandes falências do fim dos anos 1980, mas, sobretudo, como reação à deterioração urbana provocada pela primeira onda de desregulações e cortes nos programas sociais” (ARANTES, 2000a, p.37).

A esquerda local teria sido então “engolida” pela força desse revanchismo? Por certo, seria exagerado afirmar “esquerda”, pois como revelou o prefeito-realizador do projeto Novo Centro, a construção do consenso foi um de seus maiores entraves, principalmente em razão da resistência dos setores e movimentos sociais de esquerda ligados à Igreja Católica.

Outro complicador foi a instabilidade política em torno do projeto, uma vez que havia segmentos da sociedade contrários à transferência de boa parte das famílias das margens do ribeirão Ipanema para o bairro Planalto. Por mais que a prefeitura tentasse convencer aqueles setores de que as mudanças seriam feitas para melhorar a vida das pessoas, não havia consenso. Apesar de conseguir o apoio de partidos de oposição, tivemos problemas com vereadores do próprio PT que articulavam na Câmara contra a aprovação do Novo Centro. Sofremos pressão de uma ala muito forte da Igreja Católica que até no dia da assinatura do convênio com o Banco Mundial, em Washington, tentou atrapalhar o processo apresentando um abaixo-assinado contrário ao projeto. Felizmente, naquela oportunidade, a comitiva de Ipatinga levava uma carta do bispo Dom Lélis Lara, da Diocese de Coronel Fabriciano-Itabira, avalizando a seriedade e os avanços sociais do Novo Centro. Por outro lado, a Administração sofria também a pressão legítima dos servidores públicos por reajuste salarial, o descrédito da população que somente passou a

acreditar no projeto quando viu as obras físicas sendo iniciadas. [...] Com tantas dificuldades, a Administração cortou despesas e reduziu investimentos, pois o Novo Centro era uma obra de grande vulto que não poderia ficar sem conclusão (JORNAL DIÁRIO DO AÇO 1999, p. 138 – 139).

Em que pesem os imperativos técnicos de um projeto urbanístico da dimensão do que fora o Novo Centro, é interessante trazer à tona o depoimento de Rita de Cássia, então integrante do Movimento Mulher Marginalizada, questionando o processo de negociação dos gestores locais com os moradores da Rua e o “sufocamento” das vozes divergentes.

O Movimento era visto como “cri cri”, “o que quer arrumar confusão”, todo mundo cacetando. Eu tava vivendo um drama interno: “Oh gente, será que nós estamos ficando doidas? Que o negócio não é assim?” Porque a cidade toda falava igual a prefeitura falava. Tipo assim: “O povo tá pegando o boi”[...] de vir pra cá [Planalto 2] ainda, né. E a gente: “Não gente, é direito deles também ter moradia digna. E a gente colocava isso, né. Então eu falei: “Não, deve ser eu que sou doida. Deve ser o nosso grupo que é doido, porque a cidade inteira fala o contrário”. Eles [os gestores públicos] convidavam a população [para as reuniões] e a gente ia meio de intruso, né, pra ver as coisas que estavam por detrás. [...] Eles sempre quiseram que a gente ficasse na deles, dizendo amém a tudo que eles fizessem. É tanto que a população [moradores da Rua] ficou assim meio contra a gente, dizendo que a gente não queria que eles tivessem casa, justamente porque a Comissão começou a colocar isso: “Não, eles falam isso porque eles têm casa, não querem que vocês tenham casa”. Mas a gente queria que o projeto acontecesse, porque aquilo lá não era digno também, viver do jeito que eles viviam lá... Mas a gente queria que fosse discutido com a população, que a população fosse ouvida, né. [...] Parece que o grupo [de gestores] tava meio armado. Então eles já chegavam com as coisas prontas e tal. [...] Uma das coisas que a gente colocava quando a gente discutia com a prefeitura era de dar uma maneira pra pessoa morar um tempo fora, organizar aquele espaço e voltar com as pessoas pra ali [...] que fizesse o mutirão naquela área mesmo. Mas ai não tinha nem conversa não. [...] Se tivesse essa alternativa, ninguém saia dali, tenho certeza disso. (Depoimento verbal)<sup>17</sup>

As evidências são as de que não foram criadas amplas instâncias de discussão e participação públicas que favorecessem a manifestação das vozes de atores locais diversos.

Uma vez aprovado junto ao organismo financiador internacional, a “Unidade de Reassentamento” que integrava o modelo de gestão do projeto previa tão somente a

---

<sup>17</sup> Depoimento prestado por Rita de Cássia, ex-integrante do Movimento Mulher Marginalizada, no dia 23/05/05.



“articulação comunitária”, concebida como algo restrito à população diretamente afetada (aquela que residia na Rua do Buraco) e voltada ao “envolvimento” desta população no processo de transição entre o antigo e o novo lugar de habitação. Esse “envolvimento” se estenderia ainda ao acompanhamento assistencial dos moradores do Planalto 2 após o seu reassentamento, por meio de um projeto denominado Pós-Morar, que se caracterizou por ações fragmentadas e pontuais.

O que não se podia era “perder uma oportunidade histórica”, como disse o prefeito à época, mesmo que isso custasse o esforço de persuasão ou o “atropelamento” político dos resistentes.

Por ser uma obra de grande envergadura econômica, foi necessário agregar vários segmentos que até então não se sentavam numa mesma mesa para conversar, de empresários a partidos políticos distintos. [...] Mas, na aprovação do projeto na Câmara Municipal, a prefeitura pela primeira vez conseguiu uma ampla aliança com empresários e partidos políticos, mesmo tendo um outro posicionamento contrário que não descaracterizou a grande parceria em torno do desenvolvimento da cidade (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 139).

“Modernizar”, “avançar”, “crescer”, constituíram desde então recursos verbais para afirmar um objetivo maior, suficiente para transformar em parceiros políticos e agregar tantos interesses “diferentes e divergentes”: construir uma cidade moderna e competitiva. Entretanto, como observa Arantes, neste caso, “modernizar não significa inovar socialmente com equidade, mas antes entulhar as cidades com obras que as façam parecer modernas, primeiro passo indispensável para as tornarem rentáveis” (ARANTES, 2000a, p. 63).

A despeito de se constituir um problema objetivo, que recursivamente afligia a população da “Rua do Buraco” provocando perdas humanas e materiais, a enchente de 1993 foi oportunamente tomada pela administração municipal como acontecimento e momento propício para justificar o projeto Novo Centro junto aos órgãos financiadores. Por outro lado, ela serviu como fator de forte apelo emocional à população da cidade. A ampla cobertura da enchente na mídia local e regional representou não apenas a oportunidade de dar publicidade

a mais um transtorno de uma população sofrida, mas, sobretudo, de evidenciar a solução urbanística para uma “velha doença social e urbana” da cidade. A calamidade natural se tornou, assim, a ocasião para que o novo planejamento urbano, com seu caráter gerencial, pudesse efetivar o antigo projeto de transformação da paisagem do centro de Ipatinga.

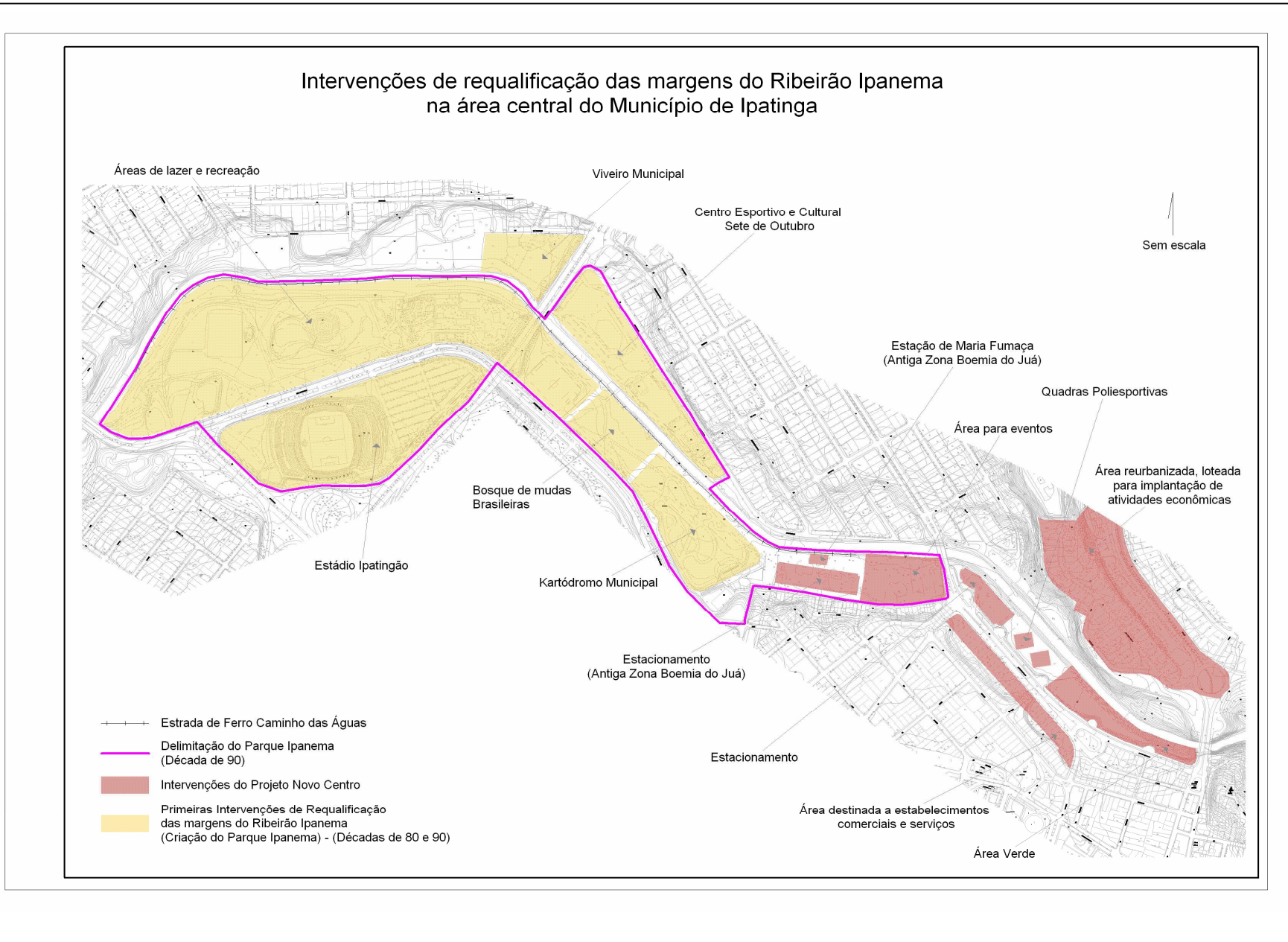
Nas entrelinhas desse discurso-imagem reside o diagnóstico “politicamente avançado” de que “a nova pobreza oficialmente descoberta pelo *establishment* não era uma questão de indivíduos ou famílias estarem abaixo da linha de miséria, mas ‘estrutural’, a ruína sistêmica de todo um projeto de época” (ARANTES, 2000a, p.22). Em face dessa constatação, a política urbana se voltou ao ressurgimento econômico a qualquer custo. Em lugar de orientar e controlar a expansão urbana, o planejamento urbano passou obsessivamente a encorajar o crescimento. Observe-se então o discurso do ex-prefeito João Magno:

Do ponto de vista urbanístico a cidade ganhou um verdadeiro centro, pois, anteriormente, aquela região era apenas um aglomerado de ruas e casebres que abrigavam famílias pobres, desempregados e marginais. O Novo Centro também trouxe vantagens na ampliação das áreas de serviço, de lazer e comercial do município. Os próprios resultados verificados até agora, com a eliminação das tragédias e a grande valorização imobiliária, comprovam esses avanços. É importante ressaltar que no bojo do projeto estão incluídas a modernização institucional, a informatização dos setores da prefeitura e a elaboração de um planejamento estratégico (JORNAL DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 139 ).

No “novo” e “verdadeiro” centro da cidade não caberiam marginais, pobres e desempregados, com seus casebres e outros cacarecos, que enfeiam a paisagem e os cartões postais. Estes teriam que ser desterritorializados para que, no bojo da “nova onda modernizadora”, o sonho historicamente acalentado pelas classes dominantes de se apropriar do centro fosse enfim concretizado. Sonho que no plano do discurso dominante foi expresso com roupagens consoantes a cada contexto histórico-social: “desfavelizar”, no período que vai da implantação da cidade à década de 80, no qual predomina o planejamento urbano de

linhagem modernista e “modernizar”, no período de hegemonia do modelo de globalização liberal, no qual o planejamento assume o estilo de gestão empresarial.

A efetivação do projeto Novo Centro significou conseqüentemente a indução de novos usos e a atração de novos usuários para o espaço então reestruturado. Em um dos lados da avenida central ali construída, vêm se instalando gradativamente empreendimentos comerciais e de serviços. No outro lado, às margens do ribeirão Ipanema, a ampla calçada e as quadras poliesportivas construídas têm figurado até então como enormes espaços vazios. Há ainda um outro espaço reestruturado pelo projeto, cujo uso proposto é essencialmente para o lazer. Além de uma ampla área livre, destinada à realização de eventos de massa e à instalação de circos e parques de diversão, neste espaço se construiu também uma estação de acesso a um exemplar de Maria Fumaça, uma relíquia apropriada como atração turística, a qual, desde então, passou a percorrer o “Caminho das Águas” traçado às margens do ribeirão Ipanema, na circunscrição do Parque de mesmo nome.



MAPA 1: Intervenções de requalificação das margens do Ribeirão Ipanema na área central do Município de Ipatinga  
 Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG



FIGURA 8: Vista parcial do Novo Centro (2001).  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.



FIGURA 9: Estação Maria Fumaça implantada no espaço da antiga zona Boêmia.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

## 2.5 - A “REVITALIZAÇÃO” DO CENTRO E O DESTINO DOS MORADORES DA RUA

É preciso, pois, perguntar pela extensão do projeto Novo Centro no que se refere aos cuidados com o destino dos moradores da Rua do Buraco, uma vez que ele representa uma

forte ruptura no curso de suas trajetórias de vida. O exame do discurso inscrito na propaganda pública acerca do projeto evidencia que as referências ao destino dos moradores da Rua se restringem ao bairro Planalto 2, cuja experiência de construção valeu à Prefeitura Municipal o prêmio “Gestão Pública e Cidadania”, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, além do reconhecimento pelo Banco Mundial e pelo BDMG como referência para iniciativas semelhantes na América Latina. Portanto, o viés restritivo adotado pelo discurso do *marketing* público acerca da experiência acabou por salientar suas dimensões consoantes às recomendações práticas dos organismos que a financiaram.

No entanto, a execução do “subprojeto de remoção e reassentamento” culminou em quatro tipos básicos de encaminhamentos/destinos dos moradores: 1) o recebimento de indenização pelo imóvel de origem e a mudança para diferentes bairros da cidade, na maioria das vezes, distantes do centro da cidade e habitados por populações de baixa renda; 2) a permanência no centro, em uma de suas poucas ruas remanescentes, uma vez não incorporados no plano de remoção e reassentamento do projeto; 3) a troca do imóvel de origem por outros em núcleos habitacionais situados em bairros já existentes – Bethânia, Vale do Sol, Alto Iguaçu e Bom Jardim; 4) mudança para o bairro Planalto 2, seja obtendo nova unidade habitacional em troca pelo imóvel que possuíam na Rua do Buraco, ou mediante a participação na construção de sua nova morada, em regime de mutirão.





FIGURA 10: Vista Planalto II Mutirão.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.



FIGURA 11: Mutirão Planalto II.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

Ao negligenciar os demais e diferentes destinos da população interpelada pelo projeto de “revitalização” do centro, o discurso oficial não apenas induziu a uma visão parcial da experiência, como a que se perdesse de vista os seus reais efeitos em termos da superação da segregação socioespacial que afligia os moradores da Rua do Buraco.

Para além do discurso do *marketing* público, a concepção reducionista da experiência também se manifestou de forma prática nas posturas e posicionamentos da administração

municipal no curso das ações sociais desenvolvidas após o reassentamento da população no bairro Planalto 2. Note-se, pois, que o conjunto de ações que compunham o denominado “Projeto de Fortalecimento da Comunidade do Planalto 2”<sup>18</sup> teve início após dois anos de assentamento da população, dependendo para isso da captação de recursos realizada por uma Organização Não-Governamental – AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional) – junto ao Ministério das Relações Exteriores da Itália. Some-se a decisão do governo municipal em interromper o convênio com a referida ONG e, conseqüentemente a sua participação no projeto, após o primeiro ano de sua realização, embora esta estivesse prevista para dois anos. Não por acaso essa decisão foi tomada quando os recursos financeiros do projeto destinados à realização de obras físicas – reforma da creche, construção de salão comunitário e implantação de um parque urbano – tinham sido integralmente aplicados. O governo local se negava, assim, a participar da etapa do projeto na qual se apostava na realização de ações de cunho efetivamente social para o enfrentamento da persistente condição de pobreza daquela população. Conseqüentemente, o projeto, diga-se, a comunidade, perdeu no segundo ano de sua realização, a contrapartida até então oferecida pela prefeitura: equipe técnica multidisciplinar para o planejamento e execução das atividades e apoio logístico em parte destas.

Um dos efeitos da visão que reduziu o projeto social de “pós-moradia” à sua dimensão de intervenção física foi o processo de depredação do conjunto de salas onde funcionaria o centro comercial do bairro Planalto 2.

---

<sup>18</sup> O projeto de fortalecimento da comunidade do Planalto 2 compunha-se basicamente de ações voltadas à implantação de equipamentos urbanos e sociais no bairro, à organização comunitária, à educação sanitária e ambiental, à elevação dos níveis de educação e saúde da população e à geração de trabalho e renda.





FIGURA 12: Centro comercial depredado – 2005.  
Fonte: Acervo pessoal.

Desloquemos o olhar em direção às famílias que permaneceram no centro, na antiga rua Araxá, cujo nome fora substituído por rua Nossa Senhora das Graças, em um esforço deliberado de depuração da memória coletiva uma vez que ali funcionou, até o início da década de 90, a zona boêmia do Juá. Se a poligonal traçada no projeto de revitalização do centro implicou a “remoção” de cerca de uma mil e duzentas famílias da área central, ela, contudo, passou ao largo de algumas famílias residentes na referida rua.

A ação habitacional do projeto Novo Centro incorporou apenas as famílias residentes em um dos lados da então rua Araxá. Em meio a uma paisagem depurada, a fração remanescente da antiga rua Araxá acabou por se transformar, nos termos de Milton Santos, em uma “rugosidade”, ou seja, em uma “herança socioterritorial”, em um “resíduo do passado” (SANTOS, 2004a, p. 43). Resíduo esse que, de certa forma, se constitui um obstáculo para o intento civilizador/modernizador do planejamento urbano. Por seu forte contraste com a paisagem depurada implantada do outro lado da rua, em pouco tempo, essa porção remanescente ficou conhecida na opinião pública como “cracolândia” e seus pobres residentes, esquecidos pela política habitacional por morarem a poucos metros da poligonal que compreendia o projeto urbanístico, sujeitos a um estigma reeditado – de “promíscuos” e de “drogados”. A condição de vulnerabilidade social em que se encontra parte significativa

desses moradores se expressa na precariedade das condições habitacionais, em função dos riscos físicos e da ameaça de despejo por parte dos supostos proprietários dos imóveis, nos baixos níveis de renda e escolaridade, na desestruturação familiar e na sua flagrante exposição ao risco de violência. Em apenas dois meses de observação em campo, dois jovens moradores da pequena rua foram assassinados em rixas com outros grupos da cidade.

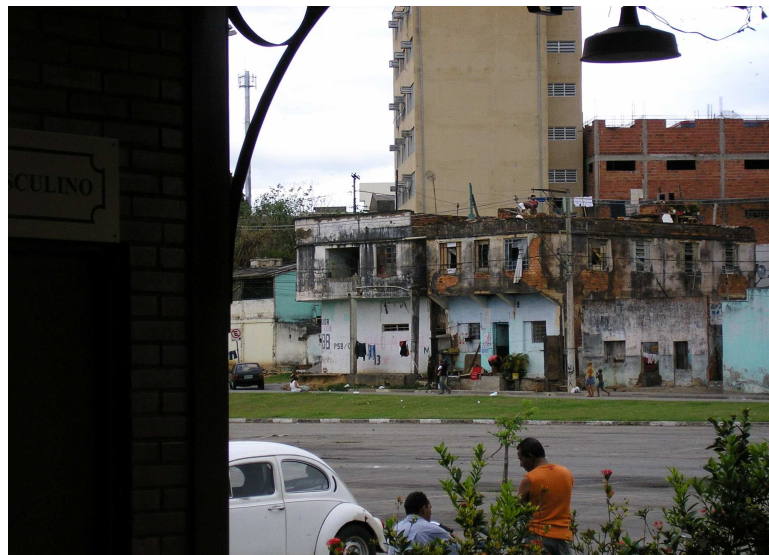


FIGURA 13: Rua Araxá – ao fundo prédios remanescentes da antiga zona boêmia.

Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 14: Estação Maria Fumaça implantada no espaço da antiga zona boêmia.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.



FIGURA 15: Ruínas de uma antiga boate da zona boêmia, hoje utilizada como moradia.  
Fonte: Acervo pessoal.

Os demais núcleos habitacionais construídos para reassentar os moradores da Rua do Buraco foram introduzidos no seio de bairros periféricos e densamente ocupados por populações pobres. Nestes, as ações sociais de pós-reassentamento se reduziram a um acompanhamento pontual, em função da demanda dos moradores. Diferentemente da situação daqueles que se mudaram para o Planalto 2, nestes casos as dificuldades de reintegração social a um novo espaço não passaram pela necessidade de enfrentamento da rejeição social da vizinhança ali já assentada. Primeiro por serem poucos no meio de contingentes populacionais maiores. Segundo, porque igualados na condição social de pobres.

Situação de maior vulnerabilidade social seria, entretanto, experimentada pela grande maioria dos moradores que foram indenizados. Compelidos ou decididos a tal opção, nesses casos os moradores enfrentaram não apenas os riscos inerentes ao mercado imobiliário informal na aquisição de suas novas moradas. A reinserção socioespacial, em geral em lugares periféricos e por vezes impróprios à habitação, se deu por itinerários construídos pelas próprias famílias. Situação essa que se pode entender como expressão de sua liberdade ou

ainda como uma condicionante que impõe às suas vidas a perda de antigas redes de sociabilidade entendidas como patrimônios que possibilitavam amenizar os riscos sociais

Antes de finalizar este capítulo quero reafirmar: foi no bojo do processo tenso e contraditório de produção do espaço urbano em Ipatinga que se teceram as trajetórias de vida dos moradores da Rua do Buraco, bem como se forjaram os seus lugares-destinos sociais. Um processo no qual de um lado se colocava o planejamento urbano com o seu intento de ordenação e racionalização do espaço e de seus usos e, do outro, as populações subordinadamente incluídas à dinâmica socioeconômica da cidade, produzindo espontaneamente o seu lugar de vida, o seu habitar. É para esse lugar que nos dirigiremos no segundo capítulo desse trabalho, procurando explorar mais do que os seus contornos físicos, mas, sobretudo, os significados ali construídos e disputados: os territórios, as redes de sociabilidade e a(s) identidade(s).

## CAPÍTULO 2

### 3 - A RUA DO BURACO E SEUS MORADORES: SEGREGAÇÃO, ESTIGMA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

E a beleza do lugar  
Pra se entender  
Tem que se achar  
Que a vida não é só isso que se vê  
É um pouco mais  
Que os olhos não conseguem perceber  
E as mãos não ousam tocar  
E os pés recusam pisar...  
Paulinho da Viola e  
Hermínio Bello de Carvalho

A Rua do Buraco é um lugar que não existe mais, exceto na memória de seus ex-moradores e daqueles que com ela de alguma maneira se relacionaram, ou ainda em alguns poucos documentos e registros de arquivos públicos e privados e da imprensa escrita cidadina, nos quais se encontram fragmentadas representações elaboradas por diferentes sujeitos sociais a seu respeito.

É a partir desses retalhos da memória que tentarei, nesta seção, reconstruir esse passado e, assim, conferir contornos ao que aqui se designa “Rua do Buraco”. O desafio é, pois, o de compreender um lugar do espaço urbano, a história de sua formação, o que o fez peculiar. Lugar-território, imagem-imaginação. Vivido e representado. Portanto, singularidade-contraste, produto de relações sociais e construções de significados, símbolos e identidade. Uma rua-lugar constituída sem fim pensado, em circunstâncias conjunturais determinadas: o surgimento e expansão da cidade de Ipatinga. Pensar a Rua como um lugar significa pensá-la como “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos [a] qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo

por estas delimitada reflexivamente” (LEITE, 2004, p.284). Um lugar cuja singularidade foi construída por meio de práticas e usos semelhantes, com os quais o espaço foi significado e transformado em uma territorialidade. Contudo, sua identidade distintiva não pode ser compreendida sem que se considere também o plano da distribuição espacial das relações de poder hierárquicas. Pois, “a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade” (FERGUSON; GUPTA, 2000, p. 34). A esta proposição pode-se agregar uma outra, de autoria de Doreen Massey, segundo a qual o que confere “especificidade a um lugar não é apenas uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, p.184).

Compreender a Rua do Buraco significa, pois, perguntar: o que a fez diferente? Quais fatores e/ou mecanismos socioculturais produziram tal diferença? Quais foram as implicações dessa diferença para a sociabilidade entre seus membros e destes com os demais moradores da cidade? E, ainda: quais as implicações disso ao se pensar a cidade no sentido de totalidade?

Segundo Da Matta, a “rua” assim como a “casa” são categorias sociológicas, pois não se referem simplesmente a espaços geográficos, mas sobretudo a “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas, e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. (DA MATTA, 1997, p.15) Aqui se deve atentar para o fato de que a **rua** – esse universo onde imperam a impessoalidade e as disputas – pode se converter em **casa**, ou seja, em espaço da pessoalidade, da solidariedade de iguais, sobretudo em eventos nos quais seus moradores se vejam confrontados com sujeitos dominantes. No lugar, a proximidade dada pela contigüidade física entre pessoas numa

mesma extensão, vivendo com a intensidade de suas inter-relações pode criar solidariedade, laços culturais e desse modo identidade (SANTOS, 2004a).

Seria, contudo, um equívoco pensar a Rua do Buraco como algo homogêneo. Pois se os lugares podem ser conceituados a partir das relações sociais processuais que encerram, não se deve imaginá-los como se fossem entidades estáticas. No lugar, cooperação e conflito são as bases da vida em comum aos diferentes sujeitos sociais nele inseridos. “Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa” (SANTOS, 2004b, p. 322). Nesse sentido, pode-se afirmar que a rua, assim como todos os lugares, não possui identidade única; ela se fez, em sua trajetória, repleta de conflitos internos. Nela residiram tantas temporalidades e quase tantas territorialidades quantos sujeitos sociais. Por isso, compreendê-la, com seus moradores, requer ir além da sua configuração físico-territorial, dos aspectos socioeconômicos de sua população, atendo-se também à sua dimensão simbólico-cultural, às “suas constelações particulares de relações sociais” e às relações de poder expressas nas representações sociais a seu respeito. Requer a análise de suas imagens, formadas a partir de elementos materiais da paisagem urbana, mas também de suas qualidades intangíveis (e às vezes imaginárias) da ambiência local. (FORTUNA; PEIXOTO, 2002).

Compreender a Rua do Buraco requer ainda que se indague sobre a perspectiva por meio da qual se a representa. Pois sobre a retina de quem a observa “de fora” aparece certamente uma Rua diferente daquela que é vivida e representada pelos “de dentro”. Vista “de longe”, a Rua aparece aos olhos do observador como algo homogêneo geográfica e socialmente, ao passo que “de perto” – perspectiva de visão quase restrita aos “de dentro” em decorrência de sua segregação espacial – ela se mostra plural, repleta de territorialidades, sociabilidades e personagens diversos. Para tais personagens, não se trata de uma rua, mas de



ruas, ainda que no imaginário da cidade seus moradores tenham sido representados como partes do mesmo “buraco social”.

Na tentativa de compreender a Rua em suas dimensões territorial, simbólico-cultural e identitária adotei basicamente duas perspectivas integradas de análise: a diacrônica, por meio da qual observei o seu processo de formação e desenvolvimento (perspectiva que também valeu para a análise da evolução do perfil socioeconômico dos moradores) e a sincrônica, com a qual procurei, através do trabalho de memória de seus ex-moradores, redesenhar em um mapa a configuração socioterritorial do período em que já se encontrava consolidada.

### **3.1 - A FORMAÇÃO URBANA DA RUA**

Conforme apontado em análise realizada no primeiro capítulo deste trabalho, a ocupação da área que seria denominada Rua do Buraco coincide com o processo de urbanização da vila Ipatinga. A formação dessa vila teve como fatores de indução a implantação da Estrada de Ferro Vitória–Minas, em 1922, e, posteriormente, o desenvolvimento da atividade carvoeira pela Companhia Belgo-Mineira, na década de 30. Porém, se as proximidades da estação ferroviária e das margens do ribeirão Ipanema favoreciam a ocupação do local à época, a incidência de doenças como a malária não permitia a sua expansão. Por isso, até meados da década de 50 o povoado possuía pouco mais de trezentos habitantes.

Com efeito, a posição geográfica de entroncamento entre atividades econômicas induzidas pela implantação da estação ferroviária, da exploração de madeira nativa e, mais tarde, de uma usina hidrelétrica<sup>19</sup> em município próximo favoreceu a que se imprimisse desde

---

<sup>19</sup> A Usina de Salto Grande, implantada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em Braúnas, em 1956.



então sobre o pequeno povoado a marca de “lugar de passagem”, cujos tipos sociais mais evidentes eram os viajantes e os tropeiros que ali pousavam a caminho de outros lugares. O carvoeiro, outro tipo social, permanecia por mais tempo, embora apenas o suficiente para obter algum dinheiro.

Oh Ipatinga!  
 Lugar de ganhar dinheiro  
 Vou ganhar mil e quinhentos  
 Na turma dos engenheiro

Você de lá eu de cá  
 O Ipanema passa no meio  
 Você de lá num suspiro  
 Eu de cá, suspiro e meio

Adeus Ipatinga, adeus carvoeiro!  
 Adeus gente do lugar  
 Vou partir, vou chorando  
 Com vontade de voltar  
 (Cantiga dos carvoeiros – domínio público)

A ambigüidade do sentimento dos carvoeiros, expressa em sua manifesta vontade de ir embora, é o indício das raízes ainda frágeis que começavam a fincar no lugar. Os seus ficaram do lado de lá do Ipanema (o ribeirão), e é para lá que ele quer voltar, mesmo que isso lhe seja doloroso. Porém, são esses operários da carvoaria os pioneiros no processo ocupação das margens do ribeirão Ipanema, onde construíram suas casas e aproveitaram parte das extensões de sua várzea para o plantio de arroz, dando origem ao lugar que mais tarde ficaria conhecido como Rua do Buraco.

Quando começou Ipatinga ali [a Rua do Buraco] era uma área assim beira rio, né [...] que todo mundo ia pra lavar roupa, pra lavar vasilha e tudo, né. Então, quando começou, que chegou a usina, e foi chegando aquele povão, o pessoal começou a fazer uma casinha de barro batido. Vinha outro: ‘Ah, aquela área ali num tem, num tem [...] vamos fazer’. O prefeito lá de Fabriciano<sup>20</sup> tava pouco se lixando pra isso

---

<sup>20</sup> Coronel Fabriciano é o município ao qual pertenceu a vila Ipatinga até 1964.

[...] E foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo até que virou uma rua mesmo [...] de casinha pequenininha assim, casa de madeira. A usina jogava muito maderite fora. Lá na Vila Ipanema<sup>21</sup> que era o depósito desses negócios de ferro, resto de madeira e tudo que eles jogavam lá para aqueles cantão lá. E o pessoal buscava: “ah não, vou fazer um barraquinho”. – ‘Ó cumpadre, faz o seu aqui do lado do meu’. – ‘Faz o seu fulano, vamos fazer fulano!’ (Depoimento verbal)<sup>22</sup>

Ipatinga era, até então, para a maioria desses trabalhadores, apenas um lugar de trabalho. O “lugar de ficar e de viver” começaria a nascer somente com a implantação da Usiminas e a construção da cidade que abrigaria seus funcionários, em 1958, ocasião em que iniciaria o intenso fluxo migratório de trabalhadores com destino ao povoado. A exceção dos empreiteiros e seus trabalhadores, que migraram para a área nessa época com a missão de construir a Usina e a cidade, os demais trabalhadores, “fichados” ou não pela Usiminas, buscavam nela “fazer a vida”.

Entretanto, ao enorme contingente de pobres não incorporados às atividades produtivas formais da cidade restou a possibilidade da ocupação espontânea e desordenada das margens do ribeirão Ipanema, sucedendo os carvoeiros. Essa experiência foi narrada por Acerdiago.

Era cheia de buraco, era aquele buraco lá embaixo na beira do córrego. A parte mais rica, alta, era só de gente grande. E a parte miúda era só de pobre. Cá em cima era só aqueles já [...] comerciante, tinha uma boa renda. Aqueles morava cá em cima, mas o pobrinho tinha que morar lá em baixo, não tinha a base pra sustentar a vida; tinha que morar lá no buraco mesmo. Não era o que a pessoa queria. Mas a pessoa era obrigado a conformar com aquilo. (Depoimento verbal)<sup>23</sup>.

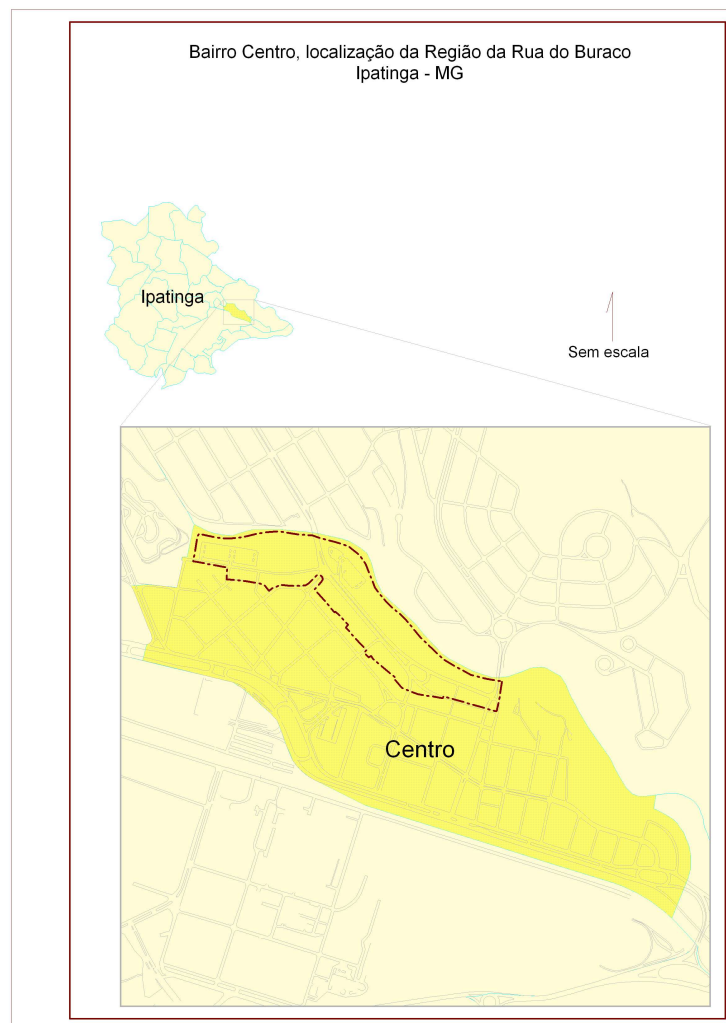
Embora formada por diferentes ruas e becos contiguamente dispostos às margens do ribeirão Ipanema, em pouco tempo a Rua do Buraco passou a designar toda a parte baixa do centro da cidade, delimitada em uma extremidade pelo pontilhão de ferro localizado na rua

<sup>21</sup> Vila Ipanema é um dos bairros construídos pela Usiminas para abrigar seus funcionários, a princípio em sistema de alojamentos.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, nos dias 23 e 26/05 e 06/06/05

denominada Belo Horizonte e, na outra, pela rua Araxá. Por concentrar, em precárias condições ambientais e de infra-estrutura, o primeiro contingente de pobres urbanos da cidade, a Rua do Buraco e seus moradores logo foram representados por meio de conceitos que os associavam a “favela”, “ralé” “promiscuidade”, “sujeira”, “prostituição” e “violência”.



MAPA 2: Área correspondente à Rua do Buraco.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

Interessante notar as primeiras impressões de Mercês acerca da Rua, nas quais contrasta as visões da noite e do dia.

No dia que eu cheguei, cheguei da janela [...] eu vim morar num barracão alto da beirada da Rua do Buraco, num barracão de tábua alto. Cheguei de noite, né, abri a

janela do quarto e imaginei assim: ‘meu Deus [...]’ E olhei assim cá a baixada a Rua do Buraco mas que tava estrelado, parecia coisa que tinha luz, viu! Mas não tinha, né, era pura lamparina e lampião. Eu falei assim: ‘Meu Deus, mas que lugar bonito, parece a Pampulha!’ Depois, quando foi no outro dia, amanheceu o dia e tudo, o meu marido saiu pra trabalhar, que eu tornei a olhar, vi casa de tábua pura (risos). Falei assim: ‘Nossa, mas que diferença da noite pro dia!’ (Depoimento verbal)<sup>24</sup>

A imagem que se revelava ao dia para os moradores era a de um espaço labiríntico, cuja compreensão e a circulação pelos diferentes territórios só se fazia possível para os “de dentro”. Por isso, inacessível e ameaçador para os “de fora”.

Ô rapaz, a Rua do Buraco era até sem jeito de explicar [...] A rua, pra falar a verdade, você ia numa casa, morava um amigo seu, dava você o endereço, você não ia lá porque não tinha lugar do cê passar. As casa era colada uma na outra mesmo, era colada uma na outra. A pessoa pra mudar muitas vezes tinha que passar com os móveis, as coisas, dentro de outra casa, porque não tinha onde passar não, não tinha não! Tanta casa que tinha, tanto barraco que tinha. Era muito, rapaz! Era uma coisa [...] mas era muito barraco mesmo! Aquilo era colado um no outro assim, aquela muvuca [...] muvuca danada! (Depoimento verbal)<sup>25</sup>

Ali tinha a Rua São José, a Rua Nova Lima e o Come Calado. Quando passava 07 horas, 08 horas da noite, ninguém entrava lá [...] de fora, gente de fora. Mas a gente que morava ali rodava aquilo pra todo lado [...]. Pessoa entrava ali era difícil sair. Pessoa pra entrar ali dentro tinha que conhecer, porque ce entrava ali... [...] Nem a polícia mesmo sabia entrar ali direto. (Depoimento verbal)<sup>26</sup>

Lugar que escapava ao rígido controle destinado aos bairros onde residiam os funcionários da grande empresa, a Rua se tornava apropriada ao alojamento dos “forasteiros”, muitas vezes, de maneira improvisada. Por concentrar em um mesmo e pequeno território tantos seres culturalmente diferentes, com visões de mundo e costumes singulares e, ao mesmo tempo, com seus enigmas, o centro e, mais especificamente, a Rua do Buraco, se

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, nos dias 19 e 20/08/05.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

constituíram numas das poucas porções verdadeiramente abertas para os pobres na cidade. Porém, uma porção desprovida dos componentes de civilidade anunciados pelo seu projeto modernista.

A Rua do Buraco vai pouco a pouco adquirindo o aspecto de uma favela de quinta categoria, encravada bem dentro do coração da Vila. Os labirintos metem medo até aos policiais e dão guarita desde operários de baixa renda até marginais perseguidos pela polícia e pistoleiros de aluguel, que matam sem remorsos, em troca de alguns poucos cruzeiros para lhes garantir a alimentação por alguns dias até ser necessário outro servicinho (FONTES, 1992, p. 22).

Na condição de testemunha ocular, o escritor que descreveu acima o ambiente social da Rua, declarou ainda: “Essa sociedade [a Rua], diferente no modo de obter o sustento, convive numa cumplicidade protetora, dificultando qualquer trabalho disciplinador” (FONTES, 1992, p.22).

A observação de Fontes sugere que a Rua oferecia ao estrangeiro margens mais amplas para a sua “navegação social”, para usar uma expressão de Da Matta (1981). Se o estrangeiro é a própria “bomba pré-programada”, a Rua era o ambiente e cenário perfeitos para a sua ação. Naquele lugar, a perturbação da ordem e as relações ameaçadoras eram os próprios componentes da ordem vigente. “A coisa ali era feia” é uma expressão recorrente dentre os antigos moradores quando se colocam a lembrar da atmosfera social que predominava no lugar: rixas e brigas decorrentes de disputas entre diferentes grupos internos, provocadas por bebedeiras, desavenças em jogos, disputas amorosas, as quais por vezes acabavam em assassinato.

Lá [na Rua do Buraco] achava briga; toda hora que caçasse a gente achava briga. Lá tinha gente que brigava, matava até se fosse preciso. O povo lá era zangado... É zangado até hoje esse povo [sorriso discreto]. [...] Ah, a cachaça dava confusão. O cara bebe... [...] Isso que ta aí em Ipatinga, roubo, morte, esses trem, lá há bem tempo já tinha isso. (Depoimento verbal)<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup>Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/0705.

Vários foram os personagens ligados ao universo do crime que se inseriram ou se criaram no ambiente da Rua, ali exercendo posições de mando em determinados territórios. Délon, filho de Mercês, descreveu vários desses personagens – os que viu em ação ou ouviu falar sobre. Talvez, o mais legendário tenha sido aquele ao qual Acerdiago se refere a seguir: “Forró”. Nas narrativas de alguns entrevistados, esse personagem é apresentado como um sujeito ambíguo por ser, ao mesmo tempo, “de dentro” da Rua e informante da polícia. “Tinha um tal de Forró, era o chefe, era o chefe lá do Juá. O que ele falasse todo mundo tinha medo dele. [...] Ele era ruim! Lá no Juá ele mandava. Tinha os vagabundo dele; ele mandava roubar, mandava bater, né” (Depoimento Verbal).<sup>28</sup>

Junte-se a esses ingredientes a ação truculenta da polícia à época, convicta de que a manutenção da ordem só se fazia possível com o uso da força. Tendo experimentado os reflexos da inspiração militar, Arlete declarou: “Aqui tinha era muita briga mesmo! Polícia pegava, batia, matava. Pegava, dava uma greve, fazia uma coisa aí de noite, nego ia pro hospital muito ruim, morria. Aqui era barra pesada”. (Depoimento verbal)<sup>29</sup>

Nesse sentido, a Rua do Buraco materializou a proposição de Da Matta, segundo a qual a rua é, na sociedade brasileira, “o mundo onde a vida se manifesta na sua injustiça e na sua cruzeza; [...] local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos [...]” (DA MATTA, 1997, p.55). Essa configuração social da Rua, na qual se confrontavam tantas diferenças culturais, deixou profundas marcas na memória de Mercês: “[...] era uma embolada. Eu não tava acostumada a ver tanta gente atrapalhada misturada com família (risos). ‘Ah meu Deus do céu! Mas eu acostumei no meio

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, nos dias 09/08/05 e 29/09/05.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08/05 e 29/09/05.

daquilo, acostumei. (Depoimento verbal)<sup>30</sup>



FIGURA 16: Beco da Rua do Buraco – 1963.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

### 3.2 - TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADES

Com o passar do tempo, a face enigmática de cada estrangeiro, com suas diferenças socioculturais, começou a se desvelar na medida em que se fixam no novo espaço e ali constroem seus relacionamentos sociais. De estrangeiros esses sujeitos aos poucos passaram a

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

se configurar como tipos sociais com feições mais definidas e, com seus jeitos, estratégias de sobrevivência e relações sociais em uma situação adversa, criaram diversos territórios no espaço da Rua. Esses territórios foram, pois, formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. Noutras palavras, eles resultaram da apropriação dos espaços por determinadas relações sociais que os produziram e os mantiveram a partir de uma forma de poder. Por isso, os territórios podem ser espaços de liberdade e de dominação, de expropriação e de resistência.

Portanto, a área a que se circunscrevia a Rua era composta de vários territórios. Uma evidência que esfacela a sua suposta homogeneidade, presente na retina daqueles que a observavam “de fora”, encontra-se no diagnóstico do projeto urbanístico denominado Cura Ipatinga, elaborado na década de 70, conforme já mencionado no capítulo 1. No texto daquele diagnóstico, os técnicos responsáveis afirmaram existir na Rua um cenário complexo que se esconde por detrás de uma aparente homogeneidade. Afirma-se, pois, que naquele cenário podiam-se distinguir pelo menos dois ambientes sociais e físicos:

- 1) Do ponto de vista social, uma parte em que predominava a ocupação para fins residenciais familiares e uma outra na qual se faziam presentes o comércio ligado ao meretrício (bares, boates, pensões etc.) e os prostíbulos.

- 2) Do ponto de vista físico, uma parte constituída por construções sólidas, de alvenaria, dispendo de serviços básicos de infra-estrutura: ruas pavimentadas, água, luz e esgoto e outra coberta por habitações precárias, quase de madeira aparelhada, carentes de condições mínimas de infra-estrutura urbana, muitas delas do tipo palafita para adaptarem-se aos efeitos das enchentes periódicas do ribeirão (IPATINGA: Prefeitura Municipal, 1978).

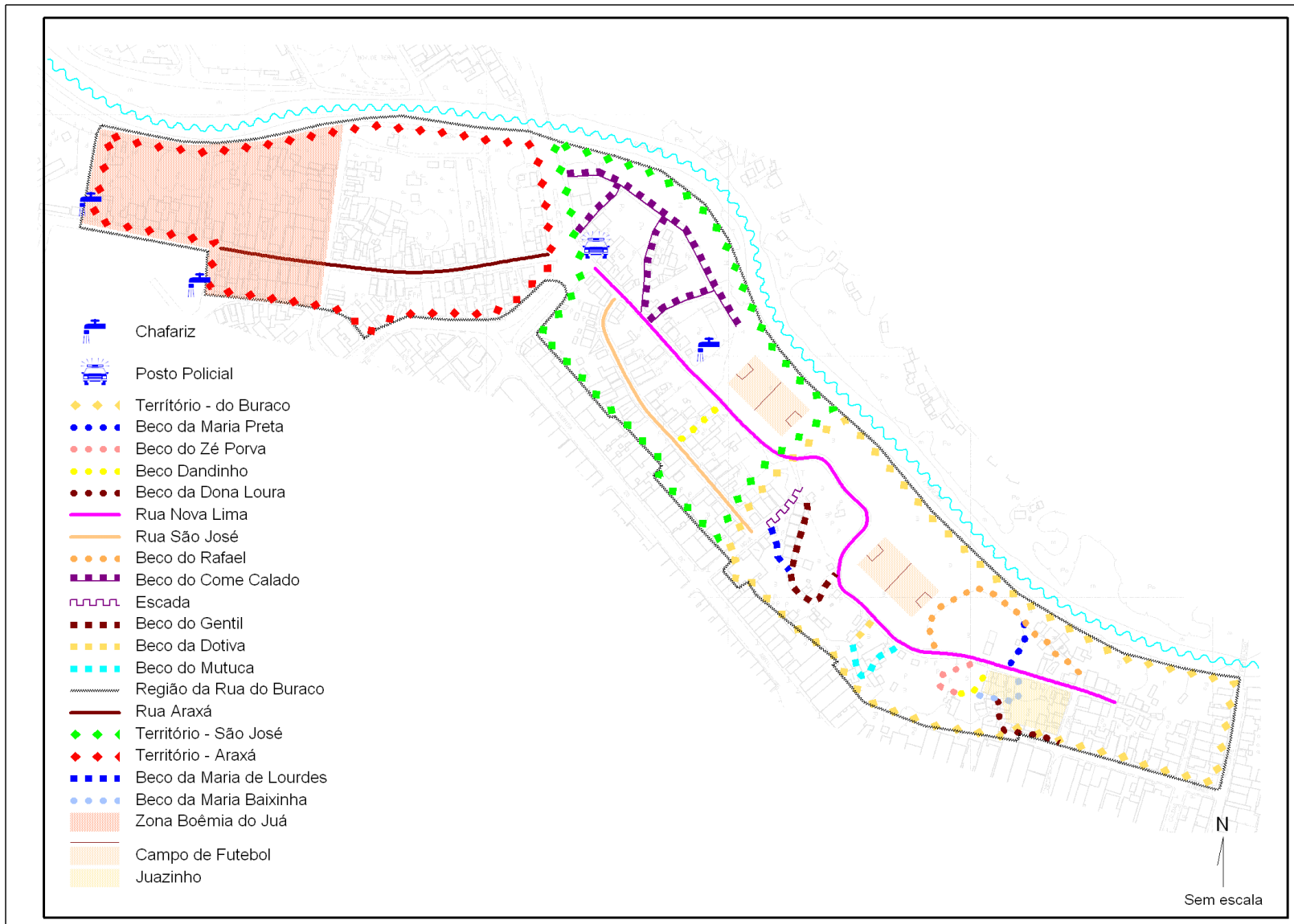
O argumento da diversidade territorial se sustenta em várias outras evidências, das quais certamente as mais significativas são as representações socioespaciais dos próprios sujeitos que construíram esses territórios: os moradores, com seu olhar “de dentro”. Esta



perspectiva de observação revela a presença de mais territórios e redes de sociabilidades do que puderam notar os planejadores urbanos: ruas, becos, zonas boêmias e espaços liminares.

A reconstrução cartográfica da região da Rua do Buraco, realizada junto a seus ex-moradores, nos oferece as bases para afirmar que aquele espaço era dividido em três grandes territórios – São José, Buraco e Araxá – no interior dos quais se construíram becos, vielas e outros referentes socioterritoriais, como, por exemplo, os pontos de coleta de água. Entre esses territórios, se interpuseram os espaços liminares, ou seja, os espaços transicionais, ambíguos, “que situam o usuário a meio caminho” e, por isso, dificultam o esforço de construção de uma identidade espacial (ZUKIN, 2000, p. 82). Uma vez situados nas fronteiras entre os referidos territórios, os espaços liminares se constituíam referentes físico-materiais que reforçavam o imaginário das divisões socioterritoriais no interior da Rua.

Antes de prosseguir com a análise, cabe aqui um alerta! Uma vez que a perspectiva de descrição da Rua que se segue é aquela dos “de dentro”, foi necessário realizar uma mudança de nomenclatura. Passarei então a tratar a “Rua do Buraco”, pensada como totalidade, como “Região do Buraco”. Isso porque a Rua do Buraco é, na perspectiva dos “de dentro”, um dos territórios que compõem a região ribeirinha do centro da cidade. Em síntese, passo da representação homogeneizadora dos “de fora” para a compreensão da Rua em sua diversidade, com o olhar dos “de dentro”.



MAPA 3: Mapa falado da região da Rua do Buraco – antigo centro.  
 Fonte: Acervo pessoal.

Na então referida região, o território da Rua do Buraco era aquele habitado pelos mais mal afamados. Talvez seja por isso que esta Rua tenha, aos olhos distantes, abarcado com a força de seu nome as diferentes territorialidades da área. Nas representações de moradores de outros territórios, a Rua do Buraco aparece como aquele onde morava “o povo com o qual só Jesus...”. As reticências da expressão sugerem todo tipo de conduta desviante e/ou indesejável e, por meio de uma visão essencialista, “colam” tais condutas naqueles indivíduos como se fizessem parte de uma índole. Para além dos aspectos subjetivos dessa representação e da sua imprecisão, na medida em que a Rua do Buraco era habitada também por muitas famílias de trabalhadores não ligados à criminalidade, as suas topografia acidentada e ocupação desordenada favoreciam o esconderijo de fugitivos da polícia e de sujeitos praticantes de atividades ilícitas.

Muitos, assim como Geraldo, afirmam que evitavam passar na Rua ou em suas proximidades por temor de sofrerem represálias e/ou agressões de seus moradores mais hostis.

O pessoal tinha uma política um com o outro, sabe? [...] Dessa rua aqui do Juá com a Rua do Buraco. Era assim: Rua do Juá e Rua do Buraco. O Juá tinha uns moleque aqui que não queria perder pra Rua do Buraco; e o Buraco tinha uma turma que não queria perder pra aqui de jeito nenhum! Mas eu não, eu nunca fui disso. Eu não ia lá [na Rua do Buraco] porque eu nunca fiz guerra. Às vezes eles corria atrás de mim porque eu tava passando até a trabalho mesmo. [...] Tinha dia que passava sem problema, tinha dia que tinha que correr: ‘Ó, o neguinho lá do Juá, ó o neguinho lá do Juá’. ‘Putá merda’, tinha que correr uai! Tinha que correr rapaz, ta louco! Corresse não eles batiam na gente. [...] Dava briga, é briga mesmo, briga. Pegava pedaço de pau e batia um no outro, aquele negócio todo. Era uma bagunça danada. (Depoimento verbal)<sup>31</sup>

Essa política de um para com o outro no interior da região à qual se referiu Geraldo se desenvolvia no sentido da autoconstrução identitária afirmando-se para isso, por meio da oposição, as diferenças entre os territórios e seus sujeitos. Cada beco se constituiu assim uma

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, nos dias 19 e 20/08/05.

topia, um lugar distinto, com nome e características amplamente partilhados no imaginário da população local. Assim se fizeram os bicos da Maria Preta, do Mutuca, do Zé Porva, da Dotiva, do Dandinho e tantos outros. Em alguns casos, o cunho moral da oposição ao “outro” – tido como igual em certas situações sociais – se revelava pela maneira como os moradores se apropriavam e colocavam para circular a noção do que seja “civilizado”. Este é, por exemplo, o caso de Joventino.

A minha rua era a rua mais civilizada que tinha ali [...] que era a Nova Lima. Era uma rua que eu não sei, morou um cara da polícia lá muitos anos, sabe. E não sei se é por causa do [...] acho que não é por causa do cara não. A minha rua era uma rua curtinha. [...] Era a mais civilizada que tinha lá. O lugar que eu morava, por exemplo, todo mundo gostava de ficar perto da minha casa porque era um lugar que não era suspeito de nada. (Depoimento verbal)<sup>32</sup>

No entendimento dos moradores, a rua se definia como civilizada por oposição àquelas habitadas por pessoas impróprias para o convívio social porque ameaçadoras. Implícita nessa representação está a idéia de que a rua mais civilizada era, conseqüentemente, a que ocupava a posição superior em uma suposta escala evolutiva da vida social. Isso porque o comportamento de seus moradores estava mais próximo dos valores morais e comportamentais socialmente aceitos. Vê-se aí a incorporação pelo senso comum das noções evolucionistas que povoavam o embrionário pensamento antropológico do século XIX (STAVANS, 2004). Nesse sentido, a classificação de si e do outro em uma escala evolutiva, mesmo que difusa, se constituía um forte mecanismo de demarcação das diferenças e dos relacionamentos sociais.

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano no dia 27/11/05.

Ainda mais fortes em termos das significações construídas eram as fronteiras do território denominado “Come Calado”. Não se tratava de território residencial, embora existissem residências em suas proximidades. Nas representações de ex-moradores, o Come Calado era lugar destinado às práticas clandestinas, obviamente, longe do olhar das instituições vigilantes da ordem: uso e venda de drogas, espancamentos, assassinatos, estupros, acoitamento de objetos roubados, dentre outras. Ali se “comia calado” e, portanto, sem a possibilidade de apelo à lei, o prato servido pelos “donos do pedaço”. Pedaço esse demarcado e significado por sujeitos que, com o uso da força, afirmavam o seu domínio sobre aquele território e, com isso, reforçavam a sua imagem ameaçadora e de poder.

Tinha um pedacinho de rua, assim depois do campo, do lado do campo, unido entre o campo e o rio, eles botaram o nome de “Come Calado” porque ali um fazia o que queria com o outro e tinha que ficar caladinho. Na maioria das vezes tinha que ficar caladinho. Num trecho bem, numa rua bem simplezinha, mas compridinha, na beira do rio, entre o campo e o rio. [...] Ali um desse uma pancada no outro, prá não ficar maior do que já tava tinha que ficar caladinho. Acontecia outra coisa, até que os homens [polícia] chegava a descobrir já tinha caído fora. (Depoimento verbal)<sup>33</sup>

Entre os diferentes e por vezes divergentes territórios se interuseram alguns lugares liminares. Nesses lugares, tanto se desenvolviam relações que operavam no sentido de reforçar as redes de sociabilidade e a identidade dos moradores da Região do Buraco, quanto se manifestavam disputas até então dissimuladas ou latentes. Os campos de futebol e o chafariz são os principais exemplos desses espaços liminares.

Construído em área da qual a prefeitura retirara um grupo de famílias no final da década de 70, o campo se constituiu um lugar de lazer dos moradores, embora, nas lembranças dos entrevistados, também em sinônimo de perigo por ter sido o cenário em que

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

se praticaram vários crimes. Apesar das disputas e rixas entre os moradores dos territórios, os encontros no campo transcorriam, na maioria das vezes, sem que as diferenças aflorassem em comportamentos hostis. Isso porque os times de futebol que ali nasceram, dentre eles o Beira Rio, representavam a Região do Buraco nos campeonatos amadores da cidade e se constituíam em importantes vias interativas com os **outros**, com a alteridade. Nesse sentido, a disputa com os times de outros bairros propiciada pela prática futebolística se constituía um importante fator de afirmação identitária dos moradores da Região, conforme lembrou Joventino: “Ali tinha um time ali, todo mundo era criado ali. Tinha os jogador tudo nascido ali. Tinha alguns que entrava de fora, mas era muito difícil. O pessoal ali era uma família, quase uma irmandade, uma família” (Depoimento verbal)<sup>34</sup>

O chafariz, onde os moradores lavavam roupas e utensílios domésticos, se constituiu outro importante espaço liminar. A sua utilidade na vida das famílias, provendo água para o próprio consumo ou possibilitando às mulheres lavar roupas prestando serviço sob encomenda, o transformaria em importante lugar de encontro e expressão das diferenças entre os diversos segmentos da população. Por isso, são recorrentes as lembranças em que o chafariz aparece como cenário de importantes acontecimentos na vida dos moradores. A força de sua presença na memória do grupo reside no fato de ter sido referência concreta de uma dificuldade experimentada coletivamente: o acesso à água. Paradoxalmente, a mesma água – que se fazia abundante nos períodos de cheia do ribeirão Ipanema e lhes faltava no dia-a-dia – os igualava a todos no sofrimento. Essa condição vivida foi adjetivada e, por sua vez, convertida em critério pelos informantes desta pesquisa quando se dispuseram a ajudar na identificação dos entrevistados. Diziam eles: “Entreviste [fulano] porque ele foi ‘sofredor’ na Rua”.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, no dia 27/11/05.

Tinha um chafarizinho pra lá da minha casa. O povo pegava num chafarizinho; era um chafarizinho que tinha uma água lá que não sei se era a prefeitura que deixava lá pra eles. Só sei que todo mundo pegava água era lá. Era um chafarizinho pra todo mundo ali daquele buraco todinho... só pegava água lá! Fazia fila de gente pra pegar os baldes de água. [...] Pequei água lá muitos anos. Pegava água e depois a minha mãe pegava e lavava roupa lá. Na hora de lavar roupa era uma brigaiada de mulher, porque só tinha aquela água. (Depoimento verbal)<sup>35</sup>

Havia na área um outro território em que predominavam as residências de famílias nucleares de trabalhadores informais e formais: a rua São José. Em função da sua proximidade com os territórios “perigosos”, as famílias que ali residiam procuravam construir estruturas de blindagem de seus membros contra as influências indesejadas advindas de outros territórios. Essas estruturas não correspondiam necessariamente à evitação social, mas, sobretudo, a estratégias de convivência social assentadas no silêncio e na passividade diante de discussões e acontecimentos conflituosos. Dessa forma, buscava-se combinar a educação dos membros da família segundo valores morais amplamente aceitos na sociedade com o convívio social junto a grupos e pessoas que de alguma maneira representavam riscos à sua socialização.



FIGURA 17: Vista da rua São José – 1968.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, no dia 27/11/05.

Dentre os territórios da região, a rua Araxá foi certamente aquele que possuiu os contornos identitários mais claramente definidos. Embora abarcasse uma área habitada por famílias de trabalhadores ocupados majoritariamente na construção civil, em atividades industriais e no amplo universo da economia informal, a existência da rua Araxá esteve desde a sua formação associada à boemia e à prostituição. Isso porque ali, de maneira funcional ao novo “organismo” urbano-industrial, vários migrantes, percebendo a possibilidade de obter lucros com o “negócio do sexo”, foram aos poucos construindo a denominada zona boêmia do Juá. Observe-se então a narrativa de Fontes: “A notícia da existência de casas de prostituição, no centro da Vila, corre de boca em boca e é bem recebida pelos sedentos homens que constróem a Usina durante o dia e nada têm que fazer nas noites calmas dos alojamentos.” (FONTES, 1992, p. 23)

E continua o escritor:

Descendo o beco onde os botecos se amontoam, qual um monte de caixotes velhos jogados no lixo, o primeiro bar que reluz com luzes chamativas, como o alerta de um carro de polícia, é o Bar do Gaúcho. O proprietário chegou em Ipatinga há alguns meses para trabalhar como operador de guindaste. Logo percebeu que a Vila, em efervescência, poderia lhe oferecer bem mais que o trabalho na empreiteira, além de deixá-lo livre para fazer o que mais gosta: paquerar mulher de zona. (FONTES, 1992, p. 25).

Posicionado em uma das extremidades do espaço longitudinalmente ocupado às margens do ribeirão Ipanema, o Juá tomava os dois lados da extensa rua Araxá com bares e boates nos quais se podia: dançar, beber, e comprar os serviços das profissionais do sexo que ali “faziam vida”. A movimentação na zona era intensa, por causa do grande contingente de operários presentes na cidade para construir e fazer funcionar a usina siderúrgica.

Aqui era zona. Era o Juá. Começava de lá debaixo da ponta lá de baixo, dali daquele prédio velho até chegar lá em baixo. Dos dois lados. Tinha boate dos dois lados, dos dois lados. Muito bom. Movimentado. Os pião [...] tinha muito pião, muita firma,



né, então tinha muito pião. Eles vinha tudo pra cá, uê [...] vinha tudo pra aqui. Então corria muito dinheiro. (Depoimento verbal)<sup>36</sup>

Aqui era lotado de gente, lotado! De noite essa rua, isso era puro chão, isso era lotado de gente mesmo! [...] O pagamento era sexta-feira, toda sexta-feira pagava; as firmas pagava ai. E recebia descia pra aqui. Era muita gente naquela época. Tinha um bocado de pião que ficava aqui [...] vinha sexta-feira e só saia daqui duro e perdia o remunerado; saia daqui só pra terça; terça-feira que ia embora. (Depoimento verbal)<sup>37</sup>



FIGURA 18: Rua Araxá – antiga zona boêmia do Juá – início da década de 60.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

O Juá é uma planta espinhosa no caule e nas folhas e que, além disso, produz um fruto venenoso, embora esse possua também a propriedade de curar inflamações da pele. É interessante pensar sobre os significados atribuídos a esse signo-planta encontrado na área quando se lhe toma emprestado para designar a zona boêmia: espinhoso, ameaçador, ambíguo e resistente assim como as ervas daninhas. Nele, a possibilidade do prazer sexual é sempre acompanhada do risco da violência, como se pode notar nas lembranças de seus personagens, marcadas por um misto de nostalgia e trauma. Imagens de acontecimentos de extrema crueldade, vistos ou vividos, tomam de assalto suas lembranças como um fantasma em ronda

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08 e 29/09/05.

<sup>37</sup> Entrevista concedida nos dias 19 e 20/08/05.

permanente.

Ali os homens quando era de noite não tinha lugar pra ir, ia pra ali. Porque ali dançava, ali [...] o pessoal ligava som alto e ficava nas casa dançando. Ali era um divertimento naquela época [...] pros homens. [...] Tinha muita confusão. Ali era tiro, era facada. [...] Eu sei que ali não era brincadeira não! Ali cê só ouvia tiro, era gente gritando, facada, polícia descendo. Mas a gente não podia fazer nada. Quanto eu tinha jeito [...] De dia com o sol quente, quando eles matava pessoa lá, a gente ia lá ver, dava tempo da gente ver, né. Mas à noite não podia entrar lá. (Depoimento verbal)<sup>38</sup>

Aqui era muito bom. Os pião matava as mulher e jogava debaixo das camas... rachava fora, deixava lá no quarto. Matava pra roubar não. Achava as mulher morta com dinheiro, com jóia e tudo lá. (Depoimento verbal)<sup>39</sup>

A face espinhosa da vida na zona boemia do Juá se expressou também nas relações sociais travadas naquele universo, entre as cafetinas e suas operárias, estas últimas, portadoras de uma única mercadoria dentre as passíveis de ali se vender: o sexo-corpo. Esta mercadoria não era, contudo, consumida em troca de um salário, mas em uma condição de completa dependência de suas vendedoras em relação aos proprietários dos estabelecimentos. Nas boates as mulheres alugavam os quartos pelos quais tinham que pagar diárias, assim como pelo uso das chaves a cada programa realizado. Esse pagamento ficava comprometido na medida em que o corpo à venda se desgastava e, com isso, tinha seu preço declinado no mercado do sexo. Esse processo de compra e venda do sexo-corpo impunha à trajetória dessas mulheres outras marcas traumáticas que se somavam às contraídas anteriormente ao ingresso no meretrício, quase sempre motivado por rupturas das relações familiares.

O caráter exploratório dessa relação não impedia, contudo, o nascimento de relações afetivas e de solidariedade entre essas classes antagônicas, o que pude perceber em narrativas

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08 e 29/09/05.

de algumas ex-profissionais. Por vezes, nas lembranças dessas mulheres, a figura da cafetina ganha contornos de uma mãe, em virtude da maneira como acolhia as jovens mulheres recém-chegadas à zona boêmia e da solidariedade que lhes prestava no curso da vida naquele universo. Arlete lembra-se de Belarmina, a cafetina que a ajudou a criar a filha com a qual chegara ao universo da zona: Ela [a cafetina] gostava demais de mim, nossa senhora! [...] Ela criou a minha menina até grandona. (Depoimento verbal)<sup>40</sup>

Uma outra cafetina do Juá foi lembrada por sua generosidade expressa nas festas que fazia em comemoração ao seu aniversário. Por sua vez, a maior e mais legendária cafetina da zona é descrita como a própria representação do mal. A ela é conferido o lugar místico de uma bruxa, o que se alimentava nas construções imaginárias do Juá com a disseminação de informações segundo as quais ela mantinha um bode preto em seu quarto ou, recentemente, de que na ocasião da demolição de sua boate vários morcegos de lá bateram asas.

Sublinhe-se que esta cafetina é ainda hoje uma presença fantasmagórica nos fragmentos que restam da rua onde funcionava o Juá – uma expressão viva das relações de classe travadas naqueles tempos. Atualmente, ela vive em uma das extremidades da antiga rua Araxá, local onde possui três prédios construídos com o dinheiro acumulado no negócio da zona e com a indenização decorrente do projeto Novo Centro. Situação bastante díspar à das ex-profissionais do sexo que também moram ainda hoje com suas famílias na mesma rua, em imóveis invadidos e sob a constante ameaça de despejo, seja por supostos proprietários que chegam as intimidando ou pelos rumores de que a Prefeitura Municipal dará seqüência às suas intervenções na área.

De uma das extremidades da rua as ex-operárias do sexo constroem, ao nível das representações, as armas com as quais enfrentam silenciosamente o espectro figurativo da classe dominante. Em reação, essas mulheres constroem e disseminam a imagem da “cafetina

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08 e 29/09/05.

má”, com os exageros que lhes convêm. O traço místico dessa cafetina tem sido atualmente renovado pelo fato de preservar a mesma feição ao longo de tantos anos. “Ela é a mesma coisa!”, é o que todos dizem por ali procurando afirmar que, para além de uma razão puramente biológica, há uma explicação sobrenatural.

Aquela ali [a cafetina] quando eu conheci foi até esquisito, rapaz. Quando eu conheci aquela dona, sinceramente, sem exagero viu, eu já conheci ela do jeito que ela tá ali. Aquela dona não fica nem mais velha e nem mais nova. Eu conheci ela eu tinha 18 anos, eu tô com 54 anos, eu conheci ela daquele jeito, aquele corpo, aquele mesmo jeito. Tava daquele mesmo jeito! [...] Cê pode perguntar muitas mulheres aqui que elas vai falar com cê a mesma coisa [...] quem conhece ela. (Depoimento verbal)<sup>41</sup>

Na outra extremidade da região do Buraco, uma outra categoria de zona boêmia se fez presente para atender a demanda dos operários com remunerações menores: o Juazinho, um pequeno conjunto de botecos de madeira que ali permaneceram até meados da década de 70. Consta nas lembranças de alguns velhos moradores da região que, como artifício para controlar os gastos dos operários naquela época, algumas empreiteiras substituíam o pagamento em dinheiro por um “vale” que os trabalhadores apelidaram de “Boró”. O Boró destinava-se às compras de mantimentos em armazéns conveniados com as empreiteiras. O troco dessas compras era convertido em dinheiro, em quantias que não permitiam a esses operários mais pobres desfrutar do “luxo” dos bares e boates que abrigavam as mulheres mais cobiçadas no Juá. Com isso, o lazer boêmio dessa segunda categoria de operários se daria no “baixo meretrício”.

Não por acaso o meretrício teve seu início, desenvolvimento e declínio de forma congruente ao processo de implantação e expansão da produção da usina siderúrgica. Assim como os clubes recreativos implantados pela empresa, a zona boêmia se constituiu por um

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, nos dias 19 e 20/08/05.

bom tempo uma das poucas opções de lazer e encontro dos operários na cidade. Mas o apogeu vivido no período de expansão da usina chegaria ao fim, provocando o declínio do meretrício, como narra Fontes (1992).

A fase de construção da usina está chegando ao fim, provocando uma gradativa desativação das empreiteiras envolvidas com sua montagem [...] essa diminuição do número de empregados vai, aos poucos, modificando a agitada vida da Rua do Juá, que nasceu do entusiasmo desses homens. [...] A vida da rua foi sempre ligada aos homens rudes das empreiteiras e a diminuição deles deixa apreensivas as mulheres que, até então, vinham mantendo uma vida relativamente fácil. Agora, uma escura cortina de preocupação começa a encobrir a rua dos prazeres. [...] O burburinho de centenas de homens andando para cima e para baixo, como se a Rua do Juá fosse um parque de diversões; as luzes ofuscantes dos bares; uma mistura de músicas variadas a transbordar das portas abertas, numa confusão de sons que se misturam no meio da rua, tornando impossível a definição da origem; mulheres rebuscadas, mostrando o exagero no uso dos produtos de beleza, tentando esconder o desgaste que sofrem na venda do corpo; brigas que envaidecem algumas prostitutas disputadas; soldados patrulhando a rua para evitar desmandos dos mais exaltados; dias tranqüilos, bem dormidos, na certeza de o dinheiro ganho ser suficiente para uma vida sem dificuldades, tudo isso agora é uma página do passado que ainda teima em não sair da cabeça da maioria das mulheres [...] (FONTES, 1992, 133-134).

Embora constituída por diferentes territórios – das famílias, da boemia, da criminalidade, do esporte – as representações sociais acerca da Rua do Buraco a reduziram aos estereótipos. Estereótipos que, por sua vez, simplificaram a complexidade dessa realidade e, não raramente, ofereceram dela uma visão extremada, simplista e distorcida. Pelo seu grau de familiaridade e ampla difusão social, no entanto, esses estereótipos não deixaram de projetar modelos de referência e representações que produziram efeitos sobre a orientação dos comportamentos, dos valores e dos sentidos atribuídos à identidade daqueles moradores (FORTUNA; PEIXOTO, 2002).

Com efeito, por força da dinâmica social segregacionista e das representações da cidade formal, a Rua do Buraco se transformou numa “região moral”, onde, conforme define Park (1987), “prevalece um código moral divergente, em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma

paixão, ou por algum interesse que tem sua raiz diretamente na natureza original do indivíduo” (PARK, 1987, p. 66).

A aplicação desse conceito ao caso específico da Rua, pensada como Região, portanto, em sua totalidade, não deve ser feita senão com alguns ajustes. Primeiro: a prevalência do código moral divergente na região não se deveu, neste caso, única e exclusivamente a gostos, paixões e interesses cultivados por seus habitantes, mas antes por circunstâncias que têm a ver com a dinâmica segregacionista da produção do espaço na cidade. Segundo: para a Rua, posta à margem da “Cidade Usiminas”, convergiram pessoas e atividades que escapavam às restrições impostas pela vida urbana, sobretudo numa cidade construída para fazer a fábrica funcionar. Terceiro: a Rua, pensada em sua totalidade como zona moral, possuía em seu interior lugares específicos que comportavam paixões e interesses diferentes e, por isso, se prestavam ao encontro de diferentes tipos sociais. Assim era, por exemplo, a zona boêmia do Juá, lugar de encontro entre pessoas “de dentro” que ali trabalhavam e freqüentadores “de fora”, em sua maioria, operários da Usiminas e de suas empreiteiras.

Nesse sentido, por ser um ambiente que escapava à ordem moral dominante, a Rua proporcionava aos seus habitantes e freqüentadores descarregar impulsos, paixões e ideais vagos e reprimidos. Em decorrência disso, a Rua foi estereotipada como lugar da desordem, da incivilidade, do proibido, da promiscuidade, enfim, como lugar sem lei, ainda que a Polícia Militar ali atuasse de forma ostensiva e, por vezes, hostil.

Um dos principais efeitos das estereotipadas representações da cidade formal acerca da Rua do Buraco foi o estigma que recaiu sobre seus moradores. No imaginário da população da cidade, a Rua passou a ser o lugar de morar das “classes baixas”, classes essas formadas por indivíduos “que de forma bastante perceptível trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe” (GOFFMAN, 1988, p. 157). Para Goffman, o

estigma “é um atributo profundamente depreciativo” que, em geral, leva o indivíduo ao descrédito, o tornando “inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 13). Do ponto de vista sociológico importa notar que o processo de estigmatização se opera sublinhando-se o(s) traço(s) depreciativo(s) do indivíduo e, ao mesmo tempo, diminuindo ou destruindo a possibilidade de atenção a outros de seus atributos. Conseqüentemente, esse indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação quotidiana, tem reduzidas as suas chances e oportunidades sociais. No caso dos moradores da Rua do Buraco, até a de residir próximo ao centro da cidade.

A conjugação de dois fenômenos sociológicos – a constituição da Rua como uma região moral e a impressão do estigma de sujos e violentos sobre seus moradores – a um natural – as recorrentes enchentes que atingiam a população – constituiu a base do discurso de justificação das sucessivas tentativas de “desfavelização” da área, realizadas por diferentes governos municipais ao longo das décadas de 70 e 80, sob forte pressão das elites locais interessadas em se apropriar daquele espaço, tornando-o elemento constitutivo das forças produtivas. Para tanto, tais governos utilizavam diferentes expedientes: da técnica urbanística para qualificar projetos e pretensas intervenções e, por vezes, da intimidação dos moradores.

A Rua do Buraco se converteu, assim, aos olhos do urbanismo, num espaço problemático, transitório e, por isso, necessitado de um tratamento diferente. Como propõe Da Matta “[...] tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – fica num espaço singular” (DA MATTA, 1997, p.45). Como espaço transitório, a Rua jamais foi concebida como permanente ou estruturalmente complementar às áreas nobres da cidade. Como espaço liminar, onde a presença conjunta da terra e da água marcou um espaço físico confuso e ambíguo, ela foi sempre vista assim como os locais de transição: zonas, brejos, mangues e alagados.

A Rua do Buraco é, portanto, produto do processo desigual e segregacionista de urbanização da cidade de Ipatinga, orientado por um projeto modernista/funcionalista cuja concepção é marcada pela intenção de se construir uma “cidade aberta”. Aberta no sentido de se constituir uma fronteira a ser explorada pela iniciativa privada, diga-se, exclusivamente de mercado. Contudo, à rigidez e elitismo do plano se contrapôs a chegada de um enorme contingente de trabalhadores pobres e profissionalmente desqualificados, os quais, a partir de então, fariam parte da paisagem urbana. O tiro saiu pela culatra, os “papagaios de pirata” insistiram em compor a imagem da cidade moderna.

### **3.3 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MORADORES**

Como se poderia definir os moradores da Rua? Numa primeira aproximação se pode afirmar que são trabalhadores assim como a grande maioria das pessoas que migraram para a cidade em busca de inserção no universo urbano-industrial. Porém, segregados socioespacialmente por força de sua inclusão subordinada à dinâmica social e econômica vigente à época da construção da cidade. A lida em condições sociais adversas e a circunscrição da vida a uma região moral, habitada por pessoas pobres, estigmatizadas, com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, resultaram na emergência de diferentes tipos sociais no universo da Rua, dentre os quais os mais comuns eram figurados pelo trabalhador informal – “biscateiro”, a dona de casa, a cafetina, a prostituta, o boêmio e o malandro. Este último, um personagem que, no universo simbólico social do período desenvolvimentista nacional, se constituía a expressão da ociosidade e da esperteza. Mais do que às representações sociais da pobreza, o malandro era associado à indisciplina, aos interstícios entre a ordem e a desordem, ao não-trabalho (SCOREL, 1999, p. 37).



Reunidos no mesmo “buraco”, esses tipos sociais eram diferentes em seus modos de vida, valores e sociabilidades. De forma alternativa, era comum entre os moradores a utilização dos quintais para o desenvolvimento de atividades passíveis de prover alguma renda ou mesmo surtir em ganhos para a economia doméstica, tais como a criação de porcos e o cultivo de hortaliças, assim como era praxe o aproveitamento das oportunidades de se fazer os “bicos” que surgiam como fruto da proximidade aos estabelecimentos comerciais do centro da cidade. Contudo, essa primeira aproximação ainda revela uma imagem estática em face dos tantos deslocamentos que marcam a trajetória dos moradores da Rua no cenário da cidade de Ipatinga. Uma outra aproximação, para além da construção de uma tipologia social genérica dos moradores, se faz possível com a observação das informações numéricas reunidas nas já mencionadas pesquisas socioeconômicas<sup>42</sup> realizadas junto aos moradores, nos anos de 1974, 1977, 1995 e 1998, com o objetivo de subsidiar a elaboração e execução de projetos urbanísticos e sociais no centro e em áreas periféricas da cidade. Em que pesem as diferenças dos métodos utilizados nestas pesquisas, os resultados acerca do conjunto de variáveis pesquisadas possibilitam analisar, de modo geral, a evolução da condição socioeconômica da população, no que tange às questões da ocupação, níveis de renda e de escolaridade e condição do habitar.

Analisando a variável “profissão dos chefes de família”, nota-se uma significativa diversificação profissional entre os moradores, com predominância de trabalhadores não especializados: pedreiros, domésticas, lavadeiras, carpinteiros, vendedor ambulante, biscateiros etc, seguidos por ofícios que exigem um grau relativamente maior de especialização: soldador, mecânico, torneiro, eletricitista etc.

---

<sup>42</sup> Saliento o fato de que as referidas pesquisas foram realizadas pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, sob a competência técnica de diferentes órgãos de pesquisa.

As pesquisas de 1974, 1977, 1995 e 1998 apresentam uma situação que pouco se altera em termos do nível de especialização profissional da população da Rua e, posteriormente, do Planalto 2. Ou seja, ao longo do período, esses trabalhadores permaneceram exercendo atividades precárias, que exigiam baixo grau de qualificação, na maioria das vezes de forma autônoma, auferindo poucas somas financeiras. Verifica-se ainda que, em 1995, o desemprego aparece como um fenômeno perturbador das já precárias condições socioeconômicas dos moradores da Rua, atingindo 21,0% dos entrevistados (chefes de domicílio), ao passo que, em 1977, apenas 3,9% dos chefes de família entrevistados estavam nessa condição. Vale observar também que, em 1977, os moradores da Rua aparecem com o “menor índice de dependência” em relação à Usiminas, o que se mensurava na pesquisa pela proporção de moradores entrevistados em cada bairro que trabalhavam na referida empresa. À época, os resultados da pesquisa de 1977 evidenciaram ainda que, ao mais baixo índice de dependência da Usiminas, correspondiam os piores níveis de renda, escolaridade e de qualidade de vida (infra-estrutura urbana e condições ambientais).

Na pesquisa de 1998, realizada junto ao universo dos moradores do Planalto 2, não se toma como referência a profissão dos chefes de família. Contudo, nela se pode constatar que 45% da População em Idade Ativa (PIA) do bairro não trabalhavam e que 7% estavam desempregados. Destes últimos, 44% correspondiam ao segmento com idade entre 19 e 25 anos. Outros 15% dos integrantes da PIA entrevistados trabalhavam, mas não geravam renda.

Tratando, pois, dos resultados das pesquisas no que se refere à **renda familiar**, constata-se que os moradores da Rua vêm auferindo ao longo de sua trajetória baixas rendas mensais. Em 1974, 1997 e 1995 os entrevistados que declararam que a renda familiar era de até um salário mínimo representavam, respectivamente 55,0%, 46,8% e 33,7% do total, o que evidencia uma elevação do nível de renda das camadas mais pobres dos moradores da Rua.

Nas faixas de renda de um a dois salários mínimos<sup>43</sup>, os percentuais não se alteraram de forma significativa ao longo do período de tempo analisado, ficando em torno de 32,0%. Nas faixas subsequentes, verificam-se pequenas elevações dos níveis, nada em dimensões significativas.

A observação das variações de renda na cidade em 1977, a partir da pesquisa domiciliar realizada neste mesmo ano, indicava que a renda média dos moradores da Rua do Buraco era a menor. Na “região do Buraco”, 84% das famílias auferiam renda mensal inferior a dois salários mínimos, ao passo que no bairro da Usiminas 86% das famílias ganhavam mais de três salários mínimos.

Já em 1998, a renda *per capita* média no Planalto 2 era de apenas ½ salário mínimo, a pior dentre as verificadas nos 23 “bolsões de pobreza” pesquisados na cidade. A renda média entre os que estavam trabalhando era de apenas 1,4 salários mínimos, também entre as menores se comparada com a dos trabalhadores dos demais “bolsões”.

Quanto ao grau de escolaridade dos chefes de família moradores da Rua do Buraco, observa-se que, em 1974, 52,0% destes eram analfabetos (7% não declararam), ao passo que em 1995, somando os analfabetos com aqueles chefes que possuíam apenas o primário incompleto, alcançava-se a proporção de 67,0%. Destaque-se ainda que, conforme resultados da pesquisa de 1995, 95,7% dos responsáveis pelos domicílios não possuíam o curso fundamental completo. Portanto, observa-se que os baixíssimos níveis de escolaridade da população não se alteraram ao longo do período a que se referem as informações das pesquisas.

Comparativamente, nota-se que em 1977 a população da Rua do Buraco possuía o mais baixo nível de escolaridade em relação aos demais bairros da cidade. Na escala proposta

---

<sup>43</sup> Obviamente, a referência ao salário mínimo nesta análise tem como ponto negativo o fato de que o mesmo representou, nos contextos considerados (1974, 1977, 1995 e 1998), diferentes poderes de compra para os trabalhadores, questão que não será aprofundada neste trabalho.

em termos de classificação dos índices de escolaridade, a Rua foi a única área cujo referido índice foi considerado “muito baixo”. À época, 68% dos “chefes de família” da Rua possuíam escolaridade inferior ao “primário completo”, uma das maiores proporções da cidade.

Os resultados da pesquisa de 1998 evidenciam uma relativa melhora da situação da população do Planalto 2 em termos dos níveis mais baixos de escolaridade. Essa afirmação se apóia na constatação de que a proporção de analfabetos caiu para 11%, em função do programa de alfabetização implantado no município no início da década de 1990, que alfabetizou 7% da população do bairro. No segmento da população com idade acima de 25 anos, o analfabetismo alcança o índice de 20%. Contudo, essa melhora em termos de alfabetização não implicou a elevação dos níveis mais gerais de escolaridade dos moradores. Note-se, pois, que 74% dos entrevistados declararam possuir apenas o primeiro grau, incluindo os que o concluíram e os que não concluíram esta fase do ensino formal. Outros 8% possuíam o nível médio.

Contudo, a pesquisa de 1998 demonstra que não é mais a falta de acesso à escola o principal fator explicativo dos baixos níveis de escolaridade da população. Estes se devem, sobretudo, às dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo pedagógico, cujos principais efeitos são os elevados níveis de “atraso escolar” e de “abandono do ensino”. Dentre a população com idade entre 7 e 20 anos, verificou-se que 22% abandonaram a escola e, dentre os que nela permanecem, 62% encontram-se em situação de atraso, entre um e três anos.

Por fim, considerando as informações do “Cadastro dos imóveis lotados na área central” a ser reurbanizada (1994), as condições habitacionais na Rua do Buraco revelaram-se bastante precárias, configuração essa que decorre do modo espontâneo e desordenado em que se deu a sua formação. Quanto à condição de ocupação, verifica-se o crescimento da proporção de casas próprias ao longo do período, passando de 30,9% para 49,2% e,

posteriormente, para 59,6% respectivamente nos anos de 1974, 1977 e 1995. Isso se explica pelo interesse dos proprietários dos imóveis em vendê-los em razão dos riscos representados em se ter um ativo numa área susceptível a inundações e à remoção de suas casas através dos sempre cogitados planos de “desfavelamento” do local. Mesmo com os rumores em torno dessa tendência, percebe-se que, ao longo do período, houve um investimento na melhoria dos imóveis: enquanto, em 1974, 60,0% eram de tijolo, em 1995 esse percentual alcança 77,1%. As instalações sanitárias também contribuíram para a melhoria das condições habitacionais na Rua. Em 1974, 62,0% das casas destinavam seu esgoto em fossas; já em 1995, 50,3% tinham o esgoto sanitário ligado à rede geral. Contudo, as melhorias são apenas relativas a uma condição de excessiva precariedade, não alcançando padrões desejáveis do ponto de vista da habitação humana.

Como já demonstrado no capítulo 1 deste trabalho, desde a implantação do projeto Novo Centro, os moradores da Rua do Buraco experimentariam diferentes situações em termos do habitar. Lembre-se, pois, que a situação retratada pela pesquisa de 1998 nos possibilitou analisar as condições de moradia de apenas seiscentas famílias reassentadas no bairro Planalto 2, uma vez que as demais foram morar em diferentes regiões da cidade, nas quais não se procedeu a uma investigação mais detida desse quesito.

Considerando-se então o universo dos moradores do Planalto 2, pode-se afirmar que é certamente no “habitar” que se verificam os maiores ganhos para aquela população (que representa apenas uma parte da que habitava a Rua do Buraco). Em que pese o distanciamento do centro da cidade, lugar onde desenvolviam suas estratégias de sobrevivência, no Planalto 2 esses ganhos se concretizaram em termos de infra-estrutura e serviços urbanos, de saneamento básico, da qualidade da moradia, e do acesso a serviços sociais elementares de educação e assistência à saúde. Entretanto, os ganhos do habitar, mesmo no caso dos moradores do Planalto 2, não foram suficientes para superar a condição de pobreza que marca a trajetória

dos moradores da Rua e se expressa, entre outros aspectos, na estagnação da sua condição social.

Os baixos índices socioeconômicos que historicamente caracterizam a população da Rua não devem, contudo, nos levar a abordar a pobreza apenas como carência. Mais do que isso, ela deve ser vista como “expressão do acesso às vantagens sociais, denotando que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que se divide entre aqueles que concentram privilégios, e aqueles que trabalham para sustentar o privilégio dos outros” (DEMO, 2001, p. 13). A pobreza é, assim, resultado da discriminação no terreno das vantagens. Nesse sentido, para além da situação material é preciso relacionar a segregação e o estigma da população da Rua – reeditados no bairro Planalto 2 e demais áreas para as quais se mudaram – aos fatores que historicamente lhe dificultaram acessar as tais vantagens sociais na cidade.

A discriminação no acesso às vantagens sociais, experimentada pelos moradores da Rua na cidade, revela, pois, uma terrível face da exclusão social: a da sua funcionalidade ao sistema; a face da integração dos pobres pela via da exclusão, ou seja, como forma de pertença. É justamente essa face da exclusão social que venho ao longo desse trabalho chamando de “inclusão subordinada”. Ou seja, uma forma de inclusão que não possibilita aos subordinados disputar igualmente as vantagens sociais e que, por isso, retroalimenta o sistema com sua lógica de produção de desigualdades sociais.

A segregação socioespacial e a estigmatização dos moradores da Rua, como mecanismos sociais de produção do enfraquecimento destes na disputa pelas vantagens sociais, não significaram, portanto, a sua desintegração ao sistema. Antes disso, promoveram a sua inclusão subordinada à medida que, como força de trabalho, os moradores da Rua prestavam serviços com baixas remunerações e sem as garantias trabalhistas legais aos integrados e moradores da cidade planejada, sobretudo em atividades domésticas. Além disso, a zona boêmia, como uma das “regiões morais” da Rua, por muito tempo se constituiu um dos

mais importantes lugares de sociabilidade da cidade, contribuindo de forma eficaz para a fixação da mão-de-obra. Do ponto de vista dos formalmente integrados à dinâmica socioeconômica, os integrados de forma subordinada não são necessários apenas enquanto força de trabalho, mas, igualmente, como não concorrentes aos privilégios sociais (DEMO, 1998). Nesse sentido, a fragilização da identidade dos moradores da Rua, a sua segregação socioterritorial e, ainda, a sua estigmatização, sempre renovada pelo discurso discriminador das classes dominantes, operaram, pois, como mecanismos sociopolíticos que os enfraqueceram ou retiraram completamente nas/das disputas pelas vantagens sociais.

A conquista habitacional, a “dádiva” da aposentadoria “por idade”, bem como o acesso a outros benefícios sociais, recentemente concedidos pelo governo federal a uma parte dos ex-moradores da Rua por meio das políticas de assistência social, não vêm se constituindo em fatores capazes de incluí-los ao tecido social da cidade fragmentada e, muito menos, de reinventar a cidadania do excluído (DEMO, 1998).

### **3.4 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: ATRIBUIÇÃO LEGITIMADORA VERSUS AUTOCONSTRUÇÃO**

Que espécie de identidade resultaria de um processo histórico-social no qual uma população se encontra posicionada na fronteira entre o olhar discriminador da cidade e as vivências em um lugar multiplamente significado, a Rua, ou as Ruas? Desse processo teria resultado um “conjunto de formas de ser, de valores e de códigos” nos quais os moradores daquele pedaço se reconheçam? (D’ALÉSSIO, 1998, p. 279). Um conjunto cuja adesão desenvolve nas pessoas o aconchegante sentimento de pertença, assim como nos propõe D’Aléssio (1998)? Afinal, em face das diferenças socioculturais dentre os moradores da Rua, estes se projetam como uma comunidade imaginada, no sentido proposto por Benedict

Anderson (1989)? Ou seja, qual é a idéia que partilham sobre aquilo que constitui a sua identidade?

“Identidades são identificações em curso” (SANTOS, 1997, p. 135). Com esta afirmação Santos propõe que as identidades culturais não são rígidas e, muito menos, imutáveis, mas, ao contrário: “são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” socialmente construídos (SANTOS, 1997, p. 135). Contudo, para compreender a determinação do conteúdo simbólico da identidade cultural, é preciso perguntar, como nos recomenda Castells: “Como, a partir de quê, por quem, e para que isso (essa construção) acontece”. Ou, noutros termos: “Quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída” (CASTELLS, 1999, p. 23). Pois, “escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades” (SANTOS, 1997, p.135). Propõe-se, dessa forma, que a definição da identidade tem a ver com as relações de poder na sociedade. Por isso, é preciso observar quais são as motivações dos sujeitos históricos que interagem na construção dialética das identidades? O que está em disputa?

Na análise que segue procuro demonstrar, a partir dos autores supracitados e também de Woodward (2004), que o conteúdo simbólico da identidade coletiva dos moradores da Rua do Buraco não é determinado exclusivamente pelas condicionantes urbanísticas e seus agentes, e nem mesmo resultado puro da autoconstrução de seus membros. Noutros termos: ela não é produto exclusivo da assimilação subordinada das representações dos agentes do projeto de cidade pelos moradores da Rua e nem tampouco da pura e autônoma construção de significados desses moradores. A identidade dos moradores da Rua do Buraco se construiu dialeticamente na fronteira entre dois processos sociais: de um lado, a projeção e construção da cidade e, de outro, as vivências cotidianas dos moradores da Rua neste lugar específico. A



identidade é, nesse sentido, relacional não apenas por que o “eu” ou o “nós” se define em relação ao “outro” (como alteridade), mas, sobretudo, porque se faz **nas** relações com o outro; ela é, portanto, além de transitória, construída dialeticamente. No caso, ela é produto de uma síntese sempre incompleta que emerge da correlação entre forças diferentes e, na maioria das vezes, conflitantes.

As pistas que balizam essa afirmação não são tão evidentes pois o conflito a que me refiro se dá muitas vezes de forma velada, através do discurso matreiro, em suas entrelinhas, na dissimulação de gestos e atitudes. Em algumas situações esse conflito sai do seu estado de latência para se explicitar publicamente. Se a “construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 1999, p.23), o desafio que se coloca é o de compreender quais são as matérias-primas e como elas são manipuladas pelos diferentes sujeitos sociais no processo de construção da identidade dos moradores da Rua.

Desde a década de 60, o centro da cidade passou a ser visto pelo olhar urbanístico como lugar do congestionamento, como uma patologia cuja cura deveria ser realizada por meio de uma cirurgia urbana. Com efeito, esse olhar que recaiu sobre os sujeitos que ali se aglomeravam deu vida a um discurso em defesa da racionalização do espaço, por meio do qual se propôs, além de novos usos, novos usuários. A palavra de ordem era então “desfavelizar”. A necessária legitimação desse intento seria buscada mediante a construção/representação da diferença social, a qual, segundo Goffman, “deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo” (GOFFMAN, 1988, p.134). Diferença entendida como “aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições” (WOODWARD, 2004, p. 41).

No caso dos moradores da Rua do Buraco, o discurso que os construiu diferentes assentou-se primeiramente nas precárias condições materiais da sua existência, em contraste com os habitantes da “cidade planejada da Usiminas”. Em oposição à cidade idealizada, a Rua representava o que não deveria fazer parte, o que não deveria lhe pertencer, compor a sua identidade. Assim, a marcação da diferença dos moradores da Rua se deu tanto como resultado da produção das desigualdades sociais na cidade quanto por meio de sistemas simbólicos de representação da pobreza por eles expressa. A marcação dessa diferença se constituiu ao mesmo tempo ferramenta fundamental no processo de construção da identidade dos moradores da Rua e reforço à representação sempre renovada do projeto de cidade.

Nesse sentido, pode-se de fato apostar na idéia segundo a qual a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Pois, como propõe Woodward, “se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu isso terá efeitos reais porque o mesmo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2004, p.14). No caso dos moradores da Rua do Buraco, essa lógica social contribui para a formação de um ciclo vicioso: não possuindo as mesmas condições materiais dos integrados ao sistema formal da cidade, tornaram-se tabu e, porque se constituíram tabu, tiveram menos oportunidades, o que os colocou em desvantagem material.

No entanto, seria por demais reducionista pensar a objetividade de tais condições materiais de existência como o único fator de produção e demarcação das diferenças sociais entre os moradores “do Buraco” e os “da cidade”. Segundo Nibert Elias e John L. Scotson (2000), há “camadas não econômicas do conflito entre grupos estabelecidos e *outsiders*” passíveis de se transformar “numa luta para satisfazer outras aspirações humanas” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.33), embora a meta dos *outsiders* de atender as suas necessidades materiais mais elementares e de se defender da aniquilação física por inimigos humanos seja prioritária sempre que sua obtenção seja incerta. Com efeito, a estigmatização, como um

aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva, a uma auto-imagem criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider*.

À condição de carência material somam-se processos de produção simbólica e discursiva. Somam-se as representações como sistemas lingüísticos e culturais arbitrários, indeterminados e estreitamente ligados a relações de poder (WOODWARD, 2004). É a partir das representações que se constroem as legitimidades acerca de quais devem ser os incluídos e os excluídos, de quem são os puros e os impuros, os primitivos e os desenvolvidos, os racionais e os irracionais e tantas outras classificações. É por meio das representações que a identidade e a diferença adquirem sentido. A identidade como declaração acerca “do que se é” e “do que não se é” é, pois, dialeticamente, mecanismo fundamental de construção da diferença (SILVA, 2004).

A identidade da Rua do Buraco é, em parte, resultado de um processo de atribuição “legitimadora”, no sentido proposto por Castells: uma identidade “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]” (CASTELLS, 1999, p. 25). A Rua representada pelo olhar estigmatizante da elite e da mídia local como o lugar de prostitutas, cafetinas, ladrões, traficantes, boêmios, “lugar da malandragem” e, por tudo isso, a porção suja que se deve limpar da cidade. Portanto, a identidade e a diferença devem ser entendidas como processos de produção social, não como entidades preexistentes ou elementos passivos da cultura; elas têm que ser constantemente criadas e recriadas. Por isso, além de relacionada ao reconhecimento, a identidade e a diferença têm a ver com atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA, 2004).

O “buraco” aqui não é outra coisa senão a representação de algo que está abaixo, que se interpõe à superfície regular, normal, como uma irregularidade. É, enfim, algo que destoa, que não é parte desejável e sonhada para a cidade moderna. Em *A Casa e a Rua*, Da Matta demonstra como no Brasil as denominações das ruas pretendem muitas vezes sugerir segmentação social e econômica: “quem mora e trabalha ‘em baixo’ é mais pobre e tem menos prestígio social e recursos econômicos” (DA MATTA, 1997, p.30). Sendo assim, ser morador de uma dessas ruas representa, muitas vezes, carregar consigo um estigma.

Não se deve, portanto, pensar que a denominação “Rua do Buraco” reflete apenas as suas características topográficas. Trata-se de uma representação acerca de seus moradores, elaborada pelos agentes da construção da cidade. Isto é o que Silva (2004), tomando de empréstimo o conceito de performatividade, de J. A. Austin (1998), apontaria como o caráter performativo da linguagem: “a linguagem tem pelo menos uma outra categoria de proposições, as proposições performativas: [...] aquelas que não se limitam a descrever um estado de coisas, mas que fazem com que alguma coisa aconteça” (SILVA, 2004, p.92). A expressão “Rua do Buraco” é, nesse sentido, uma proposição performativa que, além de evidenciar as relações de poder locais, imprimiu em seus moradores uma marca estigmatizante: a situação social de pessoas que “estavam no buraco social”. Fazer crer nessa situação era, nesse sentido, uma maneira de fazê-la acontecer.

No entanto, nos lembra Silva (2004), em termos de produção de identidade somente a repetição da sentença possibilita a sua eficácia. Daí decorre uma outra necessidade: que a expressão seja passível de citacionalidade, isto é, de ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente. A citação recoloca em ação o enunciado performativo que reforça o aspecto negativo atribuído, no caso, à identidade de morador da Rua do Buraco. Um ouvido atento, capaz de assuntar nos espaços públicos da cidade de Ipatinga, pode constatar ainda hoje a força de citacionalidade dessa representação de

atribuição identitária na sua recorrência em conversas informais do cotidiano. Por vezes presenciei diálogos em que repentinamente a Rua do Buraco era o lugar para onde simbolicamente se mandava o interlocutor do qual se queria livrar, ou a este se imprimia a pecha de morador como forma de acusar e/ou gerar constrangimento social.

### **3.4.1 Identidade e resistência**

Uma vez considerado que o processo histórico-urbanístico de formação da Rua do Buraco se deu mediante a construção de uma heterotopia representada de forma estereotipada e estigmatizante pelos agentes construtores da cidade, é preciso, pois, que se dirija o olhar – agora de forma mais detida – ao outro termo da dialética, a antítese, da qual resulta a “identidade fronteiriça” dos moradores da Rua: as experiências e significados construídos em uma topia (lugar). Para tanto, é preciso começar perguntando: seus moradores se identificaram com o que se convencionou chamar Rua do Buraco? Pois, “embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (CASTELLS, 1999, p.23). Quais seriam os fatores motivadores dessa identificação? A exclusão do que exclui pelo excluído, por meio da inversão dos termos do discurso opressivo, denegrindo-se a si próprio, possibilidade sobre a qual nos adverte Castells (1999)? Ou a formação de uma base comum de estigmatizados, o que, segundo Goffman (1988), os teria possibilitado entre outras coisas se sentirem seguros e/ou criar a atmosfera de cumplicidade favorável à expressão de sentimentos? Ou teriam eles construído uma identidade de resistência em face do processo de discriminação social?

A observação da trajetória de formação e desmanche da Rua do Buraco nos possibilita afirmar que esta não se configura como uma comunidade à qual se pertence por origem e

destino. A maior parte dos trabalhadores que migraram para Ipatinga e acabaram formando a Rua tem em comum apenas o fato de serem retirantes dos sertões brasileiros, em busca do eldorado urbano, ou, nos termos de João Cabral de Melo Neto, o fato de serem “Severinos em tudo na vida”. Contudo, a força da origem severina não implicava de imediato a coesão necessária à construção de um destino comum. Não se conheciam, eram uns para os outros apenas “estrangeiros” condicionados a enfrentar na nova terra uma nova face da pobreza, a pobreza urbana, jogados que estavam na economia monetária. Mais fortes que as designações homogeneizantes advindas do universo exterior à Rua eram as suas diferenças internas.

O processo de ocupação desordenado da área onde surgiria a Rua, favorecendo que ali aportassem continuamente diferentes tipos sociais, assim como a subordinação ao estigma da impureza, foram fatores que impuseram fortes barreiras à coesão social e identitária dos moradores. Com efeito, a Rua se tornou fragmentada do ponto de vista socioespacial, como evidenciam as tantas territorialidades nela inscritas. As fronteiras materiais e imaginárias construídas entre esses territórios circunscreveram as redes de sociabilidades de seus moradores a seus respectivos domínios. Pertencer ao território da zona boêmia do Juá implicava muitas vezes para as mulheres a restrição quanto à circulação não apenas para além do universo da Rua, mas também em seus pedaços internos. Isso é o que se pode notar nas lembranças de Fátima acerca da situação de segregação das profissionais do sexo.

[...] as mulheres não podia sair dali [da zona] pra ir pra rua. Elas tinha os horários delas, os horários delas de sair e os horários de voltar. Sempre quando elas resolvia sair era fora de hora, era meia-noite, nesses horários pra esses lugar, beber, né. Mas sempre elas tinha problemas, porque elas não tinha direito de sair, sair da zona. Porque elas ali era fichada. Fichada assim na polícia... elas tudo tinha uma ficha. (Depoimento verbal)<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

São recorrentes as lembranças de entrevistados acerca do comportamento hostil que alguns moradores da Rua tinham em relação às profissionais do sexo, das quais destaco o caso narrado por Fátima acerca de um “carroceiro” que costumava chicoteá-las quando se arriscavam passar perto da sua casa. Sem as hostilidades do carroceiro, a maioria das pessoas que moravam no território onde preponderavam as famílias também procurava evitar ou desenvolver estratégias de convívio social com sujeitos envolvidos no universo do crime ou da prostituição. Para estes, a rua Araxá (da zona boêmia) ou o Come Calado eram quase territórios proibidos.

Em face das tantas diferenças presentes no universo que se designava Rua do Buraco, seus moradores não lograram partilhar mais do que idéias difusas e fugazes acerca de si, sobretudo quando não se viam na contingência de se auto-representar como coletividade por oposição à alteridade. Nestas situações, geralmente efêmeras, as diferenças internas eram amenizadas por meio de uma auto-representação de “unidade” que se esvaía tão logo a interação com o “outro” terminasse. Enfim, os moradores da Rua não construíram uma auto-imagem mais sólida que lhes possibilitasse aparar as diferenças e flexibilizar as fronteiras internas que separavam os territórios das famílias, da criminalidade e da prostituição.

Se o olhar urbanístico lhes representava como uma patologia, do outro lado do *front*, os moradores da Rua, com seu olhar, não deixavam de notar as diferenças sociais entre os habitantes da cidade planejada (“Cidade Usiminas”) e os da espontânea, as quais se estendiam para o espaço urbano segregado de Ipatinga.

Ninguém morava lá a não ser funcionário da usina! [...] Quando a gente entrou na prefeitura a gente passava limpando [...] tomando conta das ruas, limpando as ruas, as grelhas, já era tudo funcionário da usina que morava lá. Depois foi entrando

gente, entrou posto de gasolina, entrou loja, né. Mas tem muita loja ali que é da Usiminas. [...] O tratamento deles era superior aos de cá, uai! A Usiminas nessa

época já tinha o Márcio Cunha<sup>45</sup>, que é da mesma [...] manipulado pela Usina. Até hoje os funcionários da Usiminas [...] qualquer doença, tem o hospital. Hoje tem o negócio deles lá fazer compra, como é que chama? [...] a Consul. A Usiminas faz os trem pra eles lá. Tem o Shopping, né [...] deve ter parte da Usiminas no shopping. O trem deles era separado da Rua. Sáfá alguma coisa pra cá, mas pouca coisa. (Depoimento verbal).<sup>46</sup>

Contudo, as ameaças sazonais de cheias do ribeirão e os constantes rumores que circulavam entre a população acerca da sua remoção da área em função de uma possível intervenção urbana a ser realizada pela Prefeitura Municipal geravam uma grande instabilidade do habitar, o que, por sua vez, só contribuía para fragilizar o sentimento de pertença ao lugar e o interesse de exercer a participação cívica. Por isso, naquele universo se configuravam pequenas redes de sociabilidade, estendidas em territórios e becos, cujo “pontapé” inicial das relações era quase sempre a troca estabelecida na busca pela sobrevivência. Como exemplo, a criação de porcos em conjunto entre vizinhos era alternativa para prover a subsistência da família, mas também se constituía em fonte de criação e fortalecimento de vínculos afetivos e sociais. Para a pequena rede relacional sobrava pelo menos uma de suas “bandas”, esquatejada em tantas partes quanto fossem os partícipes.

Em decorrência da fragmentação socioespacial, na experiência sociocultural desenvolvida na Rua, ao longo de sua história nasceram poucos e frágeis símbolos identitários e alguns códigos sociais partilhados sem amplo consentimento da população. Dentre os símbolos culturais ali construídos, o time de futebol foi aquele que mais se aproximou do estilo pelo qual a população local queria se auto-representar sendo, por isso, capaz de unificar os diferentes, de se constituir como “unidade englobante”, para usar um termo de Gilberto Velho (1994, p. 98). Isso se deve a pelo menos mais uma razão fundamental: à força do nome do time. Habitar a beira do rio era a condição comum a todos os diferentes que ali se

---

<sup>45</sup> Márcio Cunha é o nome do hospital gerido pela Fundação São Francisco Xavier, ligada à Usiminas.

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses nos dias 20 e 25/07/05.



circunscreviam em territorialidades específicas. A sujeição aos perigos das cheias do ribeirão igualava a todos na condição de flagelados, ou de “sofredores”, como costumam designar aqueles que passaram por esse sofrimento. Segundo, como já mencionado, o fato do time de representação local ter disputado campeonatos contra outros times da cidade, fazendo com que a percepção da alteridade se projetasse para fora do universo da Rua. Com efeito, o outro, representado pelos times de fora, contribuía por meio da oposição para criar, ainda que de maneira fugaz, o reconhecimento de uma identidade coletiva. Esse outro, contra o qual todos os moradores da Rua – independentemente das diferenças entre si – podiam se colocar de frente nas disputas das partidas de futebol por intermédio do time local, possibilitava também recolocar em jogo, ainda que no plano simbólico, os embates e derrotas colhidos no jogo da vida social.

No campo e nos momentos dos jogos, as relações sociais fortemente hierarquizadas entre os moradores das áreas pertencentes à “Cidade Usiminas” e aqueles residentes na cidade espontânea, se davam num plano horizontal, em função dos elementos reguladores – regras e presença do juiz – da prática esportiva. Quando os jogos eram no campo da Rua costumava-se preparar cuidadosamente o ambiente para receber os visitantes, com a “torcida da casa” sempre exercendo muita pressão sobre os adversários e oferecendo uma boa dose de hostilidade. Como nos adverte Da Matta (1997), nessas horas a rua virava casa. Dentre as tantas rivalidades construídas, a mais intensa se expressava nos jogos contra o time do clube esportivo e recreativo criado pela Usiminas – Usipa, no imaginário popular, a representação dos que detinham o poder na cidade.

O Beira Rio representava a Rua do Buraco. Agora, os outros time representava os bairros [...] O bairro nosso era a Rua do Buraco. [...] Enchia o campo. Eles [times de outros bairros] nem gostavam de jogar lá no Beira Rio porque a turma do Beira Rio era falada de brigador, né. Eles não gostavam de jogar lá não. Quando dava pra jogar no campo do Beira Rio [...] . O pessoal tinha medo, brigava, a torcida brigava. Quando ia jogar a Usipa, dava confusão. A torcida com a torcida, porque a Usipa também [...] Ficava quente, o pau comia lá [...] Eu lembro um dia foi jogar Usipa e

Beira Rio, eles [torcedores do Beira Rio] deram uma pedrada no juiz; o juiz tava roubando pra Usipa, né. Ai, não sei quem jogou não, só sei que saiu uma pedrada lá, bateu no juiz, o juiz caiu lá (risos). Era Beira Rio e Usipa. (Depoimento verbal)<sup>47</sup>

Embora sem referência territorial, a Escola de Samba Unidos do Sucuri foi outro elemento cultural que favoreceu o convívio social entre os moradores da Rua e destes com os de outras áreas da cidade. Ao mesmo tempo, a sua movimentação contribuía para reforçar a identidade da comunidade, em face dos tantos fatores adversos que agiam no sentido da sua fragmentação. No carnaval de 1984, em comemoração aos 20 anos de emancipação da cidade, a Escola de Samba embalou o desfile do “Bloco dos Farrapos”, nome que se constitui a afirmação da sua origem social por oposição ao bloco “Bonecas de Luxo”, nascido no bairro Cariru, ícone da “Cidade Usiminas”.

Como propõe Anderson, “as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 1989, p.15). Nesse sentido, as experiências das disputas futebolísticas e carnavalescas, estas últimas em menor medida, criavam, ainda que com contornos frágeis, uma “identidade de resistência”. Uma identidade do povo “zangado” e “brabo”, como afirmou Orestes. Para Castells, a identidade de resistência é aquela “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade [...]” (CASTELLS, 1999, p. 24). Ainda segundo este autor, este tipo de construção de identidade leva à formação de *comunas*, ou *comunidades*, dando origem “a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável [...]” (CASTELLS, 1999, p. 25). É preciso, pois, perguntar sobre as formas que podem

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/07/05.

assumir essas “trincheiras de resistência”, que menciona o autor. Seriam elas derivadas apenas de processos que se poderia dizer de construção “mais sólida” de “identidade de resistência”?

Paradoxalmente, o estigma que contribui para a fragmentação socioterritorial e identitária da Rua do Buraco cria entre seus diferentes tipos sociais o sentimento difuso de revolta, que se mantém latente até o momento em que aparece a situação oportuna à sua manifestação. Porém, na luta pelo direito à cidade, a resistência pode se dar de forma dissimulada, sem que seus protagonistas formulem um discurso com marca identitária, tal como muitas vezes também se exerce a dominação. Pode-se configurar assim a resistência sem discurso que represente uma coletividade e muitas vezes exercida por um sujeito disforme. Ainda assim, pode pairar sobre tais ações, gestos e atitudes de resistência difusas uma identidade sem discurso, mas intersubjetivamente partilhada (simbolicamente) por aqueles que vivenciam uma mesma situação num determinado território. Portanto, não se tem aqui a força das **comunidades** identificadas por Castells (1999). As trincheiras são fugazes, circunstanciais, assim como o é o sujeito coletivo que emerge com seu discurso de afirmação da identidade dos moradores da Rua do Buraco.

### **3.4.2 - Uma identidade de fronteira**

Haveria, pois, o componente da racionalidade nessa postura de resistência velada, ou refletiria ela apenas a fragmentação sociocultural e/ou a incapacidade de organização dos moradores da Rua como sujeitos políticos?

A resposta requer que se recue no argumento: constituindo-se o centro uma heterotopia em face da cidade planejada, a Rua do Buraco conferia a essa heterotopia a dimensão do conflito. Este conflito que se arrastaria por todo o período da história da cidade,

opunha, de um lado do *front* de batalha, as elites locais, com o seu projeto de cidade, ao contingente de migrantes pobres, do outro lado, insistindo em fazer parte do “projeto inimigo”. Portanto, um conflito que, para estes pobres, se justificava pelo desejo de inclusão social e de direito à cidade e não por uma disputa ideológica em torno do seu projeto.

Esta afirmação nos posiciona no cerne de um amplo debate acerca dos mecanismos de *separação* e *assimilação* social de indivíduos e grupos estigmatizados e, mais especificamente, sobre as formas pelas quais estes exercem a resistência em face da opressão das classes dominantes. Sugiro, pois, que independentemente da forma, os moradores da Rua se colocavam na batalha em busca da assimilação social, opção que se pode compreender a partir de dois fatores fundamentais: o primeiro é o fato de que a segregação socioespacial e a configuração da Rua como uma “região moral” não resultaram da deliberação consciente de seus moradores, frustrando em boa medida as expectativas que traziam consigo quando da migração para a cidade – obter emprego formal e assalariado no sistema fabril. O segundo refere-se à percepção do indivíduo estigmatizado, segundo a proposição de Goffman: para o estigmatizado, “o seu desdém por uma sociedade que o rejeita só pode ser entendido em termos da concepção que aquela sociedade tem de orgulho, dignidade e independência” (GOFFMAN, 1988, p.125). E, ainda: “a não ser que exista alguma cultura de natureza diferente na qual ele possa refugiar-se, quanto mais ele, estruturalmente, se separa dos normais, mais parecido com eles se tornará nos aspectos culturais” (GOFFMAN, 1988, p.125). Talvez seja essa a explicação para a fala pouco afirmativa e, em alguns casos, de evitação ou mesmo do silêncio de parte dos entrevistados nesta pesquisa diante do tema da discriminação e do estigma. O discurso de afirmação do estigma, do preconceito e da discriminação sofridos traz consigo o risco de condenação das próximas gerações, condenação à negação de oportunidades de emprego, à discriminação no convívio social e à segregação espacial, em razão do local de moradia.

Esta condicionante social abre margens para que, nas interações cotidianas, o indivíduo estigmatizado manipule a identidade do eu de modo ambivalente, pois embora o “indivíduo construa a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora” (GOFFMAN, 1988, p.117). Nesse sentido, o indivíduo estigmatizado, mantendo ou não uma aliança íntima com seus iguais, pode mostrar uma ambivalência de identidade ao perceber estes se comportando de maneira a reforçar os atributos negativos que lhe são imputados.

Em contraponto à busca da assimilação, os moradores da Rua do Buraco teriam buscado não fixar esta identidade, num movimento de conspiração contra tal identificação, assim como propõe Silva (2004). Nesse sentido, a ambivalência a que se refere Goffman (1988) pode ser pensada em termos do desenvolvimento de uma espécie de “camaleonismo identitário”. Diante do discurso e das práticas de discriminação de outros grupos e classes sociais da cidade, como se fora um camaleão, coloriam a sua face de modo a se confundir com seus iguais (segundo a retina dos discriminadores). É nessas horas em que se estabelecia o conflito que emergia o fugaz sujeito coletivo, com seu também fugaz discurso de identidade coletiva dos moradores. Mas em circunstâncias e interações sociais propícias à obtenção de ganhos para si, para seus familiares e mesmo para seus iguais ou como forma de não sofrer as restrições morais e sociais dos portadores de tal identificação, tingiam-se de cor distinta dos iguais. O que estou designando “camaleonismo” não seria uma forma de escapar – e, portanto, de resistir – à tentativa de determinação unilateral de identidade pelas instituições e atores sociais dominantes? Para o “camaleão”, as possibilidades de se posicionar na fronteira, de cultivar uma identidade ambígua e de cruzar as fronteiras se constituem “uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade” (SILVA, 2004,

p. 89). Ou seja, se constitui uma forma de resistência aos processos de construção de identidades legitimadoras da dominação exercida pelas instituições dominantes.

O desejo de assimilação social não esvazia a dimensão de conflito que marca a relação entre a população da Rua e seus inimigos, pois esse conflito assume formas diversas nas várias dimensões da vida social. A despeito da forma, a sua substância permanece: relações sociais marcadamente assimétricas e de poder na luta pelo espaço urbano. O *front* pode ser a praça, o ambiente de trabalho, os eventos coletivos, a rua, o trânsito e tantos outros lugares da cena urbana, nos quais estejam confrontados: a elite local e seu projeto de cidade moderna e os sujeitos que o negam sem querer. Como diria Vera Telles (1999a), no período desenvolvimentista, no qual nasce Ipatinga, negam porque se constituem “figuras de nosso atraso”; já no período de hegemonia do modelo de globalização liberal, porque são os “símbolos de nossa modernidade”.

Seja como “figuras do atraso” ou “símbolos da modernidade”, os pobres estão presentes nos espaços urbanos, disputando a sua construção a despeito do planejamento urbano de cunho sanitarista. E, nesse sentido, propõe De Certau: “Se é certo que a marca disciplinadora se faz em todas as partes mais clara e extensa, é então mais urgente descobrir como a sociedade em seu conjunto resiste” (*apud* SALCEDO, 2002, p. 09). O desafio posto pelo referido autor é o de se compreender os pequenos e cotidianos procedimentos populares que manipulam os mecanismos da disciplina para ajustar-se a eles e ao mesmo tempo evadi-los. E, ainda, as formas de operar utilizadas pelos consumidores – os dominados – no procedimento de configuração de uma ordem socioeconômica.

De Certau nos afirma, portanto, que o espaço é sempre discutido em seu uso e, por isso, nunca pode ser completamente apropriado pelos poderes ou discursos dominantes. Diferentemente de Foucault, para o qual o espaço no mundo moderno é o lugar do exercício de práticas disciplinadoras, voltadas a obter uma completa docilidade do corpo, se

constituindo assim em lugar do castigo e da vigilância, De Certau aposta na “microfísica da resistência”. Nessa perspectiva de análise não se deve, segundo De Certau, “entender as distintas apropriações do espaço em termos de uma competência entre dois projetos alternativos, e sim como o resultado de interações sociais que ocorrem no espaço vivido e que podem dar lugar a diversos significados e propósitos” (*apud* SALCEDO, 2002, p.10). Em lugar de construir estruturas alternativas de poder ou de ignorar as regras sociais vigentes, as práticas de resistência operam por meio da apropriação seletiva dos mecanismos disciplinares, transformando o seu sentido e subvertendo o seu caráter repressivo.

É por essa via de análise que se pode compreender as reações de revolta dos ex-moradores da Rua quando já morando no novo bairro viram o campo de futebol ali implantado pela Prefeitura Municipal ser concedido em regime de comodato ao time de um bairro vizinho. Quebraram os alambrados e instauraram o conflito até se conquistar a partilha do uso do espaço. O que estava em jogo era mais do que o direito ao uso de um espaço físico, mas, sobretudo, a preservação de um dos poucos elementos que compõem a herança comum daqueles moradores, agora ainda mais divididos do ponto de vista socioespacial em decorrência das interpelações do projeto Novo Centro. A reação da população aconteceu em face do risco da perda de um dos mais significativos substratos culturais da memória coletiva e da historicidade comunitária.

Outro episódio ocorrido também em torno da questão da prática futebolística no novo bairro corrobora esta afirmação. Para a surpresa dos gestores do executivo municipal – mais especificamente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – os moradores reagiram fortemente à proposta de implantar, no campo do bairro, uma escolinha de futebol em parceria com o “Ipatinga Futebol Clube”, dentro da política de fortalecimento da marca do referido clube como representante da cidade-empresa no cenário regional e

nacional. Na ocasião, em 2003, algumas lideranças do time Beira Rio afirmavam em tom de revolta: “Vocês já nos tiraram o campo uma vez, agora querem nos tirar de novo?”.

A resistência dos moradores à lógica excludente e discriminatória também se dá no nível das representações culturais. Expressão disso são as poesias elaboradas e musicadas, no final da década de 90, por um artista local e locutor de rádio, conhecido por Natal do Vale. Uma de suas composições ganhou o título de “Planalto II (Espanha)” (Eles + panham = roubam) para denunciar a forma matreira com que no linguajar de domínio público se tentou reeditar e impingir àqueles moradores o estigma de ladrões.

Amigo vou falar  
 Sem mentira, nem reclamo  
 Moro na rua 04, 129  
 Moro no Planalto 2  
 Tenho alcunha de Espanha  
 Desculpe meu amigo  
 Nós não somos espanhóis  
 Eu já tô cansado  
 Mas ainda joga bola  
 O craque que eu conheço  
 Amarelou no futebol  
 Estando eu em casa  
 No tremendo de um sossego  
 Amigo me chamou  
 Não pra fazer chamego  
 No meu bairro a escola  
 Estando em construção  
 Peguei o bicho pela (rama)  
 E estourei a minha mão

Essas manifestações, ainda que difusas, são expressões da resistência oferecida pelos ex-moradores da Rua, agora moradores do Planalto 2, ao urbanismo excludente advindo dos planejamentos estratégicos do fim do século XX. Em sua narrativa, percebe-se a afirmação categórica da posição social e do pertencimento ao lugar de moradia, o bairro Planalto 2, reedição da região moral constituída pela Rua do Buraco. O cansaço da vida não lhe impede de continuar jogando bola, sem amarelar como o único craque que conhece... o do futebol. Nega-se assim a alcunha de “drogados” e “ladrões” dos moradores, expondo suas mãos



calejadas pelo trabalho solidário exercido, por exemplo, no mutirão de construção das casas e da Escola do novo bairro.

Contudo, a ambivalência não deixa de ser a marca principal da identidade de fronteira dos moradores da Rua do Buraco. Ambivalência que se pode notar tanto no sentido do pertencer à comunidade dos estigmatizados quanto da ação em face das práticas discriminatórias das classes detentoras do poder político e econômico na cidade. O conflito, ora individual ora coletivamente travado, ora dissimulado ora explícito, se realiza pelo desejo de assimilação ao projeto de cidade. Observe-se mais uma composição de Natal sobre a amizade.

Amizade  
 Amizade vale tudo  
 Vale riquezas que nem dá para contar  
 Com amizades pode conquistar o mundo  
 Feliz aquele que tem amigos a somar  
 Se precisas e tem a burocracia  
 Que assola todo dia  
 E não tem uma decisão  
 Confie em Cristo  
 Acredite na amizade  
 Tenha fé  
 Tenha coragem  
 Que ela é sua salvação  
 Todo mundo que acredita na amizade  
 Amizade de verdade  
 Essa não tem traição  
 Jesus Cristo foi traído por um beijo  
 Meu amigo, eu não desejo  
 Essa ingratidão.

A leitura destes versos pode até induzir a uma interpretação que os tenha como declaração abstrata acerca do valor da amizade. Contudo, aqui eles são interpretados como expressão da ambivalência identitária dos moradores da Rua, que procuram resistir aos ataques vindos da cidade à qual pretendem se integrar. Com estes versos, Natal propõe aos moradores do Planalto 2 a “amizade” como ação estratégica na vida cotidiana, pois com ela se pode evitar o conflito aberto e “conquistar o mundo”. Sua proposição assenta-se em sua

própria experiência social: mesmo residindo numa região moral e recebendo o estigma de “espanhol”, Natal se fez músico e locutor de uma rádio local, o que lhe possibilita, em algumas situações sociais, ser uma espécie de porta-voz e defensor dos moradores do bairro. Em face da “burocracia que assola todo dia”, a sua receita é acreditar na amizade. Leia-se a crença na própria capacidade de navegação social, no “jeitinho brasileiro”, que possibilita ao “indivíduo” pobre e sem *status* social e, por isso, sujeito à racionalidade dos códigos legais nos universos impessoais, passar à condição de “pessoa”, para a qual a lei é flexível (DA MATTA, 1981). Essa passagem só é possível em uma estrutura social como a brasileira, na qual a hierarquia parece estar baseada na intimidade social, de modo que as relações em geral logo adquirem uma tonalidade pessoal, mesmo tendo começado pelo eixo econômico do trabalho. Com efeito, nessa estrutura, as classes sociais acabam por se comunicar “por meio de um sistema de relações entrecortadas que, provavelmente, termina por inibir parcialmente os conflitos e o sistema de diferenciação social e político fundado na dimensão econômica do sistema” (DA MATTA, 1981, p. 148).

Assim, Da Matta identifica uma enorme complexidade classificatória na hierarquia social brasileira, cujo dinamismo do sistema acaba por igualar os sujeitos num plano e hierarquizar em outros, impedindo muitas vezes a tomada de uma consciência social horizontal. O que se expressa nos casos em que o empregado identifica-se com seu patrão, a empregada com a casa onde trabalha. Percebe-se, portanto, que o dinamismo do sistema classificatório brasileiro permite que todos joguem com todas as suas identidades, isto é, com todos os eixos classificatórios possíveis, o que, a exemplo dos moradores da Rua, muitas vezes dificulta a formação de éticas horizontais.

Ao mesmo tempo em que incorpora a figura de defensor dos moradores do Planalto 2, Natal se faz um cidadão capaz de interagir com todos os segmentos e classes sociais, às vezes, com “o inimigo”, como expressa em uma outra composição.

Cobra venenosa nessa mata tem  
Eu vi a cobra e não conto pra ninguém  
Sou 38, mas esse não é calibre  
Eu oro com o inimigo  
E isso não vou negar  
Posso de tudo e não sou nada, camarada  
Venha cá rapaziada, nós temos que conversar  
O gavião pega a cobra e vai embora  
Não gosto de corriola  
Corriola de irmão  
Principalmente corriola do Planalto...

Nos mesmos versos em que declara a cumplicidade silenciosa partilhada com os moradores do bairro de quem “vê a cobra venenosa e não conta pra ninguém”, o poeta popular confessa “orar com o inimigo”. A atitude ambígua expressa nesta composição despertou em várias situações reações díspares entre os “iguais”: de defensor e porta-voz dos anseios da comunidade à pecha de “puxa-saco”. A despeito das interpretações de parte dos moradores do bairro, trata-se da ambigüidade própria a sujeitos estigmatizados que se negam à reclusão em ambientes segregados e buscam, com as armas que dispõem e aprendem a manusear, o direito à cidade.

## CAPÍTULO 3

### 4 - TRAJETÓRIAS DE DESLOCAMENTOS: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS

“Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história de minha vida, passo a ser o Severino que em Vossa presença emigra”.

João Cabral de Melo Neto

As trajetórias de vida aqui analisadas constituem experiências singulares cujas interpelações de processos históricos movidos basicamente pelas mesmas variantes socioeconômicas e culturais acabam por gerar a interconexão entre diferentes temporalidades em um lugar – a Rua do Buraco. Isso é o que torna atraente a abordagem dos elementos comuns às trajetórias, sobretudo em face da dificuldade representada pela investigação do itinerário da experiência vivida por cada um dos oito narradores que tive a oportunidade de entrevistar.

Assim o que se pretende aqui é analisar as tessituras das experiências sociais de moradores da Rua do Buraco no cenário de uma cidade fragmentada do ponto de vista sociourbanístico e, além disso, submetida a transformações incessantes (KOFES, 2001). É, pois, no transcurso da vida na cidade de Ipatinga que procuro os fatores de convergência das trajetórias sociais aqui examinadas: motivações da migração para a cidade, circunstâncias da chegada, êxito em termos de integração à dinâmica socioeconômica vigente por via do trabalho e acesso a moradia, configuração das relações sociofamiliares na Rua do Buraco e interpelações dos projetos urbanísticos, sobretudo daqueles voltados à transformação do centro da cidade.

Partir dos fatores de convergência aos itinerários sociais em tela não significa a abstenção analítica das perspectivas dos sujeitos e suas narrativas. Isso porque as referidas experiências foram vividas e representadas por cada pessoa em seu trabalho de memória de forma singular. Desta forma o que se lembra é em grande medida resultado das marcas psicossociais da experiência de cada sujeito. Mas essas marcas de experiências passadas não permanecem imunes às contaminações sociohistóricas posteriores e nem tão pouco às contingências do tempo presente. Pois “toda memória transmuta experiência, destila o passado em vez de simplesmente refleti-lo” (LOWENTHAL, 1998, p. 94). Nesse sentido, a memória se constitui um trabalho, “uma forma de ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, um grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e orientarem sua ação individual e coletiva” (GUARINELLO, 1994, p.187).

Nessa perspectiva, as narrativas dos entrevistados constituem a elaboração de um si-mesmo cujo processo se realiza por meio da seleção e ordenamento de experiências passadas, procurando interpretar posicionamentos e ações de forma coerente à identidade que emerge do discurso. Não se pode negligenciar que esse processo se desenrola em interações sociais com o sujeito do conhecimento (pesquisador) nas quais significados são negociados. Neste trabalho de pesquisa, a observação direta dos lugares de vida dos narradores possibilitou estender a interação para além do âmbito da cena enunciativa, abarcando os vários encontros precedentes e posteriores à coleta do relato oral.

Por fim, é preciso lembrar que a observação da tessitura das trajetórias aqui em tela é perpassada por uma questão fundamental: são elas trajetórias marcadas pela integração subordinada à cidade moderna, idéia central deste trabalho?

As trajetórias sociais dos moradores da Rua do Buraco são essencialmente marcadas pela experiência de deslocamentos, pensados em suas dimensões espacial, temporal, social e

identitária. “Deslocamento” é uma noção que aqui será tomada no sentido do desarticular-se de algo e/ou de algum lugar, que expressa em boa medida as experiências do sujeito moderno em um universo no qual, como disse Marx<sup>48</sup>, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Como diz Berman, “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15). Assim a modernidade promove uma paradoxal união da humanidade, uma vez que ao anular as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, religião e ideologia, ela despeja a todos em um turbilhão de permanente desintegração e mudança, luta e contradição, de ambigüidade e angústia.

Situados, pois, no curso de uma história de mais de quinhentos anos da modernidade, o primeiro deslocamento - geográfico, experimentado por nossos narradores se deu no processo de migração para a cidade de Ipatinga, nas décadas de 50 e 60, em pleno período desenvolvimentista, no qual transcorreu a substituição das relações sociais de tipo agroexportador pelas de caráter urbano-industrial (SCOREL, 1999).

#### **4.1 - NARRATIVAS DA RETIRADA**

Como lembra Benjamin, diz o povo: “quem viaja tem muito que contar” (BENJAMIN, 1994, p.198). Foram os primeiros viajantes a experimentar o deslocamento da terra natal que, ao retornar, levaram consigo as novidades do universo urbano-industrial em crescimento no Brasil e, assim, foram impulsionando uma corrente em retirada do campo rumo às novas relações de produção.

---

<sup>48</sup> Expressão cunhada em 1848, em seu Manifesto do Partido Comunista.

Em 62 eu resolvi: ‘Ah não, lá agora em Ipatinga deve tá bom, porque ninguém fala mal de lá. Todos que vão lá ficam lá. Então eu também vou pra lá’. Aí eu resolvi e vim. [...] Já sabia que tava em construção, porque quando a Barbosa Melo veio pra cá, a companhia construtora de asfalto, o meu irmão trabalhava nela lá em Ipanema. Então ele falava: ‘Nós vão pra Ipatinga; Ipatinga vai ter uma grande obra. Então nós vai pra lá’. Então, nessa época eu resolvi e vim pra cá. (Depoimento verbal)<sup>49</sup>

O efeito imã exercido pela indústria nascente contrastava com a aspereza da vida no campo, onde já circulavam informações acerca de melhores oportunidades de emprego e salários na cidade. Orestes, filho de um pequeno produtor rural, declarou que a motivação de sua mudança para Ipatinga, aos vinte anos de idade, foi a de

[...] procurar vida melhor, porque lá na roça já tava meio ruim pra gente trabalhar, né. Aí nós já não tinha terra mais, já tinha vendido, nós trabalhando a hora lá era barato. A gente veio pra cá por causa das companhias. As companhia já pagava mais, oferecia nós mais dinheiro. Aí o salário mínimo ele era pouco, mas ele era muito. Ele era pouca quantidade de dinheiro, mas dava pro cê fazer muita coisa com ele. (Depoimento verbal)<sup>50</sup>

“Sair para o mundo” é a expressão síntese desse processo de desenraizamento no qual se inscrevem grandes contingentes de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e sem qualquer qualificação profissional, em busca do trabalho assalariado no universo fabril. Em Ipatinga, nossos narradores chegaram ainda crianças, acompanhando os pais, adultos e às vezes casados. Ou ainda adolescentes e solitários, em alguns casos rompendo de forma abrupta as relações sociofamiliares. Todos carregavam consigo uma enorme disposição para o trabalho, uma vez que a sua iniciação se dera ainda quando criança.

Arlete, que se casou com apenas 12 anos de idade e teve uma filha desse casamento, separa-se devido às agressões que sofria do marido e “sai pro mundo”. Desde então, sob a pecha de “mulher solteira”, deixa a Bahia rumo a Teófilo Otoni, onde trabalha como

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, em 20 e 25/07/05.

doméstica e cozinheira em restaurantes. Ainda muito jovem, com 16 anos de idade, é arregimentada por uma cafetina decidida a investir seu capital na zona boêmia do Juá, em Ipatinga, onde, escutara falar, “corria muito dinheiro”.

Emblemáticas são também as chegadas de Joventino, Fátima, Mercês e Geraldo, levados por força do deslocamento dos pais – caso de Joventino e Geraldo – ou de marido – caso de Mercês e Fátima –, embora sejam díspares os trajetos destas últimas no que se refere à dureza da experiência. Mercês chegou em uma relação conjugal estável, que lhe rendeu cinco filhos. Fátima, por sua vez, migrou de Fortaleza junto a um “pião de trecho”, depois de fugir da casa dos pais, com apenas 13 anos de idade, cansada da violência que ali sofria. “Revoltei: ‘[...] De hoje em diante não fico mais em casa’. Saí pro mundo! A primeira pessoa que eu achei na minha frente eu casquei fora. [...] Montei atrás de um pião de trecho aí e fomos andando (Depoimento verbal).<sup>51</sup>

O percurso de nossos personagens até chegar a Ipatinga é marcado por vários deslocamentos entre cidades e empreitadas, o que evidencia a abrangência e os efeitos desterritorializantes do processo de industrialização do país.

“Lá em Usiminas” era a referência ao lugar-destino. Uma cidade? Não se sabia. Rui Siqueira, arregimentado no interior de Pernambuco, declara que pensava se tratar de “Onze Minas”, em referência ao número de empreiteiras instaladas na cidade. O que lhes reservaria esse lugar era uma incógnita incapaz de obliterar o sonho de inserção no universo urbano industrial e integrar o sistema de proteção social em vigência no país desde a extensão regulada da cidadania nos anos 30 (SANTOS, 1979). Como afirmou Orestes, hoje talhado pela experiência, sua migração para Ipatinga fora motivada pela busca da aposentadoria, o que julga seria mais difícil alcançar vivendo em meio rural.

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.



No caso de Expedita, a migração para a cidade com apenas 13 anos de idade representou a possibilidade de cuidar de seus problemas de saúde – a malária e uma ferida na perna – contraídos na roça, embora a vila Ipatinga possuísse uma frágil estrutura de assistência à saúde implantada pela Usiminas. Expedita é acolhida por uma família de comerciantes para a qual passa a trabalhar como empregada doméstica.

#### **4.2 - NARRATIVAS DA CHEGADA**

O lugar-destino, que disputava no imaginário social a sua nomenclatura com a empresa ali emergente, é representado pelos narradores de modo a evidenciar o seu protagonismo. Assim, as lembranças de um lugar onde “só tinha barro”, casas de tábuas, com poucas ruas e quase nenhum comércio, sem água encanada e luz, densamente povoado, mas com fartura de trabalho (formal e informal), são sucedidas pelas lembranças de experiências pessoais com as quais se evidenciam as marcas deixadas numa cidade cujo nascimento testemunharam e cujo desenvolvimento teve sua contribuição. Vejamos o que nos dizem, respectivamente, Fátima e Expedita acerca do que seriam as suas primeiras impressões da vila.

Ipatinga não era tão assim... você aqui na rua 28 de abril não era asfalto, era tudo barro, né. De um lado da 28 de abril uns restaurantes, do outro uns comérciuzinho que tinha lá. Tudo era de tábuas. E pra gente... não tinha água não, a gente tinha que buscar lá na portaria. Nós buscava na portaria da Usiminas. (Depoimento verbal)<sup>52</sup>

Expedita se impressionou com a aglomeração de pessoas.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

Era muita gente. Pra passar daqui pra ali cê pedia licença quatro, cinco, seis vezes. A gente ficava assim: ‘Pra quê tanto homem no mesmo lugar? Que isso, meu deus do céu!’ Depois que deu pra gente entender que a construção era grande e precisava de muita gente. (Depoimento verbal)<sup>53</sup>

Lembrar hoje as experiências vividas na cidade desde seus primórdios é para muitos, a despeito da posição social nela ocupada, a possibilidade de afirmar seu protagonismo. É assim que Orestes evidencia a sua marca deixada na praça central da cidade, a Primeiro de Maio: três árvores, hoje frondosas e, por isso, facilmente notadas ou despercebidas porque há tanto tempo compõem aquela paisagem. “Aquelas árvore da rua ali, aquelas oiti, pode passar a trena lá, tem 10 metros de uma na outra. Eu plantei aquilo! [...] Eu plantei, foi eu que plantei. Eu trabalhava na prefeitura”. (Depoimento verbal)<sup>54</sup>

As marcas de Acerdiago foram impressas nas construções das estradas que ligam Ipatinga a Timóteo e do aeroporto. “Esse asfalto daqui da Usiminas, ali do Escritório Central até na ponte de Acesita eu ajudei a fazer. E descendo aqui até o aeroporto [...] o aeroporto lá também eu ajudei a fazer”. (Depoimento verbal)<sup>55</sup>

Expedita, por sua vez, lembra da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Usiminas, na qual se fez presente ainda que anônima entre personalidades como o Presidente da República Juscelino Kubitscheck. “Tinha o Juscelino, não sei mais quem, não sei mais quem, não sei mais quem; o pessoal da alta tava tudo lá... e eu também, eu também tava lá” (risos) (Depoimento verbal)<sup>56</sup>.

Mais do que um desejo de memória, estes discursos expressam o desejo de integração a cidade por meio do enquadramento da memória coletiva. Pois a solicitação desse trabalho de memória lhes foi proposta quarenta anos depois do início de suas experiências na cidade. Quarenta anos nos quais as intempéries sociais na urbe foram arduamente vividas. A primeira

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Menezes, nos dias 20 e 25/07/05.

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

delas refere-se ao deslocamento de uma rede social tradicional, à qual integravam no meio rural, para se converter à condição de estrangeiro em um espaço desconhecido, por vezes, ameaçador, conforme lembra Acerdiago.

Ih, vieram gente de todo lado do mundo! Todo lado do mundo. Toda semana chegava dois, três caminhão. Dentro do centro de Ipatinga era pior do que é hoje: matava e roubava a três por dois. Matava e roubava a três por dois. Matava o sujeito à toa. Às vezes o sujeito mexia com a mulher dos outro, ele matava; ou às vezes o sujeito via dinheiro com outro, tomava o dinheiro e matava. (Depoimento verbal)<sup>57</sup>

A experiência da cidade exigia do trabalhador migrante uma grande capacidade de aprendizado e adaptação às condições ali postas. O novo lugar obrigava a um novo aprendizado e a uma nova formulação. Os migrantes vão experimentar o que Santos denomina “embate entre o tempo da ação e o tempo da memória” (SANTOS, 2004b, p. 328). No tempo da ação todo o cabedal de lembranças e experiências construído em função de um outro meio é quase inútil, em face das novas experiências que lhes condiciona a cidade. A pequena bagagem carregada no deslocamento que fizeram até chegar a Ipatinga é uma expressão material do referido embate. Fátima declara que ao “sair pro trecho” levou consigo apenas o “galo de briga”, nome dado a uma pequena trouxa de roupa sustentada por um pedaço de pau. Experiência também narrada por Orestes acerca de sua chegada com mulher e três filhos a Ipatinga: “Trouxemos nada, só trouxemos roupa. Nem panela nós não trouxemos”.

Um dos desafios que se colocaram para os migrantes foi então o de criar a “terceira margem” – do lado de cá do ribeirão Ipanema. Nesse sentido, em sua relação com o novo morador, o novo meio ambiente “se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

cultura; e mudando o homem” (SANTOS, 2004b, p. 329). Nessa relação dialética, a síntese representa a substituição progressiva da alienação sentida pelo processo de integração e de entendimento do migrante no novo lugar. Santos está assim a narrar a síntese que deriva da territorialização do espaço urbano, o que se dá por meio da ação sobre o mesmo, de modo a lhe conferir significados e, por sua vez, identidade.

Em sua narrativa, Acerdiago lembra com emoção dos perigos que cercavam as novas experiências vividas na cidade. “Era perigoso. Se o sujeito não soubesse viver, morria! Aqueles aventureiro, né [...] Porque muitos aventureiro também morreu. Tinha muitos aventureiro que levava vantagem, outros não; outros levava tinta”. (Depoimento verbal)<sup>58</sup>

O episódio da “greve” dos operários ocorrida em 7 de outubro de 1963 – apropriado pelos movimentos sociais progressistas como o “Massacre de Ipatinga” – foi então por ele representado como um momento de catarse coletiva deflagrada pelos operários, em que o universo urbano lhes mostrou a sua face cruel e perigosa.

A greve foi assim: os pião queria trabalhar e a outra turma não queria deixar. A polícia foi pra tirar o pessoal que queria trabalhar. E a turma que não queria trabalhar, a polícia chegou, juntaram no carro e agrediram a polícia a pedrada. E pegaram o carro e tomaram o carro da polícia e a polícia meteu fogo em todo mundo. Nessa época morreu mais de cinquenta pessoas! [...] Mas na ocasião da greve acabou a polícia. A polícia atirou no pessoal lá, matou, correu e chegou ali de frente a estação ali, naquela grota ali e a polícia entrincheirou lá numa grota lá e ficou entrincheirada [...] a polícia ficou só lá, não tinha polícia. Eles pegaram no meio da rua uns seis postes [...] eles pegaram assim, vinte, trinta homens pegaram aqueles postes na cacunda e batia lá na cadeia e quebrou a cadeia toda. Soltaram os presos. Pegaram um sargento que era brabo e fez ele correr. Desceram pro Juá, chegaram lá no Juá [...] mandou todo mundo beber: “Todo mundo pode beber ai... Hoje aqui é de graça, ninguém vai pagar nada!” Subiram lá dentro dos quarto, botaram fogo nos colchão, fizeram tudo que é bagunça. [...] Nisso eles [os operários] pegava e atirava pra rua a fora, a pessoa às vezes tava dentro de casa, tomava tiro lá dentro de casa, casa de tábuas, né. [...] Três dias ficou assim, todo mundo ficou doido, ninguém sabia o que tava fazendo. (choro). E eles pra rua a fora gritando, fazendo bagunça...[...] Todo mundo ficou doido! Uns porque os colega morreu, outros porque o sujeito fazia maldade com eles, eles procurava a vingar. Eu não sei nem explicar, todo mundo ficou doido! [...] muita gente morreu de graça... de graça! [...] Nessa época morreu mulher com menino, atirou e matou menino, matou mulher [...]. A polícia ficou doida também, a polícia também ficou doida! O sujeito tava correndo eles tava atirando. [...] É, perderam a cabeça, todo mundo perdeu a cabeça! Uns querendo pegar a polícia e a polícia querendo atirar nos outro pra defender. A

<sup>58</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

polícia não podia ver ninguém ir para os lados deles não porque eles ficava com medo. [...] Nessa época, matava, a polícia matava a pessoa assim e ficava por isso mesmo. Não tinha assim... não tinha justiça (Depoimento verbal)<sup>59</sup>.

Embora seja portadora de um saber tradicional que permaneceu consigo ao longo do tempo, ainda que com poucas oportunidades de aplicação, Expedita afirmou que sua experiência na cidade de Ipatinga tem sido vivida sob a orientação de um ensinamento aprendido com a família que a criou.

O que ela [sua mãe de criação] mais falava pra gente era sobre o modo da gente viver o amanhã [...]. A gente prever hoje o amanhã. Porque o ontem a gente viu, né. O hoje até agora nós tamos vendo, mas o amanhã pode ser diferente. [...] Hoje eu já tenho essa idade que tenho e eu sei que ela tava certa de falar aquilo: ‘Aprenda a comer de tudo, a vestir o que tiver, calçar o que tiver. Porque hoje vocês têm, mas se amanhã não tiver, vai ficar como? Vai parar no meio da estrada? Não!’ (depoimento verbal).<sup>60</sup>

Em suas primeiras experiências de trabalho, Expedita fizera a mediação entre o ensinamento que portava e a vivência prática. Pedia a Deus para que dela tirasse as “manhas” e “mimos” adquiridos na criação em sua terra natal, de modo a enfrentar a experiência do assalariamento como empregada doméstica.

É devagarinho que a gente vai aprendendo a viver, né. Porque eu deixei a minha vidinha [...] ser ‘criado’ é uma coisa, ser ‘empregado’ é outra coisa. São umas coisas assim parecidas, mas não é igual não. Eu como criada eu tinha liberdade de... eu tinha tudo na mão. E como empregada, já tinha que fazer pros outros, né. (Depoimento verbal).<sup>61</sup>

### 4.3 - NARRATIVAS DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

“Fichar” nas empresas nascentes na região representava para a maioria dos trabalhadores que chegavam à cidade a oportunidade de integração ao sistema de proteção social vigente no país. No entanto, as amplas possibilidades de colocação em termos de trabalho que marcam a década de 60 na cidade não se consubstanciavam necessariamente em trabalho formal e estável. As experiências dos personagens que nos narraram suas trajetórias são marcadas pelo exercício de atividades que exigiam pouca ou nenhuma qualificação profissional, por meio das quais auferiam baixas remunerações e, na maioria das vezes, realizadas em curtas temporadas. A experiência de trabalho de Joventino é emblemática. Depois de se deslocar para o Rio de Janeiro aos 17 anos e meio de idade, onde trabalhou por três anos, ele voltou para Ipatinga e na cidade conseguiu apenas contratos temporários. Primeiro, devido à sua habilidade com o futebol, fichou em uma empresa dedicada ao plantio de eucalipto, na qual ficava apenas “jogando bola e assinando ponto”.

Cheguei aí o meu irmão trabalhava na CAF. Meu irmão arrumou pra mim trabalhar lá. Fiquei jogando só bola e assinando ponto, não fazia nada praticamente... ficava lá. Mas fiquei pouco tempo lá também. [...] E voltei pra Ipatinga outra vez. Fiquei aí com meu pai e minha mãe e trabalhava num servicinho aqui, outro ali. E trabalhava na Policarbono. [...] Era um serviço de enxofre, muito ruim. E nós ia... tinha que descarregar caminhão lá do... tinha que descarregar caminhão lá da estação ali... que é aqueles vagão de cimento. Nós tinha que descarregar cimento, muito pesado, serviço muito pesado, difícil demais! Aí, a gente sem experiência nenhuma, né, trabalhava lá uma semana, quinze dias e mandava a gente embora. Trabalhava mais uns dez, quinze dias ali e mandava a gente embora. Aí eu falei: ‘Eu vou embora pro Rio de novo [...]’ (Depoimento verbal)<sup>62</sup>

A narrativa de Joventino expressa exemplarmente a instabilidade ocupacional experimentada por significativa parcela dos trabalhadores que migraram para a cidade. Restava a tal parcela buscar alternativas no âmbito do trabalho informal. Em um primeiro momento, a extração de recursos naturais, como peixe, água e lenha para o próprio consumo e/ou para a comercialização constituíram-se fatores fundamentais à sobrevivência.

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, no dia 27/11/05.

Posteriormente, em conseqüência da escassez desses recursos e do crescimento da demanda de serviços por parte dos moradores da “Cidade Usiminas” – lavar roupa, fazer faxina de casas, capinar quintal, cuidar de jardim, “fazer unha”, realizar vendas ambulantes, dentre outras atividades caracterizadas no linguajar popular como “bicos”, se constituíram as alternativas mais freqüentes.

Essa condicionante social às vezes ganhava contornos ainda mais duros, como na trajetória de Fátima, que carregava consigo na cidade, desde sua adolescência, o estigma de “mulher solteira”.

Naquela época a mulher sozinha não tinha valor, a mulher não tinha valor. A mulher que tinha valor tinha que morar na zona pra fazer... pra construir a vida dela. Eu não tinha coragem. Eu sei trabalhar. Não vou falar que eu sabia ler e escrever para trabalhar em outras coisas, em escritório e tudo, mas cozinha eu não tinha medo de encarar. Aí eu comecei a trabalhar em cozinha, em restaurante, de garçõete. Aí foi onde eu fui fazendo a minha vida. Pensei assim: ‘Gente, eu sei fazer unha, vou começar a fazer unha’. E passei a fazer unha. Aí eu já tinha freguês no Cariru, Bom Retiro; fui fazendo. [...] Ali eu fui conhecendo gente, trabalhando também mexendo com... lavando roupa, dando faxina... (Depoimento verbal).<sup>63</sup>

Portanto, diferentemente daqueles trabalhadores integrados ao sistema Usiminas – que provia além de emprego, subsídios habitacionais, assistência em termos de saúde, educação, crédito, alimentação e lazer – a trajetória dos “trabalhadores subordinados” teve, pois, como marca principal a instabilidade. Instabilidade cujas implicações sobre as trajetórias dos personagens aqui em tela se expressam nos constantes deslocamentos ocupacionais e espaciais, nas relações sociofamiliares e nas dificuldades enfrentadas para a conquista do patrimônio habitacional.

Do ponto de vista dos deslocamentos ocupacionais, a conseqüência mais imediata era a dificuldade de vinculação a uma atividade que possibilitasse, pelo fazer cotidiano, alcançar

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 27/11/05.

uma “classificação profissional”. Depois de “sair para o trecho” e exercer várias atividades, Geraldo e Joventino conseguiram alcançá-la, respectivamente, de “mecânico montador” e “soldador”. Embora alcançar “classificação profissional” propiciasse nesse contexto maior reconhecimento profissional e retorno financeiro, nenhum dos dois desenvolveu carreira estável. Ao contrário, os deslocamentos temporários para outras cidades se fizeram desde então ainda mais constantes, sendo minimizados apenas em função dos vínculos sociofamiliares.

A decisão de Joventino de voltar a Ipatinga e trabalhar como pedreiro na prefeitura municipal mesmo depois de ter alcançado a classificação de soldador, foi motivada pela solicitação de sua então noiva, atual esposa. Pesara também a sua forte vinculação com a cidade e a Rua do Buraco, onde tinha muitos amigos e uma extensa rede de sociabilidade. “Sou filho da rua” foi uma expressão recorrentemente por ele utilizada ao longo da entrevista. Outra evidência das dificuldades para se alcançar “qualificação profissional” e a estabilidade ocupacional é o fato de Acerdiago e Geraldo se tornarem donos de botecos depois de terem experimentado o trabalho operário em várias empreiteiras.

#### **4.4 - NARRATIVAS DA VIDA NA RUA DO BURACO**

Exercendo trabalhos precários e informais, o habitar só se fazia acessível nos espaços não circunscritos à porção planejada da cidade. No cenário de uma cidade sociourbanisticamente fragmentada, morar na Rua significava morar no “lugar dos pobres” e sofrer as conseqüências disso em termos de discriminação. Como afirma Orestes, “os ricos pagavam aluguel cá em cima”. Em muitos casos os primeiros dias eram passados ao relento, até que, percebendo a dinâmica de apropriação do espaço, se demarcasse um pedaço para a construção de um barracão, em geral com sobras de materiais utilizados na construção da



usina e da cidade. Vejamos então a narrativa de Acerdiago acerca do percurso que fez até construir seu barracão na Rua ainda embrionária.

Ipatinga não tinha nem lugar das pessoas ficar. Ali onde que é a Igreja, que é a casa paroquial hoje, ali era um rancho. Ali naquele rancho aquele que chegava primeiro dormia debaixo do rancho. Aquele que chegava por último ficava em volta. Ali dormia a base de umas trinta pessoas ali, amontado, em volta daquele rancho. Outros dormia até no meio do colonho, no meio do eucalipto. [...] Depois achei um conhecido aí, aí eu fui pra casa... morar na casa dele. Depois de uns trinta dias que eu tava na casa dele eu fiz um barraquinho para mim, e fui morar no barraquinho [...] na Rua do Buraco. [...] Aí eu trouxe a família, a mulher, dois filhos. [...] Ali nós passemos os anos. Aí trouxe a minha mãe com três irmãos. Aí nós morava três, seis, sete pessoas naquele barraquinho de três cômodos; sete pessoas num barraquinho de três cômodos... um barraquinho de tábua. (Depoimento verbal).<sup>64</sup>

A precariedade da morada alugada por Orestes quando de sua chegada à cidade com a família é, em sua narrativa, representada como medida do seu pioneirismo e capacidade desbravadora. “Aí veio eu a mulher e três meninos. [...] E fomos morar na Rua do Buraco; já fomos pra Rua do Buraco. Nós moramos numa casa lá tampada de papelão, de saco de cimento, e pagando aluguel, pagando doze contos de aluguel”. (Depoimento verbal)<sup>65</sup>

No “lugar dos pobres”, faltavam infra-estrutura e ordenamento urbano. Buscar água de beber, lavar roupa e vasilhas em nascentes próximas, no “chafariz da portaria da Usiminas” ou naquele construído, mais tarde, no interior da Rua, também conhecido como “torneirão”, era parte da rotina de mulheres, crianças e adolescentes, tanto quanto é, hoje, parte da memória coletiva do grupo.

Ali era difícil, era difícil... não tinha água, a gente buscava água era cá em cima. Depois com muito... botou uma torneira lá embaixo pra nós... na rua, né... no meio da rua. Uma torneira só pra todo mundo. Aí a gente tinha que buscar água a noite toda. Era dia e noite, todo mundo buscando água. Porque a torneira era uma só, e tinha que buscar. Aqui não tinha água, Ipatinga não tinha água, a água era buscada ali do outro lado do pontilhão. O pontilhão não era forrado. Era pontilhão que nem a linha. Aí a gente, de manhazinha ó... graúdos e miúdos. Batia na lata assim, vamos

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, em 20 e 25/07/05.

supor, você passava com a sua vasilha, aí cê já sabia: já tem alguém... seis horas, cinco e meia... Já tem alguém indo pra mina. [...] Graúdos e miúdos, não tinha meu Deus não! Todo mundo! [...] A gente levava uma lata e um balde. Punha uma lata na cabeça e um balde na mão. Tanto que qualquer um de nós sabe equilibrar uma lata cheia de água na cabeça. Eu equilíbrio [...] (Depoimento verbal)<sup>66</sup>.

A representação da igualdade de condição entre “graúdos” e “miúdos” elaborada por Expedita e apresentada acima remonta aos tempos de fundação da cidade. Embora as diferenças socioeconômicas tenham, mais tarde, se tornado ainda mais evidentes, no que se refere, por exemplo, ao acesso à infra-estrutura e aos serviços urbanos, a representação da igualdade de condições entre “graúdos” e “miúdos” é, na narrativa de Expedita, uma operação por meio da qual procura afirmar o seu pioneirismo junto às classes sociais dominantes na cidade nascente. Expedita prossegue essa operação lembrando-se da depredação da mina de água que “sustentava Ipatinga” como um golpe à memória da cidade e às trajetórias dos pioneiros.

Aquele moço da cabeça dura que comprou o lote devia ter deixado a mina lá, pra todo mundo... pra criançada de hoje ver a água que sustentou Ipatinga. Pegou e consumiu com ela. Pra quê eu não sei! Não podia ter consumido. Ele podia ter deixado assim: ‘Esse cantinho a mina... Vou deixar aqui, deixar a biquinha caindo aí, canalizar direitinho, bonitinho, pros meninos ver a mina que sustentou Ipatinga... Meus filhos, meus netos’. Ele podia ter deixado (Depoimento verbal)<sup>67</sup>.

Paradoxalmente, a dificuldade de acesso à água, que obrigava a população da rua a realizar o árduo trabalho de buscá-la com latas d’água na cabeça por dias e noites, era experimentada morando-se às margens de um ribeirão. Ribeirão que, por ter se tornado depositário de considerável parte do lixo urbano e destino de efluentes líquidos e dejetos da atividade industrial, rapidamente deixou de se constituir um recurso para transformar-se

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães nos dias 14 e 18/07/05.

exclusivamente em um problema para aquela população. O tempo das enchentes, vivido nos períodos de final do ano, é representado como o detonador de experiências que na maioria das vezes geravam puro sofrimento, mas que, por vezes, conjugavam sentimentos de tristeza e alegria.

Eu mudei pra aqui no dia 7 de dezembro. Ah, menino, com pouco... aí uns dias veio o mês de dezembro, veio a enchente, eu vi um gritando: 'A enchente!' E vi de cá de cima, aquilo a enchente tava cheia, as mulher passando assim com as trouxa de roupa na cabeça. A gente via só as trouxa de roupa assim na cabeça delas. A gente quase que não tava vendo nem a cabeça. Via a cabeça porque as trouxa tava em cima. E foi aquela coisa, menino! [...] de tanta coisa que essa gente perdeu. Aqueles colchão bonito que só vendo. Aquelas mulher que os marido era mais bem empregado, eles compravam as coisas, né. Elas trabalhavam também... aqueles colchão bonito pôs tudo na varanda do barracão onde eu morava. (Depoimento verbal).<sup>68</sup>

O ponto de vista de Mercês, a depoente acima, é o de quem, por morar em uma porção mais alta da Rua, não tinha a sua casa invadida pelas águas nas menores cheias. Contudo, o impacto das enchentes sobre a vida cotidiana dos moradores não a deixava em uma posição periférica: “E era aquela peleja; todo ano era aquela peleja, todo ano!”. A recursividade da experiência de sofrimento coletivo, associada à vulnerabilidade da última enchente, a marcou profundamente, pesando na decisão de deixar a área na ocasião da efetivação do projeto Novo Centro.

Quando veio essa enchente forte, que foi no ano que o João Magno entrou na prefeitura, veio a enchente, mas não... aquilo, menino, mas eu gritei tanto. Nossa senhora, eu tenho muito medo de água, viu! [...] E eu já custei a sair de dentro de casa. Deixei tudo pra trás. Mas, nossa senhora, eu tive só prejuízo, viu! Molhou muita coisa; eu tinha feito compra, molhou tudo: documento, e roupa, nossa senhora, meu deus! Ô peleja! (Depoimento verbal)<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

A família de Mercês foi uma das primeiras a sair da Rua, indo morar em uma casa tão pequena, se comparada à que construiu ao longo de sua trajetória, que os vizinhos lhe sugeriam resistir à proposta de troca da prefeitura, tripudiando da casa oferecida a apelidando de “caixa de fósforo”.

Orestes procura evidenciar em sua lembrança a dimensão traumática da experiência das enchentes.

Eu peguei três enchentes lá, e uma ali no Veneza<sup>70</sup>. Ai a água subia e a gente gritava de noite, era de noite, só dava enchente de noite. Gritava o povo pro povo ficar alerta pra poder sair. A última enchente que nós teve lá foi essa de agora de 93, sabe. Morreu gente lá. [...] Depois que a água encheu, os caminhões da prefeitura vinha e tirava a gente. É... pegava a gente, a gente não sabia pra onde ia não... junto com os meninos pequeno... o dia que eu falei com cê que morreu a menina nossa; adoeceu e acabou morrendo. Não sei se é a Usiminas que tava na manutenção, os médicos ficava à noite lá inteira aplicando vacina pra não adoecer. [...] Aí quando voltou, já não queria ficar lá mais. A minhoca andava pelas parede afora assim ó, e aquilo eu fiquei com aquilo na cabeça, assustado com aquilo de rastro de minhoca pela casa a fora, porque o trem encheu demais. (Depoimento verbal).<sup>71</sup>

A enchente provocava assim o deslocamento espaço-temporal de grande parte dos moradores da Rua na medida em que rompia com o seu tempo de vida cotidiano e, na condição de “desabrigados”, os obrigava a retirar-se da área para alojar-se provisória e temporariamente em abrigos públicos. Refletindo sobre as tantas perdas provocadas pelas enchentes, Joventino declarou:

A enchente oprimiu o pessoal ali. A enchente quando ela chegava ali ela... tinha casa lá que tampava de água. Tinha casa que a água ia nas comeira da casa. E toda enchente, quase toda enchente sempre morria pessoa. [...] Carregava, carregava tudo,

<sup>70</sup> Bairro que se situa na outra margem do ribeirão.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/07/05.

rapaz! Carregava boião. Tinha vez que eu levantava... tinha dia que eu chegava do serviço assim, dentro de casa a minha mulher chorando e o boião saindo pelas portas. E o boião de gás saindo pelas porta assim, e a gente desesperado. Eu sai de dentro d'água assim com os filhos nas costas. (Depoimento verbal)<sup>72</sup>

No entanto, a mesma enchente que provocava perdas e sofrimento aos moradores é lembrada por Fátima para representar a capacidade de superação das adversidades como marca dos moradores da Rua.

Quando a enchente vinha ninguém não ficava triste não. E todo mundo tentava socorrer. [...] quando era no outro dia todo mundo tava lá limpando vasilha. Todo mundo rindo porque era torneira, né. E todo mundo rindo: 'Nossa senhora, nós tava no forró, eu tava morta de bêbada'. Outro: 'Eu tava tão bêbada que de repente eu curei a cachaça'. E era assim, sabe. Era uns momento de alegria para mim; era assim, não tinha tristeza... Num tinha tristeza. (Depoimento verbal)<sup>73</sup>

A representação de Geraldo acerca das enchentes é também voltada à construção identitária dos moradores da Rua.

[...] naquele tempo eu morava numa casa bem pertinho do rio assim, e dava uma chuva, uma chuvinha mais ou menos, precisava ser grossa não... se chovesse assim meia hora a água ia lá dentro de casa. Nós punha um bocado em cima, a água não subia tanto não. Punha um bocado de coisas em cima assim, a água descia, nós limpava aquilo alegre, tranqüilo, e voltava ao normal, parecia que não tinha nada... problema nenhum. Podia chover a qualquer hora, nós não tava nem ai não! (Depoimento verbal)<sup>74</sup>

Nas trajetórias dos nossos narradores, o “habitar” esteve sempre cercado de grande insegurança, seja em decorrência dos riscos advindos das enchentes, das constantes ameaças de remoção em função de promessas e rumores de implantação de projetos urbanísticos de “cura do centro”, da falta de posse legal do imóvel ou ainda em função da violência presente

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, nos dias 19 e 20/08/05.

na área. A narrativa de Joventino acerca das recorrentes perdas provocadas pelas enchentes evidencia a instabilidade vivida no lugar em termos da construção de uma estrutura domiciliar.

[...] E a minha mulher brigando às vezes pra... “É, a gente não tem nada, não sei o quê”. – ‘Mas não adianta comprar, Graça!’ – ‘Mas a gente tem que comprar, não pode olhar a enchente’. Teve uma época que eu comprei tudo pra minha casa, bonitinho. Logo que saiu aquele tanquinho eu comprei aquele tanquinho; estante, guarda roupa daquele chique, eucatex; guarda roupa chique, muito... Eu comprei meus móveis tudo bonitinho, rapaz. A enchente veio e levou tudo! Colchão caríssimo, um colchão Royal de luxo, muito bom. Aí a enchente, eu cheguei lá tava tudo debaixo d’água. Eu falei: ‘Aí graça, cê fica mandando eu comprar’ (Depoimento verbal)<sup>75</sup>.

Outro aspecto que em nada favorecia o transcurso da vida na Rua eram as constantes promessas e rumores acerca da retirada de sua população da área, como rebatimentos de um velho projeto para um novo centro em Ipatinga. Acerdiago lembra-se dos descompassos entre a implantação de melhorias na Rua e as ações com vistas à retirada de seus moradores.

A prefeitura quis fazer alguma coisa, mas no fim não dava pra fazer nada pro povo. Tirou um bocado, levou pra Vila Celeste, levou um bocado pro Bom Jardim, mas o pessoal passava uns tempo e voltava outra vez. A Rua continuou nem desmanchada e nem acabava de ser feita. Então, ficava aqueles pedaço: tirava três, quatro famílias, daí uns tempo voltava de novo. Então aquele problema ficou. Até que o João Magno resolveu: indenizou todo mundo e aterrou (Depoimento verbal)<sup>76</sup>.

Em sua narrativa, Expedita também lembra do velho interesse dos governantes municipais em “acabar” com a Rua, procurando assim evidenciar o embate silencioso em torno da apropriação daquele espaço, travado entre seus moradores e a elite local, incomodada com a presença de uma favela na área central da cidade. Esse embate, que se prolongou ao

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, no dia 27/11/05.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, nos dias 23 e 26/05 e 06/06/05.

longo de toda a trajetória de vida dos moradores, pairava sobre suas cabeças como uma constante ameaça de desterritorialização.

Aquela rua, eles tentaram acabar com ela uma porção de vez, não teve jeito! Agora acabou de verdade. Tirava um pouco do pessoal, mas não conseguia. Igual, quando eu fui morar ali, quando eu fui morar no meu barraco, era lugar que eles já tinham tirado uma porção de casa. Tinha levado o pessoal pro Limoeiro, pra onde... eu sei que eles consumiram... uma turma. Uma porção de família. Depois ficou aquele lugar vago lá. Ai começou a fazer uma casinha aqui, outra casinha ali, já fazendo de tijolo, né. Ai o pessoal resolveu: 'Vamos fazer um cômodo pra ela'. Fez o cômodo pra mim, porque eu pagava aluguel. (Depoimento verbal)<sup>77</sup>

Lavar roupa com alegria após a descida das águas ou insistir em se fazer presente em um lugar do qual o poder instituído pretendia se apropriar são, nessas representações, formas manifestas de unidade, ainda que sua força residisse nas redes de sociabilidade territorializadas. A coesão defendida não se consubstanciou, porém, em organizações de representação político-institucional, sobretudo considerando-se a escassez de instâncias de participação popular em âmbito local até o final da década de 80. Mas se realizava sob a nomenclatura da “união” espontânea. Delson, filho de Mercês, relatou-me que na década de 80 a tentativa de um pequeno grupo local de constituir a Associação dos Moradores da Cidade Baixa (AMOCIBA) não resistiu à reação debochada de um outro segmento de moradores. O artifício do deboche deste último foi distorcer o significado proposto na sigla da referida Associação. Assim a sigla AMOCIBA foi colocada para circular na rede de comunicação do lugar como “A Muxiba”, o suficiente para desestimular as adesões à proposta e, com isso, desmobilizar os proponentes.

A união espontânea dos moradores foi representada também de forma emblemática na narrativa de Fátima, quando lhe perguntei se os moradores construíram alguma organização institucional ao longo de sua história na Rua.

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

Não, não. Nós lá, ô Cláudio, nós era tão unido que nós não tinha não. Porque todo mundo... cada um se mandava em você mesmo. Ali você sabia o que tinha que fazer. Fulano sabia o que tinha que fazer, que tinha que fazer... Era assim tipo de um enxame de abelha, né. Um enxame de abelha num tá todo mundo junto? Pois era assim, todo mundo... tinha que tá todo mundo junto (Depoimento verbal)<sup>78</sup>.

Também foi no sentido de representar a espontaneidade da organização dos moradores da Rua que Mercês se lembrou da implantação do sistema de abastecimento de água e do campo de futebol na área. Algumas lideranças locais e políticos aparecem em sua narrativa intermediando a relação dos moradores com o poder público, de modo a assegurar o benefício para a comunidade. No entanto, sua participação é, em seu discurso, minimizada em face da própria dinâmica relacional dos moradores, seja na conquista dos benefícios ou na sua implantação.

Um outro fator de desestabilização na experiência de habitar a Rua é a violência ali vista, vivida e representada, sobretudo ao se considerar que ela se constituiu um dos principais ingredientes do discurso de discriminação e estigmatização dos moradores. Para muitos, uma experiência nova, na medida em que essa violência incorpora elementos típicos do cenário e da vida urbana, conferindo novos contornos ao fenômeno. Mercês tem, crivada em sua memória, a lembrança do estranhamento que lhe causara, ainda nos primeiros dias que chegara à Rua, a forma de tratamento dispensada por sua vizinha à filha de apenas dois anos de idade.

Eu não tinha lenha pra cozinhar nada; era fogão à lenha, né. Pedi a uma [...] perguntei à dona assim [...] a dona vivia muito brava com a menina dela, menina Lourdes. Eu falei assim: 'Ô dona Zélia, aonde tem lenha aqui pra vender?' Ela falou

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.



assim: ‘Ali no Zé Severino tem’. – ‘A senhora deixa a menina da senhora ir lá comigo, dona Lourdes?’ – ‘Ô minha filha, minha menina é pequena, ela tem só dois anos’. A mulher vivia naquela barulhada com a menina, eu achei que já era uma moça. E não, era uma criancinha (Depoimento verbal)<sup>79</sup>.

Rapidamente Mercês se percebeu inserida num universo cultural bastante diferente daquele de onde viera, principalmente em função da relativa proximidade de seu barracão em relação à zona boêmia que compunha o cenário da Rua.

[...] Aonde eu fui cair! Não tava acostumada naqueles negócio, com aquilo. Era misturado demais! Dizem que nesse barracão, eu não cheguei a contar, diz que tinha vinte e quatro cômodo. De família que tinha era eu e a Linda do Zé Francisco... Era, era duas mulher casada. [...] Mas acontece que elas [as profissionais do sexo] respeitava a gente, bobo, não tinha... [...] De tarde então... É tanto que eu deixei de usar aliança, porque eu via elas: passava a mão no marido dos outros, punha aliança no dedo, ia com eles pro cinema. Falei assim: ‘Ah, aliança aqui não vale nada não!’ [risos] [...] ‘Olha como é que elas sobe!’ Então, tinha uma Madalena, ah meu Deus... ‘olha como é que sobe com o marido dos outros! De aliança no dedo e toda remelexo, toda requebrando! Ah, aliança no dedo aqui não vale de nada não!’ (Depoimento verbal)<sup>80</sup>.

A zona boêmia foi assim representada como o território que contaminava os demais em função da inevitável mistura entre diferentes tipos sociais, ainda que as fronteiras entre os mesmos fossem imaginariamente partilhadas por todos. Geraldo, personagem que residiu e trabalhou por quase toda a vida no Juá, também tem as lembranças da violência naquele espaço crivadas na memória.

O Juá era muito agitado, agitado demais. Isso aqui, Deus me livre! Rapaz, não, isso aqui era feio, era feio, nossa mãe! Morria gente direto ai, nossa mãe! Matado, o cara... parece que outros envenenava. Ah, morria mesmo. Matava a faca, tiro, paulada, de tudo enquanto é jeito. A gente era menino naquele tempo, rapazinho adolescente, 14 anos e a gente via aquele troço de perto e falava: ‘Cruz credo, como é que pode?’ Mas a gente acostumou naquilo, vendo aquilo. Porque de começo eu via aquilo assim... ‘Ih, morreu um cara ali. Ah, morreu outro lá’ – ‘Ih, morreu?’. Ia lá ver o cara tava coberto; a coisa era feia.

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

<sup>80</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

É recorrente nas narrativas dos nossos personagens a expressão do sentimento de perplexidade inicial provocada pela proximidade e incidência da violência na Rua, seguido da acomodação ao fenômeno. Acostumar-se à vida nervosa do lugar significava uma exigência: o aprendizado de uma atitude de retraimento. Uma atitude que é comum ao homem na vida metropolitana “dada a impossibilidade de reagir a todos os estímulos e de estabelecer relações positivas com todos aqueles com quem cruza diariamente” (ANDRADE, 2004, p.36). Porém, no caso de Expedita, e de outros moradores, o retraimento deriva antes da recursividade de um mesmo estímulo – o estímulo da violência – do que da sua diversidade e intensidade.

Eu tô tão acostumada com polícia que eu posso ver uns dez carros de polícia aqui que não é toda hora que eu assusto não. Não, nós que morava lá, a polícia batia o barraco na nossa porta assim, deixava o carro na nossa porta assim e se mandava atrás do fulano. Tiroteio... Agora, tiroteio não é muito agradável não (Depoimento verbal)<sup>81</sup>.

Nesse ambiente, o silêncio se constituiu uma estratégia de convivência fundamental em circunstâncias sociais que provocavam a presença da polícia, ou em conflitos e rixas entre moradores. Era regra entre os moradores não “entregar” os desviantes da Rua para a polícia, o que exigia em algumas situações a disposição de acoitá-los, uma atitude de cumplicidade entre iguais. Essa experiência narrada por Fátima fora partilhada por muitos moradores.

Ninguém mexia com ninguém. Quando a polícia chegava: ‘Eu vim procurar fulano aí, cê conhece?’. Eu peguei: ‘Ó, não posso informar porque não tô aqui em casa’. E nem se conhecesse entregava. Eu peguei assim: ‘Não é minha profissão entregar. É vocês que tem que procurar’. Era assim: não adiantava eles procurar nada, ninguém entregava ninguém ali não (Depoimento verbal)<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

Na experiência de Orestes a opção pelo silêncio e pela resignação se constituiu inclusive em orientação educacional para os filhos.

A casa da gente toda vida foi pobre. A gente sempre jogou com uma carta de menos, né. Pra gente misturar no meio do povo, se ocê crescer grande cê não rompe não. Então nós era tudo igual. Era: ‘Sô fulano, sô beltrano...’ Até hoje é assim. E, graças a Deus, nós criou os nossos filhos no meio daquele povo. Tinha gente bom, tinha gente ruim, mas nós não ligava prá isso não. Meus meninos não brigava com ninguém. Eu falava com eles: ‘Ó meu filho, não pode brigar porque se brigar dá problema, dá polícia, dá cadeia, dá morte. Então ocês faz igual eu fiz, deixa o trem prá lá. Se tiver que pegar mesmo não briga. É... porque a briga...’ [...] Gente roubava da gente lá... entrava daqui e saia cá... E a gente sabia quem era mas não falava não, largava prá lá. A gente até podia falar, dá uma parte da pessoa, mas não compensava não. Até hoje não compensa, porque cê fazer encrenca por pouca coisa a gente que tá embananado. (Depoimento verbal)<sup>83</sup>

Nas representações dos moradores, a violência na Rua se agravava após a introdução do uso e do tráfico de drogas no lugar, o que se pode correlacionar à crise de emprego que assola a cidade na década de 1980. Com efeito, a “economia da droga” se constituiu em alternativa para alguns segmentos da população da Rua e ali se incrustou em razão de sua configuração espacial e das precárias condições urbanísticas, propícias à formação de esconderijos e às fugas em caso de perseguição policial. Vejamos então o que declararam, respectivamente, Acerdiago e Expedita:

[...] já tinha os malandros mais ativos, né. Não mexia muito com porcaria [refere-se a droga]. Aí veio faltando emprego, os mais ativos foi botando os pobrinho... cê sabe que leva tinta é só pobre, né. Aqueles mais ativos pegava o miudinho, botava ele na frente da boca de tiro. [...] Aí vem a porcaria da maconha, né... vem a prostituição. Esses que são os “cabeças”, esses não sofre nada. Que sofre é os pequeno que vai fazer as coisas pros outros, mandado (Depoimento verbal)<sup>84</sup>.

[...] ali foi um lugar assim que depois que apareceu esse negócio de droga, essa coisa, foi um lugar de muito risco porque. [...] a enchente é coisa de Deus, mas a droga é coisa do mundo, né. É diferente. Era... tornou lugar de risco, lugar de morte, morria pessoa assim perto da porta da gente. [...] Então chegou a droga em Ipatinga

<sup>83</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/07/05.

<sup>84</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, nos dias 23 e 26/05 e 06/06/05.

e tomou posse. Disse assim: ‘É aqui mesmo que eu vou ficar... é aqui mesmo que eu vou ficar. Eu vou me implantar aqui prá sempre’. E foi, começou a aparecer aqueles meninos diferentes, estranhos... estranhos assim no modo de ser, né (Depoimento verbal)<sup>85</sup>.

As lembranças acerca da violência e a interpretação que a correlaciona à introdução das drogas no lugar, comuns a Expedita, Acerdiago, Orestes e Joventino, são, contudo, relativizadas pelos narradores em face do discurso discriminatório e estigmatizante lançado na opinião pública pela elite local. Assim, as lembranças da violência – vista e/ou vivida no lugar –, são sucedidas, nas narrativas, por expressões como “a gente era unido. Não tinha tanta confusão não. Surgiu confusão depois que surgiu esse negócio de droga”. Outra estratégia discursiva consistiu da representação da violência como resultado da presença de “marginais” de fora.

A Rua do Buraco era muito falada, bobo. É por causa da malandragem, né. Tinha muito malandro. [...] E num era... às vezes totalmente... como o N.S. [iniciais do nome do “marginal” referido] não era de lá. Mas encafuou lá no pedaço. E vinha outros de outros lugar e ia lá pra baixo. E os de lá de baixo mesmo acho que não eram muitos não. Mais vinha era de fora, das outras ruas; vinham de outras ruas prá cá. [...] Aqueles que interessava viver no meio da colundria, né, vinha todos prá cá; descia tudo pra Rua do Buraco. De modo que a rua ficou muito manjada (Depoimento verbal)<sup>86</sup>.

No mesmo discurso em que procuram evidenciar as diferenças entre a maior parte dos moradores da Rua e aqueles envolvidos com atividades criminosas, os narradores afirmam uma ética dos iguais, horizontal, entre os integrantes daquele universo social, na qual incluem os “marginais”. Categoria esta apropriada das construções de linguagem das classes dominantes, interessadas na expulsão daquela população de um espaço passível de integrar o conjunto das forças produtivas.

<sup>85</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Maria Mercês de Jesus, no dia 14/11/05.

Falava da Rua do Buraco que ali só tinha marginal. Falava que ali tinha muito marginal. Realmente, ali tinha mais marginal do que pai trabalhador. Mas era umas pessoa tudo boa, sabe. Não fazia mal a ninguém ali. [...] Eu mexia com porco, eles roubava porco meu, menino... os marginal dali trazia os porco de volta... gente de fora. Se eles desconfiava de [alguma] pessoa, eles falava: ‘Ah, eu vou atrás!’. E quando ia atrás a pessoa tinha que trazer o porco e colocar dentro do chiqueiro. Teve uma época que eles roubaram um botijão meu; aí o cara [o ‘marginal’] falou assim: ‘Ah, eu já sei quem é. Eu vou atrás agora’. Ele fez o cara buscar o botijão que ele tinha vendido, colocar nas costas e colocou lá dentro da minha casa. E deu um coro nele. Falou assim: ‘Aqui cê não rouba. Cê vai roubar noutra lugar. Aqui ninguém rouba de ninguém’. [...] Diz ele que ninguém que morava ali não merecia ser roubado não porque todo mundo era pobre. E todo mundo precisava era de ajuda, mas não ser roubado. (Depoimento verbal)<sup>87</sup>

Essa ética horizontal era, no entanto, incompreendida, segundo Fátima, por “aqueles que tinham dinheiro”, pelos “de fora”.

Eles falava que ali... porque ali andava os marginal, tudo que acontecia era dali, né. [Que] Os marginal tudo escondia, o pessoal tudo escondia marginal, ‘por isso que está daquele jeito’. E não era, não era esconder, porque todo mundo era unido; eles não entendia isso, sabe. Todo mundo era unido, porque ali ninguém não tinha ajuda de ninguém... ajuda era da gente mesmo. Então era todo mundo unido. (Depoimento verbal)<sup>88</sup>

Ainda segundo Fátima, em decorrência dessa incompreensão, a Rua

[...] incomodava as pessoas da cidade, os que tinha dinheiro, né. Incomodava os pessoal que tinha dinheiro e o pessoal da prefeitura. Cê vê que... Foi bom eles tirar a gente dali, mas enquanto eles não tirou a gente dali eles não sossegaram. Porque nós era muito discriminado por esse pessoal que tinha dinheiro, né. Eles não gostava de dar muito emprego prá gente dali não (Depoimento verbal)<sup>89</sup>.

Violência, prostituição, pobreza eram então os ingredientes fundamentais para a elaboração do discurso discriminatório dos moradores da Rua. Em face dos discursos que os representavam como “sujos” os narradores elaboram um contra-discurso no qual procuram

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

<sup>88</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

representar uma Rua que os olhos de fora não alcançavam, destacando a união e a extensa e densa rede de sociabilidade dos moradores.

O pessoal ali era uma família, quase uma irmandade, uma família. Ali, ali não era vizinho, era uma família que tinha ali. Todo mundo considerava o outro. Existia alguns vagabundinho ali e tudo, mas era pessoas que nasceu ali mesmo, foi criado ali e não interferia com ninguém ali (Depoimento verbal)<sup>90</sup>.

União que, segundo Acerdiago e Fátima, nascia da condição social comum.

Cê sabe que a parte fraca ela é muito unida. Pode ter alguma divergência, mas o pobre é mais unido que o rico lá em cima, porque o pobre precisa do colega ele vai ali e dá uma canequinha de arroz, vai ali e dá o outro, né. Então, eles é mais unido porque são pequeno mesmo (Depoimento verbal)<sup>91</sup>.

Cê sabe que o pessoal ali era unido? É porque as pessoas de lá era humilde demais, uns precisava dos outros. Um precisava dos outros, então tinha que ter essa união. E era isso que fazia a união da gente lá na Rua do Buraco... era assim (Depoimento verbal)<sup>92</sup>.

Diante da discriminação e do estigma que sobre eles recaia, os moradores desenvolveram estratégias de relacionamento com os demais cidadãos que variavam segundo o cenário da interação, bem como segundo o modo pelo qual percebiam as possibilidades de obter ganhos e/ou perdas nas situações interativas. Mesmo tendo partilhado muitas experiências em suas trajetórias na Rua; mesmo tendo percebido e experimentado a fragmentação socioespacial da cidade, Expedita e Fátima assumem posicionamentos muito diferentes em face da discriminação que sofreram como moradoras daquela região moral. Algumas nuances em termos de traços étnicos e sociais contribuíram para isso. Expedita é

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, no dia 27/11/05.

<sup>91</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, nos dias 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

negra, de pequena estatura e se manteve solteirona. Fátima, por sua vez, é uma mulher de pele clara, conhecida na Rua por “dona Loura”, que não viveu relacionamentos conjugais estáveis, experimentou as condições sociais de “mulher solteira” e “mãe solteira” e teve a sua imagem associada à boemia, seja pelos rumores de que teria sido uma profissional do sexo ou pelo fato de ter sido alcólatra. Enquanto Fátima procurou, e procura ainda hoje, evitar os relacionamentos com os moradores de outras áreas, sobretudo aqueles que ela identifica como seus opressores, Expedita não recua diante da possibilidade de estabelecer interações com outras classes sociais.

Eu não tenho dificuldade, eu tenho muita facilidade de me aproximar dessas pessoas. Tem meninos aqui eu fui babá que hoje é medico aqui do Márcio Cunha... É advogado. Por que se a pessoa tiver assim: ‘Ah, eu sou negra, ah, eu tenho o cabelo duro, ah, eu não posso me misturar com pessoas assim...’ Posso! Eu sou gente, sou filha de Deus e sou ser humano. Eu sou gente uai! Porque não? Posso! Já viajei muito junto com as minhas patroas pro Rio, São Paulo, prá Vitória. Posso! Tem patroa que não leva não, né. Tem outras que levam. A gente tem que ir, tem que saber uai! ‘Não, eu sou assim, deus me fez assim, eu sou assim e pronto’ (Depoimento verbal)<sup>93</sup>.

Fátima afirma seu posicionamento destoante da maioria, repudiando inclusive a postura de sua amiga Expedita que, mesmo percebendo a discriminação sofrida, “passa por cima de tudo e não tá nem aí”.

A maioria passa por cima e faz que não tá acontecendo nada. Mas eu não faço isso não, porque eu sinto... Eu dou bom dia e dou boa tarde, mas não dou confiança, entendeu? Tem muita gente que não tem brilho na cara. Eu sou pobre, eu não tenho dinheiro, não tenho nada, mas tenho brilho na cara... que é vergonha (Depoimento Verbal)<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

<sup>94</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, nos dias 20 e 27/06/05.

Pensando as estratégias de relacionamento adotadas segundo o espaço, as narrativas sugerem diferentes posicionamentos na Rua e fora dela. Na Rua, seus moradores se faziam os “donos do pedaço”, expurgando qualquer agente que por ventura tentasse lhes causar prejuízos ou subordiná-los em situações que poderiam se configurar inclusive como humilhantes. Naquele universo, a presença de estranhos era sempre vista com uma boa dose de suspeição e como possibilidade de reequilibrar as diferenças sociais que marcavam as relações com moradores de outras áreas da cidade. Com efeito, a segregação socioespacial derivada do processo de formação urbana e diferenciação social na cidade era reforçada por uma atitude de relativo “fechamento” dos moradores da Rua. Atitude que marcava, por exemplo, o processo de formação dos times de futebol da área, em que não se admitia jogadores de fora, ou os conflitos na zona boêmia, ocasiões em que os “de fora” eram severamente repreendidos por qualquer atitude e/ou ação desrespeitosa a um “de dentro”. “Não vem ninguém lá de cima falar alguma coisa cá embaixo, não, que dava tudo errado”, declarou Fátima de maneira semelhante à expressão de Délson, filho de Mercês, em uma das tantas e demoradas rodadas de “bate-papo” que realizamos no quintal de sua casa, observando antigas fotografias e lembrando de vários episódios: “Vinha alguém de fora maltratar um morador da rua pra ver o que acontecia!”

Ainda que as trajetórias de vida na Rua tenham sido marcadas por uma série de intempéries, a transformação daquele espaço em lugar, portanto, dotado de significados partilhados, a constituição de redes de sociabilidade e de uma identidade cultural, embora a sua fragmentação em diferentes e, por vezes, divergentes territórios não a favorecesse, os moradores construíram fortes vínculos socioafetivos com o lugar, bem como estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, a proximidade do centro e a igualdade/homogeneidade socioeconômica entre os moradores, expressos nas narrativas aqui em tela, são apontadas como os principais fatores de coesão dos mesmos.



Assim como Acerdiago e Orestes, Joventino chama atenção para a proximidade do centro e destaca ainda a expressividade da Rua como espaço de convivência.

Eu não queria sair de lá não. Porque lá a gente sofria e tudo, mas a gente gostava dali. Porque ali tava no centro, rapaz. Tinha tudo ali. A 28 de abril [Rua do centro, comercial] tava logo assim. Cê dava um grito qualquer um escutava. [...] E ali era um lugar que... nossa! Ali foi um lugar que, rapaz, a alegria de Ipatinga era ali rapaz. Aquilo quando saiu foi como se o povo de Ipatinga tivesse sido aterrado todo mundo, e matado ele. Se eles tivessem aterrado o povo ali, matado todo mundo era a mesma coisa. Porque eles mataram o povo em vida. [...] A Rua do Buraco virou um centro de comunicação. A atenção de Ipatinga era toda voltada pra aquela rua ali (Depoimento verbal)<sup>95</sup>.

Fátima destaca a sociabilidade, a solidariedade e o respeito com o qual os vizinhos se tratavam em suas redes relacionais como os principais fatores de seu vínculo socioafetivo com o lugar.

[...] Chegava de manhãzinha todo mundo falava: ‘Ô fulano, cê tá bom? Cê tá jóia?’ Ali quando era noite todo mundo juntava ali e fazia aquela rodinha, todo mundo contando estória. Às vezes um dia que não tinha nada pra comer, ai um chegava: ‘O problema é amanhã, amanhã eu não tenho isso, meu filho...’ O outro falava assim: ‘Ah não fulano, vai lá em casa, eu tenho um pouquinho, eu te dou’. [...] ali era assim: o pessoal tudinho unido. E nós prá movimentar nós ali era nós mesmo, sabe. Um ajudando o outro. E ali tinha um torneirão, nós tinha um torneirão ali que todo mundo lavava a roupa e vasilha. E de tarde todo mundo ia tomar banho. Ali parece que era do tipo um encontro, porque todo mundo que chegava do serviço aquela hora, todo mundo juntava com suas bacias na cabeça, ia lavar roupa, outra lavar vasilha. [...] Se lá você era mulher solteira, era respeitada como uma mulher casada. Se lá você era um marginal, era respeitado como uma pessoa de bem. Se lá você tinha dinheiro ou não tinha, era respeitado do mesmo jeito. Ali dentro todo mundo era igual (Depoimento verbal)<sup>96</sup>.

Expedita, por sua vez, afirma o seu vínculo com a Rua como decorrência do costume com o lugar onde conquistou o seu direito de habitar na cidade, ainda que em precárias condições.

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

<sup>96</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

[...] uma coisa me fez muito gostar dali... muitas coisas, mas o principal que me fez gostar muito dali foi que quando eu precisei de arrumar aluguel, um lugar pra mim poder alugar prá cuidar da minha mãe, foi ali que eu consegui pagar o aluguel [...]. foi ali que eu consegui, porque nos outros lugar era um aluguel maior, e eu ganhava pouco, não dava prá pagar aluguel. E eu acostumei ali e fiquei ali. Foi bom, depois eu ganhei o meu barracinho ali... bom mesmo! [...] Era bom. A gente acostuma, né, acostuma assim... vamos dizer assim: a pessoa que tem conforto visitar uma pessoa bem simplezinha mesmo, que mora lá no cantinho, num barraco de sapé, chão, ali tem assim, tem, tem planta na porta, é chiqueiro, a visão é toda diferente, mas a pessoa que vive ali vive satisfeita, vive satisfeita (Depoimento verbal)<sup>97</sup>.

#### 4.5 - NARRATIVAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO

Considerando-se, portanto, os vínculos socioafetivos e os interesses, motivados por fatores diversos, de permanecer habitando um espaço próximo ao centro da cidade, a proposição do projeto Novo Centro representou um novo deslocamento socioespacial para os moradores da Rua, que os narradores representaram por diferentes perspectivas. Perspectivas essas determinadas fundamentalmente pelas avaliações que fazem hoje os narradores acerca dos impactos do projeto sobre as suas condições de vida à época, dos ganhos e perdas no processo de negociação de sua saída da área, do acesso às vantagens sociais da cidade, bem como dos desdobramentos desse processo em suas vidas no aqui e agora.

As lembranças dos narradores estiveram assim condicionadas ao mecanismo de seletividade da memória. Não apenas porque o passado aflora combinando-se com o processo corporal e presente da percepção, interferindo nas representações, como propôs Bergson, mas sobretudo porque a memória é um trabalho realizado de forma articulada aos quadros sociais de indivíduos e grupos (BOSI, 1994).

Em uma análise mais abrangente, pode-se interpretar as posições e representações dos narradores acerca do processo de retirada do centro basicamente a partir de dois prismas. O primeiro é aquele cujas representações são elaboradas segundo a observação da própria

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

trajetória e, nesse sentido, sob a angulação das expectativas, desafios e conquistas presentes nesse percurso. O segundo é o das representações construídas por meio da observação do direito das classes populares à cidade. Mais precisamente, das suas possibilidades e direitos no que tange às disputas pela apropriação do espaço urbano.

Nessa perspectiva de análise, em um duplo prisma, posições aparentemente dúbias são, no plano interpretativo, tomadas em sua coerência a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciaram o processo em questão.

Considerando-se o primeiro prisma interpretativo, para a maioria dos narradores as implicações da implantação do projeto Novo Centro foram lembradas como a possibilidade de conquistar e/ou fortalecer o patrimônio habitação, em face dos traumas vividos nas enchentes, principalmente na de 1993. Nesta ocasião, aconteceram mortes de moradores da Rua, tema de uma ampla cobertura jornalística de cunho fatalista, oportunidade tomada pela administração municipal para sensibilizar a população acerca da inadequação da Rua para o habitar. Ressalte-se ainda aqui que o aspecto da conquista habitacional também adquire um peso significativo quando os narradores se dedicam a avaliar suas respectivas trajetórias.

Contudo, Arlete, Joventino e Orestes se constituem exceção nesse posicionamento acerca da conquista habitacional. Arlete, por não ter sido incluída no “projeto de remoção e reassentamento” da prefeitura e, em consequência, permanecer morando na Rua da antiga zona boêmia, em um imóvel em precárias condições, e sob a ameaça de despejo.

[...] eles não mexeram com nós aqui de cima não, uai. Mexeram não. Mexeram só do lado de baixo. [...] Eles ficou fazendo reunião lá na prefeitura, todo mundo foi. Chamou todo mundo. Inclusive eu fui uma vez junto com as meninas. Eu falei: ‘De outra vez não vou mais não, porque o João... aí o João Magno não apareceu, sabe. O João magno tava escondendo’. E o povo tudo ficava de metralhadora lá vigiando o povo que foi prá lá uai (Depoimento verbal)<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, em 09/08 e 29/09/05.

Joentino, por sua vez, não ficou satisfeito com o valor recebido na indenização, que não favoreceu a aquisição de moradia no lugar e nas dimensões desejadas. No imóvel que foi possível adquirir, com apenas dois cômodos, situado em um morro no bairro Vale do Sol, distante do centro da cidade, ele se sente inseguro face à violência decorrente da economia da droga ali presente. Aproveitando sua experiência de pedreiro, Joentino reformou e ampliou o imóvel, de modo a abrigar sua família, à época formada pelo casal e mais quatro filhos: três crianças e um adolescente.

Eu cheguei a discutir com o melhor amigo meu lá que era fiscal. Eu falei: ‘Ô rapaz, eu sou filho desse buraco aqui ó, você também é. [...] O Orestes<sup>99</sup> foi lá e falou: ‘Não Cabelim [Apelido de Joentino], cê não pode fazer isso não porque cê vai prejudicar seu irmão, seu irmão é fiscal na prefeitura’. [...] Ai eu falei assim: ‘Mas logo ocê Orestes, amigo da gente, fazer um papel desse?’ – ‘Não, a prefeitura quer tirar vocês daqui’. – ‘Vai tirar... tirar não, rapaz... tocar nós daqui, tá tocando o povo, tá tocando o povo. Orestes, a prefeitura não tem condições de indenizar o pessoal aqui não, Orestes. Essa indenização aqui fica cara, fica altíssima. A não ser que eles quer dar uma cesta básica pra cada um aqui, e tirar o pessoal aqui... com duzentos conto, cem conto. Porque o pessoal aqui não conhece nem dinheiro. O povo não conhece dinheiro. O povo, qualquer dinheiro prá eles é dinheiro’. Teve indenização ali de 280 reais. Absurdo! Ainda me lembro que me deu 600, 800 conto na minha indenização. Ai eu peguei e falei assim: ‘Ô Orestes, eles me dá 600 conto nisso aqui Orestes? O quê que eu vou fazer com 600 conto? Eu vou comprar o quê, Orestes?’ Ai ele falou: ‘Pois é, mas se não der o juiz... se não der o juiz vai decretar um despejo ai’. Ai eu falei: Mas isso é um absurdo!’ Mas antes tivesse deixado o Juiz... Mas não tem jeito não, com Juiz é ruim. Se chegasse até o Juiz pra mim era pior. Porque a prefeitura, ela chegou a decretar despejo de gente ali. Então isso ia prejudicar a gente. Como é que a gente ia arrumar? A gente é pequeno, a gente não tem [...] (Depoimento verbal)<sup>100</sup>.

Assim como Joentino, Orestes também se sentiu prejudicado no processo de indenização, uma vez que os valores recebidos por seu imóvel e de seus filhos não lhes possibilitaram adquirir o mesmo número de moradias para suas respectivas famílias. Contudo, o fato de seus filhos estarem trabalhando à época e já possuírem lotes em outras áreas da cidade permitiu aos mesmos doar os valores da indenização para que os pais pudessem adquirir uma casa que não se localizasse em morros, principal exigência de Orestes e sua

<sup>99</sup> Orestes ao qual se refere Joentino é um dos entrevistados deste trabalho.

<sup>100</sup> Entrevista concedida por Joentino Feliciano, no dia 27/11/05.

mulher. Além disso, sua experiência como “barganhador” o favoreceu nas negociações dos imóveis, de modo a possibilitá-lo morar hoje no Planalto 2, em um imóvel de sua propriedade, e sem riscos físicos.

Interessante notar que Orestes, como fiscal de patrimônio, atuando no Departamento de Habitação da Prefeitura e, ao mesmo tempo, sendo morador da Rua do Buraco, ocupou uma posição ambígua no processo de negociação.

Eu tomei muito prejuízo. Eles aproveitou, né, eu trabalhando na prefeitura, mexendo com aquele trem. Eu tinha quatro casa lá, meu lote era seiscentos e tantos metros. Eu tinha a minha casa... a casa desse menino da Usiminas [refere-se a um de seus filhos] era uma casinha boa, porque ele era da Usiminas, cê sabe como que é, casinha boa, de telha colonial, uma casinha bonitinha. E o Geraldo tinha o outro barracão dele de quatro cômodo também lá. E a Aparecida [filha] tinha uma casinha de quatro cômodo. [...] Quando a prefeitura foi tirar nós, a fulana [técnica da prefeitura] mesmo é culpada disso, se for olhar: ‘Porque que o senhor não sai primeiro? E a hora que eles vê o senhor sair todo mundo vai sair’. [...] O dinheiro que eu peguei não dava prá comprar casa e o planejamento veio assim: ‘Tirar o cara do lugar e pagar ele idêntico que ele pudesse comprar outra casa igual a que ele tinha’. O projeto era esse, mas o João Magno enrolou. Eu não gosto do João Magno não, por causa disso. [...] Pra você ter uma idéia, quando eu saí ele me pagou 80 URV por metro. Depois que eu sai... uns dois meses, foi a 220 por metro. Então, eu perdi quanto? [...] Saiu mais de cem famílias junto comigo. Indenizadas com pouquinho dinheiro (Depoimento verbal)<sup>101</sup>.

Note-se, pois, um corte analítico importante. Os narradores que se inscreveram no “projeto de remoção e reassentamento” por meio de indenização de seus imóveis emitem severas críticas ao processo. Principalmente Joventino, em função da insatisfação com sua atual condição habitacional. Seu desejo é mudar-se para o Planalto 2, para ficar próximo de sua mãe e irmão. No entanto, a estigmatização do bairro onde mora – Vale do Sol – como um bairro violento não lhe favorece negociar sua casa. Vivendo em sua própria casa, no Planalto 2, Orestes experimenta uma situação diferente da que está vivendo Joventino, a ponto de se

---

<sup>101</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/07/05.

permitir brincar com a sua atual condição habitacional. “Eu tô com vontade de mudar daqui. Essa casinha vale doze conto. Eu quero oitenta pra sair, sumir daqui”. (Depoimento verbal).

102

Fátima, Acerdiago, Mercês e Expedita representaram positivamente as implicações do projeto de remoção e reassentamento da Rua, em se considerando que uma de suas resultantes foi a conquista do patrimônio habitacional. Embora afirme ter resistido a sair da Rua em razão do que considerou o “apego ao lugar”, Expedita reconhece hoje os ganhos comparativos em termos habitacionais e não abre mão do novo patrimônio que conquistara.

Eu já falei: ‘Dentro desse Brasil de Deus só tem uma pessoa que pode comprar a minha casa... desse Brasil’. Pode até ter mais outros, mas que eu conheço, um ou dois... que eu conheço assim, sei, sei quem é. Os dois podiam comprar a minha casa. Pra esses dois eu tenho coragem de vender: o Silvio Santos e aquele outro, aquele lourinho, aquele lourinho... Não é porque eles tem dinheiro. Todo mundo acha que eu tô visando o dinheiro. É porque eles não interessam; um barraco desses prá eles não tem valor de nada! Então, pra mim que não quero vender [...] (Depoimento verbal)<sup>103</sup>.

Mercês, como já apontei, aceitou imediatamente a proposta de troca de imóvel que lhe fizera a prefeitura, mesmo com as pressões e ironias dos vizinhos que a diziam que estava indo morar numa “caixa de fósforo”, longe do centro da cidade. Embora não acreditasse inicialmente que o projeto seria de fato efetivado e, apesar de deixar a proximidade do centro, Acerdiago também optou pela troca da casa, indo morar no Planalto 2, por considerar sobretudo os ganhos que sua família teria em termos de infra-estrutura urbana e, conseqüentemente, de menor exposição aos riscos à saúde. Contudo, considerando o patrimônio coletivo, Acerdiago afirma que “João Magno deu um tombo em todo mundo” ao

<sup>102</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, nos dias 20 e 25/07/05.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

não assegurar para o time dos moradores da Rua, o Beira Rio, a posse do campo de futebol construído no novo bairro.

A condição de inquilino na Rua vivida por Fátima à época do projeto, diferentemente da maioria dos demais narradores, foi determinante para que ela percebesse a situação como a oportunidade de, finalmente, obter a sua própria casa. Por isso, ingressou no mutirão de construção do novo bairro com toda energia, destacando-se a ponto de ser contratada pela empreiteira que executava parte das obras. Quando se refere ao processo, suas lembranças concentram-se no árduo trabalho desenvolvido no mutirão e nas reuniões com os técnicos da prefeitura, situações pouco lembradas nas narrativas dos demais entrevistados.

[...] Aí foi onde que saiu o mutirão. Eles foram na minha casa e me pediram o meu nome... o meu nome e o nome as pessoas tudo lá do centro. Aí passei a ir nas reunião. Toda reunião que tinha eu tinha que ir, né... nas reunião. Ai foi quando começou o mutirão. Eu falava assim: 'Ah meu Deus, um dia eu vou ter a minha casa. Eu vou ter a minha casa. Eu vou ter a minha casa mesmo que eu possa fazer dela o que eu quiser'. [...] Eu vou ter a minha casa prá quando eu chegar a morrer eu ter a minha casa para o meu filho. Porque eu não vou deixar o meu filho na rua igual eu fiquei na rua'. Ai, quando eles me chamaram prá trabalhar no mutirão eu não acreditei. Eu vim tão feliz pra mim trabalhar aqui, menino, que eu não dormi de noite, sabe? Eu não consegui dormir de noite. Eu já tava me vendo trabalhando naquilo, sabe? E trabalhei. E fui trabalhando de sol a sol. Todo dia eu vinha do centro prá esse mutirão à pé, cantando. Eu tava com 78 quilos, fui pra 48 quilos. [...] aí a engenheira falou assim: 'Fátima, eu tô precisando de duas mulher prá fichar. Você tá 'créu', tá sabendo fazer mais armação que os empreiteiro mesmo'. [...] Assinaram a minha carteira como profissional, assim de ajudante de pedreiro boa. [...] Aí eu fiquei até quando terminou o mutirão, fichada. E, graças a Deus, juntei meu dinheirinho pra comprar as coisa. Graças a Deus, aí comprei cama, comprei geladeira e comprei uns negocinho lá na loja... comprei esse armário. Foi meu suor. Quando eu vim morar prá cá eu tinha só um colchão. Tava dormindo no chão. [...] Eu custei a acreditar que essa casa era minha. Aquilo eu sentava e falava: 'Ô meu Deus, essa casa não é minha'. Eu ia lá e olhava os documentos: 'É minha sim!' (Depoimento verbal)<sup>104</sup>.

Quando se lembram e representam o projeto Novo Centro sob o prisma do direito dos moradores da Rua à cidade e, mais especificamente, em termos de apropriação do espaço urbano, os narradores expressam uma visão comum acerca dos interesses de classe que

<sup>104</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

moveram a implementação do projeto e o agenciamento desses interesses pelo Poder Público. Todos se lembram das velhas intenções e tentativas de políticos e empresários de acabar com a “favela” constituída pela Rua e construir um “novo centro” para a cidade, e procuram evidenciar as relações entre a discriminação do lugar com a justificação do projeto de sua remoção. Assim como relacionam a omissão do poder público em prover adequada infraestrutura urbana à Rua com o interesse das classes dominantes em não favorecer a sua consolidação como lugar de moradia. A exceção de Mercês, a “remoção” é representada como uma iniciativa contrária ao desejo dos moradores em permanecer residindo na Rua: “Ninguém queria sair dali não”, é uma expressão recorrente em suas falas.

Contudo, esse entendimento comum é expresso nas narrativas em críticas mais ou menos contundentes, cujo grau varia segundo as implicações do projeto para as suas vidas e dos familiares no aqui e agora. Joventino, Fátima e Arlete são certamente os que fazem as críticas mais contundentes. No outro extremo – o da crítica mais amena – se posicionaram aqueles que hoje reconhecem a importância e até justificam a realização do projeto Novo Centro para a cidade, casos de Mercês e Expedita, mesmo identificando o viés classista do projeto. Começamos então pela crítica mais contundente, observando o discurso de Joventino.

Toda vida ali teve um projeto de conversa que a prefeitura ia tirar o pessoal dali, ia indenizar todo mundo; ia tirar o pessoal dali e ia por em outro lugar, ia dar outra casa pro pessoal. E era coisa urgente e tudo. [...] Os milionário de Ipatinga, os ricos de Ipatinga tinha vontade de acabar com aquela Rua, aquele lugar ali. Porque sabia que era um lugar que só tinha gente favelado. Mas o centro de Ipatinga era ali. [...] Então eles ficava sempre querendo indenizar aquilo ali: ‘Ó, nós temos que acabar com o buraco ali, aterrar aquilo ali’. [...] Era um dos maior projeto que eles tinha, só que eles não agüentaram fazer... [...] Ai quando chegou o João Magno, foi eleito o João Magno, eles fizeram um empréstimo ai lá fora, no exterior, conseguiu o empréstimo e chegou aí. [...] Aí o João Magno pegou o dinheiro, fez o Novo Centro e aproveitou e tirou o pessoal... a troco de nada, a troco de nada ali tirou o pessoal ali... [...] Sendo que o dinheiro que eles deram ali não dava prá comprar dois lotes ali [...] (Depoimento verbal)<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.



Observe-se também o tom da crítica de Geraldo e Fátima, respectivamente.

[...] o benefício que tá tendo é a prefeitura, porque isso é obra dela, né [...]. Inclusive, no meu caso, quando surgiu esse negócio de tirar as casa daqui eu falei: ‘Vai acabar com o comércio’. O meu negócio naquela época era comprar um carro. [...] Aí eu pensei em comprar um carro, eles veio falar em tirar a rua. Eu falei: ‘Se tirar a rua eu vou comprar carro com o quê? Vai acabar o comércio’. E acabou mesmo (Depoimento verbal)<sup>106</sup>.

Eles tinha vontade de fazer esse projeto, mas eles não sabiam como iam fazer prá tirar as pessoas dali, né. Ai veio o João Magno, né. Ai veio esse projeto de tirar, né. Mas eles tiraram porque ia ajudar eles; porque prá nós numa parte foi boa; prá eles foi melhor ainda... pros bonzão da boca lá, porque eles fizeram o Novo Centro. Cê vê que eles tão ganhando dinheiro com aquilo, vendendo lote caro, né. [...] Por outro lado foi [bom] porque agora nós num paga aluguel. Ali, o Novo Centro tá sendo vantagem prá eles, porque tiraram nós dali e vendeu aquele terreno... Um absurdo, né. Porque eles podia ter feito esse projeto com a gente ali mesmo, talvez até levantando as casas [...] (Depoimento verbal)<sup>107</sup>.

A proposição da reabilitação do centro mantendo ali seus antigos moradores aparece nas narrativas de alguns entrevistados como um ponto das discussões com os gestores públicos, embora os moradores se sentissem impotentes para defendê-la em face do poder estatal e das classes dominantes. Isso porque, mesmo com o apoio manifesto por um segmento da Igreja Católica que acompanhava o processo, os moradores da Rua viam diante e contra de si um “pensamento único”: o pensamento partilhado por diversos segmentos e grupos sociais e políticos da cidade acerca da necessidade da sua retirada da área central. Em sua narrativa, Joventino representa a “remoção” dos moradores da Rua do Buraco como a negação de um direito, direito de permanecer no lugar em que construíram parte significativa de suas histórias pessoais, familiares e comunitárias. Em sua crítica, ele propõe que, por uma questão de justiça, as intervenções de reestruturação da área central da cidade deveriam promover o seu “conserto” para a permanência dos moradores.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

O pessoal sofria ali, mas não queria sair. O pessoal queria era conserto ali, que consertasse ali, asfaltasse aquilo ali, cê entendeu? Asfaltasse aquilo ali. Podia até aterrar aquilo ali, mas o povo ser retirado dali, alugar um lugar, eles arrumar ali e depois o povo voltar prá ali. O povo queria que eles fizesse justiça com o povo ali. Eles não fizeram. Chico Ferramenta e João Magno foi os que trabalhou prá tirar aquilo ali, os que mais desejou tirar aquilo ali. [...] Ainda correu um boato lá: ‘Ah, tem gente ali que cês tira aquilo barato ali. Cês dá uma compra pra eles dali, cês tira aquele pessoal dali. O pessoal dali é um passa fome, aquilo é uma turma de passa fome’ (Depoimento verbal)<sup>108</sup>.

Fátima lembrou do que poderíamos chamar “imperativos técnicos” da intervenção urbanística utilizados no argumento dos gestores públicos para justificar a “remoção” dos moradores da área. Não que os aceitasse sem afirmar a existência de interesses dos “bons da boca” como motivadores da realização do projeto Novo Centro. “Aí eu sempre falava... nas reuniões a gente falava com eles: ‘Porque cês não podia arrumar casa com nós mesmos ali?’ Ai eles falava que tinha que aterrar ali pra lotear mais por causa do rio”. (Depoimento verbal)<sup>109</sup>

O empenho dos políticos em implantar o projeto é representado assim como uma ação autoritária em função do seu comprometimento com os interesses das classes dominantes. Essa é a mensagem implícita na negativa de Arlete em participar das reuniões de negociação com a prefeitura, em função da ausência desrespeitosa do prefeito – “O João Magno tava escondendo” – e da presença de seguranças fortemente armados. Ou na afirmação explícita de Acerdiago acerca da persuasão opressiva dos moradores por parte da prefeitura:

Se eles [moradores da Rua] não aceitassem a prefeitura ia aterrar assim mesmo, né. Aqueles que não aceitassem ele iam perder o direito da casa dele lá. Então eles foi obrigado a aceitar a proposta. [A prefeitura] falou que ia fazer. Aquele que aceitasse, bem. Aquele que não aceitasse, perdia o direito (Depoimento verbal)<sup>110</sup>.

Acerca disso, Joventino se posicionou da seguinte forma:

<sup>108</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

<sup>110</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

Eles [gestores públicos] não dá crédito à verdade não. A verdade só interessa quando cê precisa dela. [...] Ali rapaz, não queriam a verdade ali. [...] A reunião era entre eles lá. Eles não queriam um presidente de bairro prá participar, não queriam. Porque o Presidente de bairro tem que ser uma pessoa forte, uma pessoa que não se vende” (Depoimento verbal)<sup>111</sup>.

Fátima lembra-se das falas com as quais o gestor público encurtava o “diálogo” com os moradores nos momentos da negociação em que estes o indagavam na tentativa de obter a equivalência entre os patrimônios que se constituíam então objeto de troca com a prefeitura: “Mas lá ninguém tem lote, lá todo mundo é invadido”, ou ainda: “Ah, é você pegar ou largar, ou receber a indenização”. A resignação da saída, narrada por Expedita, também integra o conjunto das representações acerca de um processo cuja fala dos moradores não teve escuta e a sua participação fora parcial, ocorrendo apenas a partir do estágio em que o projeto estava definido e em vias de implantação.

No dia que o moço foi me entregar a minha chave [da nova casa], Walter, ele falou: ‘Cê tá numa frieza, parece que você não quer sair daqui’. Eu falei pra ele: ‘Não, se pudesse ficar aqui, eu queria ficar aqui. Mas já que não pode...’ Todo mundo queria ficar, todo mundo (Depoimento verbal)<sup>112</sup>.

Ressalta-se mais uma vez a posição ambígua de Orestes no processo de negociação: ao mesmo tempo “fiscal da prefeitura” e “morador da Rua”, portanto, beneficiário e/ou atingido pelo projeto. Além dos “prejuízos” na negociação, Orestes destaca em suas lembranças o fato de ter sido estimulado a sair da Rua de modo a influenciar os demais moradores a aderir à proposta da prefeitura, com o qual procura evidenciar a sua subordinação e a dos moradores no curso do processo. Ele, em razão do receio de ser demitido, bem como os irmãos que

<sup>111</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

<sup>112</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

trabalhavam na prefeitura. Os moradores, alegando a possibilidade de promulgação de um “decreto de despejo”.

A crítica de Joventino ao projeto prossegue por meio da representação da Rua como um patrimônio da história da cidade, cujo apagamento do cenário urbano significou um golpe à memória coletiva e à historicidade de seus moradores. Outros narradores também elaboram essa representação adotando como estratégia discursiva a valorização da Rua como centralidade concorrente ou “mais importante” que o centro da cidade. Expedita, por sua vez, lembra-se da nascente d’água “que sustentou Ipatinga”, destruída por um dos novos proprietários das áreas do Novo Centro.

[...] ali era um dever da prefeitura; ali era um dever da prefeitura. Eu como prefeito... eu procurava ajuda do Presidente, do exterior, se fosse preciso empréstimo, pra consertar aquilo ali. Porque ali era um lugar que merecia um conserto. Porque o povo ali merecia, o povo ali era a raiz de Ipatinga, era a raiz de Ipatinga. Portanto, tá tudo aí jogado, muitos morreram, tem muitos aí espalhados lá pros... ah, prá todo lado. Gente que se hoje mandasse eles voltar prá lá, eles voltava igual urubu na carniça assim, todo mundo... e voltava alegre (Depoimento verbal)<sup>113</sup>.

No outro extremo da escala de contundência crítica se posicionam Mercês e Expedita. Embora deixem implícito em suas narrativas o viés classista do projeto Novo Centro, elas procuram enfatizar os seus aspectos positivos. Ambas se lembram das velhas intenções e tentativas de políticos e empresários locais de apagar a Rua da paisagem que compunha o centro da cidade, relacionando tais intenções à campanha discriminatória de seus moradores. Assim afirma Expedita. “O que eles pensaram foi mesmo acabar com aquela área ali, né. Há muitos anos atrás eles pensavam nisso, mas nunca que dava certo” (Depoimento verbal)<sup>114</sup>.

Mercês também se lembrou do velho anseio dos grupos políticos dominantes:

<sup>113</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

<sup>114</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

Tinha um vereador que tinha vontade de acabar com aquela Rua, o Edgar... Ele dizia que aquela rua era muito afetada, dava muita prostituta, dava muita. [...] e era uma rua que não tinha condições de viver. Mas o Edgar morreu e não teve o gosto de ver a Rua do Buraco arrumada (Depoimento verbal)<sup>115</sup>.

No entanto, em face da insegurança vivida na Rua por causa das enchentes sazonais que a atingiam, bem como à violência agravada com a “chegada da droga”, o projeto Novo Centro foi por elas representado como a possibilidade de livrarem-se da exposição a esses riscos. Em seus discurso, elas adotam as representações em circulação na opinião pública, segundo as quais uma cidade moderna como Ipatinga merecia um centro à sua altura.

Eu já tinha vontade de sair por causa da enchente. E ele [João Magno] falou que ia tirar. Depois teve um que falou assim: ‘Nada, eles tão querendo isso aqui é porque eles tão precisando de lugar prá arrumar’. Na verdade, o lugar tava precisando de arrumar porque no centro da cidade, né... por bem dizer, um lugar muito esquisito. Era feio ficar aquilo no centro da cidade. Eu já tinha ouvido... eu ouvi ele [João Magno] falar isso que ia tirar aquele povo daquele padecimento, eu achei bom. Eu gostei, gostei. Teve muita gente que ficaram revoltados, né. Abusaram de mim porque eu largar aquela casa daquele jeito, daquele tamanho prá vir prá ‘caixa de fósforo’. Falei assim: ‘Mas eu vou, eu vou sair’. Falei assim: ‘O quê? Se eu não aproveitar aquelas casa [no bairro Bethânia]... as vez tão falando em fazer mais casas no Planalto, as vez a do Planalto... as vez não sai casa no Planalto nada e eu perco as de cá. E assim eu fico atolada aqui toda a vida’. E logo eu fui uma das primeiras que vim... que falei e vim. (Depoimento verbal)<sup>116</sup>

Em suas lembranças, Mercês retoma o episódio da enchente de 1993, ao qual confere uma forte carga emotiva. Isso em função do sofrimento provocado por seus impactos, assim como da empatia criada, naquelas circunstâncias, com o prefeito que propusera o projeto Novo Centro – o João Magno. O que a sensibilizou foi o fato deste prefeito ter visitado a Rua do Buraco durante a enchente. Isso foi, para ela, uma demonstração de que João Magno estava se colocando junto àqueles que padeciam enfrentando a força das águas do ribeirão Ipanema.

<sup>115</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, em 14/11/05.

<sup>116</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, em 14/11/05.

[...] tinha poucos dias que ele tinha tomado posse. Ele desceu, ele e o Vice-prefeito... desceu, com as calças arregaçada, mas desceu! Quando ele voltou, eu tava na janela, ouvi ele falando assim: 'Gente, como esse povo padece. Que padecimento desse povo! Eu vou tirar esse povo desse padecimento.' E tirou mesmo... tirou. Mas nesse dia eu gritei demais. [...] nessa enchente. Falei: tinha fé em Deus que nunca mais eu havia de passar o que eu passei naquele dia... naquela enchente (Depoimento verbal)<sup>117</sup>.

Em seu discurso, Expedita também articula os riscos da enchente à necessidade mais ampla da cidade ter um centro que favorecesse inclusive a recepção de visitantes.

No início todo mundo achava que se pudesse dar uma reforma naquela Rua e a gente ficar ali mesmo... Mas hoje eu acho aqui melhor do que lá, porque aqui não tem perigo. Igual, graças a Deus, o meu pedacinho aqui não tem perigo de barranco, não tem perigo de nada. [...] Naquelas enchentes estragaram muitas casas, algumas casas caíram e com aquela última enchente – acho que foi em 93, dia 22 de janeiro de 1993, algumas pessoas já ficaram assim: 'Se a gente pudesse sair daqui era bom'. Morreu muita gente, morreram umas quinze pessoas. Então, muita gente já ficou animada pra sair. Ai veio o projeto, Deus abençoou que deu certo. [...] Aí quando saiu aqui, eu falei: 'Aqui tá bom prá mim, porque daqui pra ir ali no centro é 20 minutos, porque eu ando devagar... é 20 minutos. Dá prá ir, né; eu não preciso ficar esperando ônibus'. Vai pra aqueles cantão, se não tiver dinheiro, vir à pé gasta três tempos. Aí pra mim é ruim (Depoimento verbal)<sup>118</sup>.

Embora afirme os méritos do projeto, Expedita finaliza seu discurso cheio de parábolas com uma proposição na qual transfere para o plano da justiça divina a possibilidade de reparação das desigualdades entre as classes na luta pela apropriação do espaço urbano do centro da cidade. Não se trata da manifestação de um desejo pessoal, mas da crença em um reino em que todos os seres humanos em suas diferenças de classe se equiparam. Talvez seja esse o motivo fundamental de sua postura de resignação em face da desvinculação de um lugar no qual desenvolveu fortes laços sociais e afetivos.

Agora que construiu lá [no novo centro da cidade], quem tá construindo lá é barra forte, né. A água não pede licença não. Aquilo ali eu vi quando eles começaram eles forraram. Não tem aqueles sacos de plástico? Aquela área baixa ali foi toda forrada

<sup>117</sup> Entrevista concedida por Maria das Mercês de Jesus, em 14/11/05.

<sup>118</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

com aquele saco plástico, todinha, todinha, todinha, todinha... prá depois vir o aterro. Mas a água não pede licença. Quando ela resolve do fundo brotar aqui em cima, ela brota aqui em cima. Não vai pedir licença a sô fulano, sô presidente, associação, nem presidente de república, nem de estado, nem de nada. Se ela tiver que brotar aqui na terra ela vem mesmo. 'Eu tô indo porque é pela ordem do meu criador. Eu tô indo e vou mesmo, pronto e acabou!' E se tiver que desmanchar o que tá pronto também ela desmancha! (Depoimento verbal) <sup>119</sup>

As diferenças de posições e representações dos entrevistados acerca do projeto Novo Centro refletem em boa medida a fragmentação socioespacial da Rua e, conseqüentemente, a sua fragilidade em termos de organização comunitária, principalmente no que diz respeito à interlocução e defesa dos interesses coletivos junto aos atores públicos e privados. Mas reflete também, por outro lado, as implicações da mudança da área para as suas vidas. Implicações essas que se relacionam basicamente aos ganhos e perdas habitacionais, à manutenção ou desmonte das redes de sociabilidade; ao reconhecimento socioterritorial; às dificuldades e facilidades de acesso a trabalho e aos serviços urbanos e sociais.

A despeito do interesse comum de permanecer no lugar onde construíram vínculos socioafetivos e estabeleceram estratégias de sobrevivência, a implantação do projeto Novo Centro implicou o deslocamento socioespacial daquela população e, em decorrência, o desmonte das redes de sociabilidade configuradas ao longo de uma trajetória de aproximadamente quarenta anos de vivências na Rua. A primeira conseqüência do processo de mudança representada pelos narradores diz respeito à separação da população da Rua, embora ali ela se configurasse como socioespacialmente fragmentada, ocupando e significando territórios com suas próprias sociabilidades. “Espalhados”, “esparrodados”, “separados”, “divididos” e “jogados” são os principais adjetivos usados para se referirem ao

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, nos dias 14 e 18/07/05.

primeiro impacto do projeto, significando a interrupção de uma historicidade. Vejamos então as narrativas de Orestes e Fátima, respectivamente.

Ah, eles [os moradores da Rua] estão esparrodados prá esse trem a fora aí. Tem gente no Bethânia... Zé Rivaldo tá no Bethânia, o compadre Emílio foi pro Bethânia, o Paulo foi lá pra Caixa, o Pedrão foi pra Caixa... morava um povo perto da torneira, foi prá Caixa. A Lia foi lá pra Rua... ali entrando naquela escola do Iguazu, tem um buraco lá, eles tão com um bocado ali... Dimas [...]. Esses que saiu comigo [indenizados] tá tudo em morro. Se eu tivesse dado o dinheiro aos meus meninos, eu também tinha ido pro morro, porque o dinheiro não dava prá comprar na baixada não. Nós procurou e não achou (Depoimento verbal)<sup>120</sup>.

Quando chegou o mutirão todo mundo mudou. Ai todo mundo separou. A metade foi pro Vale do Sol, a metade já foi embora, outros vendeu as casas foi morar noutra estado. Os outros da rua Nova Lima, mora um tanto ali no outro Planalto, né, mas tudo separado (Depoimento verbal)<sup>121</sup>.

#### 4.6 - NARRATIVAS DO LUGAR-DESTINO

O desafio com o qual se deparara a população em retirada era então o de se rearticular socialmente em outros espaços e ali prover a própria reprodução social. No caso de Expedita, Fátima e Acerdiago o outro espaço era o Planalto 2, situado a cinco quilômetros do centro da cidade, na fronteira com outros dois bairros habitados por uma população que do ponto de vista socioeconômico pode ser classificada como de “classe média baixa”. Foi do mais próximo desses bairros, cuja população é majoritariamente formada por comerciários, bancários e funcionários públicos de baixo escalão, que surgiram as mais fortes reações de rejeição à chegada dos novos moradores à área. Essa postura de rejeição marcaria desde então o relacionamento entre os moradores dos dois bairros. Contudo, o acirrado conflito de origem seria amenizado com o tempo, passando a ser pontualmente manifesto. Fracassando em sua

<sup>120</sup> Entrevista concedida por Orestes Arsênio de Meneses, em 20 e 27/07/05.

<sup>121</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.



primeira iniciativa de impedir o assentamento dos moradores da Rua do Buraco em suas proximidades, por meio do encaminhamento de um abaixo assinado aos poderes Legislativo e Executivo, parte dos moradores do bairro Planalto 1 lançou mão de um artifício discriminatório mais sutil: encaminhou, com o apoio de um vereador, um projeto de lei à Câmara Municipal propondo a alteração do nome do bairro de Planalto 1 para “Parque das Águas”. O projeto foi aprovado, mas, ironicamente, lembrou-se Acerdiago: “Lá não tem água. [risos]. Eles mudaram o nome errado”. As águas às quais fazem referência no novo nome do bairro concentram-se em duas lagoas existentes no bairro Planalto 2.

O conflito então estabelecido entre moradores dos dois bairros reverberou em posturas relacionais que variam desde a evitação social, como no caso de Fátima, à da interação intensa, caso de Expedita. Contudo, a presença e a ação da Igreja Católica, exercendo fortes críticas à rejeição manifesta por moradores do bairro Planalto 1, contribuiu significativamente para que o conflito perdesse em intensidade e frequência, passando ao estado de latência e manifestação pontual. Para isso, foi fundamental o desejo de assimilação social que marca toda a trajetória dos moradores do Planalto 2. Desejo esse manifesto na narrativa de Acerdiago, quando se lembra que os representantes dos moradores do Planalto 2 nas assembleias deliberativas do Conselho Municipal de Prioridades Orçamentárias (Compór) disponibilizaram recursos destinados ao próprio bairro para que se realizasse uma obra de interesse dos moradores do Planalto 1. Assim, suas lembranças acerca da rejeição por eles sofrida são imediatamente seguidas da narração da solidariedade prestada aos vizinhos

Na época da mudança o Planalto 1 não quis aceitar a mudança do pessoal da Rua do Buraco pro Planalto 2. Diz que a maior parte do pessoal que morava na Rua do Buraco era ladrão, que é isso, que é aquilo outro. [...] Essa pracinha dali da padaria

pertencia ao Planalto 1. Então quem ajudou a fazer aquela pracinha ali foi o Planalto 2. [...] A verba do Planalto 2 ajudando a fazer a do Planalto 1. [...] Essa verba vem pro bairro. Então se o bairro não tem um benefício pra fazer com aquele dinheiro, ele empresta pra outro bairro (Depoimento verbal)<sup>122</sup>.

O Planalto 2 é um bairro com uma configuração espacial e territorial bem diferente daquela da Rua do Buraco. Se na Rua os territórios tinham suas fronteiras bem definidas no imaginário dos moradores, no processo de reassentamento no Planalto 2 ocorreu uma “mistura” dos grupos que compunham os antigos territórios e, em consequência, a reconfiguração das vizinhanças<sup>123</sup>. Essa “mistura” é representada, por alguns narradores e moradores com os quais conversei informalmente, como o principal fator determinante de rixas entre vizinhos e do sentimento de insegurança de parte dos moradores. A “mistura”, que para Mercês daria num “barril de pólvora”, foi a razão alegada por Geraldo para não se mudar para o Planalto 2, preferindo vender a casa que ali obtivera em troca do barracão que possuía na Rua e, assim, permanecer morando na rua Araxá, em imóvel cedido por seu irmão.

Lá pro Planalto eu não ia não. Eu não ia porque, Deus me perdoe, eu morei na Rua do Buraco e eu conheci aquele pessoal de lá. [...] O pessoal da Rua do Buraco era o capeta, Deus me perdoe. Não, tá louco, cara. Não, cê tá louco. [...] Naquele Planalto eu nem passo. Pra começar tem gente que desde aqui eu não batia bem com eles, né. Então, tão lá, lá parece que eles têm mais coragem. Pelo que eu vi, parece que lá eles ficaram com mais força, entendeu? Então, se eu chego lá eu vou ocasionar... vai acontecer briga comigo lá. Briga eu não quero! [...] Lá é eles mesmo que manda, eles é o tal e acabou e pronto (Depoimento verbal)<sup>124</sup>

Fátima, por sua vez, correlaciona a “mistura” à desconfiança entre os moradores no novo bairro, motivo da origem de fofocas.

<sup>122</sup> Entrevista concedida por Arcediogo Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>123</sup> Note-se que a prefeitura teve o cuidado de preservar as redes relacionais preexistentes, mas, no entanto, não considerou, provavelmente por falta de uma compreensão antropológica da Rua, os territórios e sociabilidades ali configurados.

<sup>124</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

Aqui é outras pessoas, é convivência com outras pessoas, né. Aqui tem pessoas de vários lugar: tem pessoa da rua do cemitério, tem pessoa da rua Araxá... não é pessoa que conviveu com a gente na rua Nova Lima. Misturou, porque as pessoas da rua Nova Lima quase tudo tinha casa, as casas de... casa mesmo própria, né. Mora quase tudo prá lá [lado dos proprietários]. [...] Tinha muita gente da rua Nova Lima que não combinava com o pessoal da Rua Araxá. Não combinava. Esse pessoal que mexia com porcaria num combinava muito bem, né. E aqui... tem da rua Araxá, tem do morro ali... do morro do cemitério. Ai misturou tudo. [...] A vida aqui é assim uma vida sem liberdade. Ce não tem o direito de sentar e conversar com uma amiga muito tempo. Não tem porque as pessoas aqui acha assim que se fulano ta na casa da gente ta falando mal, que a gente tá falando mal dele, fazendo fofoca (Depoimento verbal)<sup>125</sup>.

Do ponto de vista da habitação, os narradores que mudaram para o Planalto 2 são unânimes em afirmar a melhoria das condições desse patrimônio no que se refere à segurança da posse, à qualidade da estrutura física do imóvel e, sobretudo, às condições ambientais e de infra-estrutura urbana da área, na qual não enfrentam mais os riscos de desabamentos e enchentes.

O que melhorou aqui que lá não era melhor é o... higiene, higiene. Porque aqui é tudo asfaltado, a água tudo limpinha. E lá num tinha... era fossa, era tudo a sol, assim ocê dava descarga no banheiro e a descarga passava assim era uma valeta, né. Passava assim, caía em cima da sua porta ali, aquele mau cheiro. As coisa da gente ficava até contaminada com aquele mal cheiro de porcaria e tudo. Aqui melhorou muito foi isso, a higiene, porque lá não tinha nada disso (Depoimento verbal)<sup>126</sup>.

Aqui é melhor porque é rua, assim rua aberta assim no normal de uma rua séria, tudo com asfalto, tudo direitinho, né. E lá não, eles calçaram muito com escória e tudo, mas não deu pra passar asfalto, porque eles já tinham o projeto de tirar a gente dali. Mas hoje a gente vê que foi bom sair. Muita gente quer voltar. Eu tenho uma amiga que ela trocou a casa dela aqui por uma casa no centro (Depoimento verbal)<sup>127</sup>.

No entanto, as pequenas dimensões dos lotes nos quais foram construídas as casas,

<sup>125</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

<sup>126</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

<sup>127</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

limitaram as alternativas em termos de geração de renda, os conduzindo mais diretamente para o centro da economia monetária. Uma economia em que as famílias pobres têm reduzidas as possibilidades de “se socorrer na autoprodução e nos rendimentos *in natura* para prover a sua subsistência, o que é agravado por vínculos sociais, especialmente familiares, mais tênues do que em áreas rurais [...]” (ROCHA, 1994, p. 123). Com efeito, os moradores do Planalto 2 (e das outras áreas) tornaram-se ainda mais dependentes da renda das aposentadorias – casos de Acerdiago, Orestes e Expedita – e do acesso a trabalho seja ele formal ou informal – caso de Fátima. Quando ainda moravam na Rua, além de exercer a profissão de domésticas, de lavar roupa e fazer uma série de outros “bicos”, Fátima e Expedita criavam porcos no fundo de suas casas para fins de comercialização. Hoje, no Planalto, Expedita vive com a renda de um salário mínimo, proveniente de sua aposentadoria, e se dedica à catação de materiais recicláveis, que vende em “sucateiros” da cidade. Embora não tenha nenhum “dependente”, sua renda é insuficiente para manter a casa onde mora, a qual se encontra hoje, depois de oito anos de uso, necessitada de reformas. Também não lhe possibilita acessar alguns dos bens de consumo duráveis prometidos pela modernidade, como a televisão, uma vez que gasta a maior parte de seus recursos financeiros na aquisição de remédios. Fátima, desempregada, “faz unha” para complementar a renda equivalente a meio salário mínimo que recebe do pai de Jonatan, seu filho mais novo. No entanto, a reedição, agora no Planalto 2, do estigma que marcava os moradores da Rua, dificulta o acesso a emprego e mesmo a realização da sua atividade de manicure.

Aqui é discriminado. Se você sair daqui, se for procurar emprego num lugar e falar que mora no Planalto, ninguém te dá emprego. Na rua Nova Lima era falado, mas se ocê procurasse emprego, se tivesse emprego e ocê ia lá, ocê se empregava. Aqui não. [...] Lá nós não era esquecido, aqui nós é esquecido. Aqui a gente... o ganhão da gente aqui é difícil. [...] Eu não passava tanta necessidade igual eu passo hoje. Lá eu não passava porque eu tinha as minhas coisas. Ali eu criava as minhas criação pra mim vender, ganhava o meu dinheiro santo. Agora hoje... [...] Aqui a gente do Planalto, nós que são mulher, é difícil conseguir serviço. Tudo que acontece é a favela do Planalto. Tudo que acontece, no rádio, é a favela do Planalto.

Na televisão essa semana, da morte que teve aqui... favela do Planalto. Na televisão mesmo saiu, saiu a semana toda na televisão: ‘Favela do Planalto 2, tá, tá... Rua de marginal, não sei o quê. Tem muito...’ É isso. Vou te contar, bobo. E aí as pobre das mulher que paga, porque a gente precisa trabalhar, né, e não consegue (Depoimento verbal)<sup>128</sup>.

Acerdiago vive com a renda familiar de dois salários mínimos, proveniente da sua aposentadoria e de sua esposa. Para fortalecer a economia doméstica, percorre semanalmente um longo caminho em busca de sobras de legumes, verduras e frutas de “sacolão”, usando, para tanto, o mesmo carrinho com o qual sua mulher cata resíduos urbanos recicláveis, em domicílios e estabelecimentos comerciais. Já no estágio final da observação participante, Acerdiago estava se dedicando a construir um cômodo à frente de sua casa, no qual pretendia montar um boteco, atividade que lhe é familiar uma vez que a exercera em uma considerável parte de sua trajetória na Rua. Essa iniciativa está certamente relacionada ao enfrentamento do elevado nível de dependência familiar, pois em sua pequena casa coabitam, além da esposa, filhos, noras e netos.

Se as condições urbanísticas e habitacionais melhoraram no novo bairro, a condição socioeconômica da população não se alterou na mesma direção e proporção. Do ponto de vista dos narradores, o principal entrave a isso é a falta de apoio do poder público, de modo a enfrentar a discriminação do bairro e de seus moradores e, assim, assegurar a sua efetiva integração ao tecido social da cidade. Acerdiago afirma: “Todo mundo fala: ‘Ah, mora no Planalto 2, é *Espanha*, né’. Então eu acho que esse nome é muito mal colocado”. *Espanha*, como já apontei, é a junção lingüística de um pronome e um verbo (“eles” + “panha”) em referência ao bairro Planalto Dois, a qual, posta para circular na opinião pública, acaba por reeditar o lugar de vida dessa população como uma “região moral” e, dessa forma, estigmatizar seus moradores como “ladrões”.

---

<sup>128</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

A estratégia do silêncio, adotada por Orestes quando o assunto é o estigma dos moradores do bairro, é a forma pela qual procura evitar a sua reverberação na opinião pública e, com efeito, maiores dificuldades em termos dos relacionamentos com as demais pessoas e grupos sociais da cidade. A adoção dessa estratégia tem por objetivo proteger os moradores do bairro, mas, sobretudo, seus descendentes. Isso porque, na condição de aposentados e vivendo com uma renda familiar equivalente a cinco salários mínimos, Orestes e sua esposa estão menos vulneráveis ao estigma que recai sobre os moradores do bairro, pois possuem maiores possibilidades de escolha de suas interações sociais do que seus familiares. Dos seus quatro filhos, três estão casados, moram na cidade e exercem atividades por meio das quais interagem frequentemente com outros segmentos da população cidadina.

Acerca dessa estratégia é importante esclarecer: as narrativas transcorreram em cenas enunciativas em que se estabeleceu um jogo interativo entre o lembrar e o esquecer; o dito e o não-dito. A seleção do dizível pelo narrador era claramente determinada pela sua consciência do risco que isso significaria em termos de conseqüências indesejáveis para ele, sua família, seus amigos e, em algumas vezes, para a comunidade. Lembrar uma trajetória repleta de acontecimentos violentos, marcada pelo estigma imposto pela cidade formal, pela instabilidade social e pela precariedade habitacional, poderia significar a emergência de identidades conflitantes, de lembranças traumatizantes e, o pior, o risco nos dias atuais da interdição de oportunidades de inserção social para os filhos, o fim da aspiração de ascensão social, ou ainda, de uma possível punição, dependendo dos usos desses depoimentos. Este é, sobretudo, o caso de Orestes, que conseguiu em sua trajetória ascender a uma condição socioeconômica relativamente boa e que têm filhos empregados na Usiminas. Já ao final da segunda sessão da entrevista com Orestes, ele, em um ato reflexivo instantâneo, declarou: “Tem que pensar é no futuro”, como quem afirma que o passado é uma página virada e que remexer a memória pode trazer a tona lembranças traumatizantes e/ou conflitantes. Por isso

vale lembrar, em consonância com Pollack: “às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer nas lembranças da ferida dos pais” (POLLACK, 1989, p. 4).

Foi, portanto, com reservas, que Orestes lembrou um episódio por meio do qual demonstrou uma dentre as várias formas de explicitação do estigma. Ao chocar o seu carro contra o de uma mulher no estacionamento de um hipermercado localizado no centro da cidade, logo se estabeleceu o diálogo com vistas à definição de quem e em que condição se providenciaria a reparação dos danos ao automóvel da referida mulher. Quando Orestes informou seu endereço para que pudessem operacionalizar o conserto do carro, a mulher imediatamente entrou em seu automóvel e se retirou do local, encerrando a conversa.

A memória funciona nesses casos como uma caixa de segredos, um repositório de acontecimentos indizíveis, sobre os quais o seu guardião deve se manter em silêncio, sob pena de colocar em risco a própria integridade física e/ou de reforçar a discriminação da comunidade. Como afirma Pollack, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (POLLACK, 1989, p. 11).

Contudo, a “má fama” do Planalto 2 não desestimulou Orestes a mudar-se para lá depois de, com o dinheiro da indenização, ter comprado uma casa em um bairro mais distante do centro. Ainda que reticente em afirmar a possibilidade de reaproximação de parte de seus antigos vizinhos da Rua do Buraco como a motivação principal da mudança para o Planalto 2, esta certamente favoreceu sobremaneira a sua reinserção socioterritorial. Ali, onde alcançou a segurança habitacional, Orestes pode encontrar cotidianamente com seus velhos amigos para conversar, acompanhar as partidas de futebol dos times locais, jogar dama, entre outras atividades. Esses momentos são intercalados com as idas regulares ao sítio que adquiriu em sua terra natal e que se constitui um fio de rearticulação da sua memória familiar. Pois, se em

sua narrativa a venda das terras do pai, decorrente do declínio de seus negócios, foi representada como a motivação principal de sua retirada do meio rural, a compra de um pequeno pedaço de terra é significada como o reestabelecimento de um elo perdido e símbolo de uma trajetória vitoriosa na cidade.

Se Orestes, assim como Acerdiago, adota a estratégia do silêncio como forma de manter latente o conflito, Fátima, por sua vez, propõe a sua explicitação por meio da vocalização de um contra-discurso da estigmatização dos moradores do Planalto 2. Contra-discurso cuja elaboração e pronunciamento deveria ser, também, segundo ela, objeto de uma investida da prefeitura municipal.

Aqui nós são esquecido, porque a gente é muito discriminado. Aqui o prefeito podia levar esse bairro da gente mais além, sabe. Falar que isso aqui não é uma favela, igual foi falado: ‘Na favela do Planalto 2’. Isso aqui não é uma favela. Eu acho assim, só deles falar que aqui é uma favela já é uma discriminação pra gente. [...] Falta apoio da prefeitura. Porque nós tem muito apoio da prefeitura quando é nas eleições. Nas eleições eles faz tudo. Se nós tivesse apoio da prefeitura de levar esse caso a sério, chegasse: ‘Não, ali é um bairro, tem muita gente boa’ (Depoimento verbal)<sup>129</sup>.

“Levar o bairro mais além” é a reivindicação de uma ação continuada do poder público, que transcendesse as obras de implantação da sua infra-estrutura urbana. Uma ação voltada à valorização e integração dos moradores ao tecido social da cidade por meio da construção de oportunidades socioeconômicas efetivas. Esse é o significado do pronunciado “esquecimento” de que são objeto. Sua fala se ampara na impotência das políticas públicas em promover a elevação do nível socioeconômico dos moradores do bairro, em função da sua pontualidade e fragmentação. Note-se que, a despeito da implantação na área de unidades voltadas à prestação de serviços sociais – posto de saúde e escolas de ensino fundamental e infantil –, condicionantes colocadas pelos organismos financiadores da intervenção, o projeto

---

<sup>129</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.



de pós-ocupação, cujos recursos foram obtidos por uma ONG de origem italiana, AVSI, foi apenas parcialmente executado com a participação da prefeitura. A pertinência da reivindicação de Fátima evidencia-se, como já notado, pela recusa da prefeitura municipal em dar continuidade às ações previstas para o segundo ano de desenvolvimento do projeto de pós-ocupação, restringindo sua participação apenas ao período em se previa a realização de obras físicas na comunidade.

Em face da ausência de alternativas, sobretudo quanto à inserção dos jovens ao mercado de trabalho, a economia da droga se estendeu ao novo bairro produzindo drásticos efeitos sociais. Para além do sentimento de insegurança entre os moradores, gerado por acontecimentos violentos, a sua repercussão na opinião pública local tem as possibilidades de citacionalidade do estigma ampliadas e aceleradas, em função do recente desenvolvimento das mídias na cidade.

Assim, a “lei do silêncio” acerca da dinâmica da violência no bairro, que expressa a subordinação dos moradores à economia da droga, contrasta com a representação dos narradores acerca do fenômeno. No mesmo discurso em que estes revelam com reservas as marcas da violência crivadas em suas memórias, fazem afirmações tais como: “o bairro não é violento”, “a violência acontece pra lá, na minha rua não” ou “o bairro é sossegado, não tem bagunça”. Vejamos o depoimento de Fátima.

É violento pra pessoa que tá fora, né. Mas não acho que ele [o bairro] é violento. Cê sabe por causa de quê? Porque se fosse violento... aqui cê pode dormir com essa janela aberta, com a porta aberta, só encostada. Eles falam assim: ‘Não, no Planalto tem marginal’. Não tem, porque se tivesse eles já tinham entrado aqui, já tinha roubado e fazido mal pro meu filho. Não, a violência não é daqui não, vem de fora. Cê sabe por que a violência acontece aqui? Porque vem neguinho lá de fora. E vem pra cá, eles não aceita, sabe... o povo de fora vim pra maltratar os outros aqui. É

onde que começa a violência. [...] Eles vem pra cá procurar confusão aqui. Aí é que dá os problemas (Depoimento verbal)<sup>130</sup>.

Em seus discursos sobre a violência no bairro os entrevistados procuram representá-la como um fenômeno distante porque não os atinge diretamente, embora esteja às vezes sob seus olhos, tornando-os testemunhas involuntárias. Com efeito, sob os imperativos da “lei do silêncio”.

Caminhando pelas ruas do bairro depois de dois anos sem passar por elas saltava aos olhos a mudança do aspecto construtivo de várias casas, com intervenções nas fachadas e construção de altos muros. Essa observação se somou às narrativas para reforçar a assertiva acerca da insegurança dos moradores e sugeriu estar em curso o processo de substituição dos residentes. Nos discursos dos entrevistados, assim como de moradores com os quais conversei informalmente no período de observação em campo, a renovação da população em função, sobretudo, da saída daquela parcela envolvida com a criminalidade, é tomada como um artifício para representar a elevação do status do bairro.

Em conversas com alguns jovens pude notar que depois de relatarem o episódio de um crime violento recentemente ocorrido no bairro, os mesmos procuraram afirmar que “as confusões” faziam parte do período de formação do Planalto 2, quando moradores das ruas Araxá e do Buraco foram ali assentados de forma “misturada”. A saída destes moradores foi então representada como uma espécie de “depuração da população do bairro”, produzindo como efeito a elevação dos preços dos imóveis, os quais, segundo os referidos jovens, estavam girando em torno de R\$ 25 (vinte e cinco) mil reais.

Contudo, a elevação da procura por imóveis no bairro é narrada por Expedita e Fátima como uma ameaça à conquista habitacional da população da Rua do Buraco.

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

Aqui tem muitas casas que já foram vendidas. Mas quem pode tá consertando, porque o lugar aqui agradece um reparo bom. [...] Muitos foram embora. Aqui tem gente que já se ferrou de bobeira: vendeu a casa, foi pra outros lugares. Agora voltou, não tem casa. Ah não, eu acho quem compra a minha casa todo dia! O moço que comprou essa casa aí... [refere-se a um investidor imobiliário]. Agora, o seu Tetéia aí quer porque quer: ‘Não, se você tiver que vender a sua casa, fala comigo. Quem vai comprar a sua casa sou eu’. Eu falei: ‘Sim senhor, pode deixar. O dia que eu tiver que vender a minha casa eu te aviso’. [...] Ele comprou. O lugar podia ser um suco de baderna. Mas ele não mora aqui, nem a família dele. Comprou pra fazer que nem ele fez aí e alugar, né. Daqui ele só quer o dinheiro. Então, pra ele é negócio. O moço que comprou antes dele, comprou pra alugar também. Um moço da Usina, um moço novo. Sei que ele aparecia aqui uma vez ou outra. Mas se eu falar o preço da minha casa com ele, ele vai cair de costas. O que eu quero pra minha casa, nossa senhora, se eu falar ele vai falar assim: ‘Ah não minha filha, vou mandar te prender, cê tá doida!’ (Depoimento verbal)<sup>131</sup>

A proximidade do centro da cidade e a infra-estrutura urbana implantada, que se constituíram fatores determinantes para a adesão dos moradores da Rua do Buraco à proposta de mudança para o Planalto 2, vêm se tornando, então, ingredientes fundamentais para a atração do capital imobiliário especulativo.

Embora o mecanismo da Concessão do Direito Real de Uso do imóvel<sup>132</sup> estabeleça limites à comercialização dos imóveis, as ofertas do capital imobiliário acabaram por capturar as famílias mais vulneráveis. Técnicos do Departamento de Habitação da Prefeitura Municipal estimam que 40% dos moradores assentados tenham se mudado da área. Onde estariam? Não se sabe ao certo! Provavelmente reeditando (e multiplicando) as ocupações de áreas de risco, agora em localidades mais periféricas, uma vez que as porções centrais da cidade se encontram quase que integralmente ocupadas.

O desmonte das antigas redes de sociabilidade na Rua do Buraco, seguida da sua “mistura” no espaço do novo bairro e, ainda, do processo de renovação da população local, provocou a configuração de distintos territórios no Planalto 2, tornando mais instáveis e frágeis as redes relacionais.

<sup>131</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

<sup>132</sup> A Lei Municipal Nº 1.444/1996 autorizou o executivo municipal a alienar os lotes de sua propriedade localizados na área do Planalto II, devendo essa alienação ser realizada por dação em pagamento ou Concessão do Direito Real de Uso (CDRU).

Embora não seja representada pelos narradores como expressão de grandes diferenças socioeconômicas e identitárias, a linguagem empregada e o reassentamento no espaço segundo a condição de ocupação do imóvel na Rua do Buraco – proprietário ou inquilino – provocaram a primeira divisão socioterritorial entre “mutirantes” e “proprietários” no novo bairro. Aos poucos, uma outra divisão socioterritorial vem sendo constituída na porção superior do bairro, no lado dos “mutirantes”, onde se concentraram moradores da Rua do Buraco propriamente dita, aqueles que eram os mais mal afamados.

Fátima, como “mutirante”, busca transpor as divisões socioterritoriais do Planalto 2 se deslocando diariamente para uma rua do território dos “proprietários”, onde hoje residem alguns antigos vizinhos da rua Nova Lima. Deslocamento que faz buscando restaurar a rede de sociabilidade desmontada. Esse rearranjo socioterritorial que, para Fátima, soa como um desarranjo, foi representado em sua narrativa como determinante de uma perda em termos de coesão comunitária. Em decorrência, não se tem no Planalto 2 a organização espontânea que todos os narradores afirmaram ter se constituído um patrimônio coletivo na Rua do Buraco.

Para Orestes, Expedita e Acerdiago, além da conquista habitacional, as amizades que lhes restam no bairro são os principais fatores de sua vinculação com o lugar. Contudo, quando se trata de avaliar as relações sociais entre seus moradores, imperam o não-dito e, por vezes, o silêncio. “Ah, esse negócio de convívio [no Planalto 2] eu não posso explicar porque é um trem que a gente... Uma parte vive bem, a outra não, né. Então é uma parte que a gente não pode apitar... de convívio uma parte com a outra” (Depoimento verbal)<sup>133</sup>.

Pela via do não-dito, em comum em suas narrativas acerca das relações sociais no Planalto 2 há o tom: não as representam como dotadas da mesma intensidade e espontaneidade que afirmaram possuir na Rua do Buraco. Fátima, porém, faz o discurso afirmativo.

---

<sup>133</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

Hoje ninguém é unido aqui não [no Planalto 2]. É cada qual por si. Por isso é que eu fiquei revoltada. Aqui é cada qual por si. Se você depender de um vizinho aqui cê morre. [...] Se eu passar mal aqui e chegar na casa do vizinho assim: ‘Tô precisando do remédio aqui, cê tem?’ – ‘Não tenho’. Chega perto: ‘Ô fulano, tô precisando disso, cê tem?’ – ‘Não tenho’. [...] Eu fiquei quinze dias doente aqui, trancada. Cê sabe como é que eles descobriram que eu tava doente? Eu mandei o meu menino lá na casa da Expedita. [...] Aqui ninguém é unido. Eu sinto saudade porque aqui ninguém... aqui é cada qual por si (Depoimento verbal)<sup>134</sup>.

As reconfigurações socioterritoriais decorrentes do processo de “remoção e reassentamento” fragilizaram um patrimônio fundamental para a reprodução social dos moradores da Rua, ainda que estivessem divididos em diferentes territórios: a solidariedade construída no mundo da vida e pautada na racionalidade substantiva das trocas estabelecidas a partir do “dom”. Essa forma de solidariedade teria alcançado maiores proporções na sociedade contemporânea em comparação com aquela pautada na racionalidade instrumental, própria às esferas do mercado e do Estado, nas quais os indivíduos estabelecem trocas como consumidores ou cidadãos. No “mundo da vida”, as trocas se traduziriam “antes de tudo pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajetória de sociabilidade não necessariamente inscrita na contabilidade da equivalência de objetos que se intercambiam” (FONTES, 1996, p. 241). Nesta modalidade de troca não existe sempre o retorno no sentido habitual, mercantil do termo, de retorno material de objetos e serviços. Ao contrário, os parceiros se relacionam buscando se manter em estado constante de dívida, desequilibrando constantemente o princípio da equivalência da troca. O principal retorno é a gratidão.

A despeito da extensão alcançada no mundo contemporâneo por essa forma de solidariedade centrada em estruturas identitárias primárias – territorial, étnica e religiosa –, ela não apenas se fazia presente como assegurava a coesão social nos diferentes territórios que integravam a Rua do Buraco. Solidariedade essa que, na narrativa de Fátima e Acerdiago, como já apontado, derivava da condição socioeconômica comum dos moradores.

---

<sup>134</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

Nos lugares-destino dos demais narradores, o estigma também vem exercendo seus efeitos em termos de segregação e limitação das oportunidades de acesso às vantagens sociais na cidade. Na remanescente rua Araxá, no centro da cidade, ainda moram Arlete e Geraldo. A experiência por eles vivida com a implantação do projeto Novo Centro é a da permanência em um lugar cuja paisagem e as relações sociais foram radicalmente transformadas. Arlete por que o imóvel onde residia não estava circunscrito à área objeto da intervenção. Geraldo, por sua vez, permaneceu na Rua porque, mesmo tendo trocado sua antiga casa, pôde para lá retornar e residir em imóvel cedido por seu irmão.

A paisagem da Rua Araxá, cuja transformação fora testemunhada por Geraldo e Arlete, é hoje marcada por uma explícita e inconciliável dicotomia. De um lado da Rua, hoje asfaltada e prestando ao trânsito de automóveis, a arquitetura implantada pelo planejamento urbano: a estação de Maria Fumaça “Pouso de Água Limpa”, uma espécie de pastiche pós-moderno em busca da recriação, como relíquia, de um tempo histórico que escapa, inevitavelmente, aos anseios do urbanismo. Do outro lado, uma população composta em sua maioria por famílias cujos membros possuem baixos níveis de renda e escolaridade, dependentes das políticas de assistência social, vivendo em imóveis em precárias condições e sob a constante ameaça de despejo por seus supostos proprietários ou de remoção decorrente de projetos a serem desenvolvidos pela prefeitura.

Em uma das esquinas da rua Araxá localizam-se dois prédios remanescentes da zona boêmia, os quais foram denominados no linguajar de parte da imprensa local, da polícia e mesmo da população da cidade como “Cracolândia”. Essa imagem de um lugar dominado pela economia da droga contribui, também ali, para a sua reedição como zona moral e a estigmatização e segregação de seus moradores. O depoimento de Geraldo é bastante expressivo.

Eu sei que essa rua aqui [Araxá] lá em cima ela é mal vista. Eu tenho certeza que é. Já falaram comigo mesmo. Já falaram que não é rua de eu ficar, e tal. Falei: ‘Se for rua de eu ficar tá bom, se não for, tá bom do mesmo jeito. Eu vou ficar é lá’. Eu não tenho problema com ninguém, eu não mexo com droga, eu não mexo com nada roubado. [...] A própria Polícia já disse isso pra mim também: ‘Ô rapaz, sai daqui, cê não tem nada com a Polícia, cê não tem problema com a Polícia, sai daí’. Eu falei: ‘Mas eu não tenho problema com a polícia, quem tem que olhar isso aí é vocês mesmo. Mas só que cês tem que tirar aí é os cara que perturba, que faz zoeira, faz sujeira na rua. Tem que tirar é eles. Quem põe a rua limpa é vocês, uai! [...] Tem gente que não desce aqui não! Não desce não, tem gente que não desce aqui. Às vezes em vem comigo pra minha casa: ‘Vamos lá em casa’. – ‘Vamos’. – ‘Vamos lá’. – ‘Vamos’. Quando eu vou descendo: ‘Cê mora aqui?’ Falei: ‘É’. – ‘Ah, não vou não. Não vou lá não’. – ‘Mas não tem nada não, rapaz! Aqui em baixo não tem nada não!’ – ‘Não, lá não vou não! Cê mora aí embaixo? Não leva a mal não, não vou não’ (Depoimento verbal)<sup>135</sup>.

Embora vivam em territórios-lugares em que a violência se manifesta de forma objetiva e crua, diferentemente dos entrevistados que residem no Planalto 2, que vêm procurando relativizar a questão e assim elevar o *status* do bairro frente à sua discriminação, em suas narrativas, Geraldo e Arlete afirmam o agravamento do problema na remanescente rua Araxá. Se estes afirmam a violência em vez de “escamoteá-la” é porque experimentam no aqui e agora uma situação sociourbana diferente dos moradores do Planalto 2. Sem se reconhecerem como pertencentes a uma coletividade que tenha na Rua a sua base territorial e, além disso, se sentindo menos estáveis no lugar em função dos constantes rumores da sua retirada dali, Geraldo e Arlete não se colocam firmemente em defesa de uma identidade de “não-violentos” para os moradores da área. Não vislumbram um futuro comum. Por isso, afirmam a necessidade da “limpeza” da Rua como forma de eliminar as pessoas e os “grupos estranhos” que, a “sujando”, sujeitam todos seus moradores à discriminação da cidade. Embora também experimentem um frágil e fugaz sentimento de pertença a uma coletividade, os moradores do Planalto 2, em situação de maior estabilidade no lugar de moradia, podem pelo menos vislumbrar um futuro comum. E é justamente essa perspectiva de uma

---

<sup>135</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

permanência no espaço e, em decorrência, de construção de relacionamentos duradouros que leva os narradores de lá a relativizar a violência e a insegurança que ali assola. Contudo, seja afirmando ou escamoteando a violência, o desfecho do argumento dos narradores do Planalto 2, assim como da remanescente rua Araxá é o mesmo: a atribuição da violência aos “de fora”.

Geraldo e Arlete, assim outros moradores da Rua com os quais pude conversar no período em que realizei a observação em campo, afirmam que antigamente, em que pese a incidência de crimes e brigas na zona, a Rua era um lugar no qual se podia andar sem qualquer receio de ser furtado. Certamente, as percepções e representações dessas pessoas acerca da violência na Rua são influenciadas pelas mudanças porque a mesma passou em termos de sociabilidade: anteriormente, mesmo com a elevada incidência de crimes, inclusive violentos, as redes relacionais no ambiente eram mais densas e extensas, favorecendo o sentimento de segurança. Estava-se entre iguais. Com a transformação do espaço e a mudança da grande maioria dos antigos moradores, vários laços sociais foram desfeitos ou fragilizados e a Rua foi gradativamente sendo ocupada por novos moradores, provocando nos remanescentes o sentimento de menor proteção.

Uma outra constatação corrobora essas observações: a exposição dos moradores aos riscos de violência salta aos olhos. No período de apenas dois meses, no qual realizava a observação participante, dois jovens moradores da pequena rua foram assassinados, ao que tudo indica, em disputas com grupos e facções de outras áreas da cidade.

Passo então agora a considerar as necessidades vividas e os desafios enfrentados por Arlete e Geraldo – em sua experiência de permanência – para dar prosseguimento às suas trajetórias pessoais em um cenário sociourbano cujas relações sociais foram profundamente transformadas pelo projeto de “revitalização” do centro da cidade. Moram entre ruínas que os remetem a velhos tempos e a paisagem depurada de uma cidade que se quer “revitalizada”, que se quer, no discurso dos gestores públicos, moderna.



Como ex-proprietários de estabelecimentos comerciais na Rua – boteco e boate –, a perda da sua dinâmica econômica, primeiramente com o declínio da zona boêmia do Juá e, depois, com a “remoção” dos moradores da área, retira-lhes mais do que a fonte de sua reprodução social. A consequência mais profunda em suas vidas é o desmonte de suas redes de sociabilidade e reconhecimento identitário. Pode-se afirmar que, com as mudanças operadas no lugar, ambos experimentaram um profundo deslocamento temporal de efeito desenraizante. Em sua narrativa, Arlete manifestou a sua sensação.

Ninguém é amigo, hoje é difícil, hoje é difícil [...]. A gente fala amigo, né, mas amigo mesmo que eu conheço e que eu tenho mesmo é o Edinho [apelido de Geraldo, entrevistado]. Hoje em dia nem os parente da gente é amigo da gente! Antigamente eu tinha, antigamente eu tinha...tinha os povo, muito amigo meu que já morreu, muito amigo que considerava a gente. [...] Hoje em dia amigo é difícil. Os filhos da gente hoje, os parente da gente não é amigo da gente (Depoimento verbal)<sup>136</sup>.

Embora reticente a realizar o trabalho de memória, repleto de silêncios e não-ditos, Arlete declarou ainda:

Tem hora que eu fico assim sentada pensando: ‘Como é que era isso aqui pra hoje tá desse jeito; tá tão bem organizado, né. Porque antigamente era... as casa era velha, era difícil ter.. no meio tinha umas boa. Porque quando saiu daí as casas... tinha umas casa boa aqui na frente, as boate bonita, muito bonita. Lá pro lado de baixo também. O povo que morava por debaixo já morreu um bocado de gente que saiu; que morava na parte de baixo pra lá, né... já morreu. Tem vez que eu fico pensando, né... fico pensando comigo mesmo, né. Assim, pra mim chegar pros outros e falar: ‘Nossa fulano, cê vê isso aqui, era tão bão!’ Eu não falo não. Eu não chego perto de ninguém pra falar nada. Se alguém chegar perto de mim: ‘Nossa, isso aqui antigamente era tão bom, né Arlete?’ Eu falo: ‘É’. Agora, pra mim chegar perto deles pra falar... Eu não gosto nem de ver... tem dia que, sabe... A gente lembrar do passado é sofrer duas vez. Cê sabe disso? [risos] A gente já sofreu, a vez a gente já passou... aqui antigamente aqui era tão bom. Se você fritasse uma banana cê vendia, cozinhasse uma batata cê vendia, tudo que ocê fazia cê vendia. Agora, hoje não tem

<sup>136</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08 e 29/09/05.

nada disso mais. Não tem firma que presta mais, né. Então acabou, acabou (Depoimento verbal)<sup>137</sup>.

Suas lembranças constituem um apelo ao esquecimento. Suas narrativas, a busca do silêncio. As referências à morte e à saída de velhos amigos são as representações de uma ruptura com um tempo e um lugar que não existem mais, ainda que as ruínas onde mora insistam em fazer presente o passado. Por isso lembrar o passado é sofrer duas vezes. A chegada e a força do projeto Novo Centro com sua capacidade de produzir múltiplos deslocamentos em trajetórias pessoais e comunitárias é algo que a faz olhar, inexoravelmente, para o futuro, mesmo que esse futuro não lhe seja promissor, seja pela falta de perspectivas econômicas ou pela situação de isolamento social.

Foi ruim. Aí, um negócio desse aí, o que vale isso? [refere-se à estação de Maria Fumaça à frente de sua casa] Se o povo tivesse tudo aí, a gente tinha os barraco, a gente podia trabalhar... se eles tivesse tudo aí a gente podia trabalhar, vender qualquer coisa. O quê que ocê vende aqui? Um boteco aqui não vende nada. Vende o quê? Nada não. [...] Isso aqui era bom demais! Isso aqui era muito bom. No tempo dos pião tudo que cê fazia vendia. [...] Tô velha mesmo, não agüento mais nada mesmo... nem trabalhar. Eu vou comendo o dinheiro do Lula aí que ele me deu, né... [dinheiro da aposentadoria] e aí até Deus lembrar de mim (Depoimento verbal)<sup>138</sup>.

Aos 65 anos Arlete conquistou a sua aposentadoria, um benefício que parece lhe cair do céu como uma dádiva. É com esse recurso que se mantém e cria duas bisnetas, filhas de uma das duas netas que se encontra presa. A outra neta mora em um cômodo do mesmo imóvel, com três de seus oito filhos. Os demais estão sob a guarda de uma instituição de assistência social. Esse quadro de extrema vulnerabilidade social – configurado não apenas em função da carência material, mas da exposição a riscos – é vivido em uma Rua na qual, de tempos em tempos, surgem rumores de novas interpelações do urbanismo como ameaças de

<sup>137</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, nos dias 09/08 e 29/09/05.

<sup>138</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, em 09/08 e 29/09/05.

novos deslocamentos: “[...] o povo fala, o povo aqui conversa demais. O povo falava que ia tirar nós daqui pra poder fazer um centro... fazer uma, como é que fala? É Ceasa. Uma hora era empresa de ônibus, outra hora é Ceasa”.

Mesmo tendo enfrentado o deslocamento temporal provocado pela implantação do projeto Novo Centro e, no plano econômico, experimentado o declínio de sua atividade comercial na Rua, Geraldo<sup>139</sup> teve o importante aporte socioeconômico de seu irmão José Fernandes. O que se consubstanciou na provisão de moradia na rua Araxá, permitindo-lhe vender a casa que tinha recebido no Planalto 2. E, mais tarde, tendo seu irmão sido eleito vereador em Ipatinga nas eleições municipais de 2004, assegurando-lhe a possibilidade de com ele trabalhar como seu assessor parlamentar.

Depois de ter exercido o trabalho operário em suas “saídas para o trecho” e, posteriormente, se tornado dono de boteco, Geraldo experimenta então, aos 54 anos de idade, o trabalho na burocracia pública, o que lhe soa como um presente de irmão. De modo a representar a “moleza”, para ele inédita, do trabalho que agora exerce, Geraldo narra um episódio que lhe causara estranhamento: o horário de início do expediente da Câmara Municipal.

[...] Ele já era vereador. Aí quando ele tomou posse, eu fui lá ele falou comigo: ‘Cê pode ir lá, pode me esperar lá na Câmara’. Eu nem sabia que hora que começava o trabalho do vereador. Vereador começa meio-dia. Fui pra lá, seis horas eu tava lá. A dona faxineira falou comigo assim: ‘O quê cê tá caçando?’ Eu falei: ‘Eu vim aqui, meu irmão foi vereador, ele foi eleito, mandou eu vim que ele vai arranjar um serviço pra mim aqui’. Falou: ‘Não, aqui abre é meio dia, meu filho!’ – ‘Não é agora não?’ [risos] Falei: ‘Meio dia?’. Falou: ‘É, depois cê volta, não é agora não’. Aí eu voltei (Depoimento verbal)<sup>140</sup>.

Vivendo com sua quarta mulher, tendo os cinco filhos do primeiro casamento em idade ativa e ocupados, Geraldo destoa substancialmente do quadro de vulnerabilidade vivido

<sup>139</sup> Geraldo é conhecido na Rua como Edinho, citado por Arlete como o seu único amigo.

<sup>140</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

por sua velha amiga e ainda vizinha Arlete. Nesse sentido, os impactos do projeto Novo Centro foram amortecidos por sua rede de sustentação social, mais especificamente pelo acolhimento de seu irmão.

Uma vez mais próximo dos grupos de poder local, Geraldo sente-se menos vulnerável às ameaças de sua retirada da Rua em função da implantação de novos projetos urbanísticos. Não porque se julguem capazes de impedir a sua efetivação; mas com maior poder de negociação, minimizando novos e possíveis “prejuízos” como já experimentados por ocasião da implantação do projeto Novo Centro. Em sua narrativa, Geraldo reproduz a fala de seu irmão, vereador, em face das especulações de uma nova intervenção na área que provocaria a sua saída.

Ó, ninguém vai [sair]. Eu não vou, cê não vai. Não, ninguém vai prá... Aqui eles vão pagar a minha casa. Eles me paga, vai ter que me indenizar também. Cê mora aqui. E eu não vou, cê não vai. Aí eles vai ter que te dar um lugar pra você. Se não quiser dar lugar, dá a você o dinheiro e nós compra uma casa aí (Depoimento verbal)<sup>141</sup>.

O consentimento em sair do lugar com qual possui forte vínculo socioafetivo é embalado pela assimilação do discurso que justifica o projeto Novo Centro em função do seu efeito higienizador.

Ah, foi bom sabe por quê? Uma coisa que eu acho melhor é porque pelo menos limpou. Porque aqui era infetado mesmo; era infetado. E com essas mudanças aí não só o pessoal mudaram como mudou o local, né. Mudou tudo, modificou tudo. Muitas coisas que naquele tempo acontecia hoje não acontece mais. Até chegou a acontecer, mas não é com pessoa, com gente daqui. É o pessoal que vem de fora e faz... pessoal que vem de fora e faz, entendeu? (Depoimento verbal)<sup>142</sup>.

---

<sup>141</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

<sup>142</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

A interpretação da violência como resultado da ação dos “de fora” é uma tentativa de representar uma Rua que se torna mais habitável e, por isso, propícia ao prosseguimento de suas trajetórias de vida. É uma tentativa de vislumbrar um futuro no lugar onde passaram a maior parte de suas vidas e que pode se lhes tornar, a qualquer momento, alienado. É nesta Rua que Arlete e Geraldo, vizinhos e partícipes de uma amizade construída na boemia, mesmo em suas trajetórias díspares, pretendem continuar morando. Pretensão que pode ser notada, respectivamente, nas narrativas de Geraldo e Arlete, apresentadas a seguir.

Essa rua é a rua que eu mais morei em toda a minha vida. Porque quando eu mudei pra aqui pra essa rua foi na época dos meus 14 anos. Foi, mudei pra aqui e fiquei na prefeitura. Então, de 14 anos que eu mudei pra aqui... igual eu falei, to com 54 anos, é 40 anos na rua... 40 anos (Depoimento verbal)<sup>143</sup>.

A rua é hoje uma cidade, né. Passa carro toda hora, passa família, passa gente, tem nada não. Hoje pode passar pra lá e pra cá, antigamente já era, né... não podia. [...] Bonito é o centro, né. O centro é só subir ali as lojas ta ali [risos]. É tudo pertinho... pertinho. Muitos anos que eu moro aqui (Depoimento verbal)<sup>144</sup>.

Também no Vale do Sol, local onde Joventino conseguiu, com o valor da indenização recebida, comprar um barraco de dois cômodos, a economia da droga impõe a sua dinâmica. Contrariando a vontade de sua mãe, sabedora da “má fama do bairro”, Joventino mudou-se para lá e ampliou o seu barraco de modo a melhorar as acomodações de sua família. Seu desejo inicial de permanecer no bairro se evidenciou por sua iniciativa de montar ali um comércio onde vendia produtos diversos, aproveitando a carência deste tipo de estabelecimento no local. No entanto, após cinco anos de funcionamento seu negócio fracassou, de acordo com sua interpretação religiosa, porque “o diabo se levantara contra aquele lugar”. Desde então é de sua aposentadoria que obtém os recursos com os quais provê a sua reprodução social. Reprodução que, se por um lado é facilitada pelo fato de seus filhos

<sup>143</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

<sup>144</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete de Jesus, em 09/08 e 29/09/05.

estarem em idade ativa e obtendo algum rendimento exercendo atividades informais, por outro é dificultada pelos custos financeiros do tratamento médico que hoje realiza.

Pesa-lhe sobremaneira a situação em que encerrou sua trajetória de trabalho. Primeiramente, por ter sido demitido de uma empresa na qual exercia a atividade de soldador, mesmo sofrendo um grave problema de saúde. Posteriormente, por ter se aposentado por “invalidez”, justo ele que tem o trabalho como um valor aprendido com o pai.

Uma coisa que meu pai me ensinou muito foi trabalhar. Hoje eu acho que o trabalho que meu pai me ensinou me deu umas oito profissões na carteira. Então essas profissão me ajudou muito. Eu fui classificado de carpinteiro, de pedreiro, de soldador, de maçariqueiro. Fui classificado de mecânico montador. Então eu fui...

aprendi a dirigir, tirei carteira de motorista, aprendi a dirigir. Então isso tudo foi através do meu pai, que ele me orientava, falava como é que a gente tinha que ser. Aquilo me ajudou muito. Aí tinha vez que eu falo: ‘Oh, meu Deus, o estudo que meu pai me deu foi sabedoria, porque eu me se dei tão bem na vida!’ (Depoimento verbal)<sup>145</sup>.

Em face dos problemas de saúde que vem enfrentando e à exposição aos riscos da violência no bairro, Joventino vem tentando, embora sem êxito, vender sua casa no Vale do Sol com o objetivo de instalar-se próximo a seus familiares, no Planalto 2.

Eu já pejei pra vender essa casa aqui e não consegui rapaz. Nossa, eu sou doido pra vender essa casa. Já pejei pra vender essa casa. O pessoal fala: ‘Aonde?’ – ‘Vale do Sol’. O pessoal, o caboclo fica assim... Ah, eu tinha vontade de voltar lá pro lado da minha mãe, ali no Planalto. (...) Eu vim pra aqui, minha mãe nem queria que eu viesse porque aqui matava muita gente. E depois deu uma melhorzinha. Depois oprimiu outra vez... Aqui, muita vagabundagem, aqui muita droga, muita vagabundagem. Agora melhorou. Agora, em vista... graças a Deus, aqui tá bom demais. De vez em quando mata alguns aí. Igual agora matou um cara agora na porta

---

<sup>145</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

da Igreja, eu tava na igreja [...]. Um menino de dezessete anos matou o outro (Depoimento verbal)<sup>146</sup>.

Se, para a maioria dos narradores, o projeto Novo Centro chega como a oportunidade de realizar a conquista habitacional, para Joventino, a mudança da Rua do Buraco repercute ainda hoje em sua vida como um desenraizamento. “Eu pensei que ia morrer ali” é uma de suas expressões que revelam os significados desse desenraizar-se que não se seguiu de uma rearticulação socioterritorial.

No caso de Mercês, o desejo de sair da Rua em face do trauma vivido nas enchentes se constituiu fator decisivo para que ela e sua família suplantassem o desafio de se inserir socialmente em outro lugar de vida. Mercês declarou que foi uma das primeiras a sair, com medo de ficar “atolada naquele lugar”. Ademais, o reassentamento no novo bairro – Bethânia – se deu de tal forma que a casa escolhida por ela localiza-se ao lado da casa na qual mora um de seus filhos com sua respectiva família.

O fato de ter perdido completamente a visão lhe dificulta estabelecer e estender relacionamentos sociais no novo local de moradia. Contudo, essa dificuldade é compensada pela presença e proteção que lhes dispensam seus cinco filhos, aos quais se dedicou a educar em toda a sua trajetória de vida, mantendo a tradição familiar aprendida com a mãe.

Aos 78 anos de idade e vivendo da renda proveniente da pensão do falecido marido, Mercês não está exposta aos riscos da violência urbana tal como a maioria dos demais entrevistados o estão em seus respectivos bairros. Embora distante do centro da cidade, a região para a qual mudou vem se transformando em uma nova e importante centralidade da cidade, sobretudo em função da concentração e desenvolvimento de atividades comerciais, de

---

<sup>146</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

prestação de serviços privados e públicos e da implantação e melhoria da infra-estrutura urbana.

#### **4.7 - NARRATIVAS DO DESLOCAMENTO TEMPORAL**

O trabalho de memória realizado por cada um dos narradores já se constitui uma análise de suas respectivas trajetórias sociais e da comunidade. Ao lembrar o passado, eles construíram identidades pessoais e coletivas selecionando, ordenando e representando suas experiências. A dimensão reflexiva das lembranças emerge assim no conjunto da narrativa sem que necessariamente o narrador se prestasse deliberadamente a ressaltá-la.

Houve, porém, momentos ao longo das entrevistas em que as narrativas foram entrecortadas por reflexões mais abrangentes acerca da própria trajetória de vida, ainda que essa busca desavisada de sua apreensão integral resultasse quase sempre em expressões sintéticas. Talvez a mais emblemática tenha sido proferida por Wilson, proprietário de um boteco remanescente da zona boêmia do Juá: “o progresso matou a gente”. A figuração da morte nessa expressão se emoldura no cenário da Rua boêmia em cuja vivacidade das experiências criava para seus protagonistas a noção de sua duração. Nesse sentido, implícita em seu discurso está a idéia de um deslocamento temporal em histórias pessoais e coletivas provocado pelo progresso. Progresso este que, dada a força de suas representações em circulação na opinião pública, é percebido como um processo inexorável que ora se apresenta como uma avalanche. Sua extensão histórica preenche todo o percurso de vida dos personagens que aqui se narram.

A imagem por meio da qual Wilson procura representar o “progresso” é a de um fenômeno traiçoeiro, que aparece na vida das pessoas trazendo promessas de felicidade, mas que pode lhes reservar a “morte”. Seu golpe fatal teria sido a “revitalização” do centro da



cidade e o desmonte do universo da Rua do Buraco. O mesmo progresso que lhes propiciou a retirada das duras relações rurais em declínio e a inserção no universo urbano-industrial, palco das promessas da modernidade: o cinema que encantou Geraldo, Arlete, Orestes e Fátima, os carros cuja circulação paralisava os ainda meninos da Rua, como Joventino, a urbanização que os fazia deslocar pela cidade, em explorações de descobertas deste novo cenário e, ainda, a possibilidade de acesso a bens de consumo duráveis, embora na maioria das vezes frustrada: quando obtidos, fruto de muito trabalho, eram usufruídos sob a ameaça de sua perda nas cheias do ribeirão Ipanema.

A narrativa de Joventino acerca de sua vida na Rua do Buraco expressa bem o que estou chamando de deslocamento temporal, ainda que sua principal referência seja o lugar onde viveu. Seu discurso é marcado pela noção diacrônica. As mudanças a que se refere em sua trajetória não se restringem ao lugar de vida, mas, sobretudo, ao tempo em que se reconhecia integrado socioterritorialmente.

Eu achei que eu ia morrer ali [na Rua]. Eu faço uma avaliação da minha vida assim: eu achava que eu ia nascer e morrer ali. Eu achei que eu nasci e morri ali. Foi como se eu tivesse nascido ali porque o amor que eu panhei por ali era muito grande. Então é como se eu tivesse morrido ali. [...] Ali foi o lugar que eu cheguei e me apeguei no lugar. Fiz uma amizade, um relacionamento ali muito sadio. Durante quarenta, praticamente quarenta anos morando ali... [...] Eu fico pensando, eu avalio a minha vida assim: que eu achava que ia morrer ali. Eu achava que eu não ia sair pra lugar nenhum. [...] Eu achava que ia morrer lá porque eu gostava muito dali, e eu tinha uma amizade sadia ali. E eu tinha vontade... eu não queria muita coisa não. Eu só queria um emprego fixo pra eu tratar da minha família, criar a minha família ali. Isso é que era o meu desejo, só! Eu não queria ter grandes coisas ali não. Ter a minha casinha, não precisar de pagar aluguel (Depoimento verbal)<sup>147</sup>.

Em sua narrativa, Geraldo, morador e mais tarde proprietário de boteco na zona boêmia do Juá, manifestou sua perplexidade com o que representa como uma reviravolta do tempo que promoveu inclusive a transformação de valores morais da sociedade.

---

<sup>147</sup> Entrevista concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.

Isso aqui o coro comia, rapaz. Nossa mãe! Eu via aquilo, rapaz, e ficava assim olhando aquele negócio, pensava: ‘Poxa...’... eu não, naquela época quase todos que morava aqui pensava: ‘Esse lugar [zona boêmia do Juá] não acaba nunca! Nunca mais isso acaba!’ Deus me perdoa, eu achava que aquilo era bom, bom (Depoimento verbal)<sup>148</sup>.

Acerdiago também se lembra do período em que possuía um boteco nas proximidades do Juá evidenciando as mudanças histórico-sociais que se refletiram na vida dos que integravam aquele universo social. Ao se lembrar do referido período, Acerdiago transmite a idéia de um deslocamento das formas de pensar a relação com o trabalho e o dinheiro.

Foi um período bom. Período que a pessoa não precisava de parar e pensar no dia de amanhã não, né. Podia trabalhar hoje e falar: ‘Sábado eu tenho tanto de dinheiro no bolso pra mim saldar as minhas dívidas, né’. Podia pensar assim que o dinheiro vinha. Não precisava ser essa vida de hoje, porque hoje vive é a parte da malandragem, né (Depoimento verbal)<sup>149</sup>.

“Não precisar parar e pensar no dia de amanhã” era, à época narrada por Acerdiago, um entendimento da realidade que os inscrevia profundamente no tempo presente, de modo a não se cogitar um futuro transformado. Lembrar hoje o passado, sobretudo para a maioria dos que se entregaram à boemia e/ou integraram à sua dinâmica econômica, constitui uma experiência traumática. Arlete manifesta a sua indisposição para lembrar o passado com um misto de resignação e revolta: ‘Vou lembrar a vida que já passou? Só se fosse muito bom, né. Não lembro não. Pra mim isso acabou, pra mim acabou, uê’. Acerdiago reforça essa posição quando se lembra das ocasiões em que encontra as antigas “comadres” da zona boêmia.

[Com] muitas a gente toca no assunto. Outras a gente fica assim até com vergonha de ver a vida que era antigamente, né. Não tocam muito. Umás hoje são crente, outras não são, né. Mas a gente fica assim com receio de tocar no assunto, né. perguntar a situação da vida como era e como está hoje, né. Porque naquela época

<sup>148</sup> Entrevista concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.

<sup>149</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

ninguém pensava em dificuldade. A dificuldade tá é hoje [...]. Todo mundo sabia que corria o dinheiro. Hoje não, hoje a vida é... o pensativo é hoje, né. Pra quem tá aposentado, bem; pra quem não tá... que a vida hoje tá difícil, né [...]. Então a pessoa olha assim: ‘Mulher de zona, hoje tá aí dando uma de santinha’. Outras na Igreja fala: ‘Olha, aquilo foi mulher de zona’ (Depoimento verbal)<sup>150</sup>.

A perda da funcionalidade da zona boêmia em face do término dos projetos de expansão da produção da usina siderúrgica na cidade no início da década de 90 ocasionou para muitas das então “mulheres da vida”, além do deslocamento temporal em decorrência do apagamento do universo onde trabalhavam da paisagem urbana, a necessidade do deslocamento identitário como forma de reinserção social. A experiência de Fátima, cuja relação com o ambiente da zona boêmia se restringiu à prestação de serviços como manicure, é ilustrativa das dificuldades em se realizar esse deslocamento identitário. Assim, a reconstrução da identidade pessoal, que para algumas delas se iniciou ao “fichar” em empresas locais, é dificultada pela memória que atua a favor de sua estigmatização.

Tem muita gente que fala assim comigo: ‘Ah fulana, eu te conheci lá dentro da zona’. –‘Lógico, eu não saía lá de dentro. Durante o dia eu vivia lá dentro. Mas, graças a Deus, quem me via na zona lá era pra ganhar o meu ganha-pão, mas à noite pra fazer vida ninguém nunca me viu não’ (Depoimento verbal)<sup>151</sup>.

Uma voz dissonante nas narrativas dos entrevistados quando se trata de representar os deslocamentos espaço-temporais é a de Expedita. Não porque ela tenha ficado ileso à aventura da modernidade. Em suas lembranças acerca da própria trajetória social, Expedita não propõe que tenha sido tomada de assalto pelos tantos deslocamentos que passou em sua vida, como o fazem os demais narradores.

---

<sup>150</sup> Entrevista concedida por Acerdiago Magalhães, em 23 e 26/05 e 06/06/05.

<sup>151</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

A vida não é só rosas não... a vida de nenhum de nós. Muda! É isso que a dona [que a criou até os 12 anos de idade] sempre falava pra nós: ‘Cuidado, porque amanhã é outro dia. A coisa pode mudar e vocês têm que tá mais ou menos sabendo que vai mudar’. [...] Então, prá mim não é difícil, se precisar mudar hoje ainda eu não tenho dificuldade (Depoimento verbal)<sup>152</sup>.

Temporalmente situados no início do século XXI e, portanto, em meio ao turbilhão da modernidade e à baixa da experiência, conforme denuncia Benjamin, as memórias dos moradores da Rua do Buraco acerca de suas trajetórias de retirantes dos sertões de Minas e do Brasil para um universo urbano-industrial em construção têm como substrato as experiências transmitidas de pessoa a pessoa. Encontramos nesses sujeitos algo que os aproxima das figuras do “viajante”, que tem muito que contar, ou do camponês “sedentário”, aquele que por permanecer em um lugar conhece as suas histórias e tradições (BENJAMIN, 1994).

Os moradores da Rua do Buraco aos quais solicitei o trabalho de memória viveram, de forma híbrida, essas duas experiências: são camponeses que viveram a experiência do viajante. São depositários de um saber tradicional e, ao mesmo tempo, retirantes... “Severinos, iguais em tudo na vida”<sup>153</sup>.

“Tudo que sei aprendi na casa da família que me criou” declarou Expedita. A força desse aprendizado da infância não sucumbiu diante da retirada da terra natal e da inserção no universo urbano-industrial. Como narradora, ela tem a propriedade de narrar coisas de lá, que aprendeu por via da tradição, e as experiências de quem se deslocou e, por isso, se deparou com a alteridade, com diferentes modos de vida, com uma vida social em transformação. Por isso não se deve tomar como paradoxal o fato de que o principal ensinamento norteador de sua ação cotidiana se refira à lógica das transformações incessantes da modernidade, a qual requer o preparo para as mudanças que a vida social pode lhe impor. Nesse sentido, sua trajetória na cidade se constitui uma reivindicação da experiência como substrato da memória

---

<sup>152</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

<sup>153</sup> Referência à obra de João Cabral de Melo Neto, “Morte e Vida Severina”.

coletiva. Por isso denuncia a destruição da “mina d’água que sustentou Ipatinga” em decorrência das reestruturações do Novo Centro da cidade, por se constituir uma referência material das experiências intercambiadas pelos moradores da Rua do Buraco e destes com outros segmentos da população pioneira da cidade: “miúdos” e “graúdos” tinham que, igualmente, ali buscar água equilibrando suas latas sobre a cabeça.

Seja denunciando a destruição da “mina d’água”, como o faz Expedita, o apagamento da Rua que era a “raiz de Ipatinga”, como Joventino, ou mesmo afirmando seu protagonismo anônimo na cidade, como os demais entrevistados, as narrativas se encaminham no sentido de representar as tessituras do esquecimento da Rua do Buraco e seus moradores. Tessituras essas marcadas pelo conflito entre classes e grupos sociais em torno do que Pollack (1989) denomina “enquadramento da memória”. Esse enquadramento se constitui um mecanismo por meio do qual as classes dominantes selecionam da experiência social os elementos que lhes interessam inscrever na história e, ao mesmo tempo, produzem o esquecimento daqueles elementos que não lhes interessam e/ou sejam indesejáveis.

A Rua do Buraco, como negação do projeto de cidade moderna não deveria integrar a desejável memória coletiva, enquadrada por meio das representações e práticas políticas e culturais das classes dominantes. O seu passado, repleto de acontecimentos violentos e da presença de sujeitos moralmente inaceitáveis na sociedade urbano-industrial em construção – os desviantes: prostitutas, boêmios e criminosos –, a condenava.

O exame de documentos acerca da história da cidade nos possibilita afirmar que no enquadramento da sua memória, seus grupos dominantes utilizavam dois mecanismos discursivos para representar a Rua: o primeiro era o mecanismo da ausência, no qual a cidade compunha-se apenas de sua porção moderna, espelho do projeto original, e a Rua inexistia; o segundo era o mecanismo da presença, no qual a Rua aparecia como o lugar-problema, dissonante do projeto da cidade e, por isso, a ser apagado da sua paisagem urbana e da

memória coletiva. A combinação desses mecanismos discursivos constituiu a base para a justificação da “desfavelização” do centro da cidade que eliminaria dali a Rua e seus moradores, com seu jeito de ver e viver a/na cidade, enfim, com sua historicidade, com sua herança comum.

Por isso, afirma Pollack: “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação”, imperativo sem o qual não seria possível a coordenação de condutas humanas e, sim, o reino da injustiça e da violência. (POLLACK, 1989, p. 07). Nesse sentido, não é prudente pensar que o caráter arbitrário e excludente do enquadramento da memória coletiva da cidade não tenha sido combinado ao processo de sua legitimação, pois do contrário se defrontaria com os limites de uma memória imposta.

Isso nos remete à questão da adesão dos moradores da Rua do Buraco a essa memória. Estes moradores teriam construído uma memória de resistência, em face do processo de enquadramento da memória coletiva da cidade, uma vez se percebendo excluídos da mesma? Onde essa se abrigaria ao se considerar a sua fragmentação socioterritorial e identitária? Ou, em decorrência da eficácia discursiva dos grupos dominantes da cidade, teriam sido tomados pelo sentimento de pertença à memória enquadrada pelos grupos dominantes?

Lowenthal nota que “os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras” (LOWENTHAL, 1998, p. 84). Esse não é, contudo, o caso dos moradores da Rua do Buraco. As diferenças sociais internas somadas aos deslocamentos experimentados em suas trajetórias de vida dificultaram a construção de uma identidade e, por sua vez, de uma memória de resistência. Lembre-se que a Rua era ocupada precária e informalmente por diversos tipos sociais – trabalhadores informais, trabalhadores formais, donas de casa, boêmios, malandros, prostitutas e criminosos –, os quais eram reduzidos ao mesmo estigma de pessoas que “estavam no buraco” social e moral da

sociedade. Em lugar de favorecer a coesão interna, o estigma comum que recaiu sobre tipos sociais diferentes contribuiu para aprofundar a fragmentação interna e obstruir a mobilização de lembranças coletivas que pudessem sustentar identidades associativas duradouras.

Contudo, o silêncio dos moradores não significa necessariamente o esquecimento de sua historicidade. Ao contrário, longe de conduzir ao esquecimento, esse silêncio pode significar “a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLACK, 1989, p. 03). Sem forças suficientes para enfrentar a disputa em torno do enquadramento da memória coletiva da cidade, os moradores da Rua (e, mais tarde, do Planalto 2) abrigam as ruínas de sua memória, marcada por rupturas e traumatismos, nas redes familiares e de amizades. Ali, elas se mantêm como a reserva de historicidade que provê coesão ao grupo nas ocasiões em que ele precisa resistir às ameaças de agentes externos. Nesses momentos, os cacos da memória, então mantidos em estado latente, são reunidos e manifestos como instrumento de resistência do grupo.

Para ilustrar a afirmação acima descrevo mais um episódio, ocorrido em 2003 e relacionado à prática do futebol entre os moradores do Planalto 2. Na ocasião, trabalhando como gestor público municipal, acompanhei a tentativa da Secretaria de Educação e Esportes de implantar uma “escolinha” de futebol do “Ipatinga Futebol Clube” no campo utilizado pelo Beira Rio, time do bairro. A reação dos moradores à proposta de implantação da escolinha foi explosiva. A recusa assentou-se no discurso de que não aceitariam mais uma vez que a prefeitura lhes roubasse o campo de futebol que estavam reconquistando. Estabeleceu-se assim o confronto entre um símbolo pretensamente unificador da cidade – o time Ipatinga –, e outro, de um grupo específico – o time Beira Rio.

Nesse episódio, a memória das experiências comuns aflorou marcada pelo sentimento da discriminação vivida em tempos pretéritos e determinou a atitude, no tempo presente, dos moradores do Planalto 2. Reafirmo: mais do que o campo de futebol, era o time Beira Rio a

herança comum que não queriam perder, pois ele representa, para aqueles moradores, um elo do presente com o passado e, desse modo, a possibilidade de afirmação identitária. Isso nos conduz a pensar, assim como Lowenthal, que “a função fundamental da memória não é preservar o passado, mas, sim adaptá-lo, a fim de enriquecer e manipular o presente” (LOWENTHAL, 1998, p.103).

Os acontecimentos e instituições sociais presentes nas trajetórias pessoais e coletivas dos moradores da Rua, em sua historicidade, são fatores importantes na determinação da condição de vida presente, bem como na formação da memória individual e coletiva dos mesmos. Na análise de suas lembranças não se pode, pois, negligenciar um significativo conjunto de experiências vividas individual e/ou coletivamente: a migração; o distanciamento e, em alguns casos, as rupturas das relações familiares; a provisoriedade do habitar, que dificultava a constituição de vínculos com o espaço vivido em razão dos constantes rumores e ameaças de desfavelização da área; a situação de desabrigo em decorrência das enchentes do ribeirão; a subordinação ao estigma de ser “morador do Buraco”; a remoção da Rua e a conseqüente separação da população por meio do reassentamento em lugares diferentes da cidade, desarranjando a sociabilidade e as estratégias de sobrevivência construídas na Rua e no centro da cidade e, por fim, a necessidade de reconstruir as relações sociais nos novos assentamentos/bairros. Experiências vividas em trajetórias que os assemelham, lembremos, aos dragões descritos por Murilo Rubião: estranhos e ameaçadores à cidade.

Certamente, essas experiências foram diferentemente significadas por aqueles que as vivenciaram. Entre elas há, contudo, em comum o fato de terem sido marcadas por rupturas e traumatismos. Marcas essas que, por sua vez, além de interferir sobre o que se lembra e o que se esquece, o que se diz e o que não se diz acerca do passado individual e coletivo, se interpõem como dificuldades para o trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. E, como afirma Pollack, “a continuidade dentro do



tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico”, bem como “o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam o indivíduo são efetivamente unificados, são elementos essenciais no processo de construção da identidade”. Nesse sentido, continua Pollack, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1992, p. 05).

Portanto, os vários fatores que acarretaram rupturas e traumas nas trajetórias individual e coletiva dos moradores da Rua do Buraco contribuíram sobremaneira para a fragmentação de sua memória e, com efeito, de sua identidade coletivas. Dentre os fatores de ruptura e trauma nas trajetórias dos moradores da Rua do Buraco, a desconstrução do espaço vivido foi um dos que mais contribuíram para a fragmentação da sua memória. Isso porque, segundo D’Aléssio, são os lugares e os objetos materiais em sua imutabilidade “os fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas garantindo-lhes identidade. Em contrapartida, a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais [...]” (D’ALÉSSIO, 1998, p. 272). A fluidez dos lugares opera, assim, como fator fundamental do estilhaçamento das lembranças e do desmanche das unidades que abrigam esses referenciais.

#### **4.8 - NARRATIVAS DE VITÓRIAS**

Ainda que as trajetórias dos moradores da Rua em seus deslocamentos sejam marcadas por rupturas e traumas; ainda que suas tessituras tenham sido marcadas pelo intento da produção do silenciamento e do esquecimento por parte das classes dominantes na cidade

moderna, os entrevistados as representam como trajetórias de “vencedores”. Nesse sentido, a despeito das dificuldades vividas no curso da vida na cidade, de modo geral as narrativas compõem enredos acerca da perseverança de sujeitos fortes. Isso é o que fica expresso no depoimento de Expedita.

Graças a Deus, eu me julgo vencedora! Com toda fraqueza, acredita eles, né, eu me julgo vencedora. Porque assim mesmo, nesse estilo que está o meu barraco, sem pintura, sem reboco, sem nada, mas eu tô satisfeita, a minha família tá satisfeita, graças a Deus por eu ter mudado pra aqui (Depoimento verbal)<sup>154</sup>.

Em suas auto-representações, os narradores procuram afirmar seu “protagonismo” tendo como referência antes o próprio itinerário, em termos das expectativas que traziam em seus “galos de briga” bem como das realizações e das conquistas em Ipatinga, do que das diferenças sociais decorrentes de sua fragmentação sociourbanística, ainda que essas diferenças tenham lhes rendido uma posição subordinada no sistema socioeconômico vigente na cidade.

Se a conquista do patrimônio habitacional imprime nos discursos dos narradores avaliações positivas das trajetórias, seu tom destoa nos casos de Fátima e Joventino, quando estes se referem ao trabalho. Joventino, em razão da sua insatisfação: 1) com a instabilidade que marcou a sua trajetória de trabalho, impossibilitando sua ascensão profissional e dificultando a vida de casado e 2) com a forma como se processou a sua aposentadoria – por “invalidez” – o que lhe soa como uma mancha em sua identidade de trabalhador, representada como uma herança do pai.

---

<sup>154</sup> Entrevista concedida por Expedita Magalhães, em 14 e 18/07/05.

Mesmo representando uma vida sofrida em Ipatinga, que “nem pra cachorro” serviria, Fátima declarou: “Graças a Deus, eu venci e tô aqui”. Se as promessas da modernidade não se cumpriram no universo urbano-industrial, sobretudo em termos de integração social via trabalho assalariado e formal, sua trajetória na cidade, com todos os percalços, resultou no seu enraizamento ao lugar. Afinal, seu “galo de briga” há muito fora deixado de lado e o mundo para o qual saiu se resumiu a uma cidade, para não dizer a uma Rua, a um bairro.

O que eu vejo hoje que saí de lá [Fortaleza] com aquela idade e tô com 49 anos é que de lá pra cá a minha vida melhorou muito. Lá na minha terra a minha vida era pior, e quando eu cheguei aqui a minha vida foi pior. De uns tempo pra cá a minha vida melhorou 20%, graças a Deus. E quero que ela melhore mais. E não quero lembrar os tempos pra trás. Eu não quero lembrar porque é uns momentos muito difícil. Com a vida que eu tenho hoje, nossa senhora! E foi aqui em Ipatinga foi onde que eu achei a minha tranquilidade, foi onde que eu construí a minha vida, tenho meus filhos, né. Meus filhos tudo é mineiro. Então, por causa dos meus filhos eu vou continuar aqui (Depoimento verbal)<sup>155</sup>.

Uma vez enraizados na cidade, realizar o trabalho de memória foi percebido pelos sujeitos que entrevistei como uma possibilidade de avistar seu futuro na cidade. O primeiro passo a ser dado nesse sentido, em termos de estratégia discursiva, consistiu da superação do esquecimento que lhes fora tributado no enquadramento da memória coletiva por meio da afirmação de seu “protagonismo” na história da cidade. “Protagonismo” esse percebido como uma credencial que os habilita a reivindicar, no tempo presente, o estatuto de sujeitos com direito à cidade, mesmo que esta ainda se configure fragmentada social e urbanisticamente.

---

<sup>155</sup> Entrevista concedida por Antônia de Fátima Silva Pinho, em 20 e 27/06/05.

## 5 - CONCLUSÃO

Centenas de pessoas “batendo em retirada” do lugar onde há muito viviam; deixando para trás importantes substratos culturais de sua identidade coletiva. Esta é a imagem final de “Narradores de Javé”, uma obra cinematográfica de Eliane Caffé (2003), que aborda a história dos moradores de uma comunidade rural do interior do estado da Bahia, obrigados a se retirar de suas terras em função da construção de uma usina hidrelétrica no local.

O desfecho do filme não reflete, contudo, uma postura resignada dos moradores. Diante da possibilidade de que suas tradições submergissem nas águas trazidas pela hidrelétrica, eles se colocaram em movimento com o objetivo de elaborar um documento a partir do qual pudessem atestar a sua importância histórico-cultural, único antídoto em face daquela engenharia. O que os movia era então a força de uma historicidade ameaçada. Algo que lhes provia o sentimento de pertencimento a uma cosmologia, a um lugar e a um grupo, a uma comunidade de origem e destino. A ameaça do inimigo externo teria se constituído então, no caso de Javé, em fator de auto-afirmação existencial da comunidade.

A derrota em face do projeto estatal não foi, no filme, representada como a derrocada da memória coletiva do grupo. Ao deixarem para trás um lugar com identidade distintiva, Javé, levaram consigo uma idéia partilhada de si mesmos, uma identidade coletiva que os moveu e os moverá – imagino, estendendo o roteiro do filme – nas próximas paragens. Sugere-se, pois, que os “narradores” seguiram juntos no curso de suas vidas por possuírem um patrimônio sociocultural comum.

A ficcionalidade e a abertura da obra artística permitiram à autora passar ao largo ou tocar sutilmente as questões relativas à participação dos afetados no processo de implantação da usina hidrelétrica ou acerca de seu lugar-destino. O evento que lhes revira a vida se interpôs às suas temporalidades como um relâmpago que caiu repentinamente do céu, não os

inscrevendo, pois, num processo de discussão democrático que, aos olhos dos empreendedores estatais, “retardaria a premência” da obra modernizadora. Nem mesmo implicou a provisão de reassentamento em outro espaço.

A referida obra cinematográfica nos oferece, pois, um interessante ponto de partida para a análise da identidade cultural construída nas trajetórias histórico-sociais de pequenas comunidades em sua relação com a questão da integração/exclusão destas à sociedade mais ampla. Seguindo a trilha do filme de Eliane Caffé, retomo aqui a pergunta acerca do destino dos moradores da Rua do Buraco, sem para tanto esquecer o processo sociopolítico que implicou a sua retirada do lugar onde viviam.

Das ruínas da memória do grupo, passados mais de quarenta anos de sua formação, posso afirmar que seu lugar-destino social resulta da produção de um esquecimento que teve como seu ponto culminante o projeto de “revitalização” do centro de Ipatinga. Uma produção temporalmente mais extensa do que a eventualidade da usina que caiu sobre a cabeça dos moradores de Javé. De excedente programado na implantação e funcionamento da Usiminas no final da década de 50, os moradores da Rua, e esta como identidade distintiva, logo se converteram em expressão da pobreza urbana na cidade moderna. Por isso, em negação de um ideal articulado ao projeto nacional desenvolvimentista em curso no Brasil, cuja maior expressão urbana era Brasília.

No cenário de uma cidade que, desde a origem, se fizera fragmentada sociourbanisticamente e desigual, para os moradores da Rua sobrou a segregação socioespacial e a impressão do estigma de sujos, promíscuos e violentos. Para o seu lugar de vida, o zoneamento moral, principalmente por conter entre seus diversos territórios um exclusivamente dedicado à boemia.

Não bastassem as tantas intempéries sociais enfrentadas no curso de suas trajetórias, o interesse logo manifesto pelas classes dominantes da cidade de se apropriar de sua área

central, transformando-a em um elemento constitutivo das forças produtivas, implicou grande instabilidade na vida dos moradores da Rua. Desde a década de 70, essas classes, aninhadas no seio da burocracia pública, desenvolveram estratégias de expulsão dos moradores da Rua que combinavam o discurso discriminatório e desmoralizante, ecoado na opinião pública, com o exercício de fortes represálias aos mesmos, contando por vezes com o braço armado do Estado.

As justificativas para a apropriação do espaço onde se constituía a Rua do Buraco, dada a sua localização estratégica, estiveram sempre articuladas ao ideário-promessa de modernização da cidade, embora se possa notar algumas variantes nos discursos segundo os contextos sociopolíticos. Do sonho da “desfavelização”, que dominou os discursos das décadas de 70 e 80, passou-se, na década de 90 – portanto, em um contexto social que combinava a globalização liberal com a descentralização administrativa, no plano nacional –, à ênfase na integração da cidade à vanguarda mundial. Superar as crises dos anos 90 – socioeconômica, financeira e institucional –, cuja consciência se disseminara estrategicamente na opinião pública, e construir o orgulho do pertencimento à cidade se constituiu, então, a tônica da propaganda institucional do governo municipal de Ipatinga.

Assim como a usina hidrelétrica a ser construída em Javé, um Novo Centro para a cidade de Ipatinga tornara-se uma necessidade fundamental; neste caso, visando a sua “retomada econômica” e a atração de investidores e usuários solventes. O discurso era aquele que procurava alinhar as intervenções urbanas e sociais projetadas e a serem executadas desde então a um objetivo maior, capaz de transcender os diferentes e divergentes interesses de grupos e classes sociais – a cidade convertida em ator político. Qual importância teria, então, a historicidade dos moradores da Rua em face do projeto de revitalização da área central de Ipatinga se este representava, enfim, a possibilidade de efetivar o seu apagamento do cenário urbano da cidade e, assim, de consolidar o processo de produção do seu esquecimento?

Na tensão entre as políticas públicas e as populações por elas “afetadas” e/ou “beneficiadas” o intento modernizador desde sempre falou mais alto. A energia que nasceria de Javé ou o Novo Centro que, em Ipatinga, depuraria a paisagem central, integrando o seu espaço às forças produtivas e a tornando bem de consumo, conferem, por si só, no discurso da modernização, o peso necessário à suplantação dos possíveis entraves aos seus projetos; sobretudo se tais entraves se constituem patrimônios culturais e imateriais partilhados por poucos, capazes de dar sentido à vida de “apenas” uma pequena fração da sociedade. No contexto dos empreendimentos de revitalização de centralidades urbanas, ao atentar-se para o patrimônio histórico-cultural, o olhar recai prioritariamente sobre o designado patrimônio de “pedra e cal”, apropriado como relíquia nas intervenções de ressignificação dos espaços<sup>156</sup>. Esse viés de intervenção foi o que inspirou a apropriação cultural das fachadas das construções da antiga zona boêmia do Juá como portais de entrada para o Mercado Modelo, um prédio de arquitetura moderna. As casas, sem as pessoas!

Contudo, por detrás do discurso modernizador da década de 90, estaria se processando em Ipatinga, a exemplo dos grandes centros urbanos, uma inversão da narrativa da cidade moderna tornando-a “uma imagem que uma larga faixa da população pode comprar; um panorama onírico de consumo visual”, assim como afirma Zukin (2000, p. 81). O Novo Centro, não se pode esquecer, foi “revitalizado” na perspectiva da sua integração ao ambiente construído nos demais espaços contiguamente dispostos na margem direita do ribeirão Ipanema, componentes do Parque Ipanema, um amplo complexo de lazer consolidado a partir do início dos anos 1990. Se não possuem a suntuosidade da paisagem pós-moderna construída nas grandes metrópoles mundiais, assim como a caracteriza Zukin (2000, p. 91) – ao mesmo tempo “um cenário, uma fantasia particular compartilhada e um espaço liminar que faz a

---

<sup>156</sup> No processo de revitalização do bairro Recife Antigo, em Recife, Pernambuco, várias das manifestações culturais imateriais das tradições populares foram apropriadas como relíquia, conforme demonstra Leite (2004), como matéria-prima de projetos de animação cultural de usuários solventes dos espaços ressignificados.

mediação entre natureza e artifício” – as intervenções às margens do Ipanema significaram a dissolução das identidades espaciais ali tradicionalmente construídas e a sua reconstituição sobre novas bases. Assim, no lugar da zona boêmia do Juá, implantou-se o complexo turístico Pouso de Água Limpa, constituído da Estação de mesmo nome e da Estrada de Ferro Caminho das Águas. Mesmo local onde seriam implantados também o Mercado Modelo e o Museu do Aço não fosse a falta de fôlego para levar a cabo todas as intenções enobrecedoras contidas no projeto.

Do ponto de vista das conseqüências socioculturais desse projeto para a vida dos moradores, uma palavra pronunciada pelos entrevistados desta pesquisa para designar tais conseqüências é elucidativa: “espalhados”. Diferentemente dos moradores de Javé que, uma vez desterritorializados seguiram juntos no curso da vida, aqui o projeto estatal provocou não apenas a separação dos moradores e destes de seu lugar de vida, implicando ainda o desmonte de suas redes de sociabilidade, estratégias de sobrevivência e a dissolução da identidade coletiva.

Mesmo talhados pelos tantos deslocamentos geográficos, sociais e identitários vividos ao longo de suas trajetórias sociais, os moradores experimentaram a sensação de terem sido apanhados por uma avalanche capaz de revirar suas referências espaço-tempo. Eles experimentaram a sensação de desenraizamento, cara à suas identidades pessoais. Pois à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior no qual o sujeito se reconhece, a perda do espaço torna a identidade vacilante. Isso porque “a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais”, dissolvendo com isso a estabilidade fundamental ao sentimento de pertença e ao reconhecimento identitário (D’ALÉSSIO, 1998, p. 272). Nesse sentido,

A ignorância dos lugares, como a ignorância dos tempos, afeta o conhecimento de si mesmo. Descobrir-se não emoldurado por determinados lugares, especialmente aqueles locais familiares cuja presença envolvente é uma consolação e uma



segurança para quem mora ali é descobrir-se sem ponto de referência num vazio vertiginoso (POULETE, *apud* D'ALÉSSIO, 1998, p. 273-274).

Perguntar pelo destino dos moradores da Rua requer também a análise da dimensão temporal da sua experiência no sentido da construção e do fluxo de uma historicidade. Enfim, de perguntar o que a separação não apenas do lugar de vida, mas também de um grupo – de “iguais” e “diferentes” igualados na condição social e no estigma portado – significou em termos dessa historicidade.

Pensando a trajetória de rupturas e traumas dos moradores da Rua, à luz do exemplo de Javé, pode-se inferir que o processo de enquadramento da memória da cidade de Ipatinga operou no sentido de destruir a identidade dos moradores da Rua e a possibilidade de construção de um modelo cultural compartilhado. Assim, a perda de suas referências espaciais acabou por se interpor como um elemento de ruptura na historicidade e no processo de construção identitária desses moradores. Uma vez “condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade”, para recorrer a uma proposição de Bosi (2003, p. 28), esses retirantes dos sertões brasileiros à procura do eldorado urbano-industrial representado por Ipatinga, aí deram curso às suas trajetórias errantes, perdendo muitas vezes a crônica de suas famílias e da cidade mesma. Essas trajetórias errantes reforçam a proposição de Guarinello segundo a qual “a memória coletiva se constitui uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder”. Seja o poder “de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos” (GUARINELLO, 1994, p. 189).

Sem perguntar pela escala de valores a partir da qual decidir pela preservação/respeito de uma historicidade ou pela renovação de uma centralidade urbana, o que poderia representar o desenvolvimento de tal historicidade para a população da Rua no cenário urbano de Ipatinga? A emergência, diversificação e consolidação dos símbolos identitários da

comunidade e, conseqüentemente, de sua coesão social? O surgimento de uma ou mais vozes de atores sociais capazes de representar os interesses de seus diferentes grupos de moradores, tornando-os menos vulneráveis aos riscos sociais?

Não posso aqui encaminhar a análise no sentido do que “poderia ser” uma historicidade não-interrompida em termos da sua capacidade de inscrever as tantas trajetórias pessoais dos moradores da Rua no fluxo de uma trajetória coletiva, comunitária, e muito menos em termos das ações e comportamentos passíveis de por ela serem induzidos. Posso apenas recuar na observação dos fatos históricos. Se não se resignaram em face da possibilidade da retirada, os moradores da Rua também não tiveram êxito em suas frágeis ações de resistência, que não ultrapassaram o estágio inicial das negociações com a prefeitura municipal. Assim, em vez de se potencializar em uma voz coletiva, o desejo comum aos moradores de permanecer no lugar onde se reconheciam foi logo dissipado, sem oferecer resistência. A antiga e deliberada aposta na “organização espontânea” das pequenas redes de sociabilidade/solidariedade, que se traduziu na negação à formação de qualquer organização institucional de representação dos moradores da Rua, dada a sua fragmentação socioterritorial, reverberou, na ocasião do projeto Novo Centro, de modo que os moradores se perceberam impotentes em face do poder da prefeitura e dos grupos interessados em retirá-los da área central.

A retirada da Rua e o reassentamento em outras áreas da cidade se tornaram então imperativos. A separação dos moradores implicou o desmonte das redes de sociabilidade, embora as tentativas de sua preservação no novo bairro – Planalto 2 –, uma das diretrizes do subprojeto habitacional do projeto Novo Centro, tenham surtido pouco efeito. Em vez disso, nos novos lugares-destinos reeditaram-se com eficácia a velha segregação socioespacial e os estigmas impressos aos moradores da Rua do Buraco. Fale-se em Planalto 2, Vale do Sol, Alto Iguaçu e nos tantos lugares ocupados pelos que foram indenizados – em vez de trocar

suas casas por outras em novos núcleos construídos pela Prefeitura de Ipatinga – e espere-se como regra geral a reação discriminatória da grande maioria dos cidadãos. O discurso que se ouve é o de que se constituem áreas inacessíveis por serem perigosas, uma vez habitadas por “marginais” e tomadas por práticas criminosas. Com o artifício discursivo da ameaça que representam à sociedade, limitam-se as possibilidades de seus moradores disputarem as vantagens sociais e os confinam em seus respectivos bairros de modo a evitar que voltem a “sujar” a paisagem da cidade.

Atirados ainda mais profundamente no seio da economia monetária, uma vez vivendo em áreas distantes do centro (e de outras centralidades) e, em geral, em unidades habitacionais com pequenos quintais, os ex-moradores da Rua do Buraco não se vêem em condições favoráveis para a construção de novas estratégias de sobrevivência. Por esses motivos, se tornaram ainda mais dependentes de trabalho e renda regulares, direitos cuja maioria jamais acessou ao longo de sua trajetória na cidade. Soma-se ainda, no caso do Planalto 2, o fato de que a valorização imobiliária do bairro, dada a sua relativa proximidade do centro e as boas condições de infra-estrutura urbana, se constituiu num dos principais fatores da saída de significativa parcela da população ali originalmente reassentada. Assim, em lugar da valorização imobiliária se converter em ganhos apropriados por seus moradores e em fator de estímulo à sua fixação no novo bairro, a ação dos especuladores imobiliários se fez atraente para uma população que, mesmo com o ganho habitacional, continuou empobrecida – o que se pode notar, entre outros aspectos, pelos seus baixos níveis de qualificação profissional, renda e escolaridade.

Qual o peso dessas conseqüências socioculturais em face da propalada “premência” de retirar os moradores da Rua e, sobretudo, aos ganhos habitacionais relativos obtidos pela metade das 1200 famílias que moravam na Rua? Ao apontar tais conseqüências não se pode esquecer que o curso de suas trajetórias urbanas é marcado pela necessidade de enfrentamento

de uma série de intempéries de cunho sociourbanístico: a precariedade do trabalho e as baixas somas financeiras auferidas no exercício de atividades informais; a segregação social em uma área precária do ponto de vista ambiental e a insustentabilidade habitacional decorrente das péssimas condições físicas das moradias e dos riscos sazonais decorrentes das cheias do ribeirão; e, por fim, a discriminação que lhes reduzia as oportunidades socioeconômicas, sobretudo em termos de alcance de trabalho formal e acesso às vantagens sociais.

Diante disso, poderiam afirmar os críticos desta crítica: a exigência que se faz é a de um nível de sofisticação do projeto urbanístico e social em termos de conhecimento antropológico da realidade tocada, bastante improvável de se conferir às intervenções públicas e/ou privadas de tal natureza, sobretudo ao se pensar nos fatores que as determinam, a quase sempre escala avantajada das intervenções no espaço e o fator tempo em suas execuções. Os críticos desta crítica poderiam ainda apoiar seus argumentos sobre o discurso do planejamento estratégico, que defende a existência de interesses maiores de cidade; interesses que justificam não apenas a superação das divergências entre diferentes grupos e classes sociais, como também se colocam bem acima da história e da identidade de pequenas comunidades. O que se produziria, então, por meio de tal discurso crítico, é a reedição da idéia do direito desigual à cidade, presente já em seu embrião. Nesta perspectiva, o centro, assim como os outros espaços passíveis de incorporação no conjunto das forças produtivas, não deveria ser habitado pelas “classes perigosas”. Revitalizá-lo não significou, pois, uma tentativa de reforçar o seu sentido de espaço público, onde os diferentes grupos e classes sociais se encontram e estabelecem trocas, mas antes de torná-lo socialmente asséptico. Paradoxalmente, a realização

eficiente desse propósito levou a Prefeitura Municipal a obter novo financiamento junto ao programa Novo Somma<sup>157</sup>, em 2002, agora com o objetivo de dinamizar o centro então esvaziado.

As contradições do projeto original da cidade, bem como do projeto de revitalização de sua área central, apontam para necessidades que transcendem em muito a simples incorporação de novas dimensões de conhecimento da realidade de modo a subsidiar as intervenções urbanísticas. Apontam para a necessidade de se incorporar ao planejamento urbano os princípios do direito à cidade como direito à vida urbana: “aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2001b, p. 143). Para tanto, é preciso avançar no sentido de conceber a cidade como lugar capaz de comportar as diferenças e as integrar em lugar de segregá-las e de separá-las.

A produção sociopolítica do esquecimento da Rua do Buraco se desenvolveu progressivamente ao longo de mais de quarenta anos até alcançar o seu ponto de maturação. Mas não se tratou de um processo pautado pela intenção “pura” de expulsar seus moradores daquele espaço urbano. Seja porque os direitos que definem a civilização não possibilitaram opor-se completamente a eles ou porque em sua trajetória ocuparam um lugar social que não se pode confundir propriamente com o dos excluídos. Ainda que de forma subordinada, os moradores da Rua foram integrados ao sistema socioeconômico vigente por meio de uma combinação contraditória: como força de trabalho barata e disposta a realizar atividades informais e precárias para todo tipo de demandadores, sobretudo empresas e famílias integrantes da “Cidade Usiminas”; ou movimentando o universo boêmio da zona do Juá,

---

<sup>157</sup> O valor estimado para a obtenção do financiamento junto ao Novo Programa de Modernização dos Municípios foi da ordem de R\$ 14.285.714,00 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais).

fundamental para o convívio social, o lazer e a fixação da mão-de-obra operária então recrutada pela grande empresa.

Com o declínio da zona boêmia do Juá no final da década de 80 e as novas figurações da prostituição, agora espalhada pelas vias urbanas, a integração subordinada dos moradores da Rua continuou subsistindo como força de trabalho comprada a baixos custos. Para além da especificidade do caso dos moradores da Rua no cenário sociourbano de Ipatinga, há que se considerar que a sua inclusão subordinada possui, entre os fatores que a determinam, aspectos característicos da sociedade brasileira: uma sociedade relacional, na qual predomina a “lógica da inclusividade” que opera por meio de oposições hierárquicas e complementares, buscando a compensação dos extremos da escala hierárquica da sociedade (DA MATTA *apud* SCOREL, 1999). Lógica que abre margens para que as classes pobres não percam o fio (às vezes, de esperança) da sua conexão social a um sistema que se orienta pelo credo igualitário da modernidade, mas que despoja a pobreza de sua dimensão ética e a transforma em natureza (TELLES, 1999b). Como interpretar, pois, os baixíssimos patamares dos indicadores socioeconômicos que acompanharam os moradores da Rua ao longo de toda a sua trajetória senão por essa lógica, que se não os excluiu por completo, acabou por lhes negar o acesso às vantagens sociais? Como? Fundamentalmente por meio da sua segregação socioespacial e do estigma, os quais juntos impingiram à pobreza urbana representada pela Rua e seus moradores a marca do “perigo”; marca que lhes restringia as oportunidades de emprego e, por sua vez, o acesso à moradia digna.

Cabe finalmente perguntar se o intento de produção do esquecimento da Rua e de seus moradores teria sido alcançado. Enfim, se o esquecimento de fato teria sido produzido. Noutros termos, ou do ponto de vista dos supostamente “esquecidos”, cabe perguntar pelos substratos da memória dos moradores da Rua. Eles subsistem? Uma vez subsistindo, de que

se nutriria a sua sobrevivência/resistência? Ou ainda, qual o seu significado para os ex-moradores da Rua em sua condição presente?

Para os ex-moradores da Rua, o tempo presente não se difere substancialmente do passado, senão pela necessidade de reconstrução dos referenciais simbólicos e identitários capazes de lhes prover o senso de pertencimento a um novo lugar com seu conjunto de relações sociais. Em seus diferentes lugares-destinos, os enfrentamentos dessa necessidade de reconhecimento sociocultural, somada à de superação da persistente carência material, figuram de formas diferentes, em função do contexto local: acesso a infra-estrutura e serviços urbanos; configuração das redes de sociabilidade; exposição aos riscos de violência; acesso a emprego e a serviços sociais etc. Entretanto, um elemento de diferenciação nesses tantos destinos-contextos foi a possibilidade/interesse de se reassentar em um núcleo habitacional de ex-moradores da Rua que favorecesse, ainda que com todas as inevitáveis perdas, a preservação de alguns substratos da memória e da identidade do grupo e, com efeito, a afirmação de sua presença em face do processo de esquecimento desencadeado pelas classes dominantes. E vale destacar: a dissolução da identidade dos moradores da Rua operou não apenas como fator de seu enfraquecimento na disputa pelas vantagens sociais – a exemplo do espaço do centro da cidade, como também na manutenção da sua condição subordinada.

No Planalto 2, um bairro construído exclusivamente para abrigar aproximadamente 600 famílias de ex-moradores da Rua subsistem alguns referentes simbólicos que se constituem o fio de ressignificação da identidade do grupo, mesmo que agora fragmentado. Nesse processo de ressignificação, às experiências vividas na Rua, que igualam a todos como “sofredores”, posto que submetidos, e às intempéries da pobreza urbana, se somam as mais recentes, do período de transição para o novo bairro: a experiência de ter sido removido do lugar onde construíram a maior parte de suas trajetórias de vida e, para a metade dessas famílias, de ter participado do mutirão que condicionava o acesso à nova casa. Essas

experiências se constituem, pois, novos elementos incorporados a uma historicidade dilacerada, cujos cacos se encontram espalhados com os tantos sujeitos que se inscrevem em seu fluxo/percurso. No Planalto 2, subsistem os maiores fragmentos desses cacos, os quais favorecem, ainda que com baixa potencialidade, a resistência dos moradores ao processo de reedição da sua estigmatização e segregação socioespacial.

O que se apresenta com maior visibilidade é o time de futebol, cujo nome fora preservado – Beira Rio –, embora a sua referência em termos de localização espacial não seja mais as margens do ribeirão Ipanema. Sua preservação em condições adversas, uma vez que requereu o enfrentamento de outros atores sociais interessados no espaço do campo, representou muito mais do que manutenção de um espaço destinado ao lazer dos moradores. A principal motivação desse enfrentamento foi o desejo de preservação de uma herança cultural do grupo, então ameaçada; de um substrato cultural da memória e da identidade coletiva. Note-se, por outro lado, que esse enfrentamento se constituiu o primeiro ato de afirmação (lembrança) da presença dos moradores do Planalto 2 na cidade em face da operação de esquecimento.

Essa presença na cidade se afirma também por meio do componente de transgressão às normas e aos valores socialmente aceitos, que marca os atos de violência de alguns de seus moradores e gozam de amplo espaço na mídia regional. Aposto aqui na idéia segundo a qual o excesso de exposição pejorativa e discriminatória na mídia regional é combatido pelos “desviantes” com a busca da exposição recursiva. Em resposta à afirmação de que “eles são violentos” se afirma um desejo de transgressão que tem na violência o maior potencial de reverberação na opinião pública. Nesse sentido, além de terem raízes nos fatores sociológicos que explicam a violência no meio urbano, os atos de violência dessa parcela de moradores do Planalto 2 têm como marca de especificidade o seu acentuado componente transgressor. Assim, a prática de crimes com elementos de crueldade – como assassinatos a pauladas,



precedidos de encarceramento e até a sujeição da vítima à agressão de cães ferozes – assume uma dimensão aterrorizante e expressa, em boa medida, o desejo de seus agentes de se auto-representarem como “maus” e, dessa forma, de afirmarem sua presença na cidade como uma ameaça aos cidadãos. Trata-se, portanto, de uma violência cujo sentido não se esgota em sua prática, mas que se estende à sua repercussão pública. Ela, assim, se constitui um insulto ao ideal de cidade que jamais incorporou e continua a não incorporar os ex-moradores da Rua.

A resistência à produção do esquecimento pode ser notada ainda na preservação do clima e do ritmo de vida boêmio por parte de moradores da rua Nossa Senhora das Graças, onde funcionava a antiga zona boêmia do Juá. Mesmo com o fim da zona e a transformação do cenário local, boa parte dos moradores mantém o costume de dormir durante o dia reservando energias para a vida noturna, momento em que o trânsito de automóveis diminui cedendo lugar à presença dos moradores que se sentam às portas das casas, ao meio fio ou ocupam as esquinas, num movimento que desperta a suspeição da polícia.

Também nas narrativas dos sujeitos que entrevistei, o processo de produção do esquecimento foi enfrentado em uma tripla perspectiva. Primeiro, por meio da afirmação do seu “protagonismo” na construção e desenvolvimento da cidade. A estratégia discursiva utilizada por eles foi, então, a de evidenciar as marcas e os vestígios de sua participação em acontecimentos, lugares e objetos que compõem a história e o cenário da cidade. De forma coerente ao “protagonismo” afirmado, o discurso da trajetória vitoriosa é, noutra perspectiva, também um gesto de resistência ao esquecimento. A afirmação da vitória não se apóia na comparação com as outras classes sociais em termos das desigualdades de acesso às vantagens sociais na cidade, embora tenham plena consciência desse fato. A narrativa da vitória se assenta, antes, na confrontação dos anseios e perspectivas de vida, que traziam consigo quando da chegada à cidade, com as conquistas efetivamente obtidas ao longo da trajetória pessoal. Em que pese o fato de que o trabalho de narrar a experiência vivida é

sempre o processo de construção de um si-mesmo, portanto, de uma auto-representação, aqui a conquista do patrimônio habitação, para os moradores do Planalto 2 e, para outros, a obtenção da aposentadoria, se constituem aspectos que pesam a favor da afirmação da vitória. Lembre-se, pois, que a maioria dos narradores e, como de resto, dos moradores da Rua, é formada por retirantes dos sertões e de pequenas cidades do estado e do país, que chegaram a Ipatinga quase sem nada, apenas com seus denominados “galos de briga”.

Por fim, quero dizer que, neste trabalho de pesquisa acerca da trajetória dos moradores da Rua do Buraco no cenário urbano de Ipatinga, estou a juntar os fragmentos nas ruínas da memória de um grupo social com baixo nível de organização e consciência de sua historicidade. Ouvir as narrativas de alguns de seus moradores assumiu o sentido de atualização de memórias silenciadas e esfaceladas. Somam-se a minha escuta e as suas narrativas em face do “silenciamento” pretendido pelos discursos oficiais dominantes; discursos marcados pelo sempre renovado conteúdo de construção de uma cidade moderna e depurada. Escutei memórias que, de tão fragmentadas, se fazem insuficientes para nutrir a constituição de uma memória comunitária de resistência, capaz de movê-los rumo à busca organizada e política do direito à cidade.

Escutei, por vezes, entre os narradores aos quais solicitei o trabalho de memória, uma voz frágil apelando pela junção dos cacos da memória coletiva do grupo. Orestes foi um desses narradores que manifestaram seu apelo, sem expressar em seu discurso a consciência dos reflexos das tantas rupturas experimentadas em suas trajetórias para a historicidade dos moradores da Rua. Disse ele: “Quando tem mais de um, a lembrança vem com mais força. Quer ver o exemplo da Bíblia? A Bíblia é assim: um passa e vê o crime, o outro vê o sangue escorrendo, o terceiro passa e vê o assunto. Eles todos juntos fazem um apanhado grande”. Sua fala é a expressão do sentimento de fragilidade que aflorou na cena enunciativa diante de uma memória em fragmentos e da solidão para recompor seus cacos.

## REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Luiz Fernando; SOARES, Márcia Miranda. Relações intergovernamentais e redes federativas. In: ABRÚCIO, Luiz Fernando; SOARES, Márcia Miranda. **Redes Federativas no Brasil no grande ABC**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, n 24, 2001. p. 19 - 49.

ALVES, Raimundo Anício. **Projeto Memória da Usiminas**. *Revista Usiminas, 25 Anos: a Comunidade*, Ipatinga/MG: Fundação João Pinheiro; 1987.

ANDERSON, Benedict. Introdução; Raízes Culturais. In: ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 09-45.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. A cidade moderna: racionalidade e ambivalência. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: PUC Minas: C/Arte, 2004, p. 23 - 44.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 11-74.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000b. p. 11-74.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.

ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DE IPATINGA. Projeto de mobilização e intervenção social do Programa de construção coletiva e autogestionária – Mutirão Planalto 2. **Projeto Novo Centro- Sub-projeto de remoção e reassentamento**, abr. 1995.

BELLAVANCE, Guy. Proximidade e distância da cidade: a experiência da cidade e suas representações. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-86, 1999.

BENEVIDES, Érlia Esteves; NOVARA Enrico. **Pobreza e Patrimônio: A comunidade do Planalto II**. Belo Horizonte: AVSI, 2003, .

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas – Magia e técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-232.

BERMAN, Marshall. Modernidade: ontem, hoje e amanhã. In: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15 - 40.

BITTAR, Jorge (Org.). O modo petista de governar. São Paulo: Partido dos Trabalhadores (Diretório Regional de São Paulo). **Caderno Especial de Tória & Debate**, 1992, 324 p.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 07-16.

BOSI, Alfredo. Imagem, discurso. **Revista Discurso**. São Paulo: Revista do Departamento de Filosofia da F.F.L.C.H. da USP, ano 5, n.5, p. 65-85, 1974.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê, 2003 p. 13 a 57.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed, São Paulo: Companhia das Letras, cap. I e II, 1994. 484 p.

CAFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**. Brasil: Bananeira Filmes / Gullane Filmes/Laterit. 2004, 100 minutos.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte:UFMG, 2005. p. 55 - 78.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21 -28 e 78 - 92.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 45, p. 152 – 166. jul. 1996.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MORADA HUMANA & ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS PARA O SERVIÇO INTERNACIONAL. **Retrato da pobreza urbana no município de Ipatinga – Diretrizes para redução**. Belo Horizonte:Avsi, 97 p. julho 1998.

CHACON, Vamireh. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 193 - 215.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p.13-28.

D'ALÉSSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 17, p 269-280, nov. 1998.

DA MATTA, Roberto. Espaço - Casa, rua e outro mundo: O caso do Brasil. In: DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 11-28; 29-64.

DA MATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: Notas em torno do significado do futebol brasileiro. **Revista USP**, n. 22, p. 10 -17, Jun./Jul./Ago, 1994.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 139 - 193.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Literatura, Memória e Cidades: Interseções. **Scripta**. Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 128-136, 1º semestre, 2004.

DEMO, Pedro. Discutindo exclusão social. In: DEMO, Pedro. **Chame da exclusão social**. Campinas/ SP: Autores Associados, 1998. p. 17 - 38. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 61).

DEMO, Pedro. Pobreza sócio-econômica e política. In: DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001. p. 13 - 34. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v, 27).

DIAS, Fernando Correia; SANTOS, Cer José dos. Ipatinga: uma comunidade operária; **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 33, 1972, p. 119-149.

DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 109 - 136.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.

FERGUSON James; GUPTA Akhil. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000. p. 30 - 49.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Capital e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais e associações voluntárias. In: COELHO, Franklin Dias; FONTES, Ângela. **Desenvolvimento Econômico Local: temas e abordagens**. Rio de Janeiro: IBAM, 1996. p. 239 - 264.

FONTES, Rui de Siqueira. **Juá: A Rua dos Desencantos**. Vitória/ES: Rui de Siqueira Fontes, Abril de 1992, 195p.

FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo. **As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas**. In: IV Congresso Português de Sociologia, 2002, Oeiras: Celta Editora, p.1-22

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 19 - 46.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989a. p. 13 - 41.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de Homem. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989b. p. 45 - 66.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.158 p.

GOTTDIENER, Mark. Paradigmas flutuantes: debate sobre a teoria do espaço. In: GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997, p. 115 - 158.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista brasileira de história**. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero. n. 28, v. 14, 1994, p. 180-193.

GUATIMONSIN, Gil Júnior. Projeto Memória da Usiminas. **Revista Usiminas, 25 Anos: a Implantação**. Ipatinga/MG: Fundação João Pinheiro; 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3 ed, Petrópolis, p. 103 -133, 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Media and Cultural Regulation**, cap. 5, 2002.

HARDY FILHO, Rafael. Ipatinga, cidade aberta. Belo Horizonte: Usiminas, 1972.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico do Projeto CURA**, Ipatinga/MG:PMI, v. 1, 1978. 79p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico do Plano Diretor de Ipatinga**, Ipatinga/MG:PMI, v. 1, jul. 1991a, 163 p..

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Homens em série: A história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga/MG:PMI, v. 1, out. 1991b. 110p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Homens em série: A história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga/MG:PMI, v. 2, jul. 1992. 188p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sumário**. Programa Somma, Ipatinga/MG:PMI. abr. 1995a. 24p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Cenários**. Programa Somma, Ipatinga/MG:PMI. abr. 1995b.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sub projeto: Remoção e Reassentamento**. Programa Somma, Ipatinga/MG:PMI. abril de 1995c. p 41.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sub projeto: Remoção e Reassentamento. (Anexo I). Projeto Somma.** Programa Somma, Ipatinga/MG:PMI .abr. 1995d.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sub projeto: Remoção e Reassentamento.** Programa Somma. Ipatinga/MG:PMI .abr. 1995e. p 37. Pesquisa Sócio-econômica (Anexo III),

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Relatório de Controle Ambiental – RCA, Projeto Novo Centro,** Ipatinga/MG:PMI, v. I, nov. 1995f. 80p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Relatório de Controle Ambiental – RCA. Projeto Novo Centro,** Ipatinga/MG:PMI, v. II, Jan. 1996.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sub projeto: Capacitação Institucional.** Programa Somma, Ipatinga/MG:PMI. abr. 1995g.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Projeto Novo Centro: Sub projeto: Reestruturação da Área Central.** Programa Somma, abr. 1995h.32p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Guia de reassentamento involuntário; Programa Somma,** abr. 1998, 25p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Histórico Programa Somma.** Ipatinga/MG, Mar. 2000, 110p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Marketing Público: um instrumento para a democracia e a qualidade de vida.** 2001a

IPATINGA. Prefeitura Municipal, **Proposta de modernização e melhoria da infraestrutura urbana do município de Ipatinga.** Ipatinga, MG, 2002. 27p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Escola de Cidadania. **Revista Ipatinga Hoje,** edição especial – jan. 2001b. 16 p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Ipatinga, Aqui você vive melhor. **Revista Ipatinga.** 2001c, 22p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Documento de apresentação do Programa Novo Somma, 2001d.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Ipatinga, Aqui você vive melhor. **Revista Ipatinga,** 2002a, 26 p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. **Manual do Programa Novo Somma.** Ipatinga/MG: PMI, v.1, jan. 2002b, 28p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Saúde com qualidade. **Revista Ipatinga,** jul. 2003, 30p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. Ipatinga, com você, por você. **Revista Informativa da Prefeitura Municipal de Ipatinga**, jun. 2004. 89 p.

JORNAL DIÁRIO DO AÇO. **Revista Ipatinga: Ano Vinte**. Ipatinga/MG, 28 abr. 1984.

JORNAL DIÁRIO DO AÇO. **Revista Vale do Aço 2000: Um século de história**. Ipatinga/MG, 1999.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, (1ª reimpressão) 178p.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a, p. 103-118.

LEFEBVRE, Henri. Teses sobre a cidade, o urbano e urbanismo. In: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b, p. 141-145.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: Memória-História; Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Volume I, 1984, p. 11-50.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **Memória-História**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional. v. I, 1984, p. 95-106.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas/SP: UNICAMP, 2004, 342 p.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História: trabalhos da memória. **Revista do Programa de Estudos e Pós-graduação em História e do Departamento de História-PUC/SP**. São Paulo: Educ, n. 17, nov. 1998, p. 63-201.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 49, v. 17, junho, 2002 p. 11-29.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Espaço e Debates - **Revista de Estudos Regionais e Urbanos; Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, v. 24, n. 45, jan/jul 2004, p.24-33.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121 - 192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, 204 p.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia. Luisa; CARLOS, Alessandri Ana Fani; SEABRA, Odette Carvalho. (Org.). **O espaço no fim do século**, Contexto, 1999, pp. 13-41.



MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio(Org.). **O espaço da diferença**. CampinasS/P: Papirus, 2000. p.177 -185.

NACIF, Fernando Antônio Paula. **Planejamento estratégico situacional no âmbito local: reestruturação da área central de Ipatinga/MG**. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Minas Gerais. Belo Horizonte, 1994.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 26 - 67.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 03, v. 2, 1º semestre, 1989, p 3-15.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p 200-212, 1º semestre, 1992.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Espaço e Debates: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 24, n. 45, jan/jul, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994a. p. 105 - 120.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana na Cidade da Crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiróz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994b. p. 261 - 290.

ROCHA, Sônia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiróz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 121 - 145.

RUBIÃO, Murilo. Os dragões. In: RUBIÃO, Murilo (Org.). **Contos reunidos**. São Paulo: Ática, 1998, p. 137-142.

SALCEDO Hansen, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: Uma reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **EURE**, Santiago, v. 28, n. 84, p.5-19, Set 2002.

SANCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 01, p.115 – 132, maio, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 135 - 157.

SANTOS, Milton. Uma ontologia do espaço: noções fundadoras. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004a, p. 27 a 110. (Primeira Parte).

SANTOS, Milton. A força do lugar. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004b. p. 311 - 339.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso; In: SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 71 - 82.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, 275p.

SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu Tomaz da. 3 ed., **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73 - 102.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES, Evaristo Filho. (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.182 – 188.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 11-25.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades. **Revista Lua Nova**, n. 48, 1999. p. 187 – 212, mês de publicação.

STAVANS, Ilan. O que é civilização. In: STAVANS, Ilan. **O que é civilização**. São Paulo: Estúdio Nobel, 2004, p.p. 13- 46.

TELLES, Vera. A nova questão social brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolos da nossa modernidade. **Caderno CRH**, n. 30/31, p. 85-110, jan/dez, 1999a.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: TELLES, Vera. **Direitos Sociais - Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999b, p. 79-134.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. I In: WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3 ed, Petrópolis: Vozes, 2004, p. 07 - 72.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 - 104.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97-105.

VERANO, Luis. **Projeto Memória da Usiminas. Revista Usiminas, 25 Anos: a Implantação Ipatinga/MG: Fundação João Pinheiro; 1987.**

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder;  
In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença Campinas**, SP: Papirus, 2000, p. 80-103.

## ANEXO A

### Arcediogo Magalhães

**Idade:** 70 anos

**Naturalidade:** Aimorés, Minas Gerais.

**Escolaridade:** Primeiro ano primário.

**Estado Civil:** Casado.

**Religião:** Católica

**Ocupação atual:** Aposentado (desde 2003, por idade).

**Local de moradia:** Planalto 2.

#### **Terra Natal**

Filho de comerciante em Aimorés, foi para Resplendor depois da morte do pai. Em Resplendor trabalhou como vaqueiro para um fazendeiro, casou-se e teve dois filhos.

#### **Migração**

Migrou-se para Ipatinga em 1959, mas em razão das dificuldades encontradas no lugar, voltou para Resplendor. Em 1962, voltou em definitivo pra Ipatinga, aos 26 anos de idade, sem a família, mas junto com um irmão que lhe dizia que em Ipatinga aconteceria uma grande obra.

#### **Trabalho**

Exerceu trabalho operário em várias empreiteiras da Usiminas; de pedreiro autônomo na construção da cidade destinada aos funcionários da Usiminas; no sistema de limpeza da vila, como funcionário da prefeitura de Coronel Fabriciano; na prefeitura de Ipatinga, chegando a ser encarregado de obra no campo; como dono de boteco e administrador de quartos de aluguel, na Rua do Buraco.

#### **Família**

Quando conseguiu construir um barraco na Rua do Buraco trouxe a mulher e dois filhos. Mais tarde vieram também a sua mãe e três irmãos. Sua primeira esposa faleceu em 1963 e em 1975 ele se juntou à segunda esposa, com a qual teve seis filhos, em trinta anos de convivência conjugal.

#### **Remoção e reassentamento**

Possuía seu próprio imóvel na ocasião da remoção dos moradores da Rua do Buraco e trocou a sua propriedade por duas no bairro Planalto, uma para a sua família e outra para uma de suas filhas.

Inicialmente não acreditava na efetivação do projeto, mas atualmente avalia a mudança do centro como um ganho em termos de infra-estrutura urbana. Contudo, denuncia os interesses de classe que motivaram o projeto Novo Centro.

#### **A vida hoje**

Sobrevive hoje com uma renda familiar de três salários mínimos e, por isso, realiza atividades alternativas para fortalecer a economia doméstica: busca restos de legumes, frutas e verduras em um “sacolão”, em bairro distante e, além disso, estava construindo uma sala à frente de sua casa, a qual pretendia alugar para uma igreja ou montar um bar.

Mora em sua própria casa com a esposa, dois filhos, duas noras e um neto. Um de seus filhos se encontra preso. Possui ainda uma irmã que mora em outro bairro de Ipatinga. Gosta do bairro e não pretende se mudar dele, embora critique a falta de união dos moradores.

### **Antônia de Fátima Silva Pinho**

**Idade:** 50 anos

**Naturalidade:** Fortaleza, Ceará.

**Ocupação atual:** Desempregada

**Escolaridade:** Primeira série primária

**Religião:** Católica

**Estado Civil:** Separada

**Local de moradia:** Planalto 2

#### **Terra natal**

Filha de ferreiro, Fátima trabalhou desde muito cedo com o pai vendendo equipamentos de ferraria na feira de Fortaleza. Revoltou-se com a violência paterna e, por isso, fugiu de casa aos 13 anos de idade, junto com um pião de trecho que conheceu em Fortaleza.

#### **Migração**

Chegou a Ipatinga em 1969, aos 14 anos de idade, junto com um pião de trecho, depois de percorrer várias regiões do Brasil.

#### **Trabalho**

Em quase toda a sua trajetória, trabalhou fazendo bicos: vendendo água e lenha; em cozinha de restaurante e como garçom; fazendo unha, lavando roupa, e como doméstica. Sua experiência de trabalho formal foi como auxiliar de serviço na limpeza do hospital de propriedade da Usiminas. Para fortalecer a economia doméstica criou porcos no fundo de sua casa, junto com Expedita. Quando ingressou no mutirão, por seu bom desempenho “fichou” na empreiteira responsável pela construção civil do bairro Planalto 2.

#### **Habitação**

Ao chegar a Ipatinga morou provisoriamente em pensão, depois em barracões na Rua do Buraco, inclusive próximo à zona boemia e, nos momentos de maior crise, nas ruas da cidade.

#### **Família em Ipatinga**

Não teve vida estável com nenhum dos três homens com os quais conviveu mais intimamente. Não teve filhos com o primeiro marido, do qual se separou pouco tempo depois que chegou à cidade. Com o segundo marido, viveu por dez anos e teve dois filhos. Após separar-se deste viveu um período de crise e passou a morar nas ruas da cidade. Na ocasião, o adoecimento dos filhos pequenos a levou a entregar um deles, muito doente, para uma outra mulher cuidar. Conheceu o terceiro marido, um policial, com quem foi morar junto e teve o terceiro filho.

#### **Remoção e reassentamento**

Encarou o projeto Novo Centro como a possibilidade de conquistar a sonhada casa. Ingressou no mutirão, trabalho que lhe assegurou uma casa no Planalto 2. Porém, entende que se o projeto Novo Centro representou ganhos para ela e os outros moradores da Rua, representou muito mais para os “bons da boca”.

#### **A vida hoje**

Aos 50 anos, tem dificuldades para conseguir emprego. Em função disso vive de “bicos” e de uma renda de meio salário mínimo que seu terceiro marido a repassa mensalmente para cuidar

do filho que tem com ela. Mora em sua própria casa no Planalto 2, na companhia de seu filho de 11 anos de idade. Os outros dois são casados e moram em outros bairros da cidade. Sua maior tristeza é não ter recebido o perdão do filho que doou para outra mulher. Tem problemas de saúde que lhe exigem o uso de medicamentos controlados. Porém não tem como comprá-los por falta de recursos financeiros. Tem restrita rede de relacionamentos na comunidade.

### **Expedita Magalhães**

**Idade:** 62 anos

**Naturalidade:** Ferros, Minas Gerais.

**Ocupação atual:** Aposentada

**Escolaridade:** Ensino primário completo

**Religião:** Católica

**Estado Civil:** Solteira

**Local de moradia:** Planalto 2.

#### **Terra natal**

Filha de camponês e de empregada doméstica, Expedita perdeu o pai quando ainda era bebê. Aos sete anos foi morar com a família para a qual sua mãe trabalhava como empregada doméstica, onde foi acolhida e recebeu a maior parte dos ensinamentos morais e sociais que ainda guarda consigo. Antes de migrar para Ipatinga, trabalhou em casas de família, nos municípios de Coronel Fabriciano e de Nova Era, Minas Gerais.

#### **Migração**

Migrou-se para Ipatinga em 1956, aos 13 anos de idade. Um ano antes foi trabalhar em casa de família em Coronel Fabriciano, a fim de facilitar o tratamento de malária, doença que contraíra na roça.

#### **Trabalho**

Trabalhou desde os 12 anos de idade como empregada doméstica em casas de famílias da cidade. Para fortalecer a economia doméstica, criava porcos no quintal de sua casa, junto com Fátima.

#### **Moradia**

Inicialmente morou na casa das famílias onde trabalhou. Depois, quando sua mãe adoeceu, alugou um barracão na Rua do Buraco para acolhê-la até a sua morte. Na Rua, construiu mais tarde o seu próprio barracão com a ajuda de amigos. Ali permaneceu até a realização do projeto Novo Centro.

#### **Família**

Chegou à cidade sozinha. Trouxe sua mãe e irmã para morar com ela, quando a mãe teve manifesta a doença de Chagas. Não se casou e não teve filhos. Sua irmã é casada e também mora em outro bairro de Ipatinga. O convívio entre elas é harmonioso.

#### **Remoção e reassentamento**

Apegada à Rua do Buraco, resistiu a sair. No entanto, quando teve a oportunidade de ir para o Planalto, aceitou a proposta de trocar a casa, pois o bairro fica mais próximo ao centro do que os outros locais nos quais já tinham lhe oferecido casa. Em troca do barracão de sua propriedade na Rua, recebeu uma casa no planalto 2, não precisando trabalhar no mutirão.

**A vida hoje**

É aposentada; mora sozinha em sua casa no Planalto 2 e se sustenta com a renda de um salário mínimo, a qual é insuficiente para as suas necessidades elementares, como comprar remédios e providenciar a reforma de sua casa. Extremamente dedicada à sua doutrina religiosa, tem nesse universo extensa rede de relações sociais. Gosta do Planalto 2, de onde não pretende sair, pois tem a habitação como uma conquista.

**Orestes Arsênio de Meneses**

**Idade:** 63 anos

**Naturalidade:** Iapú, Minas Gerais.

**Ocupação atual:** Aposentado

**Escolaridade:** 4ª série primária

**Religião:** Católico

**Estado Civil:** Casado

**Local de moradia:** Planalto 2

**Terra natal**

Em Iapu, Orestes trabalhou desde muito cedo na roça com o seu pai, um pequeno produtor rural. Quando seu pai adoeceu, vendeu parte do terreno, deixando a outra parte para divisão entre os filhos. Logo Orestes vendeu a sua parte e seguiu para Ipatinga. Aos 18 anos de idade, casou-se na roça, onde teve três filhos.

**Migração**

Migrou-se para Ipatinga em 1963, aos 20 anos de idade. Antes de mudar-se para a cidade, Orestes já vendia nela parte da produção de sua roça, sobretudo depois que seu pai vendeu a fazenda e “o dinheiro ficou mais curto”.

**Trabalho**

Em Ipatinga, trabalhou como vendedor ambulante; operário na construção da Usiminas e da cidade e, mais tarde, em empreiteiras da referida empresa. A maior parte de sua trajetória de trabalho se desenvolveu, contudo, na Prefeitura Municipal, onde atuou em vários setores até se aposentar: limpeza urbana, fiscalização de posturas e patrimonial.

**Moradia**

Desde a sua chegada à cidade, quando alugou um barraco na Rua do Buraco, Orestes morou com a família em vários lugares das partes baixas e encostas do centro. Quando se empregou na prefeitura (1969), Orestes adquiriu estabilidade ocupacional e se fixou com sua família na Rua do Buraco, onde permaneceu até a realização do projeto Novo Centro.

**Família**

Chegou a Ipatinga com a mulher e dois filhos, ficando um deles sob os cuidados de sua sogra, na roça. Na cidade teve mais dois filhos.

**Remoção e reassentamento**

Inscreveu-se nesse processo em uma posição ambígua: atuando no setor de habitação da prefeitura, foi incumbido de fazer contatos com os moradores da Rua, seus vizinhos, e realizar

as medições dos imóveis para fins de indenização. Foi indenizado pelos imóveis que ele e dois de seus filhos possuíam na Rua, com valores que, somados, propiciaram a compra de apenas um outro imóvel, em bairro distante do centro. Mesmo insatisfeito, ele conseguiu, mais tarde, trocar este imóvel por uma casa no Planalto 2.

### **A vida hoje**

Está aposentado e morando no Planalto 2, em casa própria, com a sua mulher. Vive com uma renda familiar próxima de seis salários mínimos, o que lhe assegura uma boa condição material. Seus filhos estão em idade ativa e trabalhando, de modo que não lhe ocasionam dependência. Gosta de morar no Planalto 2, de onde não pretende sair.

### **Maria Arlete de Jesus**

**Idade:** 66 anos

**Naturalidade:** Santa Maria, município próximo a Salvador, Bahia.

**Ocupação atual:** Aposentada desde 2004

**Escolaridade:** Analfabeta

**Religião:** Católica.

**Estado Civil:** União Estável

**Local de moradia:** Centro, Rua Nossa Senhora das Graças, antiga Rua Araxá.

### **Terra natal**

Filha de um modesto fazendeiro na Bahia, do município de Santa Maria, próximo a Salvador, Arlete passou a infância entre o trabalho na roça e as brincadeiras com as irmãs e primas. Integrava uma família com sete irmãos, sendo cinco mulheres e dois homens. Não estudou, embora o pai quisesse que ela fosse à escola. Seus pais a casaram com 12 anos de idade. Aos 13 anos, se separou do marido devido aos maus tratos que dele recebia. Com uma filha desse casamento, a sua única filha, seguiu para Teófilo Otoni acompanhando uma tia que lá morava. Em Teófilo Otoni, depois de trabalhar como doméstica e em restaurantes, Arlete conheceu uma cafetina que a trouxe para Ipatinga.

### **Migração**

Chegou a Ipatinga em 1955, aos 16 anos de idade, com uma filha, trazida por uma cafetina, com quem foi morar em sua casa próximo a zona boêmia.

### **Trabalho**

Em Ipatinga Arlete trabalhou na zona boêmia, em cozinha de boate, como proprietária de um boteco e, por fim, cuidando da boate montada por seu terceiro marido.

### **Moradia**

Morou primeiramente com a cafetina que a trouxe, até conhecer o segundo marido, com quem foi morar na zona boêmia. Mais tarde, passou a morar com seu terceiro marido, na boate que este montara. Arlete permanece morando nesse imóvel, que hoje se encontra em ruínas.

### **Família**

Criou sua única filha em Ipatinga. Não teve mais filhos devido ao seu estilo de vida na zona boêmia. Antes de falecer aos 44 anos de idade, sua filha lhe proporcionou cinco netos, dos quais um fora assassinado recentemente em uma rixa de bar. A maior parte de seus netos e



bisnetos vivem em condição de extrema vulnerabilidade social. Uma de suas netas mora em um cômodo de sua casa, com três de seus oito filhos. Mas Arlete não possui uma relação muito amistosa com ela. Uma outra neta está presa, enquanto sua filha, bisneta de Arlete, demanda a atenção do Conselho Tutelar.

### **Remoção e reassentamento**

Não foi envolvida diretamente no processo, pois a casa onde mora se situava em local não circunscrito à poligonal do projeto Novo Centro. Permaneceu morando na Rua.

### **A vida hoje**

Está aposentada, amasiada e morando em um imóvel em péssimas condições habitacionais, sob o risco de despejo. Ainda hoje sofre, assim como os demais moradores da rua, as ameaças de remoção da área, seja pela aparição de supostos proprietários dos imóveis que habita, seja porque sempre surgem rumores de novos projetos urbanísticos da prefeitura. Possui restrita rede de sociabilidade e seu relacionamento com os familiares é conflituoso.

### **Geraldo Fernandes Barbosa.**

**Idade:** 54 anos

**Naturalidade:** Ipatinga

**Ocupação atual:** Funcionário da Câmara, no gabinete de seu irmão, vereador.

**Escolaridade:** Sexta série (maior nível de escolaridade entre os entrevistados)

**Religião:** Católico.

**Estado Civil:** União Estável.

**Local de moradia:** Centro, Rua Nossa Senhora das Graças, antiga Rua Araxá.

### **Terra natal**

Quando Geraldo ainda era bebê seus pais se mudaram para o município do Naque, próximo a Ipatinga, para trabalhar em uma fazenda. Lá seu pai faleceu, o que levou a sua mãe a mudar-se com os três filhos para a sede do município, onde começou a estudar enquanto sua mãe lavava roupa para sobreviver. Do Naque, sua família mudou-se para o município de Ipaba, onde se frustraram as expectativas de melhoria das condições de vida. Mudaram-se, então, novamente para Ipatinga.

### **Migração**

Chegou a Ipatinga em 1963, aos dez anos de idade, acompanhando sua mãe e dois irmãos.

### **Trabalho**

Aos 11 anos de idade começou a trabalhar cuidando de jardins em casas de funcionários situadas na porção da cidade construída pela Usiminas. Aos 14 anos, “fichou” na prefeitura, onde trabalhou até os 18 anos, varrendo rua. Daí saiu “para o trecho”, iniciando sua vida operária, seja trabalhando em estaleiros no Rio de Janeiro ou em empreiteiras da Usiminas. Alcançou, assim, a classificação de “mecânico montador”. Mais tarde, tornou-se proprietário de bar na rua Araxá, no qual trabalhou por 13 anos. Atualmente é assessor parlamentar de seu irmão, eleito vereador nas eleições municipais de 2004.

**Moradia**

Morou na Rua do Buraco e próximo à zona boêmia existente na área, primeiramente com sua mãe e irmãos e, depois de casado, com sua mulher e filhos. No processo de remoção e reassentamento, trocou sua casa por uma no Planalto 2, a qual logo vendeu para voltar a morar na rua Araxá, em casa de propriedade de seu irmão.

**Família**

Chegou à cidade na companhia de mãe e dois irmãos. Assumiu a condição de chefe de família quando se casou oficialmente e teve cinco filhos. Após separar-se da primeira esposa, viveu junto a três outras mulheres ao longo de sua trajetória. Dentre essas, duas faleceram e a terceira o acompanha atualmente. Tem o irmão Zé Fernandes como uma importante referência moral e fonte de solidariedade.

**Remoção e reassentamento**

Trocou sua casa por outra no Planalto 2, a qual vendeu para continuar morando na rua Araxá. Seu comércio declinou com a retirada da população do local.

**A vida hoje**

Trabalha como assessor parlamentar de seu irmão, vereador na câmara de Ipatinga, o que lhe proporciona um bom nível de renda. Amasiado, mora de aluguel junto com a sua quarta mulher. Tem bom relacionamento com seus familiares e extensa rede de sociabilidade na Rua, onde passou mais de 40 anos de sua trajetória social.

**Maria das Mercês de Jesus**

**Idade:** 78 anos

**Naturalidade:** Divinolândia de Minas

**Ocupação atual:** Vive da pensão do falecido marido

**Escolaridade:** 2ª série primária

**Religião:** Católica.

**Estado Civil:** Viúva

**Local de moradia:** Bethânia

**Terra natal**

Filha de uma professora e de um trabalhador rural, Mercês mudou-se ainda adolescente com sua família para o município de Santa Efigênia e, depois, para Gonzaga. Neste, ela se casou, aos 24 anos de idade, com um camponês e teve três filhos.

**Migração**

Chegou a Ipatinga em 1962 em companhia de seu marido, que viera trabalhar em empreiteiras da Usiminas.

**Trabalho**

Por restrição de seu marido, ao longo de sua trajetória, Mercês dedicou-se exclusivamente às atividades domésticas e aos cuidados com a educação dos filhos.

**Moradia**

Morou na Rua do Buraco em quase toda a sua trajetória na cidade, primeiramente em um barracão alugado e, mais tarde, em um barracão adquirido pelo marido. Saiu da Rua por ocasião da implantação do projeto Novo Centro.

### **Família em Ipatinga**

Chegou à cidade apenas com o marido, deixando os filhos com a mãe. Assim que alugaram um barracão um pouco melhor trouxeram dois dos três filhos. Em Ipatinga, o casal teve mais três filhos, mas um deles morreu. O marido faleceu em 1979, quando dois dos filhos já estavam adultos, os quais a ajudaram a criar os demais.

### **Remoção e reassentamento**

Recebeu de bom grado a proposta de remoção da Rua, em razão dos sustos que passara com as enchentes. Como proprietários dos imóveis onde residiam, ela e seu filho mais novo, já casado, trocaram as suas respectivas casas por duas outras em um bairro distante do centro – Bethânia.

### **A vida hoje**

Mercês vive hoje com a pensão deixada pelo marido, o que lhe rende um salário mínimo. Mora só em um imóvel simples, mas sem riscos físicos, ao lado da casa de seu filho mais novo, que dela cuida diariamente. Tem bom convívio com a família, composta por cinco filhos, casados, as respectivas noras e dez netos. A perda da visão a limita muito em termos de convívio social. Em face desse limite, dedica-se ainda mais às orações diárias, o que faz na sala de sua casa.

### **Joventino Feliciano**

**Idade:** 60 anos

**Naturalidade:** Coronel Fabriciano, Minas Gerais.

**Ocupação atual:** Aposentado

**Escolaridade:** Terceiro ano primário

**Religião:** Protestante

**Estado Civil:** Casado

**Local de moradia:** Vale do Sol.

### **Terra natal**

Nasceu em Coronel Fabriciano, de onde se mudou com a família quando ainda era bebê, Seguiram então para o Espírito Santo, onde seu pai trabalhou como mascate e, de lá, para Divino das Laranjeiras, em Minas Gerais, onde se dedicou ao garimpo. Joventino trabalhou desde muito cedo ajudando seu pai no garimpo. De Divino das Laranjeiras, seus pais mudaram-se para Valadares, de onde migraram para Ipatinga.

### **Migração**

Mudou-se para Ipatinga por volta de 1955, aos 10 anos de idade, acompanhando os pais.

### **Trabalho**

Em Ipatinga, Joventino trabalhou desde muito cedo cortando e vendendo eucalipto, até “sair para o trecho” ainda aos 17 anos. A partir de então, Joventino começou uma trajetória operária, marcada por constantes deslocamentos e pela alternância de atividades nos setores

da construção civil e da siderurgia. Joventino também trabalhou na prefeitura municipal. Sua trajetória de trabalho se encerrou quando, atuando em uma empreiteira da Usiminas, adoeceu tendo que se afastar das atividades na condição de segurado pela previdência social. Joventino ficou afastado até aposentar-se por “invalidez”, situação que o marcou profundamente.

### **Moradia**

Quando chegou a Ipatinga, seu pai comprou um barracão na Rua do Buraco, onde Joventino moraria a maior parte da sua vida, inclusive depois de casado, quando alugou um barracão ali. Em 1981, Joventino mudou-se com a família para o bairro Vale do Sol, para morar em um barracão que ganhou do prefeito à época, do qual era cabo eleitoral. Depois de um ano, voltou para a Rua do Buraco, onde moraria até a implantação do projeto Novo Centro.

### **Família**

Joventino chegou à cidade acompanhando os pais. Casou-se aos 28 anos de idade e teve seis filhos, dos quais dois morreram. Sua mãe mora no Planalto 2, próximo a um de seus irmãos, para onde pretende se mudar.

### **Remoção e reassentamento**

Joventino, já casado, possuía a sua própria casa na Rua do Buraco, pela qual foi indenizado. Contudo, ele fez fortes críticas ao projeto Novo Centro, dizendo-se prejudicado pela quantia financeira recebida. Com esta, comprou um barracão de dois cômodos em um bairro distante do centro.

### **A vida hoje**

Ainda sofrendo os problemas de saúde que ocasionaram a sua aposentadoria, Joventino mora em um bairro distante do centro, junto a sua mulher, dois filhos, uma nora e um neto. Um deles está trabalhando no exterior Assim como sua esposa, Joventino dedica grande parte do seu tempo à sua religiosidade. Embora seja sociável, Joventino e sua família convivem com o problema da violência no bairro e com o estigma que sobre ele recai, dificultando inclusive a venda de sua casa de modo que possa se mudar dali.

## ANEXO B

### PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: GESTÃO DAS CIDADES ROTEIRO DE ENTREVISTAS - TRAJETÓRIAS DE MORADORES DA RUA

**DATA:** \_\_\_\_\_ **HORÁRIO:** \_\_\_\_\_

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

- Nome:
- Idade:
- Naturalidade:
- Profissão/Ocupação:
- Está trabalhando? Empregado ou autônomo?
- Escolaridade:
- Religião:

#### 2 – MIGRAÇÃO (Se nasceu em Ipatinga, pular para o ponto 4 da “chegada”)

##### Vinda

- De onde veio? O que fazia lá?
- Motivação para migração (porque veio para a cidade).
- Veio sozinho ou com família?
- De que veio (transporte)?
- Com qual idade veio?

##### Chegada

- Quando chegou à cidade?
- Como foi a chegada?
- O que encontrou aqui?
- Como era o lugar? O centro e os outros lugares?
- Como eram as pessoas que aqui estavam/chegaram?
- Sobrevivência (trabalho e pousada): o que fez de início para trabalhar e se alojar? O que as pessoas faziam de início?
- E a Usiminas (que estava em construção), como era? Construção, trabalho na empresa etc.
- E a cidade (em construção) do lado de lá da linha da estrada de ferro, como era? Quem morava lá? Como era a vida lá? O que se falava sobre aqueles bairros?
- Tinha mesmo a “cerca de 12 fios”, separando a Usina e aqueles bairros?
- Havia diferenças em relação àqueles moradores (bairros)? Havia desigualdades? Se “sim”, como se expressavam essas desigualdades? Por que acontecia?

#### 3 – O CENTRO E A RUA DO BURACO

- Como era o lugar onde hoje é o centro? O que tinha no lugar?

- O que as pessoas faziam no centro/lugar?
- Como era o dia-a-dia? (Ordem e desordem) As pessoas que não moravam no centro vinham/iam nele?
- A prefeitura e outros órgãos (Usiminas) se faziam presentes (atuavam)? Como?
- Como foi a formação (organização) do centro da cidade?

#### **4 – A RUA (formação, a vida na rua, representações)**

##### **Surgimento**

- Como surgiu a “Rua do Buraco”? Que tipo de atividade deu início (comércio, zona, moradia)?
- Que pessoas foram para lá (moradores, comerciantes, prostitutas)?
- Por que foram para lá (moradores, comerciantes e prostitutas)?
- O que faziam essas pessoas?
- Por que essa Rua ficou assim conhecida? Como surgiu esse nome?

##### **Cotidiano – a vida na rua**

- Como era a vida na Rua do Buraco (58 a 96)? O que tinha lá? O que as pessoas gostavam de fazer? O que era mais forte em termos de atividade? O que era marcante?
- Havia muitas diferenças internas? Grupos diferentes? Alguns mais poderosos? Se “sim”, como se expressavam essas diferenças?
- Outras pessoas freqüentavam a rua? Pessoas de outras partes da cidade? Trabalhadores da empresa? O que faziam aqui (boemia, futebol - Beira Rio)?

##### **Boemia**

- Tinha uma vida boêmia na rua? Como surgiu isso? Como era? Tem muitos casos interessantes? Como era esse ambiente?
- E o Juá, como era o Juá?
- Como eram as mulheres que “faziam a vida” lá?
- Quem freqüentava/fazia a boemia? Trabalhadores da empresa?
- A empresa se importava de seus trabalhadores freqüentarem a Rua do Buraco? Porque? Ela vigiava? Como?
- Tinha muita confusão?

##### **Representações**

- Como as pessoas viam a rua? O que se falava da rua? (os de dentro e os de fora)
- A Rua do Buraco incomodava alguém? A quem?
- Tinha alguma ação para mudar a rua (a prefeitura, a Usiminas, a polícia)? Que ações eram essas? Como os moradores viam/ reagiam a essas propostas e ações?
- Como a rua aparecia na imprensa? A rua era violenta?
- Isso incomodava os moradores? Como eles reagiam?
- Como era a relação dos moradores da rua com os demais moradores da cidade?

##### **Símbolos identitários**

- Os moradores da rua se juntavam para fazer alguma coisa? O que? Quando os moradores se juntavam? Faziam alguma coisa em nome da rua? O que? Tinham algum símbolo? Time de futebol? Escola de samba/carnaval?

##### **Relação com o ribeirão (enchentes):**

- E o ribeirão Ipanema, como era? As pessoas nadavam, usavam a água para algum fim?

- Em épocas de chuva o ribeirão enchia... (enchente) Aconteceram muitas? Como foi? As pessoas permaneciam (voltavam) após as águas irem embora? Por que voltavam?

### **Trabalho**

- Como foi a sua história de trabalho? O que você fez nesse tempo para sobreviver?
- Como era o trabalho?

### **Família**

- Como foi a sua história familiar. Você se casou? Quando? Com quem? Teve filhos? Quantos?
- Como era a vida em família na Rua?

## **5 – AS MUDANÇAS**

- A Rua mudou muito ao longo do tempo? Quais foram as principais mudanças?
- Adensamento: como foi aumentando? O que mais aumentava (comércio, moradias ou zona)?
- Como foi diminuindo? Por que?
- Quais foram as mudanças que mais mexeram com a vida dos moradores? Quem as fez?
- Como os moradores viam/reagiam a essas mudanças?

### **Projeto Cura Ipatinga**

- Já ouviu falar? Se sim, do que se tratava? Interferiu em sua vida e/ou da sua família e/ou dos moradores da Rua?

### **Projeto Novo Centro**

- E o projeto Novo Centro? Quem propôs?
- Porque a prefeitura propôs este projeto? O que ela falava para os moradores? Como ela divulgava o projeto para a cidade?
- Como os moradores receberam a proposta?
- Como foi (a execução)?
  - Apresentação para a população/moradores.
  - Negociação (indenização).
  - As obras (do novo bairro e do Novo Centro).
  - Remoção e reassentamento.
  - “Proprietários” e “Mutirantes”. Como foi? Houve diferença? Quais foram?
- Importância do novo centro para a cidade (O que acha).
- Vocês tinham apoio de outros grupos, organizações, igrejas na época? Como eles viam o projeto Novo Centro? O que falavam com os moradores?

## **6 – AS CONSEQÜÊNCIAS DAS MUDANÇAS**

- As pessoas/moradores aceitaram bem o projeto?
- Para onde foram? Outros lugares.
- Elas estão melhores nesses outros lugares? O que os moradores perderam e o que ganharam com a mudança?

## **Planalto 2**

- Como foi a construção do novo bairro?
  - Proprietários e mutirantes (como foi o mutirão).
- As pessoas estavam felizes com a mudança?
- Como é o Planalto 2 (ou os outros bairros)? Mudou muita coisa em relação à Rua do Buraco? O que? Pra melhor ou pra pior?
- O que tinha lá na Rua que se perdeu no Planalto 2?
- O que tem no Planalto 2 que não tinha na rua?
- Porque Planalto 2, se não existe Planalto 1?
- Como foi a recepção dos moradores que já estavam aqui próximos (antigo bairro Planalto que mudou o nome para Parque das Águas – formado por programas habitacionais)?
- Teve algum acompanhamento/apoio da prefeitura ou trabalho para adaptação dos moradores? Qual foi? Como foi?
- Como é a vida no Planalto 2 (ou outros bairros)? O que tem aqui/lá? O que as pessoas fazem e/ou gostam de fazer? Como é o relacionamento entre os moradores? Entre os “mutirantes” e os “proprietários”. Eram diferentes? Se “sim”, em que?
- O que os moradores falam do bairro?
- O que as pessoas da cidade falam do bairro? Como o bairro aparece na imprensa?
- O bairro é violento/perigoso?
- Como é a relação dos moradores com os demais moradores da cidade? Melhorou o convívio? Há (continuam) as diferenças (ainda)? Como elas se expressam (aparecem)?
- Muitos moradores mudaram-se daqui?
- A população da Rua de espalhou ou continua junto?

## **Sobre a memória individual e coletiva**

- Você costuma lembrar desses acontecimentos da sua vida e da comunidade?
- Como foi para você (qual o significado) (d)essa experiência de lembrar esses acontecimentos da sua vida e da comunidade?

Muito obrigado pelo seu depoimento. Por favor, gostaria que o (a) senhor(a) assinasse o Termo de Cessão do Depoimento para que eu possa, conforme já lhe explicado, utilizá-lo nesta pesquisa.



## ANEXO C



Mapa 4 - Mapa de Localização da Cidade.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)